

**Melissa de Mattos Pimenta**

# **JOVENS EM TRANSIÇÃO**

*Um Estudo Sobre a Transição Para a Vida Adulta Entre Estudantes  
Universitários em São Paulo*

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre.

**São Paulo, agosto de 2001.**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS  
HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

## JOVENS EM TRANSIÇÃO

*Um Estudo Sobre a Transição Para a Vida Adulta Entre Estudantes  
Universitários em São Paulo*

Melissa de Mattos Pimenta  
Orientadora: Maria Helena Oliva Augusto

Dissertação apresentada junto ao Programa  
de Pós-graduação em Sociologia como exigência  
parcial para a obtenção do título de Mestre.

São Paulo, agosto de 2001.

### *Tempo Perdido*

*Todos os dias quando acordo,  
Não tenho mais o tempo que passou  
Mas tenho muito tempo:  
Temos todo tempo do mundo.*

*Todos os dias antes de dormir,  
Lembro e esqueço como foi o dia:  
“Sempre em frente,  
Não temos tempo a perder”.*

*(...) O que foi escondido é o que se escondeu  
E o que foi prometido,  
Ninguém prometeu.  
Nem foi tempo perdido;  
Somos tão jovens.*

*(Renato Russo)*

## *Agradecimentos*

*À minha amiga e orientadora, a Profa. Dra. Maria Helena Oliva Augusto, que não só me deu a oportunidade de estar desenvolvendo este projeto, como me deu o incentivo, apoio e orientações sem as quais jamais teria conseguido fazê-lo.*

*À Profa. Dra. Heloísa Martins, pela atenção que dedicou ao meu trabalho, às orientações e elogios que me fez.*

*Ao Prof. Dr. Sedi Hirano, que acompanhou o projeto desde o início, cujas orientações e conselhos foram inestimáveis.*

*Ao Prof. Dr. Reginaldo Prandi, que apoiou o projeto desde o início, e deu orientações valiosas para a sua efetivação.*

*À Profa. Dra. Denise Aparecida Botter e à Profa. Dra. Mônica Carneiro Sandoval, pelo acompanhamento e orientação da análise de dados, sem as quais não teria sido possível concluir o trabalho.*

*À Maria Kelly Venezuela e Fábio Fernando da Silva, pelo imenso e dedicado trabalho de revisão e análise dos dados, que tornaram possível esta pesquisa.*

*Ao Centro de Estatística Aplicada do IME, pela oportunidade que me foi concedida de ter meu trabalho analisado em parceria com os profissionais do Instituto de Matemática e Estatística da USP.*

*À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de auxílio à pesquisa durante o Mestrado, sem a qual este projeto não teria sido realizado.*

*Ao Prof. Dr. José Machado Pais, da Universidade de Lisboa, por todo material que me enviou, assim como pelas orientações e precisos conselhos, que tanto me ajudaram no meu trabalho.*

*Ao Prof. Dr. Thomas Piazza, da Universidade de Berkley, Califórnia, pelas preciosas orientações para a construção da amostra.*

*À Profa. Dra. Diana Sawyer, da Universidade Federal de Minas Gerais, pelas orientações a respeito de análises categóricas de dados.*

*À Profa. Dra. Solange Simões, da Universidade de Michigan, pelas orientações a respeito da elaboração do questionário.*

*Aos Profs. José Maurício Conti, Estevão Hovarth e Paulo Celso Bonilha pela colaboração na aplicação dos questionários na Faculdade de Direito da USP.*

*Aos Profs. Drs. Mário Jorge, Pio, Kleber, Sandra e Giselle pela colaboração na aplicação dos questionários na Escola de Comunicações e Artes da USP.*

*Ao Prof. Geraldo Fonseca pela colaboração na aplicação dos questionários aos alunos do curso de Propaganda e Marketing da Universidade Paulista.*

*Aos Profs. Carlos Eduardo Campos Pinto, Cláudia José Abud e Ricardo Cunha Chimenti, pela colaboração na aplicação dos questionários aos alunos do curso de Direito da Universidade Paulista.*

*Às Profas. Ada, Marília, Yara e Cida pela colaboração na aplicação dos questionários aos alunos do curso de Turismo da Universidade Paulista.*

*Ao Senhor Pró-Reitor Acadêmico Prof. Dr. Derblay Galvão, pela autorização concedida para realizar a pesquisa na Universidade Cruzeiro do Sul.*

*Ao Prof. Dr. Ebenezer Salgado Soares, pela colaboração na aplicação dos questionários aos alunos do curso de Direito da Universidade Cruzeiro do Sul.*

*Aos Profs. Dr. Osvaldo Elias Farah, Ana Maria Melo e Ivani Falcão, pela colaboração na aplicação dos questionários aos alunos do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Cruzeiro do Sul.*

*Ao Prof. Dr. Rogério Tineu, pela colaboração na aplicação dos questionários aos alunos do curso de Turismo da Universidade Cruzeiro do Sul.*

*A todos os alunos da USP, da UNIP e da UNICSUL que participaram da pesquisa.*

*A todos os alunos da USP, da PUC e da FMU que participaram das entrevistas da fase inicial da pesquisa.*

*Aos amigos Cristina Jabardo, José Ignácio Coelho Mendes, Lucila e Maria Manuela pela colaboração e participação no trabalho.*

*À minha querida amiga Stella, que me acompanhou e me incentivou desde o início, colaborando na pesquisa de campo.*

*À minha querida amiga Régia, colega de mestrado, que me deu excelentes indicações bibliográficas.*

*Ao meu querido Fábio, que me ajudou desde o começo até o fim, e esteve sempre ao meu lado, em todas as etapas do trabalho.*

*Aos meus pais, que estiveram presentes no dia-a-dia deste trabalho, e me deram todo apoio e carinho necessários para a sua conclusão.*

*São Paulo, agosto de 2001.*

## Resumo

O presente estudo tem como objeto de investigação o processo de transição para a vida adulta entre estudantes universitários em São Paulo. Nosso principal objetivo era identificar possíveis trajetórias de transição e características sociais e econômicas que estariam interferindo na passagem para a condição de adulto. O processo de transição para a vida adulta é um dos temas associados às pesquisas sobre juventude que vem apresentando modificações significativas nas últimas duas décadas, tanto no Brasil como em vários países europeus, onde foram feitas pesquisas correlatas. Para analisar esse processo, foi elaborado um modelo, que contempla as principais etapas "tradicionais" de transição: a conclusão dos estudos, a entrada no mercado de trabalho, o casamento e o abandono do lar familiar. Cada etapa desse processo foi contemplada na pesquisa. Uma das principais hipóteses de trabalho era que as diferentes origens sociais e econômicas dos estudantes poderiam interferir no processo, configurando diferentes modalidades de transição. Ao final da análise, essas modalidades ficaram evidentes e nos permitiram posicionar a amostra de estudantes em relação a cada fase de transição. Na parte final, procuramos focalizar de maneira mais detalhada o conjunto de jovens que participaram da pesquisa, analisando as associações possíveis entre as principais características sociais e econômicas e as respostas obtidas.

## **Abstract**

The present study is about the process of transition into adulthood among university students in São Paulo. Our main purpose was to identify possible paths of transition, as much as social and economic characteristics which could interfere with this process. The process of transition into adulthood is one of the themes related to youth research, which has presented significant changes in the last two decades, in Brazil and various European countries, where similar researches have been conducted. To analyze this process, a model was elaborated, which contemplates the main "traditional" stages of transition into adulthood: the completion of basic education, the insertion into the labor market, marriage and departure from the parental home. Each stage of this process has been contemplated in this research. One of the main hypothesis is that the students' different social and economic origins may interfere with the process defining different transition models. In the end of the analysis, some of these models have become evident, which allowed us to place the student sample in relation to each stage of transition. In the last chapter, we have focused in a more detailed manner the ensemble of youths who were part of the research, analyzing the possible associations between the main social and economical characteristics and the given responses.

## Sumário

<b>Parte I – Definindo uma Problemática de Investigação</b> .....	<b>p.10</b>
1 – Introdução.....	p.11
2 – A Emergência do Jovem Moderno.....	p.15
3 – Proposta de Investigação.....	p.20
3.1. A importância das diferenças etária e a função social da transição.....	p.20
3.2. Apresentação do problema.....	p.23
4 – Orientações da Pesquisa.....	p.30
4.1. Recortando um objeto: o estudante universitário.....	p.31
4.2. Hipóteses de trabalho.....	p.35
<b>Parte II – Metodologia de Pesquisa</b> .....	<b>p.48</b>
1 – A Construção da Amostra.....	p.50
1.1. Definição dos cursos.....	p.50
1.2. O vestibular da FUVEST.....	p.52
1.3. As carreiras tradicionais.....	p.54
1.4. As carreiras emergentes.....	p.55
1.5. As carreiras “da moda”.....	p.57
1.6. Definição das universidades.....	p.59
1.7. Delimitação da amostra.....	p.60
2 – Estrutura e Desenvolvimento do Questionário.....	p.60
3 – Aplicação do Questionário.....	p.64
<b>Parte III – Os Condicionantes Sociais e Econômicos do Processo de Transição para a Vida Adulta</b> .....	<b>p.65</b>
1 – O Acesso ao Ensino Superior.....	p.67
1.1. A evolução da formação escolar e universitária no Brasil.....	p.67
1.2. A origem sócio-econômica dos estudantes da amostra.....	p.70
1.3. Trajetórias escolares e condições de acesso ao ensino superior.....	p.81
1.4. A passagem pelo curso superior.....	p.89
1.5. Resumo.....	p.91
2 – A Entrada no Mercado de Trabalho.....	p.94
2.1. O jovem e a realidade do trabalho.....	p.94

2.2.	A situação de trabalho.....	p.99
2.3	O início da vida ativa.....	p.100
2.4.	Motivações para o início do trabalho.....	p.103
2.5.	A situação de não trabalho.....	p.105
2.6.	A emancipação financeira.....	p.110
2.7.	Resumo.....	p.112
3 –	O Casamento e o Abandono do Lar Familiar.....	p.114
3.1.	Perfil dos estudantes segundo o estado civil.....	p.117
3.2.	Os diferentes aspectos do abandono do lar familiar.....	p.120
3.3.	Resumo.....	p.124
4 –	Expectativas em Relação ao Futuro.....	p.126
5 –	Conclusões da 3ª Parte.....	p.133
 <b>Parte IV – Configurando as Etapas de Transição.....</b>		<b>p.137</b>
1 –	Combinando as Variáveis Analisadas.....	p.138
1.1.	Procedimento.....	p.138
1.2.	Situando as fases de transição.....	p.144
2 –	Estudando os Jovens.....	p.147
3 –	Estratégias, incertezas, significados e atitudes observadas em relação à etapas de transição.....	p.150
3.1.	Estratégias e incertezas observadas em relação à carreira universitária.....	p.152
3.2.	Estratégias e significados observados em relação ao trabalho.....	p.159
3.3.	Estratégias e atitudes observadas em relação ao casamento e à união consensual.....	p.170
3.4.	Perspectivas profissionais e preocupações em relação ao futuro.....	p.178
4 –	Conclusões à 4ª Parte.....	p.183
	Considerações finais.....	p.185
	Bibliografia.....	p.189
	Apêndice I – Questionário.....	p.195
	Apêndice II – Descrição das variáveis.....	p.216
	Apêndice III – Características gerais da amostra.....	p.225
	Apêndice IV – Tabelas da anexas.....	p.229

## **PARTE I**

### **Definindo Uma Problemática de Investigação**

## 1 – Introdução

Todos os anos, na época das inscrições para o exame vestibular, jornais e revistas voltam sua atenção para uma importante etapa na vida de todo jovem estudante: a escolha da carreira profissional. Preocupação comum da maioria dos jovens que pretendem cursar o ensino superior, a escolha da carreira profissional é apontada como um momento decisivo para a garantia de um futuro estável e promissor.

Uma reportagem de capa, “Estudar vale ouro”, publicada pela Revista Veja, de 23 de setembro de 1998, baseada em dados obtidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, em pesquisa encomendada pela revista, mostrava que, assim como a renda, as oportunidades de emprego aumentam de acordo com a escolaridade da pessoa. Segundo a pesquisa, 86% das pessoas que haviam completado a pós-graduação estavam empregadas. O aumento da renda segundo a escolaridade, calculado sobre o salário médio recebido por um trabalhador analfabeto, de 251 reais, variava de 53% para quem completara apenas o ensino fundamental 1 a 925% para quem completara a pós-graduação.<sup>1</sup> Uma outra reportagem, publicada pela Revista Você S.A., em março de 1999, “Educação x Sucesso”, afirmava que o sucesso profissional depende totalmente da formação acadêmica. Na verdade, há quem discorde, mas a palavra final cabe ao “mercado”. Segundo Ricardo Rocco, *headhunter* da *Russell Reynolds Associates*, “em alguns setores da economia, os recrutadores nem perdem tempo lendo o currículo de quem não tem, no mínimo, curso universitário”.<sup>2</sup> Assim, “quanto mais se estuda, maior é a chance de uma pessoa conseguir emprego, ganhar mais e fazer uma carreira bem sucedida”.<sup>3</sup>

Desse modo, estudar “bastante” é fundamental, mas a fórmula para conseguir um bom emprego também é “fazer a escolha certa da profissão”.<sup>4</sup> Mas o que é fazer a escolha certa?

Segundo a Revista Veja, “fazer a escolha certa” é optar por uma profissão cujo mercado de trabalho esteja em ascensão, como Administração de empresas, Computação, Economia, Jornalismo, Publicidade ou Turismo. Todas as reportagens concordam que, atualmente, o mercado de trabalho é muito exigente nas contratações, o que torna a concorrência enorme e gera muitas incertezas. Insegurança na hora de escolher a profissão é um problema que atinge a grande maioria dos jovens que prestam o vestibular. Em outra reportagem publicada pela Revista Época, de 31 de agosto de 1998, de acordo com o Instituto Brasileiro

---

<sup>1</sup> Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Reportagem de Alice Granato, “Estudar Vale Ouro”, In: Revista Veja, Ano 31, n° 38 (23/9/98), ps. 110-111.

<sup>2</sup> Reportagem de Maria Tereza Gomes, “Educação x Sucesso”, In: Revista Você S.A., Ano 1 n° 9. (março de 99), p. 37.

<sup>3</sup> Revista Veja, (23/9/98), p. 111.

<sup>4</sup> Idem, p. 116.

de Geografia e Estatística, IBGE, apenas 5% dos estudantes brasileiros que prestam o vestibular têm certeza de que curso querem fazer. Além disso, segundo a Associação Brasileira de Orientadores Profissionais, 43% dos alunos da Universidade de São Paulo (USP) desistem do curso no primeiro ano.<sup>5</sup> Psicólogos e orientadores educacionais entram, então, em cena, para ajudar o estudante indeciso a fazer a sua escolha. Testes vocacionais traçam perfis e indicam carreiras, enquanto universidades, escolas de ensino médio e cursinhos oferecem visitas monitoradas às instituições de ensino superior, além de palestras com profissionais, a fim de que o aluno tome contato com as matérias oferecidas nos cursos. Diante de tantas opções possíveis, a principal dúvida na hora da escolha é entre a carreira que realmente se quer, o sucesso profissional e o retorno financeiro que se espera obter.

Mas não basta fazer qualquer faculdade, é preciso ter feito uma “faculdade renomada”, contando-se aí “a maioria das universidades federais, algumas estaduais e umas poucas particulares”.<sup>6</sup> Esse tipo de exigência deve-se, sobretudo, aos resultados divulgados todos os anos desde que foi instituído o Provão, o exame nacional de avaliação dos cursos superiores. Com a divulgação de conceitos qualificando cursos e instituições, a competição entre as faculdades e universidades tornou-se ainda mais acirrada. Para as instituições tradicionalmente “prestigiosas”, especialmente as universidades federais e as estaduais de referência, as quais se saíram bem nos resultados, ficou assegurada a fama como instituições que oferecem um ensino de melhor qualidade. Para as instituições que obtiveram conceitos abaixo da média, ficou a obrigação de melhorar a qualidade dos cursos e ampliar a formação do corpo docente. Com isso, o Governo busca melhorar a qualidade do ensino superior como um todo. O outro lado da moeda é que isso aumenta ainda mais a demanda pelas instituições de renome. Segundo uma matéria publicada em 23 de fevereiro de 2000, pela Revista Veja, “o mercado de trabalho dá cada vez mais prioridade aos egressos das boas faculdades”.<sup>7</sup> De acordo com a revista, as empresas procuram profissionais em poucas escolas mais respeitadas, tais como a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto de Tecnologia Aeronáutica, pois o sistema de ensino do país é tradicionalmente “desbalanceado”. Embora haja talentos em todas as universidades, “a concentração de bons alunos é maior nas faculdades de vestibular mais disputado”.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> Reportagem de Frances Jones e correspondentes, “A Hora da Decisão”, In: Revista Época, Ano I, nº 15 (31/8/98), p. 61.

<sup>6</sup> Revista Você S.A., (03/99), p.38.

<sup>7</sup> Reportagem de Eduardo Nunomura, “Diploma na Berlinda” In: Revista Veja, (23/02/2000), p.94.

<sup>8</sup> Reportagem de Gisele Sekeff, “Juliana Azevedo, a escolhida” In: Revista Veja, (02/02/2000), p.60.

Os obstáculos não param por aí. Escolhida a carreira e a universidade, é preciso saber inglês, especializar-se e ter experiência no exterior. Ir além do diploma significa fazer pós-graduação, ingressar no mercado e reciclar-se. “Para os mais experientes, com alguns anos de carreira, é fundamental ter feito um bom curso de especialização, ou um MBA, de preferência fora do país”.<sup>9</sup> Segundo uma reportagem na edição especial da Revista Veja de 21 de junho de 2000, a experiência no exterior deixa a pessoa em franca vantagem na hora de ingressar no mercado de trabalho, pois “muito mais importante do que o *MBA*, na opinião dos empresários, é morar fora do país fazendo algum programa de intercâmbio”.<sup>10</sup>

Diante de tantas exigências, os jovens se defendem. Uma pesquisa feita a pedido da Veja ao Instituto *Vox Populi*, com universitários de 17 a 25 anos, de 10 cidades brasileiras, em 26 instituições de ensino, indica um grande otimismo por parte de quem chega ao mercado de trabalho. Em geral, os formandos “são exigentes com a companhia, têm autoconfiança e querem ascender profissionalmente num curto espaço de tempo”. Nesse sentido, as razões apontadas pelos recém formados para a escolha de uma carreira são, em primeiro lugar, o fato de a empresa ser líder no setor, em segundo, a vaga estar num setor que lhe interessa e, em terceiro, a companhia oferecer um bom plano de carreira. Diante da alta rotatividade do mercado de trabalho atual, “os estudantes informam ter o desejo de ficar numa companhia apenas enquanto o cargo estiver acrescentando algo à sua carreira”.<sup>11</sup>

Mas nem todo jovem estudante pode ser exigente. Para a maioria, os requisitos anunciados na imprensa apresentam obstáculos imensos. A seleção dos candidatos às “carreiras de sucesso” começa muito antes da escolha da carreira universitária ou da opção pela escolaridade superior. Para aqueles que podem investir numa boa formação escolar desde a infância<sup>12</sup>, a possibilidade de escolher uma carreira concorrida e conseguir uma vaga nas melhores universidades é maior do que para aqueles que só podem contar com a rede pública de ensino, cujas possibilidades de manter-se na escola dependem, muitas vezes, da suficiência das vagas noturnas. Somem-se a isto os custos com aulas de inglês, informática e principalmente, de um curso no exterior.

As diferenças podem ser observadas na origem familiar. Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) indicam uma clara diferença entre o desempenho dos alunos cujos pais têm maior grau de escolaridade e cujas famílias têm maior renda.

---

<sup>9</sup> Revista Você S.A., (03/99), p.38.

<sup>10</sup> Reportagem de Tatiana Chiari, “Como Estar na Mira das Empresas” In: Revista Veja, edição especial, n. 1, ano 2000, p.18

<sup>11</sup> Reportagem de Tatiana Chiari, “O que Quer a Geração 2000”, *Idem*, p.26-27.

<sup>12</sup> Segundo a reportagem de capa da revista Exame de 25/03/98, “nunca foi tão caro pertencer à lista de chamadas de uma boa escola particular. (...) Bancar os 11 anos de ensino fundamental e médio em algumas das melhores instituições de São Paulo pode ser uma aventura de mais de 120 mil dólares (baseados em valores de 98)”. Reportagem de Cláudia Vassallo, p.28.

Segundo uma matéria publicada em 22 de dezembro de 1999, na Revista Veja, “a nota dos estudantes cujos pais têm diploma universitário foi de 60,6 pontos. Para os filhos de pais que não completaram o ensino fundamental o desempenho ficou abaixo dos 46,6 pontos”. Segundo informações da Confederação Nacional dos Trabalhadores em educação, de cada dez alunos da rede pública, sete têm pais com ginásio incompleto. Além disso, “quanto maior é a renda familiar, melhor a *performance* dos alunos no exame. Filhos de famílias com ganhos mensais superiores a 6.800 reais chegaram a ter um desempenho 70% melhor que o dos estudantes com renda inferior a dois salários mínimos”.<sup>13</sup> As diferenças não se devem apenas à capacidade de arcar com as despesas de uma educação tão cara, mas também a uma estratégia familiar diferenciada em relação à educação: os filhos de famílias de camadas sociais mais altas tendem a começar a educação dos filhos muito mais cedo, colocando-os em escolas maternas e pré-escolas particulares, enquanto que os filhos das famílias de camadas sociais mais pobres, muitas vezes, só começam a ser alfabetizados quando entram na escola, em torno dos sete anos de idade.

A perda na qualidade do ensino na rede pública é reconhecida pelos educadores. Segundo Maria Ornélia da Silveira Marques, a discussão sobre a democratização e a qualidade da escola brasileira tem gerado vários debates sobre essas questões e, em geral, há concordância de que “houve um considerável aumento da oferta de matrículas e que esse aumento da oferta não foi acompanhado pela melhoria da qualidade da escola”.<sup>14</sup> Os principais fatores apontados para justificar esse problema são a má remuneração dos professores, as deficiências em sua formação didática e pedagógica e a falta de infraestrutura. Isso dificulta as chances de um estudante oriundo da escola pública conseguir uma vaga nas carreiras mais disputadas.<sup>15</sup>

Diante dessa realidade, o que o jovem que opta por fazer um curso superior pode esperar em termos de realizar suas expectativas quanto à escolha profissional, a universidade e as possibilidades de ascensão social por meio do trabalho?

---

<sup>13</sup> Reportagem de Eduardo Nunomura, “Alunos Quase Iguais”, Revista Veja, 22/12/99, pp. 71-72.

<sup>14</sup> Maria Ornélia da Silveira Marques, “Escola noturna e jovens”, Revista Brasileira de Educação, Mai-Dez de 1997, n<sup>os</sup> 5 e 6, p.63.

<sup>15</sup> Segunda uma matéria publicada na Veja de 28 de julho de 1999, “75% dos candidatos ao vestibular de Medicina da USP são oriundos da escola pública, mas eles só conseguem ocupar cerca de 20% das vagas. (...) Hoje, 45% dos matriculados nas universidades públicas estudaram em colégios públicos. Quando se olha para um curso de baixa procura, como pedagogia, a taxa de alunos oriundos das escolas públicas é de 60%”. A diferença está nos cursos mais disputados: em algumas carreiras, mais disputadas, 80% das vagas estão ocupadas por estudantes de escolas particulares. Reportagem de Maurício Lima, “Lugar Marcado”, pp. 46-47.

## 2 – A Emergência do Jovem Moderno

Estudar o jovem, conhecê-lo, falar sobre ele, impõe uma série de dificuldades. A juventude como tema sociológico apresenta ao pesquisador uma multiplicidade de questões e abordagens. Devido à amplitude do tema, era preciso escolher, recortar, delimitar. Existem muitas maneiras de falar sobre a juventude, assim como muitas “problemáticas” a serem abordadas. Existem também várias visões da juventude: visões generalistas, particularistas, voltadas para os problemas juvenis, ou preocupadas com a multiplicidade de suas formas de viver e de se manifestar. Era necessário, portanto, colocarmos-nos em relação à juventude, ajustar o foco, delimitar os temas, selecionar um grupo de jovens e, mais imprescindível ainda, colocar uma questão para ser investigada. Finalmente, contextualizar nossa abordagem e, realizada a investigação, interpretar os resultados. Só então estaríamos prontos para dizer alguma coisa sobre o jovem. Mesmo assim, o que quer que disséssemos não poderia ser uma metonímia do jovem, pois não é possível tomar a parte pelo todo num universo tão vasto como o da realidade juvenil.

Para falarmos sobre o jovem, era preciso um ponto de partida, uma definição, um conceito. De um modo geral, podemos dizer que há um consenso, entre os autores que tratam do tema, de que a juventude é uma construção social e cultural. Além disso, a juventude é essencialmente *limitada*, isto é, ela situa-se entre a dependência infantil e a autonomia da idade adulta e é *transitória*, pois é entendida como um período da vida humana que é seqüenciado por outro. A limitação da juventude no tempo é marcada pela idéia de que ela constitui uma *fase da vida* identificada por um início e por um término - marcos esses que, nas sociedades complexas modernas, têm se tornado cada vez mais indistintos. A grande variação nos limites que marcam o término da infância e o início da vida adulta que podemos observar nas diversas culturas, em diferentes épocas históricas, nos leva a considerar os limites fisiológicos e demográficos como inadequados para identificar a juventude como fase da vida. Tais limites, sociais e culturais, não são muito nítidos, o que a torna irredutível a uma definição estável e concreta. Mas, embora tais limites apresentem uma variação relativamente grande de uma sociedade para outra, toda sociedade constrói para si um conceito de adulto, assim como um conceito de jovem.<sup>16</sup>

Assim, parece-nos possível afirmar que a juventude é uma categoria social que pode sempre ser reconstruída, o que faz dela uma “realidade cultural carregada de uma imensidão de valores e de usos simbólicos”, e não apenas “um fato social simples,

---

<sup>16</sup> “Toda sociedade elabora uma noção ideal de ‘adulto’, na qual estão sintetizadas as suas aspirações mais ambiciosas, seus valores mais raros, suas normas mais características, numa palavra, a essência do seu *ethos*” Marialice M. Foracchi, *A Juventude na Sociedade Moderna*, ed. Pioneira, São Paulo, 1972, p.19.

analísavel de imediato”.<sup>17</sup> Acrescente-se a isso o fato de que não existe uma única juventude e que a diferenciação social e a desigualdade econômica têm aí um peso importante.

Historicamente, não é possível encontrar uma única definição de juventude válida para todos os contextos históricos e todas as épocas. Podemos dizer que a juventude, como todas as idades da vida, é um fenômeno social datado e, portanto, sujeito às mudanças no decorrer do processo histórico. A juventude como uma fase da vida singular e destacada surge em momentos específicos e torna a se diluir em outras épocas, em que não se estabelece uma relação particular com o jovem.

Para Angelina Peralva, a noção de uma fase da vida denominada juventude consolida-se lentamente no processo de constituição da modernidade. É na modernidade que ocorre o fenômeno que a autora denomina como “cristalização social das idades da vida”.<sup>18</sup> A cristalização social emerge quando deixa de existir a mistura e a indiferenciação entre os grupos etários e passa a haver uma separação entre os seres adultos e os seres em formação.

Segundo Philippe Ariès, não havia na Idade Média a separação entre o mundo infantil e o adulto: as crianças eram misturadas com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas. A vida coletiva englobava todas as idades, sem permitir tempo para a solidão e para a intimidade. Os povos da Antigüidade pressupunham a diferença e uma passagem entre o mundo dos adultos e o das crianças, mediante uma iniciação ou uma educação, esquecida durante a Idade Média e retomada no início dos tempos modernos.

Primeiramente, há uma transformação no âmbito da família, especialmente da família burguesa, quando ocorre uma separação mais nítida entre o espaço familiar e o mundo exterior, assim como uma redefinição do lugar da criança no interior da família.

« Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos. Essa nova preocupação com a educação pouco a pouco iria instalar-se no seio da sociedade, e transformá-la de fio a pavio. (...) O extraordinário desenvolvimento da escola no século XVII foi uma consequência dessa nova preocupação dos pais com a educação das crianças. » (Ariès, 1981:277)

---

<sup>17</sup> Levi, Giovanni & Schimitt, Jean-Claude (orgs.) , *História dos Jovens*, vol. 1, Cia das Letras, São Paulo, 1996, p.8.

<sup>18</sup> Angelina Peralva, “O jovem como modelo cultural”, *Revista Brasileira de Educação*, Mai-Dez de 1997, n<sup>os</sup>. 5 e 6, p.16.

A formação da criança era atribuída à família, responsável por ensinar os ofícios e treinar as capacidades da criança. Além disso, a família desempenhava um papel predominante na determinação dos valores, normas e atitudes que deveriam ser transmitidos. A família era entendida como uma entidade social, concentrando uma multiplicidade de atividades: produção econômica, consumo, procriação, socialização das crianças e atividades de lazer. Nas sociedades rurais tradicionais, as crianças participavam das atividades domésticas e de produção e, portanto, tinham uma participação importante no trabalho agrícola. A economia era basicamente de subsistência, onde cada unidade familiar produzia a maior parte do que consumia. O investimento financeiro nas crianças era mínimo comparado ao investimento em capital social<sup>19</sup>, caracterizado pela transmissão dos conhecimentos de produção e manutenção, assim como crenças e valores que garantiam a reprodução social.<sup>20</sup>

Nas comunidades onde predominavam as atividades de manufatura e comércio, as crianças passavam por um processo de aprendizagem das habilidades de produção e também das atividades domésticas. Isso foi possível enquanto a unidade de produção era o próprio ambiente doméstico.

A Revolução Industrial trouxe modificações importantes. Com a industrialização, os grandes deslocamentos populacionais e o rápido crescimento dos centros urbanos, a presença da comunidade foi ofuscada. A transferência de contingentes populacionais dos meios rurais para os centros industrializados trouxe consigo o adensamento populacional e das atividades econômicas concentradas nos meios urbanos. Houve um incremento ainda maior da separação entre o lar doméstico e a atividade produtiva do homem, que precisou se deslocar cada vez mais para os locais de trabalho. Nas cidades, as áreas industriais e comerciais foram separadas dos subúrbios residenciais. A atividade economicamente produtiva do lar foi transferida para a fábrica ou para o escritório. O pai de família passou a

---

<sup>19</sup> O conceito de capital social é um conceito complexo, introduzido por Loury (1977;1987) e desenvolvido por Coleman (1994). O capital social é gerado quando as relações entre as pessoas são modificadas de modo a facilitar a ação. É a organização social das relações de uma dada sociedade, nas suas mais variadas formas e instituições, que constitui o seu capital social, isto é, a estrutura de relações sociais inter e intra-pessoais presentes na família, na comunidade, nas instituições formais, nas comunidades religiosas etc. O capital social pode ser definido por sua função, que é facilitar as ações individuais no interior da estrutura social. Esse capital é complementar ao capital humano, criado pela capacitação e profissionalização das pessoas por meio da educação formal e do aprendizado das habilidades de produção.

<sup>20</sup> “A especificidade da infância era motivo para polêmicas e controvérsias cuja temática central era a oposição entre educação e instrução. As escolas ofereciam um ensino enciclopédico, desde os sete anos de idade, enaltecendo os alunos que, bem cedo, conseguiam passar por sabatinas e arguições das mais difíceis. (...) No entanto, a escola só poderia cumprir o seu papel se a educação doméstica cumprisse a sua finalidade: o estabelecimento dos princípios morais. (...) Portanto, era no lar que a base moral deveria ser plantada, sem confundir educação com instrução. (...) estabelecidos os devidos papéis sociais, caberia à família, educar e à escola, instruir. Co isso estavam supostamente garantidos a manutenção e reprodução dos ideais propostos para a constituição do mundo adulto”. Ana Maria Mauad, “A Vida das Crianças de Elite durante o Império” In: Mary Del Priore (Org.) *História das Crianças no Brasil*, Ed. Contexto, São Paulo, 1999, pp. 150-156.

sair de casa e vender sua força de trabalho em troca de um salário, o qual passou a ser a fonte de subsistência da família. O desenvolvimento tecnológico criou a necessidade da especialização, destituindo a família de sua posição hegemônica como fonte primária de socialização da criança. O treinamento da criança nas habilidades produtivas deixou de ser atributo da família e passou a ser papel da escola. Nesse contexto, a escolarização deixou de ser um atributo reservado às elites e ampliou-se para as demais camadas sociais. Nesse sentido, aumentou a importância da educação e conseqüentemente, o investimento financeiro na criança. Paralelamente a isso, surgiu um interesse da família em investir nas novas gerações, no sentido de garantir o futuro da criança, a perpetuação do patrimônio e a possibilidade de se manter na velhice.

Posteriormente, outras atividades tradicionalmente desenvolvidas no interior dos círculos familiares foram transferidas para instituições externas. A mulher também passou a trabalhar fora, e as atividades de cuidar das crianças pequenas, preparação das refeições, limpeza e manutenção da casa, começaram a ocorrer fora da casa e passaram para a responsabilidade de terceiros. Diminuiu a convivência familiar, inclusive com os avós, acentuou-se a separação entre as gerações e houve uma franca diminuição do papel da família no processo de socialização. O pouco capital social que lhes é transmitido faz com que os jovens invistam em outras relações de sociabilidade, principalmente com o grupo de amigos. A transferência para instituições formais do cuidado com as crianças e idosos (ambos constituindo faixas etárias dependentes) é indicador da transformação das relações de dependência mútua da família. Os custos do investimento total na criação dos filhos diminuíram o incentivo e o desejo de se ter filhos: nas sociedades européias ocidentais e em largas camadas da sociedade norte-americana, as famílias têm menos filhos, mais tarde, ou nem mesmo os têm.

Finalmente, a responsabilidade pela preparação para a vida adulta passou a caber também ao Estado, o qual tomou para si “de forma voluntária e sistemática, múltiplas dimensões da proteção do indivíduo, entre elas e, sobretudo, a educação, quando a escola tornou-se, no século XIX, uma instituição definitivamente obrigatória e universal, escapando à iniciativa aleatória e intermitente da sociedade civil”.<sup>21</sup> O Estado, desse modo, institucionalizou as fases da vida, e passou a atuar, para a família contemporânea, como mediador dos dispositivos que lhe garantem a reprodução social. A definição da infância e da juventude tornou-se uma construção cultural e uma categoria administrativa, jurídica e institucional. Passou-se a admitir que havia idades às quais estavam associados certos direitos e atributos de maturidade, e que o ciclo da vida estaria disposto segundo a seqüência infância – maturidade e velhice. Surgiram também delimitações médicas,

psicológicas e pedagógicas: o recém-nascido, a primeira infância, a adolescência, a juventude, o adulto, a terceira idade.

Aqui é preciso fazer uma distinção entre *adolescência* e *juventude*. A adolescência é ordinariamente definida como a fase da vida que se interpõe entre a infância e a vida adulta. Segundo Phillipe Ariès, a adolescência como uma fase socialmente distinta surgiu no processo de desenvolvimento da sociedade moderna ocidental.<sup>22</sup> Para esse autor, a adolescência, como fenômeno social, apareceu na Alemanha wagneriana e chegou à França no início do século XX - o século da adolescência, segundo Ariès. A partir da Primeira Guerra Mundial, “a adolescência se expandiria, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente. (...) Assim, passamos de uma época sem adolescência a uma época em que a adolescência é a idade favorita. Deseja-se chegar a ela cedo e nela permanecer por muito tempo”.<sup>23</sup>

No entanto, nas sociedades modernas, a passagem para a vida adulta não se dá imediatamente após a adolescência. De maneira geral, há um consenso de que a adolescência seria a idade dos *teens*, isto é, a idade da vida que vai mais ou menos dos treze (*thirteen*, em inglês) aos dezenove anos (*nineteen*). Nesse período, o indivíduo alcança a maturidade física, mas ainda não é necessariamente uma pessoa adulta<sup>24</sup>, ou seja, que atingiu a plena maturidade social e moral.

Desse modo, o indivíduo que já saiu da adolescência, mas ainda não é adulto, é considerado *jovem*. Além disso, muitas vezes, a adolescência, entendida enquanto idade da vida que se caracteriza por um determinado tipo de comportamento, e não como uma idade na qual ocorrem transformações físicas características, confunde-se com a juventude e há um entrelaçamento entre as duas idades da vida.

---

<sup>21</sup> Angelina Peralva, *Ob. Cit.*, p.16.

<sup>22</sup> “Ao contrário do que muitos pensam, o termo adolescente já existia, no entanto, seu uso não era comum no século XIX. A adolescência demarcava-se pelo período entre 14 e 25 anos, tendo como sinônimos mais utilizados mocidade ou juventude”. Ana Maria Mauad, *Ob. Cit.*, p.140.

<sup>23</sup> Philippe Ariès, *História Social da Criança e da Família*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981, pp. 46-47.

<sup>24</sup> “Tornar-se adulto não equivale apenas a deixar de ser adolescente. Assumir-se como adulto corresponde ao esforço de colocar-se diante das opções de vida que o sistema apresenta e enfrentá-las como tais”. Marialice Foracchi, *Ob. Cit.*, p.30

### **3 – Proposta de investigação**

#### **3.1. A importância das diferenças etárias e a função social da transição**

Do ponto de vista sociológico, a idade e as diferenças etárias são de grande importância, tanto para o sistema social, como para a personalidade individual. Segundo Eisenstadt (1976[1956]), durante sua vida, o ser humano passa por diferentes fases etárias e, em cada uma, adquire e usa diferentes capacidades biológicas e intelectuais. Cada fase constitui um passo irreversível no desenrolar de sua vida, na qual executa várias tarefas e assume diversos papéis em relação a outros membros de sua sociedade. Para o autor, a capacidade inerente de aprender e adquirir padrões de comportamento é a base sobre a qual se estabelece a continuidade social. Mas o aprendizado humano só pode se efetuar por meio da comunicação e do aprendizado com outros seres humanos, ou seja, mediante a *socialização*. O processo de socialização é entendido como um processo de influências sociais orientado para a integração dos jovens num sistema existente de relações e valores sociais<sup>25</sup>, o qual pode se dar de maneira contínua – quando os jovens são socializados, sem grandes atritos, segundo normas e valores predominantes entre as gerações mais velhas -, ou com rupturas, conflitos ou crises intergeracionais – quando as descontinuidades entre as gerações se traduzem numa clara tensão ou confronto. A socialização é efetuada por intermédio do vínculo da criança com os adultos. Tal ligação, difusa e generalizada, transmite à criança a segurança necessária para que ela possa desenvolver suas capacidades, tendo em vista as expectativas e o desempenho de papéis. A importante ligação e identificação que observamos no processo de aprendizagem tende a acentuar a diferença entre os vários estágios etários.

«A função das definições de idade diferenciais é tornar o indivíduo capaz de aprender e adquirir novos papéis para tornar-se um adulto etc., e, desta maneira, manter a continuidade social. Dá-se ênfase à diferença entre a criança e o adulto para permitir que a criança se torne um adulto; e sua identificação com o adulto só pode ser mantida se ela se vê numa relação significativa (ainda que de oposição) com o adulto. Porém, ainda mais importante é o fato de que, em última análise, a criança deve tornar-se um adulto. Deve, portanto, desenvolver algumas expectativas com relação a seus

---

<sup>25</sup> “É o processo pelo qual o ser humano absorve uma cultura, ou possivelmente várias culturas, durante o seu período de vida. (...) A socialização não é simplesmente o processo de aprendizagem dos conhecimentos específicos da tecnologia, língua e organização social, porém igualmente implica a aprendizagem dos comportamentos culturais definidos por uma determinada sociedade. Durante o processo de aprendizagem de um comportamento cultural, que se estende da infância até a morte, o ser humano deve igualmente aprender a se ajustar emocionalmente ao impacto dos controles sociais, que lhes foram apresentados por seus pais, parentes mais velhos, professores, empregadores e outros substitutos culturais”. Allison Davis, “A Socialização e a

futuros papéis como um adulto, para incluí-los em sua perspectiva de vida, em sua própria percepção do seu futuro. Uma tal relação não pode ser mantida se diferenças etárias são acentuadas como completamente dicotômicas e não relacionadas. » (Eisenstadt, 1976[1956]:7-8)

A significação das diferentes idades e a extensão e limites das idades, que formam as faixas etárias, variam de uma sociedade para outra. Não se conhece, todavia, nenhuma sociedade que não distinga as várias idades e não as defina, por meio de normas e valores de sua tradição cultural. Em todas as sociedades humanas, esse processo biológico de transição pelas diferentes fases etárias, ou seja, o processo de crescimento e envelhecimento, está sujeito a definições culturais que atribuem a cada grupo etário as suas características básicas. Além disso, ele se torna uma base para a definição dos seres humanos, para a formação de atividades e relacionamentos mútuos e para as diferentes distribuições dos papéis sociais.

No entanto, as características de um grau etário não podem ser totalmente compreendidas, exceto na sua relação com as características de outros graus. Um grau etário só pode ser compreendido nos termos de sua relação com o outro, pois somente quando considerados conjuntamente é que constituem o mapa total das possibilidades e dos potenciais da vida humana.

A vida social carrega algumas necessidades e exigências, sendo uma das principais a de estabelecer as condições para a perpetuação de sua própria estrutura, normas, valores etc. É por essa razão que a passagem de um indivíduo pelos diferentes estágios da vida não é algo que diz respeito somente a ele, “mas uma questão de importância crucial para todo o sistema social”.<sup>26</sup>

É nessa passagem que o ser humano aprende as normas e valores da sociedade à qual pertence e passa a ser um membro integrante e ativo. Esse aprendizado faz parte do que a Sociologia em geral define como processo de socialização. Para que o processo de socialização seja bem sucedido, isto é, para que os padrões de comportamento se conformem às normas e expectativas de papéis de uma sociedade, é preciso um alto grau de integração da personalidade e o desenvolvimento de certas atitudes individuais. Desse modo, o indivíduo socializado deve ter capacidade para obedecer às pessoas investidas de autoridade, para cooperar com seus iguais e estar predisposto a aceitar responsabilidades e assumir autoridade perante outras pessoas. O aprendizado dessas atitudes ocorre na

---

Personalidade Juvenil”, tradução de Esperança Lourdes de Franco Netto, In: *Sociologia da Juventude*, vol. 2, Britto, Sulamita de (org.), ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1968, p.29

<sup>26</sup> *Idem*, pp.4-5.

relação de interação com os chamados “agentes socializantes”, ou seja, a família, a escola, o Estado etc.

Eisenstadt observa que, na maioria das sociedades, a realização plena da qualidade de membro é definida em termos da *transição* de um grau etário para outro. Aí reside a importância da diferenciação etária e a interação dos membros de diferentes graus etários para a continuidade do sistema social. Mesmo que as faixas etárias variem de uma sociedade para outra (tanto no que se refere ao número de anos que compreendem quanto ao número de graus etários que consideram existir), praticamente em todas as sociedades a aquisição do *status* de adulto ou de plena qualidade de membro do sistema social é enfatizada como um momento crucial. Em geral, o ingresso na vida adulta parece coincidir com o período de transição da família de orientação para a de procriação, pois é nessa transição que se dá a mudança definida dos papéis associados à idade, de *receptor* a *transmissor* de tradição cultural.<sup>27</sup> Outros autores também consideram que

« As características essenciais do *status* de adulto se manifestam por intermédio da independência emocional e da independência econômica, ou seja, a partir do momento em que se constitui a família de procriação. O casamento é, por conseguinte, um dos critérios formalmente estabelecidos para reconhecimento da condição social de adulto ou, noutros termos, para a efetivação da independência. » (Foracchi, 1965:78)

O indivíduo passa então a ser *responsável* “porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e aprovisionamento)”.<sup>28</sup> A partir do momento em que o jovem acumula essas responsabilidades, ele adquire o estatuto de *adulto*.

Normalmente, nas sociedades humanas, a mudança de papéis ou a passagem para uma outra faixa etária é marcada por cerimônias ou ritos de passagem de diversos tipos, onde a interação dos vários graus etários e gerações é intensificada de várias maneiras simbólicas ou rituais. No entanto, nas sociedades “de tipo moderno”, os limites de início e de término desse momento de transição não são claramente demarcados por rituais de passagem socialmente reconhecidos.

---

<sup>27</sup> Segundo Eisenstadt, “um dos principais critérios de definição da idade adulta é a maturidade sexual legítima, i.e., o direito de constituir família e não simplesmente o direito à relação sexual.” *Idem*, p.10.

<sup>28</sup> José Machado Pais, *Culturas Juvenis*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1994, p.24.

### 3.2. Apresentação do problema

Tradicionalmente, consideramos que os elementos principais da transição para a vida adulta são colocados nessa seqüência: o término dos estudos → integração na vida ativa → abandono do lar familiar → constituição de uma nova família → ter filhos. Contudo, os resultados de diversas investigações sociais, conduzidas principalmente no contexto europeu, indicam que as etapas tradicionais dessa transição – sair de casa, o casamento, conseguir um emprego – atualmente são reversíveis, de tal modo que o jovem pode percorrer diversos estágios “intermediários” antes de se tornar efetivamente uma pessoa adulta. É o que José Machado Pais chama de “geração iô-iô”. A seqüência mesma desses eventos não possui uma linearidade uniforme: sair de casa nem sempre coincide com o término do curso escolar ou com o casamento, pois os jovens podem arranjar seu primeiro emprego ainda como estudantes ou podem morar junto com um(a) companheiro(a) antes de conseguir um emprego estável.<sup>29</sup> As tradicionais distinções entre estudante/não-estudante, trabalhador/não trabalhador, solteiro/casado foram superadas por uma multiplicidade de estados intermediários e reversíveis de natureza transitória.

A “geração iô-iô” experimenta, assim, uma temporalidade cíclica, uma vez que a vida cotidiana dessa geração não segue uma trajetória linear, mas incorpora um “princípio de reversibilidade”. Isto significa que o jovem que abandona os estudos e espera começar uma carreira, ao não conseguir um trabalho, pode sentir que fez uma opção errada e escolher outra carreira, ou sentir que ainda não está suficientemente preparado para o trabalho e, por isso, pode buscar uma especialização, voltando a estudar. Esse princípio também pode ser observado em relação à vida familiar. Há algumas décadas, sair de casa, em geral, significava o casamento. Hoje, entretanto, sair de casa para estudar, trabalhar ou mesmo experimentar uma vida independente é comum, e muitos jovens que saem da casa dos pais não deixam de manter laços de dependência com a família. Por outro lado, o casamento não necessariamente significa o abandono definitivo do lar familiar, uma vez que muitos jovens divorciados voltam a viver com os pais.

Chamboredon (1985) considera que há tanto uma multiplicidade como uma desconexão das diferentes etapas de entrada na vida adulta, ou seja, uma dissociação no exercício de algumas funções adultas, como por exemplo, o exercício da sexualidade a partir da adolescência, fora do contexto das funções reprodutivas e familiares, e a posse de alguns atributos separada do seu exercício imediato, como por exemplo, a posse do diploma sem o imediato ingresso no mercado de trabalho. Esses seriam elementos importantes para o estudo dos jovens nos dias atuais.

---

<sup>29</sup> José Machado Pais, “Routes to Adulthood in a Changing Society” In: Education Policy, 1993, vol. 8 n.º 1, p.14.

Como vimos, à medida que a escolarização se difunde e o Estado regulamenta a idade legal para o início do trabalho, a criança e o jovem são progressivamente afastados do mundo do trabalho, retardando a entrada na vida adulta. Podemos mesmo dizer que “a escolarização avança *contra* o trabalho, contribuindo com sua lógica própria para a modulação social das idades da vida”.<sup>30</sup> Nos países onde houve um alargamento da escolaridade obrigatória vinculada à democratização do ensino, observa-se que um número cada vez maior de jovens tem passado um número cada vez maior de anos na escola. A principal conseqüência disso é que os jovens entram mais tarde na vida ativa e também se casam mais tarde.<sup>31</sup> Esse fenômeno, que pode ser identificado como um “prolongamento da juventude”,<sup>32</sup> é uma constatação já bastante aceita pela sociologia em relação às sociedades européias.

De fato, essa constatação parece bastante generalizada - e há razões sócio-econômicas para isso. A principal razão apontada é a dificuldade de entrar no mercado de trabalho,<sup>33</sup> cujas causas estão diretamente associadas às transformações do mercado de trabalho na Europa desde os anos 70 e no Brasil mais recentemente, desde a abertura econômica nos anos 90. Os pesquisadores têm observado que o processo de transição para a vida adulta, especificamente no que concerne à inserção profissional, tem passado por um período relativamente longo de indeterminação de estatuto. “Saídos do sistema de ensino, precocemente ou não, sem diplomas ou com diplomas desvalorizados, um apreciável número de jovens passa por um período de *interregno* entre a escola e o emprego”.<sup>34</sup>

---

<sup>30</sup> Angelina Peralva, *Ob. Cit.*, p.17.

<sup>31</sup> “As transformações observadas nos sistemas escolares ao longo do século, que definiram um alongamento da permanência no interior da escola para novos segmentos sociais e as condições diferenciadas de acesso ao mundo do trabalho – sem significar a formação de uma nova unidade conjugal ou o abandono da casa paterna – exigiram novas modalidades de compreensão dessa passagem, sobretudo nas sociedades urbanizadas, tanto centrais como periféricas.” Marília Pontes Sposito, “Estudos sobre juventude em educação”, *Revista Brasileira de Educação*, 1997, p.40.

<sup>32</sup> Segundo a psicóloga Lydia Rosemberg Aratangy, “a adolescência está ‘espichando para os dois lados’. ‘O despertar prematuro da sexualidade encurta a infância e a dificuldade de entrar no mercado de trabalho adia a vida adulta’ diz.” Para Lydia, “liberdade e independência” estão coexistindo com dependência econômica. Fontoura, C., e Pereira, P. “Os Eternos Adolescentes” In: *O Estado de São Paulo*, 31/08/97, ps. C1 e C3

<sup>33</sup> A dificuldade de entrada dos jovens no mundo do trabalho é um problema social que, segundo José Machado Pais, “é extensiva a toda a Europa Ocidental e que, entre outras razões, se deve ao *baby boom* posterior à Segunda Guerra Mundial, e tem afetado principalmente os jovens. Em Portugal, de acordo com o XII Recenseamento Geral da População, 62% da população desempregada portuguesa diz respeito a jovens de 15 aos 24 anos. As dificuldades de acesso a um emprego refletem-se nas dificuldades de acesso à habitação. Alguns jovens recém-casados vêm-se forçados a coabitar com os pais, o que pode também constituir uma fonte de ‘problemas’, para já não falar dos que retardam a idade de casamento e continuam a viver com os pais, por dificuldades de obtenção de emprego e casa própria”. José Machado Pais, *Culturas Juvenis*, *Ob. Cit.*, p.24. No Brasil, tais dificuldades refletem a continuidade da crise mundial do emprego, especialmente em metrópoles extensamente povoadas e com um mercado de trabalho altamente concorrido, como São Paulo.

<sup>34</sup> José Machado Pais, “Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida”, In: *Análise Social*, vol. Xxvi (114), 1991, p.960.

Os fatores que teriam contribuído para essas dificuldades seriam o enxugamento das colocações de trabalho devido ao desenvolvimento tecnológico, o engessamento da legislação trabalhista em torno da garantia do emprego estável (o que teria contribuído para a expansão dos contratos temporários e conseqüentemente, para a precarização do trabalho), a periferização dos jovens em torno do “mercado de trabalho secundário” (caracterizado pelas ocupações informais de grande rotatividade), e a crescente segmentação do mercado de trabalho.

No entanto, para Machado Pais,

« a noção de “passagem” ou de “transição” *integra*, mas ao mesmo tempo *ultrapassa*, a de *inserção profissional*, na medida em que nessa passagem ou transição se joga, ao mesmo tempo que a entrada no mercado de trabalho, o acesso a outras características socialmente atribuídas ao estatuto de adulto. » (1991 :946)

A escolha da carreira profissional é um dos passos mais importantes dados pelo jovem na transição para a vida adulta. Mas a transição não é apenas a passagem da escola para o trabalho, e sim um processo complexo que vai desde a adolescência até a plena emancipação e inclui a formação escolar, as experiências de trabalho que precedem o emprego estável, a formação profissional plena e a autonomia familiar.

Segundo Joaquim Casal (1996), no contexto europeu, o termo “transição”, aplicado ao processo de inserção social e profissional dos jovens é de uso recente e refere-se à crise do mercado de trabalho da metade dos anos 70. Sociologicamente e politicamente, esse termo tem sido utilizado para tratar da passagem da escola para o trabalho ou do complexo processo de emancipação.

A transição como “passagem escola-trabalho” foi um discurso dominante, sobretudo entre as instâncias políticas, durante a década de 70 e o início dos anos 80, e refere-se ao tempo de espera entre a saída do sistema educacional e o acesso à atividade de trabalho. Tal perspectiva pressupunha três categorias juvenis: os jovens estudantes, os jovens desempregados que ainda procuram o primeiro emprego e os jovens trabalhadores.

A transição, como processo e como sistema, é uma perspectiva mais ampla que se consolidou na segunda metade dos anos 80. A partir de então, a transição passou a ser considerada não apenas como a passagem da escola para o trabalho, mas como uma articulação complexa de processos de formação, inserção profissional e emancipação familiar. Nesta perspectiva, portanto, a “transição” é definida como um sistema de dispositivos institucionais e processos biográficos de socialização, inseridos num determinado contexto sócio-histórico que, de forma articulada, intervêm na vida das pessoas

desde a puberdade e conduzem à aquisição de posições sociais que projetam o sujeito jovem à emancipação profissional, familiar e social.

«El paso de la adolescencia social e la emancipación familiar se construye socialmente en un marco sociopolítico determinado que configura “un sistema de transición”. El “sistema de transición” es socio-histórico. El desarrollo de los sistemas formales de formación y el papel activo del Estado sobre la inserción y el mercado de trabajo configuran la base del actual “sistema de transición”. » (Casal, 1996:122)

O contexto socio-histórico é constituído por dois eixos: um longitudinal, de carácter histórico, que permite situar a transição em tempos ou períodos diversos de desenvolvimento social; e um eixo transversal, que permite situar a transição quanto ao contexto socio-económico em que vive o jovem (país, região, comunidade), os fatores de desigualdade social e os modelos de orientação social (familiares, institucionais, informais).

Aos processos de carácter biográfico corresponde um conjunto articulado de ações do sujeito em torno da formalização de expectativas de futuro, estratégias, tomada de decisões e usos particulares dos recursos sociais. De certa forma, as trajetórias percorridas pelos jovens são resultado dessa trama complexa de decisões.

Além disso, a transição depende de uma rede complexa de instituições sociais que intervêm configurando e regulamentando as formas que esta assume: um sistema educativo que diversifica as trajetórias de formação e certificação, além de um sistema de formação profissional e ocupacional, as regulações em torno da organização do trabalho, do sistema produtivo e do mercado de emprego.

A articulação destas três dimensões compõe o que os pesquisadores chamam de “sistema de transição”. Segundo Carmen Elejabeitia, essa transição

«vive una inestabilidad profunda que está dando lugar en los jóvenes a trayectorias de inserción diversas y multiformes que a su vez ponen en evidencia los profundos cambios que agitan al sistema educativo, encrespan al de trabajo y bullen en el familiar. » (1996 :68)

Estudos conduzidos com jovens em Portugal (Pais, 1991) sugerem que as diferentes transformações no mercado de trabalho e no sistema de emprego têm induzido importantes modificações nas modalidades de entrada na vida profissional e ativa. Contudo, é preciso questionar: Será que todos os jovens são afetados pelas dificuldades de inserção profissional? Será que as modalidades de transição dos jovens para a vida ativa aparecem

exclusivamente, ou principalmente, determinadas pelas modalidades de inserção profissional, pela crise econômica e pelas transformações de natureza econômica?

Em geral, são as transformações de ordem econômica que têm direcionado as investigações sobre os jovens. Sem dúvida, elas são cruciais para a compreensão das novas clivagens observadas no processo de transição para a vida adulta, mas é preciso considerar que, paralelamente a elas, também ocorrem transformações de ordem social, familiar e mesmo individual, assim como dos sistemas de valores que lhes estão associados, e que afetam de maneira contundente esse mesmo processo.

« Os jovens encontram-se – como alvos e protagonistas ou atores – no centro destas duas ordens de transformações, na medida em que estas afetam, de modo muito significativo, as formas individuais e sociais de transição para a vida adulta em aspectos como inserção econômica, independência econômica, constituição de lar próprio, comportamentos em relação ao consumo, ao dinheiro e ao lazer, comportamentos familiares, estratégias matrimoniais e respectivos sistemas de valores. » (Pais, 1991 :946)

Os resultados dos estudos indicam que as formas de transição para a vida adulta aparecem também associadas à emergência de novos modos de vida, cujo conteúdo, natureza e diversidade parecem tornar obsoletas algumas teses que procuravam interpretar as dificuldades de inserção profissional dos jovens e as suas atitudes perante o trabalho de uma forma particularmente economicista e homogeneizante.

A questão que se coloca é a de investigar de que maneira ocorrem as articulações entre as diversas ordens de transformações e a forma como elas convergem na conformação dessa fase crucial do curso de vida, que é a passagem para a vida adulta.

Um exemplo de como essa investigação pode ser feita é um estudo realizado na Espanha, a partir de 1987, pelo GRET (Grupo de Recerca Educació i Treball)<sup>35</sup>, cujo objetivo era identificar os itinerários de transição dos jovens. Nesse estudo, foi construída uma tipologia de modalidades de transição, baseada em dois eixos: uma variável temporal, que indica o tempo que demora um jovem para conseguir objetivos substantivos na transição quanto à inserção profissional e, sobretudo, à emancipação familiar; e uma variável que mede as expectativas de posicionamento social, a qual se refere ao campo das aspirações reais de posicionamento social e à tomada de decisões diante da transição profissional. Quanto à primeira variável, os jovens podem obter resultados lentamente ou de maneira precoce. (Transição tardia e transição precoce). Quanto à segunda variável, os

---

<sup>35</sup> Joaquin Casal, “Modos Emergentes de transición a la vida adulta”, In: Jovens em Mudança – atas do congresso internacional Growing up between centre and periphery, Lisboa, 2 a 4 de maio de 1996.

jovens podem definir, tanto expectativas altas ou elevadas de posição social (exigências quanto à carreira profissional, êxito na formação, estratégias diante do trabalho), quanto expectativas baixas, em que a formação básica ou especializada é curta e a passagem para o mercado de trabalho ocorre geralmente na adolescência.

Casal (1996) identificou cinco modalidades distintas de transição:

Modalidade 1 – Êxito precoce: Identifica os casos dos jovens que definem expectativas altas de carreira profissional (mediante formação regular prolongada, mas não exclusivamente). Essa trajetória sugere itinerários de formação com êxito e sem rupturas e uma passagem para a vida ativa rápida e com sucesso. O ajuste entre as expectativas prévias ou iniciais e os resultados finais não implica demoras.

Modalidade 2 – Trajetórias operárias: Identifica os casos dos jovens orientados para a “cultura do trabalho” manual e pouco qualificado, que têm um horizonte muito limitado quanto à formação e se profissionalizam mais em função da necessidade, do que por opção pessoal, e de maneira precoce.

Modalidade 3 – Trajetórias desestruturadas: As expectativas de posicionamento social são baixas e as trajetórias escolares tendem a ser erráticas. A particularidade dessa modalidade é o bloqueio sistemático da inserção no trabalho: a trajetória é impregnada de situações de desemprego crônico e entradas circunstanciais no mercado de trabalho secundário. A maior parte da atividade se desenvolve na economia marginal ou informal.

Modalidade 4 – Trajetórias precárias: A inserção profissional precária é definida pelos resultados negativos com relação ao mercado de trabalho: desemprego, rotatividade e sub-ocupação. Trata-se de uma situação de retardamento da transição de jovens com expectativas de posição social tanto altas, quanto baixas, e trajetórias de formação longas ou curtas. A diferença em relação ao caso anterior está antes na instabilidade da inserção do que no desemprego crônico.

Modalidade 5 – Aproximação sucessiva: Trata-se de uma modalidade de transição definida por expectativas altas de ascensão social em um contexto onde as decisões tomadas resultam confusas ou difíceis e onde a margem de erro é bem mais alta. É uma modalidade de transição dominada pela tentativa e erro, o que implica necessariamente um atraso importante na obtenção de sucesso na carreira profissional e na emancipação familiar. Essa forma pressupõe escolarização prolongada, experiências de trabalho prévias à inserção definitiva, precariedade, sub-ocupação etc. Descreve uma trajetória de inserção dominada pelo ajuste contínuo de expectativas e o alcance gradual de sucessos parciais. A emancipação familiar é retardada, o que implica prolongar, por mais tempo do que o desejado, a permanência na família de origem.

Atualmente, desde o final da década de 70, na Europa, predominam as modalidades 3, 4 e 5. Tal conjuntura não se deve somente às transformações econômicas, mas também a transformações estruturais, muito mais profundas. Segundo Casal, a modalidade de “aproximação sucessiva” constitui o núcleo principal da compreensão do fenômeno atual do atraso da emancipação: quanto mais altas são as expectativas de posição social (construídas geralmente na interação entre família e escola), mais complexo, mais longo e mais difícil é o processo de transição.<sup>36</sup> Esse fenômeno atinge, principalmente, os jovens que partem de uma origem social mais baixa e possuem expectativas relativamente altas, e os jovens que partem de posições mais altas e se vêem obrigados a desenvolver novas estratégias para assegurar o mesmo padrão de vida.

Segundo Marialice Foracchi, a transição é

« um ponto de inflexão crítico, constituído pela passagem da condição de jovem para a condição de adulto. Na sociedade moderna, como se sabe, essa transição é especialmente difícil devido à complexidade das formas de organização social, à variedade das alternativas de vida que se oferecem para o jovem, às contradições inerentes à passagem da família de orientação para a família de procriação, às incertezas quanto ao próprio destino pessoal etc. » (1972: 22-23)

A transição para a vida adulta não é apenas uma questão de mercado, ela é também uma questão política e social. Desse modo, ela não pode ser investigada somente a partir dos indicadores sócio-econômicos tradicionais do emprego, mas a partir das múltiplas possibilidades de entrada na vida adulta. Não pretendemos, com isso, no universo amplo e extremamente complexo da juventude brasileira, identificar todas as modalidades de transição como exemplificadas acima. Ao realizar um estudo sobre o processo de transição para a vida adulta, procuramos ir além da questão da inserção profissional e verificar outros elementos que conformam as diversas etapas da transição. Nosso objetivo é apreender o processo em diversas dimensões, ou seja, considerando a possibilidade de o jovem, antes de sua inserção no mercado de trabalho, optar por fazer um curso superior; antes de afirmar um compromisso conjugal com um(a) companheiro(a), optar pela experiência da coabitação antes do casamento; antes de abandonar o lar familiar, optar pela independência econômica sem sair da casa dos pais. Para que essa etapa fundamental do desenvolvimento social e humano do indivíduo seja analisada em suas múltiplas possibilidades, é preciso considerar sob que condições ela se processa, quais são os fatores que influenciam os diversos direcionamentos que ela pode tomar e de que modo esses elementos, articulados entre si,

---

<sup>36</sup> *Idem*, p.138.

se refletem nas expectativas e perspectivas delineadas pelo jovem em relação ao seu futuro como adulto.

#### **4 – Orientações da Pesquisa**

Ao entendermos a juventude como uma categoria social dotada de uma particularidade singular, sua transitoriedade, recolocamos a possibilidade, do ponto de vista sociológico, de propor um novo questionamento da juventude. Esse questionamento, em primeiro lugar, impõe algumas dificuldades, não apenas no que se refere à amplitude da tarefa que pretendemos executar, mas também no próprio desafio que é compreender o jovem de uma sociedade tão complexa e multifacetada como a sociedade brasileira atual.

A primeira dificuldade é a própria definição de juventude. Ao pressupor que a noção de jovem é uma construção social, que pode ser apreendida pelo pesquisador, consideramos que também é possível percorrer o caminho inverso, partindo de uma *construção sociológica* da idéia de jovem. Não pretendemos com isso, porém, criar um modelo ao qual a observação da sociedade deve se ajustar, mas antes, um ponto de partida, um conceito de jovem que podemos contrapor à realidade, questionar e redefinir. Por outro lado, a noção de jovem não é uma categoria que pode ser definida por si mesma, mas como já foi explicitado por Eisenstadt, é uma categoria de grau etário que só pode ser definida quando colocada em oposição a outra. Desse modo, um conceito de jovem implica também um conceito de adulto e, portanto, não basta delimitar a juventude, mas também entender quando o jovem deixa de ser jovem e se torna adulto.

As mudanças sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito ao papel da família no processo de socialização da criança e ao mercado de trabalho, repercutem de maneira contundente nessa importante fase da vida. Vários pesquisadores apresentados na discussão anterior apontam para as transformações nas chamadas “etapas tradicionais” de transição e também enfatizam algumas conseqüências sociais e econômicas importantes desse processo. Nesse sentido, e levando em consideração o fato de que cada contexto histórico é vivido e experimentado de maneira diversa pelas gerações, abre-se espaço para a investigação sociológica do fenômeno da transição para a vida adulta.

Ao pretender realizar essa tarefa, mediante um conceito de juventude previamente construído, corremos o risco, entretanto, de abarcar a juventude dentro de um único caldeirão de pré-noções fixadas e obliterar outra de suas características mais importantes, que é estar sujeita às mais diferentes condições sociais e históricas e, portanto, constituir uma categoria social múltipla e variada. Desse modo, o conceito de juventude que

pretendíamos construir deveria estar aberto, de modo a incluir, no decorrer das observações, tanto as *descontinuidades geracionais* que ocorrem na vivência de contextos históricos diferentes, em idades diferentes (e que constituem a base do conceito de geração social, como foi proposto por Mannheim), como as diferenças de comportamento juvenis associadas à pertença de classe. Assim, estaríamos procurando evitar que a análise se fixasse numa idéia *unitária* de juventude. Embora estejamos pensando o jovem brasileiro no contexto específico do final dos anos 90, não será possível (e nem é nossa ambição), fazer uma comparação, mesmo geral, entre esta e as gerações anteriores de jovens. No máximo, podemos identificar algumas características mais gerais da *condição* do jovem no momento atual.

A noção de juventude da qual estamos partindo, para os efeitos desta pesquisa, baseia-se, essencialmente, na idéia de *dependência* em oposição à idéia de *independência*, associada à idade adulta. É essa relação de dependência que constitui a característica definidora da condição juvenil. Partimos, portanto, desse pressuposto para analisar o caminho percorrido pelo jovem na sua transição para a vida adulta. A dependência engloba vários aspectos e é entendida também como dependência material e psicológica. Nesse sentido, o jovem é o indivíduo que depende da família para se alimentar, vestir, habitar, estudar etc, conta com o apoio psicológico e sofre a influência dos interesses da família ao fazer escolhas e tomar decisões. O caminho para a emancipação é a transição de jovem para adulto, quando o indivíduo passa a ser capaz de prover sua própria subsistência, abandona o lar familiar e é capaz de constituir uma nova unidade familiar. O adulto, portanto, é entendido como o indivíduo efetivamente autônomo. Essa construção nos leva a atribuir uma grande importância à questão da atividade profissional e ao casamento, como dois dos indicadores mais significativos de efetivação da transição.

#### **4.1. Recortando um objeto: o estudante universitário**

Para realizarmos uma análise do processo de transição para a vida adulta no contexto atual, e considerando-se o universo extremamente amplo da realidade juvenil, era preciso fazer um recorte que possibilitasse darmos conta de pelo menos alguns dos aspectos mais importantes dessa etapa da vida. Consideramos que o estudante universitário, embora seja uma categoria social que abarque outras idades da vida, caracteriza-se por ser uma categoria associada ao jovem e a uma importante etapa de passagem para o mundo adulto.

Estudar, freqüentar a escola, nas sociedades ocidentais, nem sempre teve o valor que tem para nós hoje. Até há bem pouco tempo, a maioria das crianças e jovens, especialmente os que viviam no meio rural, detinham um papel importante na produção da

subsistência da família e, desse modo, não eram separados dos adultos nas atividades de trabalho. A expansão e universalização da educação em um sistema educacional organizado e hierarquizado deu-se paralelamente ao processo de industrialização e urbanização. A escola tornou-se um espaço de formação, cuja função social inclui vários aspectos da preparação para a vida adulta.

« Essa transformação se dá quando o processo de socialização do jovem passa a ser de responsabilidade da educação e esta é concebida como meio de formar mão-de-obra qualificada para o modelo de vida urbana, para as ocupações que requerem um certo grau de escolaridade. Nesse momento, o jovem é identificado com o estudante. » (Marques, 1997 :65)

Hoje, o que se constata é que uma parcela cada vez maior de jovens passa um tempo cada vez maior de suas vidas nesse interlúdio entre a infância e a vida ativa, que é a freqüência à escola e a profissionalização pela universidade.<sup>37</sup>

A idéia mesma de que o estudante vive um “interlúdio“, isto é, um momento que se intercala entre trechos de uma seqüência maior, indica uma diferença qualitativa na vida estudantil em relação à fase de vida anterior e à vida adulta. A temporalidade vivida pelo estudante é diferente da temporalidade vivida pelo adulto, cuja vida cotidiana é marcada pelo ritmo do trabalho e da produção. Para Pierre Bourdieu, “sem dúvida, os estudantes vivem, e o sabem, num tempo e num espaço originais. O parêntese aberto pelos estudos os exime momentaneamente dos ritmos da vida familiar e profissional”.<sup>38</sup>

O tempo universitário confere a autonomia em relação às demais obrigações, e o único calendário a seguir é o do ciclo dos estudos. Nesse período, o jovem estudante encontra-se exatamente *em trânsito* para uma nova vida, em que deverá assumir uma série de responsabilidades em relação à sua profissão, à sua própria pessoa e, eventualmente, em relação a outras pessoas que podem vir a ser dependentes dele (filhos, familiares, subordinados etc). Mas a formação universitária, a preparação profissional, não é apenas um ritual de passagem para a vida adulta, e sim, a elaboração de um projeto *para si*, que envolve a construção de uma imagem futura *de si*, assim como a articulação dos meios apropriados para a consolidação e a efetivação do *ser adulto*, ou seja, tornar realidade um *projeto* de pessoa adulta.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> “Nas sociedades modernas, a educação escolar do jovem tem um papel muito importante, pois ela atua como o ‘tempo de espera’, o tempo de preparação do jovem para a sua saída da infância para a idade adulta”. Maria Ornélia da Siqueira Marques, *Ob. Cit.*, pp. 65-66.

<sup>38</sup> Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, (1968[1964]), “O Tempo e o Espaço no Mundo Estudantil”, tradução de Narciso José de Melo Teixeira e Luís Cláudio Figueiredo, In: *Sociologia da Juventude*, vol. 4, *Ob. Cit.*, p.61.

<sup>39</sup> Para Bourdieu, o jovem estudante, “está condenado, pela posição transitória e preparatória em que está colocado, a ser somente o que projeta ser, ou mesmo, puro projeto de ser”. *Idem*, p.70.

A condição de estudante caracteriza-se pela relação de dependência que o jovem mantém com seus familiares, uma vez que, enquanto se encontra afastado das relações de produção, a família é responsável por sua manutenção. Segundo Marialice Foracchi (1965), a transição para a independência econômica envolve uma etapa intermediária entre a manutenção completa pelos pais e o sustento total pelo próprio estudante. Assim, a condição de estudante universitário é uma “categoria social intermediária”, onde o trabalho já aparece como um “esboço de autonomia”. Nesse momento, ocorre uma *redefinição de papéis*, quando o estudante passa a encarar a sua própria condição de maneira distinta. É o momento em que, diante das atitudes de compromisso e responsabilidade da família em relação ao jovem, este passa a desejar para si a responsabilidade de manutenção, seja em função das expectativas de retribuição que lhe são inculcadas, seja pelo próprio desejo de assumir uma nova condição. Nesse momento, a capacidade de trabalho do jovem é mobilizada, a realização profissional ganha outra dimensão e forma-se uma percepção crítica da sua condição vinculada. “O estudante encontra, assim, algumas condições favoráveis para firmar-se como pessoa, ou seja, como personalidade autônoma”.<sup>40</sup>

Desse modo, o jovem estudante encontra-se numa trajetória de *preparação* em que a escolha da carreira constitui uma estratégia desenvolvida na busca pela autonomia. A escolha do curso, a qual envolve um conjunto de fatores e que, de maneira nenhuma, descarta a influência da família<sup>41</sup>, é um primeiro esboço dessa autonomia, pois também envolve a escolha que o jovem faz do que deseja para si como adulto. É essa condição de *trânsito* para uma nova etapa da vida que torna o jovem estudante uma categoria social privilegiada para a análise do processo de transição para a vida adulta. Mas este é apenas o primeiro passo de uma seqüência de escolhas que precisam ser feitas na trajetória em direção à independência.

Foracchi define a autonomia como a responsabilidade de manutenção fundamentada na redefinição dos papéis sociais do indivíduo. Essa condição, segundo a autora, só é concretizada na situação de trabalho, quando o estudante se firma como *unidade autônoma de manutenção*. Esse é o momento em que o papel social do jovem é redefinido e ele se torna *provedor*, seja do próprio sustento, seja do sustento da família. Somente então é que os vínculos de dependência se redefinem em termos de autonomia e que, portanto, as

---

<sup>40</sup> Marialice M. Foracchi, *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1965, p.46.

<sup>41</sup> Segundo Marialice Foracchi, o jovem estudante é um instrumento de transformação e ascensão social da família. “Sendo assim, o fato de o jovem tornar-se um estudante pode atender tanto ao propósito de preservação do *status quo* e de manutenção dos canais tradicionais de influência defendidos pelas camadas dominantes, quanto aos anseios de participação social ampliada, vitalmente esposados pelas camadas em ascensão.” *Idem*, p.124.

relações do estudante com a família passam por uma alteração profunda. Como entender, então, a condição social do estudante que trabalha e do trabalhador estudante?

No primeiro caso, o estudante que trabalha não depende do auxílio financeiro da família para estudar. Na maior parte das vezes, trabalha para poder estudar e, muitas vezes, o fato de exercer uma atividade remunerada é que possibilita o jovem a manter-se como estudante. Nesse caso, o trabalho é uma necessidade que, na maior parte das vezes, está desvinculada da carreira. Em outras palavras, esse trabalho, em geral, tem um valor instrumental, de apenas propiciar uma renda para a manutenção do estudante e/ou de sua família, podendo ser qualquer trabalho, desde que uma atividade remunerada. O trabalho, aparentemente, consolida o processo de emancipação do jovem, tornando-o economicamente independente da família, mas, na verdade, não chega a consolidar a emancipação, em virtude de o jovem não sair de casa, mantendo assim, o vínculo de dependência. Para Marialice Foracchi, “o trabalho proporciona ao jovem os recursos materiais para preservar-se como pessoa e como condição social”, mas também contém as “possibilidades psico-sociais de emancipação ou de preparação para o *status* adulto”.<sup>42</sup> Mas estudar não deixa de ser um meio para esse fim. Além disso, é importante colocar que a emancipação econômica, decorrente do trabalho, ainda não corresponde à autonomia no plano da personalidade, isto é, isentar-se de vínculos familiares e tomar as próprias decisões fora do ambiente de manutenção familiar.

A situação do trabalhador que estuda, por sua vez, é diferente,

« pois, nesse caso, o acidente não é o trabalho mas o estudo. O trabalho torna-se vital por uma razão imediata: a família não dispensa a colaboração financeira do jovem. Aquilo que ele ganha não tem importância apenas para si próprio, mas para a família. (...) O trabalho faz com que o curso tenha importância acessória e, por essa razão, referimo-nos a esse jovem como trabalhador que estuda. »  
(Foracchi, 1965 :49)

Concluindo, o estudante só adquire o que a situação de trabalho pode lhe proporcionar quando deixa de ser estudante, isto é, quando passa a ser dono de seu próprio destino, assume novas posições e investe-se de novos papéis. “Por conseguinte, *ser estudante* envolve, pelo contrário, uma posição de dependência e de subordinação”,<sup>43</sup> posição esta que está intimamente associada à condição juvenil.

---

<sup>42</sup> *Idem*, p.128

<sup>43</sup> *Idem*, p.152.

## 4.2. Hipóteses de trabalho

O processo de transição para a vida adulta não se processa de uma única maneira, nem segue uma única direção. Acreditamos que é possível descrever modalidades distintas de transição e identificar tendências dominantes. Assim como há várias maneiras de *ser jovem*, segundo a origem social, o sexo, o lugar em que o jovem vive, não há uma única possibilidade de transição para a vida adulta. As modalidades de transição, portanto, congregam as muitas maneiras de o jovem *vir a ser* um adulto. Além disso, essa passagem ocorre de maneiras diversas, em diferentes estratos sociais.

Do mesmo modo como procedemos ao construir um conceito de jovem e um conceito de adulto, algumas etapas dessa transição foram selecionadas e colocadas numa determinada seqüência a fim de configurar um *modelo* de transição. A partir desse modelo, cada etapa do processo de transição proposto no modelo deveria ser observada levando em consideração as características sociais e econômicas do núcleo familiar de origem do estudante, ou seja, as características que o inserem em determinados estratos sociais.

Desse modo, poderíamos conhecer de que maneira, e em que medida, pertencer a uma condição social específica estaria influenciando a passagem do jovem pelas diversas etapas de transição para a vida adulta. Nossa hipótese é que as modalidades de transição que podem ser observadas no contexto atual de transformação desse processo variam segundo os condicionantes sociais e econômicos atuantes na trajetória de cada estudante em direção à emancipação familiar. Além disso, uma vez que no universo dos estudantes universitários, coexistem jovens e adultos, pretendíamos observar as semelhanças e as diferenças entre os graus etários que coexistem nesse universo, verificando quais etapas de transição já haviam sido percorridas e quais ainda não haviam sido completadas, analisando assim, o processo como um todo. Se um grau etário é definido na sua relação de oposição com outro, então essas diferenças precisavam ser observadas dentro do recorte da pesquisa.

O processo de tornar-se adulto passa pela resolução dos conflitos internos e interpessoais da chamada “crise da adolescência” e, teoricamente, culmina na maturidade psíquica do indivíduo. Esse movimento, descrito pelos teóricos da perspectiva psico-social, é um movimento de estruturação da identidade do Eu, que envolve a elaboração de um sistema pessoal de valores e a consciência da própria individualidade. É nesse sentido que se destaca a importância da escolha profissional. Na sociedade moderna, o lugar social de cada indivíduo, seu papel social, é estreitamente vinculado à idéia da atividade profissional, pois é mediante a formação profissional que cada sujeito constrói sua *identidade social*. Na idade jovem, essa identidade encontra-se justamente em formação. Nessa fase, as condições sociais e econômicas, bem como os fatores internos e externos ao indivíduo

atuarão, significativamente, na formação dessa identidade. O papel da família, sua influência no momento da escolha da carreira, as projeções positivas e negativas do jovem em relação ao seu futuro e às possibilidades de concretização de seus projetos pessoais e de realização profissional, por um lado e, a conjuntura econômica, o comportamento do mercado de trabalho, as evoluções tecnológicas, por outro lado, atuam como condicionantes das trajetórias individuais dos jovens, abrindo caminhos e fechando portas, delineando assim, trajetórias de inserção social diferenciadas.

Assim, o processo de transição para a vida adulta pode se dar de diferentes maneiras, seguindo uma direção linear ou não. Pode se dar de maneira mais lenta e progressiva, nos moldes da “aproximação sucessiva”, sugerida por Joaquim Casal, ou de maneira precoce e nem sempre completa. Pode ainda, ser interrompido ou revertido, conforme sugerido por Machado Pais ao descrever as trajetórias erráticas de transição da chamada “geração iô-iô”. A questão é identificar quais são as condições externas (sociais e econômicas) e internas (individuais e biográficas) que geram cada uma dessas modalidades.

Diversos pesquisadores, em diferentes países, têm afirmado que o tempo de espera, entre o momento de finalização e abandono da escola, e o momento de acesso ao trabalho e às possibilidades de efetivas de emancipação, principalmente entre os jovens oriundos de camadas sociais médias e superiores, tem se tornado mais longo e socialmente difícil, gerando diferentes atitudes e expectativas em relação à escola, ao futuro profissional e à vida adulta. Esse “interregno”, caracterizado como um “prolongamento da condição juvenil”, estaria associado às modalidades de transição para a vida adulta que denominamos “lenta” e “errática”. Por outro lado, para os jovens que alcançam precocemente o estatuto de adulto estariam associados fatores econômicos, principalmente a necessidade de contribuir para a obtenção da renda familiar, que os impulsionariam a iniciar a vida ativa mais cedo.

O “interregno” tem sido atribuído, principalmente, às dificuldades de inserção no mercado de trabalho por parte dos jovens, as quais estariam se manifestando, por sua vez, em função das transformações econômicas que atualmente afetam as relações de trabalho e as formas de produção. Para compreender o que estaria estimulando as diferentes modalidades de transição, é preciso analisar as mudanças ocorridas na esfera econômica da produção, por um lado e, por outro, quais são os fatores que impulsionam o jovem para o trabalho. Desse modo, também é necessário levar em consideração as diferentes representações<sup>44</sup> que o jovem tem sobre a carreira profissional, o trabalho e as situações de emprego e desemprego.

---

<sup>44</sup> O termo “representação” a que nos referimos aqui se refere ao conceito de “representação social ou coletiva”, tal como foi proposto por Durkheim. A representação social, portanto, não deve ser entendida apenas como a

O trabalho sempre foi uma dimensão extremamente importante da vida social. É por meio do trabalho que se desenvolvem as relações entre gerações, se acentuam os mecanismos de socialização dos jovens para os papéis da vida adulta, e se desenvolvem processos de reprodução econômica e social. Da mesma maneira que a escolha de uma carreira constitui um passo no processo de tornar-se adulto, o trabalho é também uma etapa de extrema importância, devido, sobretudo, ao seu caráter emancipador.

Segundo Foracchi (1965), o trabalho possui uma capacidade desvinculadora, ou seja, é capaz de engendrar mecanismos de dominação. É nesse sentido que o trabalho representa de fato, um importante fator de emancipação da personalidade.<sup>45</sup>

Ao jovem, o trabalho oferece uma possibilidade de emancipação relativa dos vínculos familiares na medida em que, no contexto familiar, desfaz os vínculos de manutenção.<sup>46</sup> O trabalho remunerado possibilita que o jovem tome suas próprias decisões em relação às necessidades próprias e familiares, e em relação aos bens de consumo fora dessas necessidades.

Além disso, o trabalho possibilita que o jovem experimente o contato com outras realidades fora do ambiente familiar, ampliando seus contatos sociais e proporcionando novas experiências. O trabalho aparece então como um dos *valores* potenciais que o distinguem das outras situações sociais formadoras da experiência e da maturidade do jovem. Por exemplo, ao deixar o espaço do bairro onde mora para ir trabalhar em outros locais, o jovem amplia suas possibilidades de sociabilidade graças a laços de amizade, de coleguismo, de solidariedade. O trabalho torna-se, assim, um campo de possibilidades de estruturação de suas identidades. Nesse sentido, configura-se como uma instância socializadora, ao mobilizar “recursos de socialização que culminam não só na prematura diversificação de papéis, como também na intensificação dos mecanismos de aquisição de novos papéis”.<sup>47</sup> Ao começar a trabalhar, o jovem “começa a internalizar os papéis de adulto, a ingressar na ordem existente, aceitá-la e a explorá-la em todas as direções possíveis”.<sup>48</sup>

---

soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade, mas como uma realidade que lhes é imposta de *fora*, isto é, que é pré-existente na sociedade e à qual os indivíduos tendem a se conformar. Aqui é preciso enfatizar a dimensão social do conceito de representação, que é o fato de ser formada no interior do universo cognitivo e simbólico humano, e que não pode existir fora da linguagem. É nesse sentido que ela é compartilhada pelos indivíduos que compõem uma dada sociedade. No entanto, “a representação não constitui um simples reflexo do real, mas sua construção, que ultrapassa cada um individualmente e chega ao indivíduo, em parte, de fora dele”. Claudine Herzlich, “A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença”, In: *Physis – Revista de Saúde Coletiva*, vol. 1 – nº 2, 1991, pp. 23-36.

<sup>45</sup> Marialice Foracchi, *Ob. Cit.*, p.150.

<sup>46</sup> Segundo Maria Ornélia da Silveira Marques, “O trabalho para os jovens funciona quase como um *rito de passagem* do mundo infantil para o mundo adulto”, *Ob. Cit.*, p.70.

<sup>47</sup> *Idem*, p.131.

<sup>48</sup> *Idem*, p.149.

É importante observar, entretanto, que o potencial emancipador do trabalho depende das condições sociais sob as quais o trabalho se desenvolve e que estariam, por sua vez, diretamente relacionadas com a *natureza* do trabalho executado e com o *significado* que este apresenta para o jovem. Desse modo, se as condições emancipadoras do trabalho forem relativas e reduzidas, o conteúdo emancipador do trabalho será parcial e, conseqüentemente, insuficiente. O trabalho, nesse caso, não se reveste de qualquer sentido claro de emancipação. Nada mais é senão o prolongamento, em outro nível, da situação de dependência.

O modelo cultural da sociedade industrial caracteriza-se pela centralidade da ética do trabalho. Em nossa sociedade, o trabalho era visto mesmo como um “fator supremo de realização da existência humana”.<sup>49</sup> Contudo, pesquisadores da área de ciências sociais têm identificado nesse quadro uma limitação ou mesmo a perda dessa centralidade, o que implica repensar a possibilidade mesma da prevalência das sociedades tradicionalmente centradas no trabalho.

A socióloga Heloísa Martins, por exemplo, chama a atenção para o aumento das taxas de desemprego, das formas precárias de trabalho, caracterizadas pela redução de salários, ausência de garantias ou benefícios sociais, além do aumento das taxas de desemprego. “Nestes tempos de economia globalizada, o que se tem observado é a constituição de um padrão segmentado do mercado de trabalho, com um núcleo cada vez mais reduzido de trabalhadores qualificados, com emprego permanente, em tempo integral”.<sup>50</sup> Essas questões têm contribuído para delinear o que pesquisadores da área de ciências sociais chamam de “crise na sociedade do trabalho”.

A chamada “crise na sociedade do trabalho” é identificada por Claus Offe (1986) na medida em que se acumulam indícios de um declínio no poder objetivo de determinação do trabalho, da produção e do consumo sobre as condições o desenvolvimento social como um todo. Segundo Offe<sup>51</sup>, a esfera da produção e do trabalho estaria perdendo sua capacidade de determinar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla. Apesar de uma parcela significativa da população depender do salário, o trabalho teria se tornado descentralizado para os indivíduos e para a coletividade em relação a outras esferas da vida. Isso significa que outras dimensões das relações sociais é que se têm tornado essenciais para o indivíduo do nosso tempo.

---

<sup>49</sup> *Idem*, p.150.

<sup>50</sup> Heloísa Martins, “O Jovem no Mercado de Trabalho”, In: Revista Brasileira de Educação, *Ob. Cit.*, 1997, p. 97.

<sup>51</sup> Claus Offe, “Trabalho: A Categoria-Chave da Sociologia?” In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, tradução de Lúcia Hippolito, vol. 10, n<sup>o</sup> IV, junho de 1989, pp. 5-20.

Na ética tradicional, o trabalho era considerado como um dever moral e social. Era por sua participação no processo de produção que o indivíduo poderia chegar a uma auto-realização, tanto no plano da satisfação pessoal quanto do *status* social.<sup>52</sup> A idéia do trabalho como um dever humano ético, entretanto, estaria se enfraquecendo uma vez que aos trabalhadores não é mais dado participar em seu trabalho como pessoas reconhecidas e moralmente atuantes. Isso se deve ao fato de que o processo de produção tem se tornado cada vez mais independente do “fator humano”. Além disso, observa-se a degradação e desqualificação do trabalho, assim como o enfraquecimento de sua dimensão subjetiva (reconhecimento social), ao desaparecerem, paulatinamente, os meios de vida que eram organizados de acordo com as categorias do trabalho e da ocupação, os quais eram complementadas por tradição familiar, filiações organizacionais, consumo de lazer e instituições educacionais. Paralelamente a isso, observa-se que as pessoas têm deixado de passar a maior parte de suas vidas ativas nos mesmos locais de trabalho e que a proporção de tempo dedicado ao trabalho, especialmente nos países europeus, vem declinando consideravelmente na vida das pessoas. Com o aumento do tempo livre, as experiências e necessidades não relativas ao trabalho estão se tornando mais proeminentes. Isso estaria relativizando a função do trabalho como conformadora da identidade pessoal e social. Para Offe, “tomadas em conjunto, estas circunstâncias fazem parecer improvável que o trabalho, a realização e a ambição continuem a desempenhar um papel central, como norma que integra e conduz a existência pessoal”.<sup>53</sup>

Como essas questões, que se colocam hoje para o mundo do trabalho, e que acentuam as dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho, afetam os jovens? É possível ainda pensar no trabalho como uma categoria central na vida dos indivíduos, possibilitadora mesma da emancipação do jovem? Quais são as possibilidades de socialização pelo trabalho? É possível falar na centralidade do trabalho com tantos desempregados? Como pensar o trabalho dos jovens que não se sentem trabalhadores que estudam, mas estudantes que trabalham para manter os estudos?

Para responder a essas questões é preciso partir de dois pontos de vista distintos: O ponto de vista dos jovens que percorrem uma *transição lenta* para a vida adulta, marcada pelas dificuldades de inserção profissional, ou mesmo pelo adiamento da entrada na vida ativa, e caracterizada pela ampliação do tempo na escola, ou pela permanência na casa dos pais; e o ponto de vista dos jovens que passam por uma *transição precoce*, e que são constrangidos, por uma série de fatores, a iniciarem a vida ativa mais cedo, e mesmo a

---

<sup>52</sup> Guy Bajoit e Abraham Franssen, “O Trabalho, Busca de Sentido”, Revista Brasileira de Educação, *Ob. Cit.*, 1997, pp.82-83.

<sup>53</sup> Claus Offe, *Ob. Cit.*, p.14.

abandonarem os estudos. No primeiro caso, é preciso entender o que está por trás do prolongamento da condição juvenil, e no segundo caso, é preciso perguntar o que impele o jovem para o trabalho.

Para explicar o que estaria por trás da demora na inserção profissional após a conclusão dos estudos, fenômeno que foi denominado pelo sociólogo José Machado Pais como “interregno” entre a escola e o trabalho, destacam-se duas teses principais: a tese da *inadequação da escola ao mercado* e a tese da *alergia dos jovens ao trabalho*.

A tese da inadequação da escola ao mercado implica um debate sobre o papel da educação escolar. A qualidade do ensino deve ser pensada em termos de produtividade e/ou competitividade ou em termos de formação para a cidadania? Mesmo levando-se em consideração esse debate, o qual não cabe no âmbito do nosso trabalho, essa tese é considerada limitada, pois se restringe a uma análise apenas do conteúdo pedagógico e não leva em consideração as diferentes atitudes dos jovens perante o trabalho e o emprego<sup>54</sup>, nem as suas estratégias específicas de inserção profissional. Em oposição a essa tese surgiram teorias que procuraram levar em consideração as representações e estratégias dos jovens quanto ao trabalho e ao emprego, e que deram origem à tese da *alergia dos jovens ao trabalho*. Segundo essa tese, o interregno entre a escola e o trabalho resultaria da dificuldade de os jovens se adaptarem às condições e situações do mundo do trabalho - à disciplina, aos horários e às responsabilidades. Os jovens, então, rejeitariam ou desvalorizariam a ética tradicional do trabalho, desinteressando-se pela realização profissional e manifestando indiferença ou resignação em relação às escolhas profissionais. Em outras palavras, os jovens não mais constituiriam sua identidade a partir do trabalho, recusando a possibilidade de uma realização pessoal e profissional por meio dele. O problema aqui é que não se demonstrou a existência de uma verdadeira rejeição à ética do trabalho entre os jovens.

De qualquer maneira, para Machado Pais (1991), ambas as teses abusam da generalização ao tomar os jovens como um conjunto homogêneo. Ao tentar superar essas duas formas de explicação, o pesquisador propõe uma nova tese, a das *reações diferenciadas dos jovens em relação ao trabalho, ao emprego e ao desemprego*. Por trás da aparente homogeneidade das expectativas – um trabalho de que se gosta num ambiente positivo, que assegure ganho e reconhecimento social – as experiências vividas e as significações atribuídas ao trabalho são múltiplas.

---

<sup>54</sup> Aqui é preciso fazer uma distinção entre trabalho e emprego. Estamos entendendo como *trabalho* o exercício de uma atividade, não necessariamente ligada à produção, que pode ser regular ou não, remunerada ou não. O trabalho não implica, desse modo, o vínculo contratual, podendo ser uma atividade autônoma e independente das regulamentações legais, como é o caso do trabalho doméstico no lar familiar. Já o *emprego* implica o vínculo

De fato, os resultados de suas investigações sugerem que, enquanto entre alguns jovens se encontra mais disseminada uma ideologia de realização *individualista*<sup>55</sup>, muitas vezes manifestada na forte associação da obtenção de emprego ao empenho e esforço pessoal e profissional, para outros jovens, o emprego aparece como uma fonte de satisfação meramente *instrumental*.

Uma primeira conclusão a que o pesquisador chega é que as diferentes representações que os jovens têm sobre o trabalho e as suas diferentes estratégias de inserção profissional dependem de um conjunto de fatores. Em diversos contextos sociais, a condição laboral e as atitudes perante o trabalho dos jovens são influenciadas pelo gênero, pelo status sócio-econômico da família e pelo lugar de origem e de residência. (Chiesi e Marinelli, 1993). Portanto, é preciso considerar tanto os processos internos (individuais e familiares), como os processos externos (acontecimentos históricos, mercado de trabalho e estruturas de oportunidade), os quais determinam suas trajetórias sociais.

A concepção do trabalho como uma forma idealizada de realização individualista parece mais associada aos jovens das camadas médias e superiores. Entre esses jovens observa-se uma exigência maior por um trabalho que lhes proporcione certa realização profissional. De um modo geral, eles são exigentes em relação à qualidade de trabalho, às possibilidades de evolução na carreira, à solidariedade profissional, à independência. Assim, é entre eles que se verifica uma aparente indeterminação na passagem para a vida adulta e é entre esses jovens das classes médias e superior, que se revelam pouco preocupados com o futuro, que se verifica um maior distanciamento em relação aos valores da “ética do trabalho”, pois ter dinheiro para gastar com símbolos de consumo juvenis é mais condizente com sua condição social do que as atitudes de poupança, próprias de um adulto. Por outro lado, mesmo quando os pais podem lhes financiar os gastos com pequenos consumos, preferem trabalhar nas férias para adquirir bens à custa do próprio esforço, pois o dinheiro ganho por eles é um símbolo de independência.

Entre a pequena burguesia, entretanto, as atitudes desenvolvidas face ao trabalho e ao emprego são diferentes. Alguns acreditam que um bom curso garante um emprego, outros acentuam a clara disjunção entre o processo de educação e as reais oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, ao constatarem a não correspondência entre as *aspirações* e os *destinos prováveis*, principalmente em situações de crise e aumento do desemprego. Alguns jovens das classes médias parecem fortemente predispostos a

---

empregatício, formalizado ou não. Nesse caso, o que se destaca é a relação de dependência e subordinação, e não a atividade, com a qual o jovem não necessariamente se identifica ou se auto-realiza.

<sup>55</sup> No sentido de realização de aspirações particulares no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades e talentos pessoais, ao exercício de uma atividade pela qual o indivíduo obtém satisfação pessoal, atinge seus principais objetivos e alcança resultados positivos com sucesso.

experimentar novas formas de existência adaptadas à situação de precariedade do trabalho e mostram-se capazes de harmonizar “modos de vida” próprios a situações de crescente flexibilização no mercado de trabalho ou no sistema de emprego. Machado Pais observa que o que esses jovens contestam não é uma determinada “ética de trabalho”.

« São antes as novas modalidades de entrada na vida adulta – caracterizadas por um alongamento e indeterminação crescentes – que determinam novos comportamentos e novas atitudes em relação ao trabalho. Não é assim de estar que os jovens que mais freqüentemente parecem rejeitar a tradicional “ética do trabalho” sejam sobretudo jovens desempregados ou trabalhadores precários, provenientes das classes médias, munidos de uma formação escolar sem valor no mercado de trabalho..» (1991 :971)

Segundo Pais, esse processo de distanciamento entre o horizonte de aspirações que o prolongamento da escolarização suscita a princípio e as dificuldades de concretização dessas aspirações oferecidas pelo mercado de trabalho, é muito bem descrito por Pierre Bourdieu e Oliver Galland<sup>56</sup> :

« (...) vítimas de um processo de desqualificação social, estes jovens das classes médias são precisamente aqueles que mais fácil e freqüentemente colocam em jogo estratégias divergentes de diferenciação no processo de transição para a vida adulta, estratégias que Bourdieu analisa como tentativas de “requalificação”, nas suas mais diversificadas modalidades (...) » (*Idem* : 972)

É entre as camadas sociais menos privilegiadas da população juvenil, especialmente entre jovens do meio operário, que aparecem as representações do trabalho de uma forma mais instrumental. Para eles, ter qualquer trabalho é melhor do que não ter trabalho algum, e um trabalho em que se ganha mais dinheiro é melhor do que um trabalho em que se ganha menos. Também é entre esses jovens que se observa uma inserção precoce no mercado de trabalho.

Pesquisas realizadas no Brasil com jovens de famílias pobres revelam que o principal motivo para a inserção no mercado de trabalho é a necessidade de contribuir para a renda familiar. De fato, entre as famílias mais pobres, o trabalho é, principalmente, um projeto familiar em busca de melhores condições de vida. Para a família que vive na situação de pobreza, entretanto, o trabalho se reveste de duas dimensões: uma dimensão econômica, mais imediata, e uma dimensão cultural, transmitida no processo de socialização. Uma pesquisa realizada por Tânia Dauster (1992) mostra que o trabalho de

---

<sup>56</sup> Bourdieu, P. & Galland O., “Classement, déclassement, reclassement (...)” In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n. 24, 1978, Citado In: Machado Pais, Análise Social, *Ob.Cit.*, p.972.

crianças e jovens não é visto apenas como imposição de uma necessidade decorrente das condições econômicas da família, mas sua valorização é resultado de fatores culturais, ou seja, a questão do trabalho infantil é tratada como uma forma cultural que é imposta coletivamente às crianças das camadas populares.<sup>57</sup> Trata-se de uma ideologia que vê o trabalho pelo seu aspecto *formador* das novas gerações. O trabalho das crianças e jovens faz parte do cotidiano das famílias pobres, sendo representado mesmo como uma obrigação moral os filhos ajudarem os pais em troca da moradia e comida que lhes é dada.

Por outro lado, os pesquisadores constataram que “há um medo generalizado entre as famílias pobres sobre os perigos da rua e uma alternativa viável para minimizar esse medo é manter o jovem sempre ocupado”.<sup>58</sup> A rua deixou de ser um espaço de socialização do jovem e passou a ser um espaço perigoso, associado à marginalidade, ao banditismo e às drogas. Desse modo, torna-se imperativo para as famílias afastar seus filhos da rua, seja pela manutenção deles na escola, seja pelo incentivo ao trabalho, encarado como atividade honesta. O jovem passa então a reproduzir os elementos dessa ética do trabalho construindo uma identidade fundamentada na noção de “honesto e digno” porque um trabalhador.<sup>59</sup>

No entanto, quando a discussão é aprofundada, outros motivos são evidenciados, tais como ter mais liberdade, garantir os estudos, ter dinheiro para comprar roupas e gastar no fim de semana, ter uma carteira de trabalho etc. O trabalho é visto também pelo seu caráter provedor, que permite ter acesso tanto aos bens de consumo (o aparelho de som, Cds e fitas cassete, roupas, acessórios) quanto aos padrões de comportamento juvenis (frequentar o cinema, a danceteria, *shows* de música etc.) Nesse sentido, o trabalho recoloca a possibilidade de afirmação da identidade juvenil. Segundo a educadora Maria Ornélia da Silveira Marques (1997), a necessidade do trabalho não constitui unicamente uma realidade imposta pelas condições de pobreza das famílias. O trabalho remunerado, para quem tem uma autonomia relativa, possibilita não só aumentar seu grau de autonomia, mas garantir mesmo a liberdade, de tomar decisões sobre a própria vida e sobre o uso do próprio dinheiro.

De maneira semelhante, as reações dos jovens à situação de *desemprego* também são diferenciadas. Segundo Guy Bajoit e Abraham Franssen, da Universidade Católica de Louvain:

« Para os jovens cuja experiência de trabalho é marcada pela precarização, as preocupações econômicas ou de *status* prevalecem sobre as características próprias do trabalho. Assim, as

---

<sup>57</sup> Referido em Heloísa Martins, *Ob. Cit*, p.106.

<sup>58</sup> Maria Ornélia da Silveira Marques, *Ob. Cit*, p.72.

<sup>59</sup> Heloísa Martins, *Ob. Cit*, p.107.

expectativas com relação ao trabalho são reduzidas à sua dimensão instrumental: uma fonte de ganhos, uma ocupação do tempo, um *status* social. Para eles, a cultura do trabalho, capaz de proporcionar uma identidade digna e positiva ao trabalho, torna-se uma referência distante, mas sempre desejada. » (1997 :81)

Em geral, o desemprego é visto como uma experiência intensamente negativa e insatisfatória. A falta de um emprego gera um sentimento de desvalorização social, sobretudo por causa da sensação de exclusão social associada ao desemprego. Os resultados de diferentes pesquisas, conduzidas também no contexto europeu, indicam que o desemprego é uma preocupação comum aos jovens, mas que não é visto da mesma forma, de acordo com as suas trajetórias e os valores e expectativas dos seus grupos de pertença e referência. Segundo Machado Pais (1991), ele afeta principalmente os jovens que são socializados no sentido de entrarem rapidamente no mercado de trabalho (jovens de condição operária) ou de conseguirem uma boa e progressiva carreira profissional (jovens de classes médias, pequenas burguesias incluídas). Para esses jovens, a vivência do desemprego é experimentada sob a forma de tédio e desestruturação. Paralelamente, o desemprego pode ser visto como uma situação provisória, negada pela ocupação de “buscar um emprego” ou, para os jovens com maiores recursos, que se beneficiam da ajuda econômica familiar, pode ser visto como um momento benéfico de redefinição de projetos pessoais. Nesse caso, o desemprego pode ser vivenciado como um período de expectativa, de prolongamento da moratória da adolescência. Machado Pais observa que:

« Há jovens que, ao não conseguirem um emprego estável, aproveitarão a oportunidade de um qualquer trabalho (os das classes mais desfavorecidas) para ganharem algum dinheiro, enquanto outros parecem tolerar melhor um tempo de espera até conseguirem um emprego relativamente estável ou em que possam realizar-se profissionalmente (classes médias e superiores). » (1991 :969)

Desse modo, as experiências e representações do trabalho e do desemprego são diferenciadas socialmente. Jovens das camadas sociais menos privilegiadas tendem a ser mais ligados às normas tradicionais do trabalho e a sua vivência do desemprego é mais dramática. Já os jovens das classes médias têm, com frequência, mais recursos para redefinir seu projeto existencial e tendem, por isso, a marginalizar o lugar do trabalho assalariado em proveito de um projeto de auto-realização. Assim, o prolongamento do período de transição para a vida adulta, tanto na vertente profissional como na vertente conjugal, estaria por detrás do aparecimento de determinadas atitudes até agora “atípicas”

em relação ao trabalho, designadamente, mas não só, no que concerne a uma gestão mais flexível dos tempos de trabalho.

A conclusão a que podemos chegar, a partir dessas leituras, é que o trabalho continua sendo uma fonte importante de normatividade social e uma experiência central de socialização. Embora tenha se tornado mais difícil de alcançar, o modelo tradicional de trabalho permanece presente e desejável para muitos jovens. Por um lado, o trabalho ainda retém elementos da ética tradicional, uma vez que é visto como uma necessidade vital, uma obrigação social e um dever moral, e que proporciona *status* social e satisfação pessoal. Desse modo, possui tanto uma dimensão instrumental, que é ganhar a vida, como uma dimensão realizadora, pois possibilita a realização pessoal por intermédio da realização profissional.

Assim, não é apenas o salário que se apresenta como um aspecto importante da atividade profissional, mas também o fato de “gostar do trabalho,” “de se sentir bem”, “de estar num bom ambiente”. Para Bajoit e Franssen,

« O que muda não é tanto a importância do trabalho, mas sim a relação com ele. Enquanto no modelo tradicional a realização pessoal estava subordinada ao trabalho, hoje é o trabalho que tende a estar subordinado à realização pessoal, permanecendo, entretanto, como um elemento e um *locus* essencial, embora não exclusivo. Nesse sentido, não se trata tanto de uma rejeição do trabalho, mas sim da reivindicação de um trabalho que tenha sentido para o próprio indivíduo e/ou que lhe deixe tempo para uma vida própria. » (1997 :83)

Portanto, o trabalho continua sendo importante, mas diferentemente. Antes, ele era importante em si, pois garantia a participação no projeto coletivo da sociedade industrial. Agora, ao contribuir para o seu projeto particular, o trabalho se torna importante para o próprio indivíduo. O valor do trabalho não é mais “sacralizado”, e sim, “auto-referido”, ou seja, submetido às aspirações e à crítica do indivíduo. Assim, não é mais o indivíduo que é referido ao trabalho, o trabalho é referido ao indivíduo. Essa reivindicação exprime a vontade de realizar um trabalho que tenha sentido, no qual o indivíduo possa realizar-se.

No entanto, nem sempre o trabalho aparece como uma dimensão realizadora. Quando não corresponde às aspirações, tende a ser minimizado e, por conseguinte, instrumentalizado. Esse fato confirma a tese de que o modelo tradicional do trabalho foi fragmentado em diferentes dimensões, que se expressam na diversidade das experiências dos jovens no trabalho. O emprego foi dissociado do trabalho, pois ter um trabalho não significa, necessariamente, ter um emprego. Trabalhar, por sua vez, também não significa a participação social, podendo ser somente a busca pela realização pessoal. Por outro lado,

trabalhar pode significar somente um meio para obter resultados, isto é, a remuneração necessária para garantir as condições de vida.

Os resultados de diversas pesquisas apontam, portanto, não para um declínio na importância do trabalho, mas para uma transformação na sua concepção. Chama atenção, por exemplo, que, numa pesquisa conduzida na Itália, numa tipologia de valores, o trabalho seja colocado em terceiro lugar, depois da família e das amizades/amor. Desse modo, “o trabalho conta mais que o tempo livre, que o estudo e a cultura, que o compromisso social, religioso e político”.<sup>60</sup> Assim, o trabalho permanece central na vida dos indivíduos ao mesmo tempo que se procura atribuir-lhe mais elementos de liberdade e autonomia. Se, por um lado, perde uma posição significativa na competição com outros valores existenciais, por outro lado, adquire uma dimensão mais apreciada na aspiração qualitativa.

Os jovens dos anos 90 são incitados a explorar uma realidade ocupacional muito mais variada do que no passado, numa situação mais móvel e flexível, que vê, de maneira positiva, a passagem por vários postos de trabalho, e o trabalho autônomo como uma possibilidade altamente desejável, pois, embora não seja protegido pelas regras do trabalho formal, é visto como livre dos constrangimentos e das incertezas do desenvolvimento econômico, que acentuam o temor das demissões, das “reengenharias” e do desemprego propriamente dito.

Antonio Chiesi e Alberto Martinelli, realizando estudos semelhantes com jovens na Itália, observam que:

« Muitos jovens manifestam uma forte exigência de autonomia, não temem a flexibilidade da relação de trabalho, chegando a encará-la favoravelmente, privilegiam a dimensão criativa do trabalho, capaz de favorecer a realização pessoal e buscam oportunidades de aprendizagem e crescimento profissional, com o objetivo de poder potencializar as próprias capacidades. » (1997[1993]:112)

Essa possibilidade de experimentar diversas modalidades de ocupação se estende às demais esferas da vida social. É o que Machado Pais (1994) chama de “ética da experimentação”, a qual, uma vez internalizada, permite ao jovem experimentar uma variedade de estatutos profissionais, educacionais ou conjugais, originando o movimento de vai-e-vem que caracteriza a geração “iô-iô”. A propensão ao consumo, atribuída principalmente à proliferação de valores hedonistas entre os jovens, também pode ser explicada pelo desejo de experimentar os prazeres idealizado nos chamados “sonhos de consumo”.

O processo de transição para a vida adulta tem se tornado mais longo, em especial para determinadas camadas sociais, não apenas devido às mudanças econômicas e sociais

e às dificuldades de encontrar oportunidades de trabalho, mas porque parece haver uma relação estreita entre a incerteza de inserção no mercado de trabalho, juntamente com a “ética da experimentação”, que acaba adiando o término dos estudos, e a criação, por parte dos jovens, de novos estilos de vida que associam independência e liberdade à possibilidade de adiar ou evitar a criação de famílias estruturadas. O que é interessante observar, também, é que os jovens que moram com os pais manifestam menos desejo de sair de casa, preferindo mesmo adiar o abandono do lar familiar para quando tiverem condições de manter um padrão de vida minimamente semelhante ao que encontram na casa dos pais.

O processo de transição, por outro lado, pode dar-se de maneira muito mais rápida entre jovens que são socializados no sentido de que não apenas *devem* começar a trabalhar e a contribuir com a obtenção dos recursos materiais que sustentem a família, como também devem sair de casa e formarem novas famílias. Desse modo, a valorização que a família dá a cada aspecto da maturidade também contribui para que o jovem projete cada etapa de transição de maneira diferenciada. O jovem pode, portanto, valorizar diferentemente a carreira, o trabalho, o casamento e o momento em que cada um desses eventos deve ocorrer. Por fim, as expectativas em relação a cada etapa também variam, no sentido de que o jovem apresenta reações diferenciadas não apenas em relação ao trabalho e à situação de emprego e desemprego, mas também em relação à escolha de uma carreira e à possibilidade de ingressar no curso superior, de sair ou não da casa dos pais, de se casar e de ascender socialmente por meio de sua atividade profissional.

---

<sup>60</sup> AntonioChiesi e Alberto Martinelli, *Ob. Cit.*, p.122.

**PARTE II**  
**Metodologia de Pesquisa**

Nesta parte estaremos apresentando a metodologia aplicada na realização da pesquisa e na análise dos dados. Nosso estudo foi realizado a partir de uma pesquisa quantitativa junto a estudantes universitários no Município de São Paulo, conduzida entre abril e julho de 2000. Para a realização da pesquisa, foi distribuído um questionário fechado, para ser autopreenchido, aos estudantes de três cursos diferentes, que estavam estudando em três universidades diferentes. O questionário foi aplicado aos alunos de cada curso, em cada universidade, em sala de aula, em uma turma de segundo ano, tanto do período diurno quanto do período noturno, e uma turma de quarto ano, também em ambos os períodos. Ao final da pesquisa, foram reunidos 1.173 questionários considerados válidos ou completados. As respostas foram codificadas e armazenadas num banco de dados para serem analisadas utilizando-se um pacote estatístico. Ao final da coleta de dados, o projeto de pesquisa foi submetido a uma avaliação pelo Centro de Estatística Aplicada (CEA) do Instituto de Matemática e Estatística (IME) da USP e, tendo sido aprovado, passou a fazer parte do Programa de Estatística Aplicada II, disciplina ministrada aos alunos do último ano do curso de Estatística da USP. Com a colaboração dos alunos Fábio Fernando da Silva e Maria Kelly Venezuela, e sob a coordenação e orientação das professoras doutoras Denise Aparecida Botter e Mônica Carneiro Sandoval, os dados da pesquisa foram analisados, com a orientação da pesquisadora. Foi realizada, então, uma análise descritiva unidimensional dos dados e uma análise descritiva multidimensional, utilizando-se os programas Microsoft Excel para Windows (versão 97), Microsoft Word para Windows (versão 97) e Statistical Product and Service Solutions (SPSS versão 8.0). Ao final dos trabalhos, foi concluído um relatório de análise, o qual foi submetido à avaliação pelo departamento de Estatística da USP, tendo sido aprovado em dezembro de 2000. Os resultados apresentados no relatório de análise serviram de base para a construção desta dissertação de mestrado, e serão apresentados na 3ª e 4ª partes.

A seguir apresentaremos os procedimentos utilizados para a construção da amostra, para a elaboração e aplicação do questionário e, finalmente, para a análise e apresentação dos dados.

## **1 – A Construção da Amostra**

### **1.1. Definição dos cursos**

Ao procurar tornar esta amostra o mais representativa possível do universo do ensino superior em São Paulo, desenvolvemos alguns critérios a partir dos quais alguns cursos foram selecionados, ao invés de fazer uma escolha aleatória, baseada em uma lista de cursos superiores oferecidos atualmente pelas diversas instituições.

Dadas as limitações da pesquisa, seriam selecionados somente três ou quatro cursos para representar o universo. A questão era definir quais seriam os critérios de seleção, dentro da grande variedade de cursos superiores atualmente reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC). Antes de definir quaisquer critérios, foi necessário fazer um reconhecimento do que é oferecido hoje no ensino de 3<sup>o</sup> grau, além de procurar conhecer, em alguma medida, como os estudantes universitários se distribuem entre os diversos cursos.

Para realizar esse estudo, optamos por analisar os dados da Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST), que é responsável pela aplicação do maior exame vestibular do País. Ao levar em consideração esses dados, partimos das seguintes hipóteses:

- A grande maioria dos candidatos ao ensino superior em São Paulo presta o vestibular da FUVEST todos os anos;
- A FUVEST aplica exame vestibular para 65 carreiras diferentes, cobrindo todas as áreas do conhecimento;

Os dados reunidos e analisados da FUVEST referem-se:

- a) ao total dos candidatos inscritos nas diversas carreiras;
- b) ao número de vagas oferecidas para cada carreira;
- c) à relação candidato-vaga em cada carreira nos últimos 10 anos, ou seja, de 1990 ao ano 2000.

Para o escopo desta pesquisa, consideramos que a análise das variações das inscrições para as diferentes carreiras, no período de uma década, seria suficiente para caracterizar as evoluções mais recentes na demanda pelo ensino superior em São Paulo.

Feita a análise preliminar, era preciso definir quais critérios de seleção seriam utilizados. Inicialmente, pensamos em selecionar um curso de cada área geral do conhecimento, Humanas, Exatas e Biológicas. Mas, ao classificar as 65 carreiras da FUVEST, verificamos que esse critério é bastante limitado, em função não apenas da variedade de cursos hoje existentes, como também da emergência de novas carreiras que não se restringem a uma só área geral do conhecimento. Desse modo, optamos por um novo critério de classificação, por área, tendo como referência a classificação observada

pelo Instituto de Investigações Sociológicas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.<sup>61</sup>

**Tabela II. 1.** – Classificação das áreas do conhecimento

<b>Áreas</b>	
Área I – Agropecuária	Área VII – Comunicação Social
Área II – Arquitetura e Belas Artes	Área VIII – Direito
Área III – Ciências Biológicas	Área IX – Economia e Gestão
Área IV – Ciências Exatas	Área X – Engenharias
Área V – Ciências Humanas	Área XI – Letras
Área VI – Ciências Médicas	Área XII – Outros

Um critério mais sensível à orientação profissional de cada carreira, e à questão da demanda, foi adotado pelo Núcleo sobre Pesquisas do Ensino Superior (NUPES), para a realização da pesquisa A Trajetória Acadêmica dos Alunos da USP, em 1991.<sup>62</sup> A partir de uma tipologia de cursos superiores de graduação e pós-graduação, definida por duas dimensões, foram contrastados, numa primeira dimensão, os cursos que se orientam para carreiras profissionalmente bem definidas com os que tendem para a formação geral ou para carreiras acadêmicas, de ensino e pesquisa; e numa segunda dimensão, os cursos muito procurados, de vestibular mais seletivo, com outros cuja demanda é menor. Essa tipologia sugeriu um novo critério de seleção dos cursos, pois leva em consideração o tipo de orientação profissional e a procura pela carreira.

Um dos objetivos da pesquisa é conhecer quais são as estratégias dos estudantes universitários para ingressarem no mercado de trabalho nos dias de hoje. Uma das hipóteses de trabalho é que os novos direcionamentos do mercado de trabalho exercem, atualmente, uma grande influência no momento da escolha da carreira pelo estudante. Algumas carreiras encontram maior oferta de colocação no mercado de trabalho, outras são mais competitivas, enquanto carreiras novas buscam novos nichos de mercado e são melhor adaptadas às exigências do mercado de trabalho. Nesse sentido, optamos por analisar e selecionar os cursos em função dessas características. Procuramos, portanto, não nos restringir a um critério acadêmico, de delimitação das áreas do conhecimento, e ter como recorte, as carreiras profissionalmente bem definidas e muito procuradas.

Passamos então a um outro tipo de critério. Observando a evolução das inscrições e a relação candidato-vaga para cada um dos cursos, foi possível delimitar quais foram os

---

<sup>61</sup> Ref: “Inquérito Sócio-Econômico aos Estudantes do Ensino Superior” – CEOS/CNASES, Lisboa, 1998 (mimeo).

curso com maior demanda, ou seja, que obtiveram o maior número de inscrições no período, e quais foram os cursos que manifestaram maior concorrência, ou seja, uma relação maior de candidatos inscritos em relação ao número de vagas. O objetivo era definir:

- a) quais eram as carreiras tradicionalmente mais procuradas, ou seja, que mantiveram os maiores números de inscrições com pequena variação durante os dez anos;
- b) quais eram as carreiras emergentes, ou seja, que apresentaram aumento no número de inscrições no período;

Além disso, verificamos que era importante também observar:

- c) quais eram as carreiras que apresentaram uma concorrência alta e constante no período, em função da relação candidato vaga.

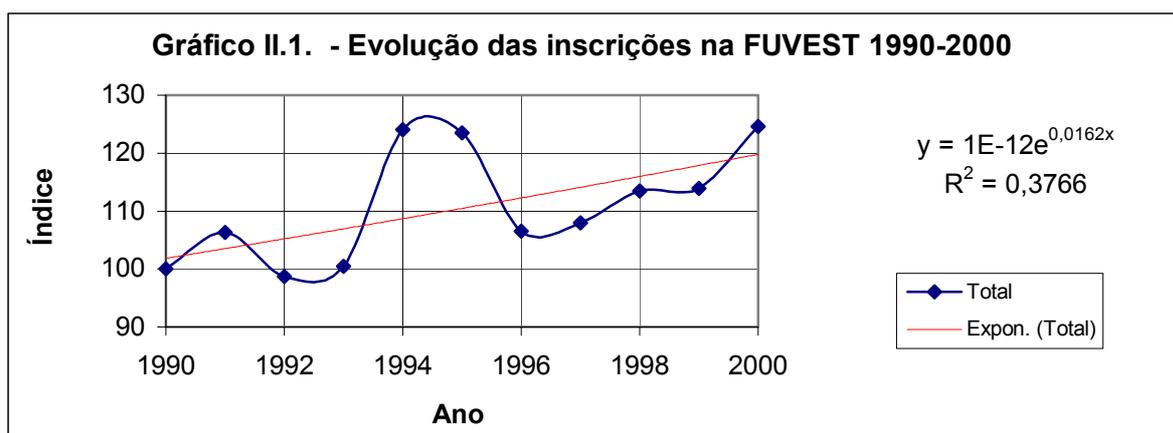
A partir desses critérios pudemos definir:

- 1) Carreiras tradicionais;
- 2) Carreiras que emergiram na década de 1990-2000;
- 3) Carreiras “da moda”, ou que se tornaram emergentes nos últimos três anos;

Os três cursos que foram escolhidos, enquadram-se, respectivamente, em cada um dos critérios definidos acima. A seguir, é apresentado o detalhamento da análise realizada.

## 1.2. O vestibular da FUVEST (1990-2000)

Em 1990, o total de candidatos que se inscreveram para o exame vestibular da FUVEST foi de 99.059 estudantes, e no exame para ingresso no ano 2000, o total foi de 123.430 estudantes<sup>63</sup>, o que corresponde a um aumento de **1,62%** no período



<sup>62</sup> Schwartzman, S. e Castro, M.H., “Projeto de Pesquisa: A Trajetória Acadêmica e Profissional dos Alunos da USP”, Documento de trabalho 2/91.

<sup>63</sup> Excluindo Treineiros e candidatos a Oficial da PM.

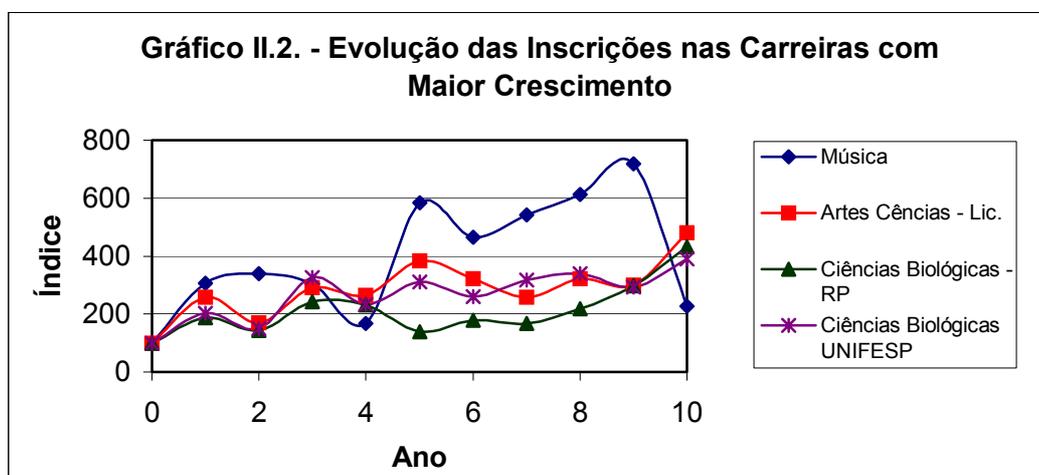
Ao analisarmos a evolução das inscrições para o vestibular nas diferentes áreas, observamos algumas tendências significativas durante os últimos dez anos. Observando a tabela abaixo, podemos ver que as áreas que mais cresceram no período foram as de Ciências Biológicas e Arquitetura e Belas Artes. É importante observar também que houve uma queda significativa na procura pelos cursos nas áreas de Economia e Gestão, Letras e Engenharias.

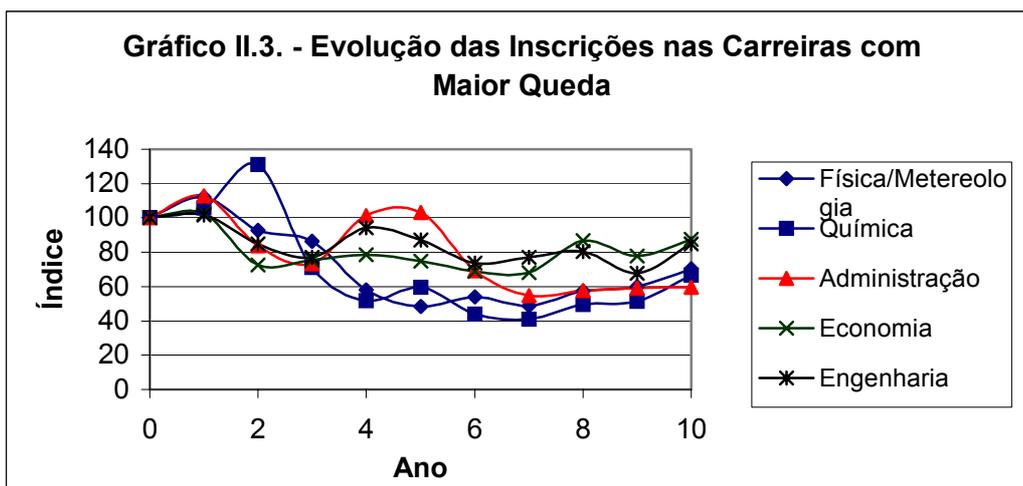
**Tabela II. 2. - Porcentagem de crescimento das inscrições em cada área 1990-2000**

<b>Áreas</b>			
Agropecuária	3,8%	Comunicação Social	5,9%
Arquitetura e Belas Artes	6,7%	Direito	2,5%
Ciências Biológicas	8,8%	Economia e Gestão	- 3,5%
Ciências Exatas	0,1%	Engenharias	- 0,1%
Ciências Humanas	5,2%	Letras	- 0,7%
Ciências Médicas	2,6%	Outros	4,1%

O crescimento das inscrições nas áreas de Arquitetura e Belas Artes e Ciências Biológicas se deve principalmente ao crescimento muito grande das inscrições nos cursos de Música, Bacharelado e Licenciatura em Artes Cênicas e Ciências Biológicas da USP, de Ribeirão Preto e da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

A queda nas inscrições para as áreas de Economia e Gestão e Engenharias se deve à queda na procura pelos cursos de Administração de Empresas, Economia e Politécnica como um todo. Todas as demais áreas, com exceção da área de Ciências Exatas, que apresentou forte queda na procura pelos cursos de Física/Metereologia e Química, tiveram um crescimento acima da taxa de crescimento do período (1,62%).





### 1.3. As carreiras tradicionais

É de senso comum que as carreiras tradicionalmente mais procuradas pelos estudantes são as carreiras de Medicina, Engenharia e Direito. Entretanto, a primeira análise feita revelou uma dinâmica no período que apontava para a emergência de novas carreiras e para a diminuição da procura por outras carreiras mais estabelecidas. Restava saber em que medida houve alterações e o que se pode esperar no futuro das novas tendências para o exame vestibular.

Para definir o que é uma “carreira tradicional” optamos pelo critério do maior número de inscrições. Ao calcularmos a média das inscrições para cada uma das carreiras nos últimos dez anos, obtivemos o seguinte resultado em relação às cinco primeiras carreiras com as maiores médias de inscrições:

**Tabela II. 3. - Média das inscrições nas cinco primeiras carreiras**

<b>Carreiras</b>	<b>Média</b>
Direito	12.941
Medicina	12.789
Engenharia	10.704
Administração	6.927
Letras	4.518

A partir dessa tabela, podemos observar que as carreiras de Medicina, Engenharia e Direito permanecem sendo as tradicionalmente mais procuradas pelos estudantes. No entanto, é importante observar que algumas carreiras tradicionais vêm apresentando uma diminuição nas inscrições, nos últimos dez anos. Além dos cursos de Engenharia,

Administração e Letras, os cursos de Arquitetura e Odontologia, as carreiras com a sexta e sétima maiores médias de inscrições na década, também apresentaram uma tendência de queda nas inscrições.

Como carreira tradicional, foi selecionado, para esta pesquisa, o curso de **Direito**.

#### **1.4. As carreiras emergentes**

Para esse critério, definimos como “carreira emergente” as carreiras que apresentassem crescimento no número de inscrições, alto índice de concorrência - expresso pela relação candidato/vaga - constante durante todo o período, e que tivessem apresentado aumento no número de vagas oferecidas. A hipótese é que, se uma determinada carreira vem apresentando uma alta taxa de procura, a instituição tende a aumentar o número de vagas oferecidas para aquela carreira.

Para analisar o crescimento no número de inscrições, era preciso levar em consideração as variações no número de vagas oferecidas, pois uma oferta maior de vagas poderia ser um estímulo à inscrição em uma determinada carreira, uma vez que a concorrência tende a ser menor quanto maior o número de vagas disponíveis. Inversamente, um corte no número de vagas poderia aumentar a concorrência e desestimular as inscrições.

Não é possível prever com precisão o efeito que o aumento ou o corte no número de vagas pode ter sobre o número de candidatos inscritos em cada carreira com os dados de que dispomos. Tendo como base a tabela com o número de inscrições para cada carreira, em cada ano, optamos por fazer uma previsão estatística da tendência das inscrições com base na mudança no número de vagas ano a ano. Havendo mudança na oferta de vagas, fizemos um ajuste no valor do número de inscrições. O resultado obtido foi uma nova curva, que leva em consideração as alterações observadas na oferta de vagas.

O cálculo das taxas de crescimento de cada carreira entre 1990 e 2000 foi feito com base na nova tabela, cujos valores foram ajustados por previsão estatística. Todos os cálculos foram feitos a partir de regressões exponenciais, pois foi observado que os valores estavam crescendo ou decrescendo em taxas progressivamente mais altas e não lineares. Tendo-se calculado todas as taxas de crescimento, foi feita uma classificação por ordem decrescente das carreiras, segundo o crescimento percentual das inscrições no período.

O segundo requisito para que uma carreira fosse considerada “emergente” é ter apresentado um alto índice de concorrência constante durante todo o período. Se, a partir de 1990, pudéssemos observar uma procura grande em relação ao número de vagas oferecidas para uma determinada carreira, e essa demanda permanecesse alta durante os dez anos, esse fato seria indicador de que essa carreira estaria atraindo mais inscrições.

Para corroborar esse fato e caracterizá-la como “emergente”, a carreira deveria apresentar também uma taxa de crescimento positiva e um progressivo aumento da oferta de vagas.

Para ter uma idéia de quais são as carreiras que apresentaram maior concorrência durante o período, foi calculada a média da relação candidato/vaga durante os dez anos. A tabela abaixo enumera quais foram as cinco carreiras que tiveram as maiores médias na relação candidato/vaga entre 1990 e 2000:

**Tabela II. 4.** - Média da relação candidato/vaga no período para as cinco primeiras carreiras

<b>Carreiras</b>	<b>Média</b>
Publicidade	69,19
Turismo	47,95
Jornalismo	45,97
Economia Doméstica	42,00
Fisioterapia	38,09

A carreira de Economia Doméstica foi extinta e o dado apresentado na tabela 4 refere-se à relação candidato/vaga para essa carreira em 1990. Os cursos de Publicidade e Propaganda, Jornalismo e Turismo apresentaram aumento no número de vagas no período. O curso de Fisioterapia, entretanto, tinha 55 vagas em 1990, em 1991 teve suas vagas aumentadas para 65, mas em 1995 teve suas vagas cortadas para 25, o que aumentou muito a concorrência para entrar nesse curso e é por isso que a média da relação candidato/vaga permaneceu tão alta, embora seja uma carreira que tenha apresentado queda no número de inscrições. Na tabela 5 podemos observar a variação no número de vagas:

**Tabela II. 5.** - Variação no número de vagas oferecidas

<b>Carreiras</b>	<b>Vagas oferecidas em 1990</b>	<b>Vagas oferecidas em 2000</b>
Publicidade e Propaganda	30	50
Turismo	15	30
Jornalismo	45	50

O curso de Publicidade e Propaganda apresentou um crescimento de 0,86% nas inscrições durante o período. Isso significa que o curso teve uma demanda constante durante o período, e pode ser caracterizado como “emergente” pois, levando-se em consideração o alto índice de concorrência nesses dez anos, levou a um aumento da oferta

de vagas, de 30 vagas, em 1990, para 50 vagas, em 2000. Como carreira emergente foi escolhido o curso de **Publicidade e Propaganda**.

### 1.5. As carreiras “da moda”

Para esse critério, definimos como carreiras da “moda” as carreiras que apresentassem um crescimento recente das inscrições e um aumento recente da concorrência.

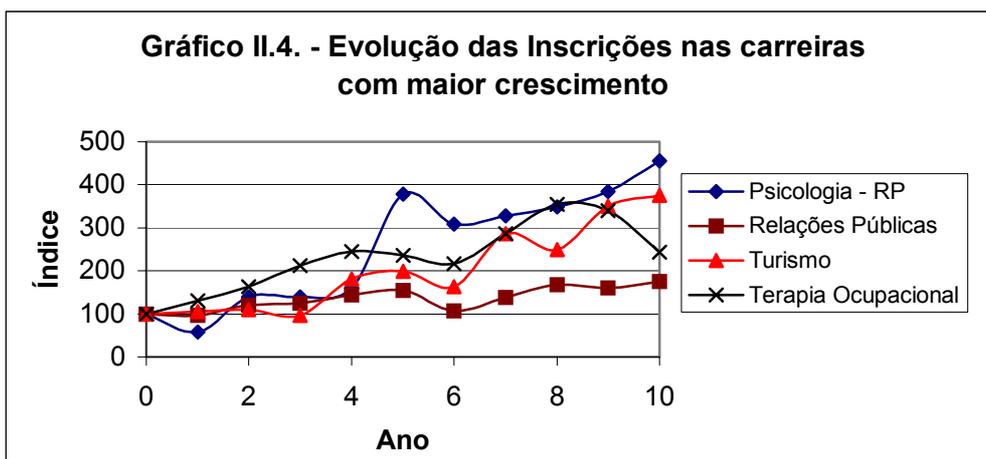
Na tabela abaixo estão enumeradas as cinco carreiras que tiveram os maiores aumentos nas inscrições durante o período.

**Tabela II. 6.** - Porcentagem de crescimento das inscrições nas cinco primeiras carreiras

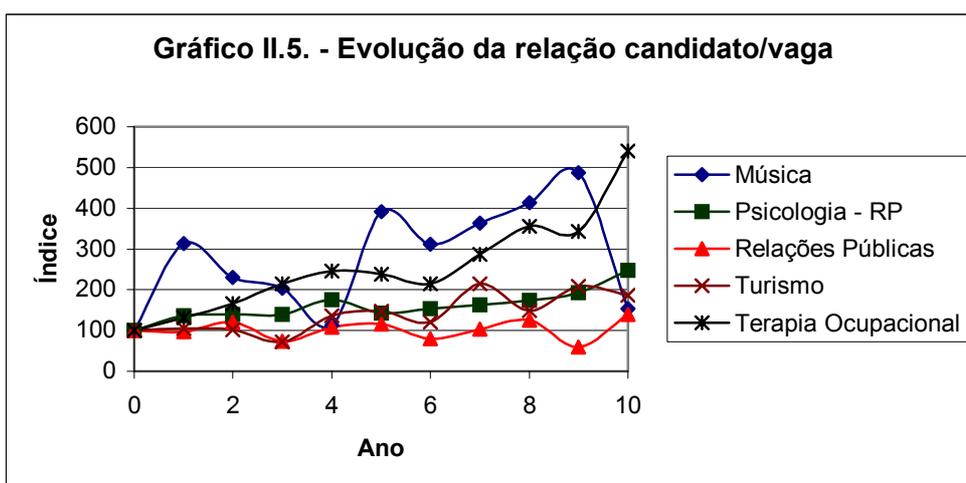
<b>Carreiras</b>	<b>Taxa de crescimento das inscrições</b>
Psicologia RP	18,4%
Turismo	14,7%
Relações Públicas	10,5%
Música	10,4%
Terapia Ocupacional	10,1%

Essa análise, porém, deve ser feita com muito cuidado, pois as carreiras estão sujeitas à variação no número de vagas. Como já foi explicado anteriormente, um aumento na oferta de vagas pode se configurar como um estímulo às inscrições para uma determinada carreira. Este é o caso da carreira de Psicologia de Ribeirão Preto, cuja oferta de vagas dobrou em 1994. As carreiras de Turismo, Relações Públicas, Música e Terapia Ocupacional também apresentaram aumentos na oferta de vagas, mas a concorrência também aumentou, ou seja, mesmo havendo maior oferta, houve um número significativo de candidatos inscritos recentemente para que a relação candidato/vaga expressasse uma forte concorrência.

Observando o gráfico 4, podemos ver que o curso de Psicologia de Ribeirão Preto é uma carreira sujeita às alterações no número de vagas oferecidas, pois apresentou um crescimento das inscrições bastante acentuado no período em que as vagas dobraram de número (1994) e uma queda significativa no final do período, quando houve um corte de 50% das vagas.



O curso de Música também apresenta uma queda no final do período, embora não tenha havido nenhuma alteração no número de vagas. Já os cursos de Turismo, Relações Públicas e Terapia Ocupacional apresentaram um crescimento recente das inscrições muito grandes. Se analisarmos o gráfico 5, a seguir, veremos que a concorrência nestes cursos também aumentou recentemente, com exceção do curso de Relações Públicas.



A tabela 7 abaixo apresenta as taxas de crescimento da concorrência para estas carreiras, isto é, a porcentagem de crescimento da relação candidato/vaga entre 1990 e 2000.

**Tabela II. 7. - Taxa de crescimento da concorrência em porcentagem**

Carreiras	Taxa de crescimento da concorrência
Psicologia RP	6,13%
Turismo	8,18%
Relações Públicas	0,22%
Música	7,12%
Terapia Ocupacional	13,63%

Com exceção da carreira de Relações Públicas, todas as demais carreiras tornaram-se ainda mais concorridas. Além disso, são carreiras que apresentaram os maiores aumentos nas inscrições. Levando-se em consideração apenas as carreiras que apresentaram aumento recente (nos últimos três anos) nas inscrições (Turismo, Relações Públicas e Terapia Ocupacional), podemos caracterizá-las como carreiras que emergiram recentemente ou “carreiras da moda”. Como os cursos de Relações Públicas e Terapia Ocupacional somente são oferecidos na USP, foi selecionado, como carreira da moda, o curso de **Turismo**, que pode ser encontrado em outras instituições de ensino.

### **1.6. Definição das universidades**

Tendo em vista a preocupação com a questão da carreira profissional e das possibilidades de colocação no mercado de trabalho, resolvemos considerar um importante aspecto da instituição de ensino superior: a existência de cursos de pós-graduação e a possibilidade de ingresso em carreira acadêmica e pesquisa. Nesse sentido, foram incluídas no estudo somente universidades. Por tratar-se de um estudo comparativo, foi selecionada uma universidade de cada dependência administrativa: pública ou privada.

Além disso, a universidade deveria estar registrada (como universidade) no Cadastro das Instituições do Ensino Superior do Ministério da Educação (MEC) e ter seu campus principal dentro dos limites do Município de São Paulo.

Finalmente, a universidade deveria ter os cursos selecionados para a pesquisa autorizados e reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Para a realização desta pesquisa, foi selecionada a Universidade de São Paulo (USP), como representante da universidade pública. Entre as universidades particulares, foram selecionadas duas, devido ao grande número e variedade de universidades particulares na capital: a UNIP (Universidade Paulista), atualmente considerada a maior universidade privada da América Latina, e a UNICSUL (Universidade Cruzeiro do Sul), cujo campus localiza-se em São Miguel Paulista, na Zona Leste de São Paulo. Como nosso objetivo era construir uma amostra com a maior variação de estratos sociais possível, a escolha da UNICSUL justifica-se pelo fato de que esta universidade, localizada em um bairro tradicionalmente operário e que se caracteriza por ter uma população predominantemente de baixa renda<sup>64</sup>, está voltada para um público estudantil cujo perfil é

---

<sup>64</sup> Segundo os dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), observando-se a distribuição dos ocupados e assalariados, segundo rendimento em classes de salário mínimo, em áreas homogêneas, o distrito de São Miguel Paulista encontra-se em uma região que apresenta as maiores proporções de assalariados que recebem de 1 a 5 salários mínimos, comparativamente às demais regiões da cidade. Ver a tabela II.1 no Apêndice IV Tabelas Anexas.

bastante diferenciado do público para o qual outras universidades particulares estão voltadas, especialmente as que estão localizadas nas Zonas Oeste e Sul.

### **1.7. Delimitação da amostra**

Para obter uma amostra representativa, e considerando os custos da pesquisa e as limitações de tempo impostas pelos prazos de bolsa de Mestrado, optamos por distribuir um questionário para ser auto-preenchido pelos alunos em sala de aula. Dado o caráter comparativo da pesquisa, foram analisadas amostras de estudantes de dois anos de cada um dos cursos: os alunos do 2<sup>o</sup> e do 4<sup>o</sup> anos, e dos dois períodos, diurno e noturno.

## **2 - Estrutura e Desenvolvimento do Questionário**

O primeiro rascunho do material de pesquisa foi elaborado no final de julho de 1999, como trabalho final da disciplina “Aspectos Cognitivos da Metodologia de Survey”, ministrada no segundo módulo do curso de Capacitação e Atualização em Metodologia Quantitativa, programa oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais entre 26 de junho e 6 de agosto de 1999. Algumas questões haviam sido retiradas do questionário aplicado pelo NUPES na pesquisa com os egressos da graduação em 1991, outras foram retiradas da pesquisa Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea realizada em 1997, pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sendo que as demais eram novas e precisavam ser testadas. Havia também algumas questões abertas, cujas alternativas ainda precisavam ser definidas.

Após o término do curso e a conclusão das disciplinas, o mesmo material foi retomado para se elaborar uma entrevista estruturada. O objetivo era obter, a partir de uma série de entrevistas com estudantes universitários de diversos cursos, alguns dos indicadores para as questões colocadas pela pesquisa, assim como elementos para definir as alternativas para as questões abertas, fechando o questionário.

A primeira versão da entrevista estruturada ficou pronta no final de setembro. Uma série de 16 entrevistas foi realizada com estudantes dos cursos de Ciências Sociais, Economia, Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Letras, Geografia, Economia, Administração de Empresas, Matemática, Ciências da Computação, Física e Farmácia da USP, tanto do período noturno como do período diurno. As entrevistas eram conduzidas no campus, nos intervalos entre as aulas, e duravam em média cerca de 35 minutos. As alternativas para algumas questões eram apresentadas em um caderno separado entregue

ao entrevistado ou por meio de cartões. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

A partir dessas entrevistas, algumas questões do questionário puderam ser fechadas e procedemos a um segundo teste. A segunda versão da entrevista estruturada ficou pronta no início de novembro, e uma nova série de 8 entrevistas foi realizada no final do mês com alunos dos cursos de Psicologia, Economia, Pedagogia, Ciências da Computação, Ciências Contábeis e Letras da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), de ambos os períodos. Novamente, todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Partimos então para a elaboração do questionário fechado, para ser auto-preenchido. Além das questões retiradas do questionário da pesquisa com egressos da graduação realizada, pelo NUPES, e das questões da pesquisa Gerações e Valores, foram incluídas questões da pesquisa com alunos de graduação, também realizada pelo NUPES em 1991; questões da pesquisa Jovens Portugueses de Hoje, realizada em 1998, também pela Universidade de Lisboa; questões do Inquérito Sócio-Econômico aos Estudantes do Ensino Superior, realizada pelo Instituto de Investigações Sociológicas da Universidade de Lisboa, com apoio do Observatório Permanente sobre os Estudantes do Ensino Superior e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, realizada em 1997; e questões do questionário da FUVEST, aplicado aos candidatos inscritos no exame vestibular.

A primeira versão do questionário auto-preenchido foi testada em meados de março de 2000, em um dos campi das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), com 6 alunos do curso de Comunicação Social. O questionário foi testado individualmente, levando em média 34 minutos para ser preenchido. Novas modificações foram feitas e então o questionário foi aplicado em uma turma de alunos de graduação do curso de Ciências Sociais da USP. Em seguida, fizemos algumas modificações, sugeridas pelo professor Reginaldo Prandi, e foi concluída a versão final do questionário desta pesquisa, no final do mês de março.

As orientações gerais para a elaboração do material de pesquisa foram seguidas segundo Seymour Sudman (Universidade de Illinois) e Norman M. Bradburn (Universidade de Chicago), em *Asking Questions – A practical guide to questionnaire design*.<sup>65</sup>

O questionário, apresentado no Apêndice I, é formado por 90 questões e contém sete partes, cada parte compreendendo uma série de questões relacionadas a um determinado tema, as quais são:

1ª Parte: refere-se ao **Curso** e à **Instituição** em que o estudante está matriculado (questões Q.1 a Q.22);

---

<sup>65</sup> Jossy-Bass, San Francisco, 1983.

2ª Parte: refere-se ao **Trabalho**, entendendo o trabalho como qualquer ocupação ou atividade remunerada que o estudante esteja exercendo ou tenha exercido em algum momento (questões Q.23 a Q.44);

3ª Parte: refere-se à influência da **Família** na escolha da carreira e à ocupação do tempo livre (questões Q.45 a Q.48);

4ª Parte: refere-se às opiniões sobre **Idade Jovem e Idade Adulta** (questões Q.49 a Q.53);

5ª Parte: refere-se ao **Estado Civil e Casamento** do estudante (questões Q.54 a Q.59);

6ª Parte: refere-se às opiniões sobre o **Modo de Vida** e projeções para o **Futuro** (questões Q.60 a Q.65); e

7ª Parte: compreende as questões **Sócio-demográficas** (questões F.1 a F.24).

Cada uma das partes contém um número diferente de questões, segundo sua importância para os objetivos da pesquisa. O objetivo desta pesquisa, como já foi explicitado anteriormente, é descrever as distintas modalidades de transição para a vida adulta e identificar as tendências dominantes, eventualmente comparando nossas observações com os resultados de pesquisas realizadas em outros países.

Nossa hipótese de trabalho é que a transição para a vida adulta é um processo complexo, que articula uma série de fatores, relacionados ao contexto familiar e de classe; às diferentes trajetórias percorridas pelo estudante na sua vida; às diversas estratégias adotadas no esforço pela emancipação familiar e econômica e também às várias projeções que o estudante faz para si em relação ao seu próprio futuro, que vão ter um papel importante nos momentos de escolha e tomada de decisão em relação aos vários aspectos pessoais e profissionais da sua vida.

Para observar o processo de transição à vida adulta por meio de um questionário fechado aplicado em um único momento, foram propostas questões que reportam a eventos, escolhas e decisões tomadas em momentos passados, presentes e aspirações futuras. Assim, todas as questões foram classificadas da seguinte maneira:

Caracterização Individual: questões que correspondem às variáveis independentes que caracterizam a amostra;

Trajetoórias: questões que correspondem aos eventos e situações vividos pelo estudante anteriormente, ou seja, o estudante foi sujeito de circunstâncias anteriores que o levaram a tomar novos direcionamentos;

Estratégias: questões que correspondem às escolhas e decisões anteriores e presentes tomadas pelo estudante, ou seja, o estudante foi agente das circunstâncias que o fizeram tomar determinados direcionamentos;

Representações: questões que visam a identificar as diversas opiniões que o estudante tem sobre si, seu curso, trabalho, ser jovem, ser adulto, entre outras;

Projeções: questões que visam a identificar as projeções que o estudante tem em relação ao seu futuro;

Classe Social: questões que visam a identificar uma classificação social do estudante, incluindo informações sobre sua família;

Vida Adulta: questões pessoais que servem como indicadores de transição para a vida adulta.

Para realizar nosso estudo, foram escolhidos alguns indicadores que serviram para construir um modelo de vida adulta, de modo que o processo de transição pudesse ser observado em relação a esse modelo. Trata-se de uma construção sociológica que procurou levar em consideração as possíveis inversões nas etapas de transição, como ilustrado na figura 1, a seguir:

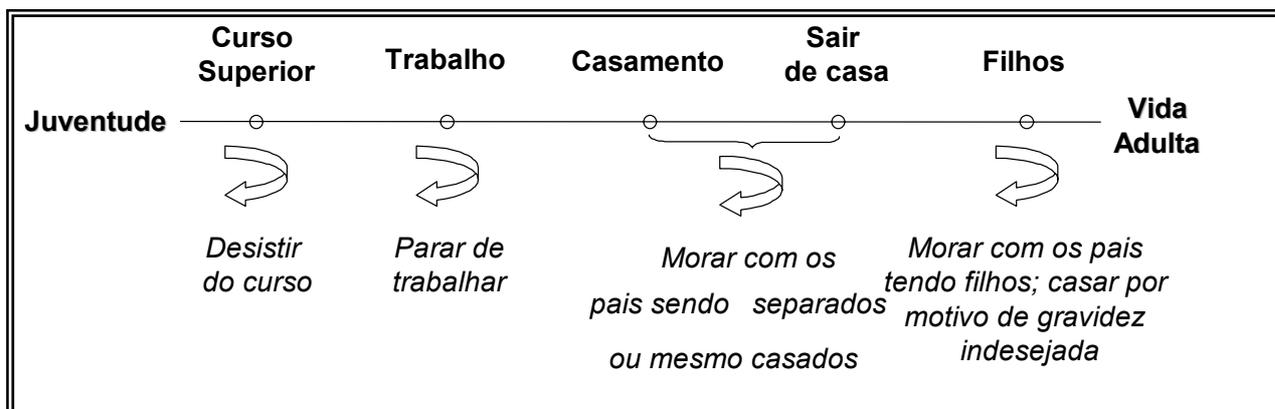


Figura 1 – Ilustração das principais etapas da transição para a vida adulta.

Dentro do modelo construído para os fins desta pesquisa, entende-se como adulto o indivíduo que possui todas as características a seguir:

- Idade: igual ou superior a 26 anos;
- Participação na vida econômica da família: trabalha e é responsável pelo sustento da família ou pela maior parte dele;
- Situação perante o trabalho definida: possui uma atividade remunerada regular, efetiva e com pequena ou sem perspectiva de mudança;
- Estado civil: casado, viúvo, separado ou solteiro, porém sem planos de casar;
- Filhos: que vieram de forma desejada e planejada;

É importante observar que essa definição proposta pode variar dependendo dos planos do indivíduo para o seu futuro. Por exemplo, se o indivíduo não pretende se casar nem ter filhos, e as demais condições foram satisfeitas (idade, vida econômica, situação perante o trabalho e moradia definida), ele é considerado um adulto, mesmo sendo solteiro e sem filhos. Desse modo, o peso de cada variável não é igual para todas as condições, uma vez que a noção mesma de adulto deve estar aberta a essas variações.

### **3 – Aplicação do Questionário**

Para aplicar o questionário apresentado no Apêndice I, a pesquisadora solicitou autorização dos responsáveis por cada um dos cursos, em cada uma das universidades, apresentando uma credencial de pesquisadora assinada por sua orientadora e uma carta formal de apresentação da pesquisa, detalhando os procedimentos. Mediante autorização concedida, a pesquisadora conversou pessoalmente com os professores, que permitiram a aplicação do questionário em sala de aula, cedendo entre 30 a 45 minutos do início ou do final da aula, evitando-se sempre a última aula do dia. Após breve explicação aos alunos presentes, a pesquisadora aplicou o questionário, tendo permanecido presente até o final da aplicação, a fim de tirar quaisquer dúvidas quanto ao preenchimento das respostas. Em algumas ocasiões, a pesquisadora contou com a colaboração de colegas de Mestrado da USP para distribuir os questionários e tirar dúvidas.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de abril e julho de 2000, devendo ser ressaltado que nesse período ocorreu greve dos professores e funcionários da USP. Por esse motivo, não foi possível obter informações dos estudantes do curso de Publicidade e Propaganda do 4º ano, tanto do período matutino quanto do período noturno, da USP.

**Parte III**

**Os Condicionantes Sociais e Econômicos do  
Processo de Transição para a Vida Adulta**

A seguir, analisaremos os dados recolhidos, no sentido de observar as diferenças entre os estudantes da amostra segundo as variáveis independentes, indicadoras da condição social e econômica de origem do estudante. O objetivo é observar de que maneira a origem social e econômica interfere nas diversas etapas do processo de transição para a vida adulta, no sentido de atuarem como condicionantes sociais e econômicos desse processo. A observação de cada etapa permitirá verificarmos em que condições ocorrem a entrada tardia e a entrada precoce na vida adulta, e de que modo os condicionantes sociais e econômicos atuam no retardamento ou não da emancipação familiar.

Inicialmente, analisaremos a etapa da entrada no curso superior, na qual o jovem conclui sua formação escolar básica e opta por uma carreira. Nessa parte, entretanto, não estaremos aprofundando a análise das motivações de escolha da carreira, das dúvidas, projeções e expectativas em relação à profissão, o que será feito na última parte, e sim, as diferenças observadas no perfil dos estudantes das três universidades selecionadas para a pesquisa.

A seguir, analisaremos a etapa da entrada no mercado de trabalho, na qual o jovem passa a exercer uma atividade remunerada, seja para prover o sustento de sua família, seja para obter recursos para seu próprio consumo. Nessa parte, estaremos analisando as diferenças em relação à idade de início do trabalho, as motivações para o início do trabalho, a situação profissional do estudante e a situação de não trabalho.

Em seguida, analisaremos a etapa do abandono do agregado familiar de origem, em que o estudante sai de casa, seja para estudar, seja para trabalhar, seja para viver junto com um(a) companheiro(a) ou casar. Nessa parte, estaremos observando as diferenças em relação à idade com a qual o jovem saiu de casa, suas motivações, o estado civil e o fato de ter filhos.

Finalmente, verificaremos as diferenças de posicionamento em relação às expectativas futuras de ascensão social e sucesso profissional.

Os resultados indicam que as três universidades apresentam perfis bastante diferenciados, em função das características sócio-econômicas dos estudantes que as freqüentam, sendo que a UNIP tende a se aproximar mais da USP quanto às características sócio-econômicas e tende a se aproximar da UNICSUL nos aspectos relativos às motivações apresentadas para a escolha da instituição como opção de ensino superior. Como poderemos observar no decorrer da análise, há uma polarização entre a instituição pública, que concentra uma proporção maior de estudantes de condição social e econômica superior, e a instituição particular, que atende a públicos estudantis de camadas sociais diferentes, conforme a sua localização na cidade, seu prestígio e acessibilidade (mensalidades mais altas ou mais baixas). Desse modo, em diversas tabelas, optamos por

manter a distribuição dos estudantes segundo a universidade, a fim de acentuar e ilustrar as diferenças observadas nos vários aspectos do processo de transição para a vida adulta.

## **1 – O Acesso ao Ensino Superior**

### **1.1. A evolução da formação escolar e universitária no Brasil**

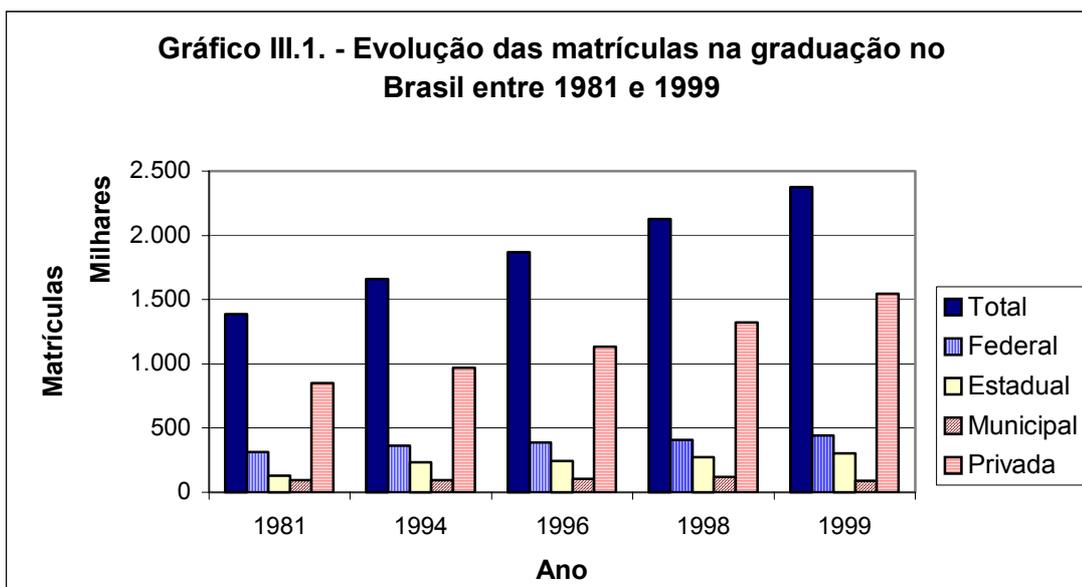
De acordo com os resultados do Censo da Educação Superior de 1999<sup>66</sup>, que é realizado todos os anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em todo País, o ensino superior tem se expandido largamente na última década, especialmente após 1994 e, mais aceleradamente ainda, a partir de 1996.

Em 1981, havia 1,39 milhão de estudantes matriculados em cursos de graduação no País. Esse número aumentou para 1,66 milhão em 1994, 1,87 milhão em 1996 e, em 1999, chegou a 2,38 milhões. Para se ter uma idéia da velocidade desse crescimento, entre 1981 e 1994, o número de matrículas aumentou em apenas 19,8%, o que corresponde a uma taxa média anual de 1,4%. Somente nos cinco anos que vão de 1994 a 1999, o número de matrículas aumentou em nada menos que 43,1%, o que representa uma taxa de expansão anual de 8,6%, em média. Apenas entre 1998 e 1999, esse aumento porcentual foi de 11,8%, maior do que o obtido pelo sistema de ensino superior durante toda década de 80.

Esse aumento deu-se em todas as instituições de ensino superior, com exceção das instituições públicas municipais, onde houve redução do número de matrículas em relação a 98, em função do processo de reclassificação dessas instituições, promovido pelo Ministério da Educação, o qual as enquadraram como instituições privadas. O setor privado, por sua vez, havia crescido 14,1% entre 1981 e 1994, passando a 59,1% entre 1994 e 1999. Nesse ano incorporou cerca de 30 mil vagas municipais, e continuou mantendo-se como o setor que detém a maior concentração das matrículas no ensino superior do País, representando 64% do total, ou mais de 1,5 milhão de alunos. O gráfico a seguir ilustra a evolução das matrículas no ensino superior no País, no período entre 1981 e 1999:

---

<sup>66</sup> Obs: O Censo da Educação Superior de 2000 está sendo concluído em março deste ano e os dados só estarão disponíveis somente a partir de julho de 2001.



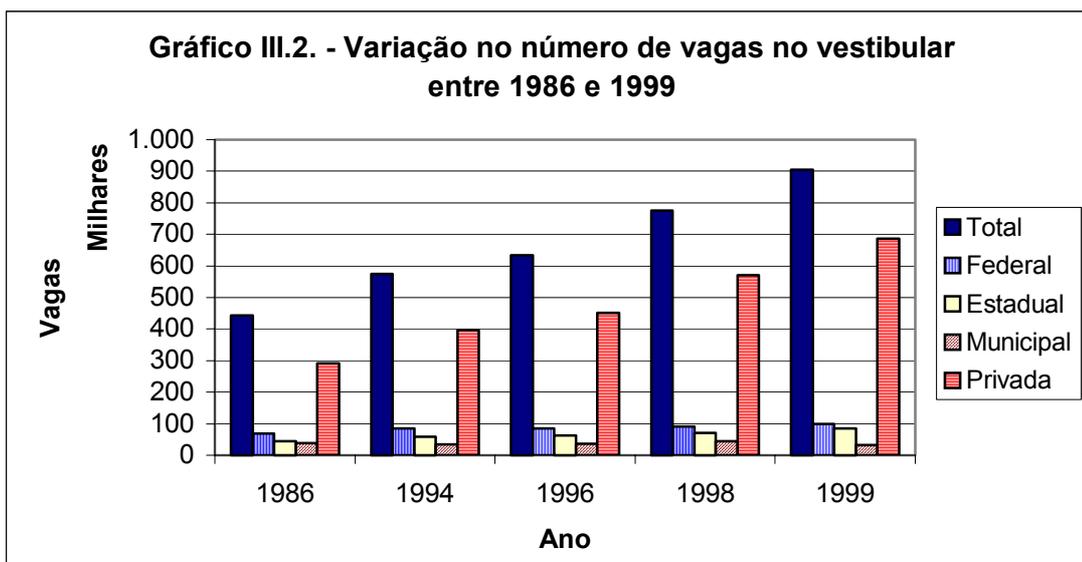
Fonte: Censo da Educação Superior de 1999, INEP.

Se a atual tendência de crescimento se mantiver, em 2002, o sistema universitário deverá atingir a casa dos três milhões de estudantes universitários.

Segundo a Presidente do INEP, Maria Helena Guimarães de Castro, essa nova dinâmica de crescimento do ensino superior está relacionada à expansão do ensino médio na década de 90. Somente entre 1994 e 1999, a matrícula nesse nível de ensino cresceu 57,4%. Enquanto o ensino médio cresceu 35,4%, entre 1996 e 1999, o ensino superior cresceu 27,3% no mesmo período, o que indica que a expansão do ensino médio tem sido mais acelerada. No entanto, nos últimos dois anos, observa-se uma tendência de aproximação das duas taxas.

Desde 1986, praticamente dobrou o número de inscritos em vestibular no Brasil, passando de 1,74 milhão, em 1986, para 3,35 milhões, em 1999. Para atender a essa demanda, as vagas das instituições de ensino superior também aumentaram. Entre 1986 e 1999, foram criadas 462.320 novas vagas, sendo que 85% delas apenas em instituições particulares. Entre 2000 e 2002, devem ser abertas mais 622 mil novas vagas, um terço das quais em instituições públicas. É importante observar também que, na década de 90, houve uma retomada do crescimento da matrícula nas instituições federais (IFES), especialmente nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Além do aumento das matrículas, as IFES ampliaram as vagas no período noturno.

O gráfico a seguir ilustra a variação no número de vagas no período entre 1986 e 1999:



Fonte: Censo da Educação Superior de 1999, INEP.

Além do crescimento das matrículas, também se observa um efetivo aumento de produtividade do sistema, a qual é medida considerando-se a proporção de concluintes em relação ao número de ingressantes, em um dado período de tempo. No caso do ensino superior, considera-se que o tempo médio de conclusão da graduação é de cinco anos. Na década de 90, a relação concluintes/ingressantes, que era de 61%, em 1990, aumentou para 65%, em 1998. Isto significa uma redução nas taxas de evasão, especialmente das instituições estaduais, que registraram uma taxa de concluintes de 74,1%, em relação aos ingressantes, seguidas pelas instituições federais, que passaram de 61,5% em 1990 para 69,3% em 1998. No setor privado, a taxa ficou em 64,4%, no mesmo ano.

Segundo o relatório preparado pelo governo brasileiro com o balanço dos últimos 10 anos na área de educação, no final de janeiro de 2000, apresentado pelo Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, a década de 90 pode ser considerada a década de democratização do acesso ao ensino superior, devido especialmente à impressionante taxa de expansão do sistema como um todo.

É preciso deixar claro, entretanto, que existem importantes diferenças no interior do sistema de ensino superior brasileiro, especialmente no que diz respeito ao tipo de oferta de ensino e pesquisa de cada instituição e ao direcionamento da demanda pelo ensino superior. Segundo a presidente do INEP, ao contrário do sistema americano, em que a diferenciação se dá por tipo de instituição (universidades, *colleges* e *community colleges*) ou do sistema francês, (universidades, grandes *écoles* e institutos), no caso brasileiro, a diferenciação se dá pela dependência administrativa. Desse modo, observa-se que o setor privado, independentemente do tipo de instituição (universidade, centro universitário,

faculdades integradas ou faculdades isoladas), apresenta uma oferta mais homogênea do que o grupo das universidades públicas e privadas. Quando se comparam as universidades públicas federais e estaduais e as particulares confessionais, observa-se uma similitude de oferta, que as qualifica como universidades de pesquisa. As universidades particulares, por sua vez, diferenciam-se claramente das universidades públicas e cumprem diferentes papéis no sistema de educação superior. Segundo Maria Helena Guimarães de Castro, com o crescimento da demanda, e a exigência de novos perfis profissionais pelo mercado, essa diferenciação tende a aprofundar-se ainda mais.

Essa diferenciação, porém, vai além do perfil da oferta de ensino, principalmente no que diz respeito ao tipo de instituição que atrai maior número de candidatos. Apesar de o setor privado concentrar a maior porcentagem das matrículas no ensino superior, é o setor público que sofre a maior pressão da demanda, nomeadamente as instituições de maior prestígio. A concorrência pelo ensino público manifesta-se no processos de seleção: os vestibulares para as universidades públicas funcionam como verdadeiros funis pelos quais passam os estudantes que tiveram acesso a um ensino básico de melhor qualidade. Como veremos na próxima seção, a origem social e econômica do estudante interfere de maneira contundente no acesso ao ensino superior, notando-se uma diferença significativa especialmente quando se comparam os perfis dos estudantes da instituição pública aos da instituição privada. Nesse sentido, é preciso perguntar: estamos de fato, diante de um processo de democratização do ensino superior?

## **1.2. A origem sócio-econômica dos estudantes da amostra**

Para verificarmos de que maneira a origem sócio-econômica poderia interferir no percurso até o ensino superior, era preciso caracterizar os estudantes em função de algumas variáveis, nomeadamente aquelas que os posicionassem em relação ao estatuto sócio-cultural e ao estatuto sócio-econômico do núcleo familiar de origem. Assim, foram selecionadas algumas variáveis sócio-demográficas que indicassem esse estatuto, entendendo-se como estatuto sócio-cultural o posicionamento na escala social em função do maior ou menor acúmulo de bens educacionais e culturais; e como estatuto sócio-econômico o posicionamento na escala social em função do maior ou menor acúmulo de bens materiais e da ocupação de categorias profissionais mais ou menos credenciadas. Nesse sentido, o estatuto sócio-cultural pode ser medido em função dos graus de escolaridade alcançados pelos pais, que compõem o que chamamos de *capital escolar familiar*. O estatuto sócio-econômico, por sua vez, pode ser medido em função da categoria de ocupação profissional e também da renda mensal, que compõem o que chamamos de *capital sócio econômico*.

A análise dessas variáveis permitiu caracterizar as famílias dos estudantes posicionando-as em estratos sociais mais baixos ou mais altos, segundo o menor ou maior grau de escolaridade, a categoria profissional mais ou menos credenciada, e a faixa de renda, mais alta ou mais baixa.

### 1.2.1. O capital escolar

A primeira variável sócio-demográfica que estaremos analisando é o grau de escolaridade do agregado familiar de origem do estudante. Essa variável corresponde à questão f23 do questionário, a qual apresentava doze alternativas, desde analfabeto até a pós-graduação completa. Para facilitar a análise, as alternativas foram agregadas em quatro níveis diferentes de escolaridade:

- Analfabeto ou primária – quando o pai ou a mãe é analfabeto, lê e escreve, mas não esteve na escola ou não completou o Ensino Fundamental 1;
- Fundamental – quando o pai ou a mãe completou o Ensino Fundamental 1, e chegou ao ensino Fundamental 2, completando-o ou não;
- Média – quando o pai ou a mãe chegou ao Ensino Médio ou o Ensino Técnico, completando-o ou não, e não chegou a completar o Ensino Superior;
- Superior – quando o pai ou a mãe completou o Ensino Superior, e quando chegou a iniciar a pós-graduação, completando-a ou não;

Observando a tabela abaixo, constatamos que a maioria dos estudantes da amostra tem pais com escolaridade superior, sendo que a porcentagem de pais com escolaridade superior é maior que a de mães. É interessante observar, também, que a porcentagem de mães que têm escolaridade média aproxima-se da porcentagem de mães com escolaridade superior.

**Tabela III. 1.** – Distribuição dos estudantes, segundo Grau de escolaridade do agregado familiar.

Escolaridade	Pai	Mãe
<i>Inferior</i>	11%	12%
<i>Fundamental</i>	21%	23%
<i>Média</i>	25%	30%
<i>Superior</i>	43%	35%
Total	100% (1124*)	100,0%(1136*)

\* 86 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis.

Esse dado aponta algumas diferenças no que diz respeito ao papel da mulher no agregado familiar. Como podemos observar na tabela seguinte, 35% das mães são donas

de casa. Embora o papel da mulher na sociedade contemporânea caminhe para uma condição de igualdade em relação ao homem, há poucas gerações, como é o caso dos pais dos estudantes da amostra, a mulher ainda não exercia o papel de principal provedora do agregado familiar, papel este que cabia ao pai de família. É por essa razão que encontramos uma porcentagem menor de mulheres que chegaram ao ensino superior a fim de exercer uma profissão.

**Tabela III. 2.** – Distribuição dos estudantes, segundo a Situação profissional do agregado familiar.

Situação profissional	Pai	Mãe
<i>Proprietário(a) de empresa grande/média</i>	5%	1%
<i>Proprietário(a) de pequena ou micro empresa</i>	16%	8%
<i>Autônomo(a)</i>	20%	12%
<i>Assalariado(a)</i>	28%	23%
<i>Aposentado(a)</i>	20%	14%
<i>Dono(a) de casa</i>	0%	35%
<i>Desempregado(a)</i>	2%	1%
<i>Outra</i>	8%	1%
<i>Não sabe</i>	0%	3%
<b>Total</b>	<b>100%(1108*)</b>	<b>100%(1114*)</b>

\* 124 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis.

O grau de escolaridade do agregado familiar é uma variável de grande importância para a análise do conjunto da amostra. Para integrar em uma única informação o nível de escolaridade tanto do pai como da mãe, foi criada uma nova variável, o índice *capital escolar familiar*, o qual foi dividido em cinco categorias:

- Inferior – se ambos os pais têm escolaridade nível analfabeto ou primária;
- Médio-Inferior – se pelo menos um dos pais tem escolaridade fundamental e o outro tem escolaridade igual ou inferior à fundamental;
- Médio – se pelo menos um dos pais tem escolaridade média e o outro tem escolaridade igual ou inferior à média;
- Médio-Superior – se pelo menos um dos pais tem escolaridade superior e o outro tem escolaridade igual ou inferior à média;
- Superior – se ambos os pais têm escolaridade superior;

Observando a tabela 3 verificamos que 36% das famílias da amostra têm capital escolar familiar superior, sendo que 26% das famílias têm algum grau de escolaridade inferior. Esse dado é relevante se considerarmos que, para pelo menos um quarto da amostra, já se

observa uma diferença significativa no grau de escolaridade atingido pelos pais em relação aos filhos, que alcançaram o ensino superior.

**Tabela III. 3.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Capital escolar familiar*.

Capital escolar familiar	Porcentagens
<i>Inferior</i>	8%
<i>Médio-Inferior</i>	18%
<i>Médio</i>	18%
<i>Médio-Superior</i>	20%
<i>Superior</i>	36%
Total	100%(1116*)

\* 57 indivíduos não têm resposta para o grau de escolaridade de pelo menos um dos pais.

Ao confrontar tanto o grau de escolaridade do pai, quanto o capital escolar familiar, com a universidade em que o estudante se encontra, observamos que ambos variam nas três universidades, contrastando-se especialmente a UNICSUL e a USP. Cruzando-se o grau de escolaridade do pai com a universidade, constatamos que a porcentagem de estudantes da USP cujos pais têm escolaridade superior (69%) é bem maior do que na UNICSUL, onde a maioria (62%), tem pais com escolaridade até fundamental. Em relação a esse aspecto, a UNIP aproxima-se mais da USP.

**Tabela III. 4.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade e Escolaridade do Pai*.

Universidade	Escolaridade do pai				Total
	<i>Analfabeto ou primária</i>	<i>Fundamental I</i>	<i>Média</i>	<i>Superior</i>	
<i>USP</i>	2%	9%	20%	69%	100% (317)
<i>UNIP</i>	6%	18%	30%	46%	100% (460)
<i>UNICSUL</i>	27%	35%	23%	15%	100% (347)
Total	(128)	(238)	(281)	(477)	(1124)*
	11%	21%	25%	43%	100%

\* 49 indivíduos não têm resposta para a variável escolaridade do pai.

Quando consideramos também a escolaridade da mãe, observamos a mesma tendência, ao constatarmos que 61% dos estudantes da USP são filhos de pais com nível

de instrução superior, enquanto que na UNICSUL, 53% dos estudantes têm pelo menos um dos pais com grau de escolaridade inferior.

**Tabela III. 5.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade e Capital Escolar Familiar*.

Universidade	Capital escolar familiar					Total
	<i>Inferior</i>	<i>Médio-Inferior</i>	<i>Médio</i>	<i>Médio-Superior</i>	<i>Superior</i>	
<i>USP</i>	1%	8%	8%	22%	61%	(315) 100%
<i>UNIP</i>	4%	15%	19%	22%	40%	(459) 100%
<i>UNICSUL</i>	21%	32%	24%	15%	8%	(342) 100%
Total	(92) 8%	(202) 18%	(195) 18%	(226) 20%	(401) 36%	(1116)* 100%

\* 57 indivíduos não têm resposta para a variável Capital escolar familiar.

### 1.2.2. O capital sócio-econômico

O capital sócio-econômico foi medido em função das variáveis profissão do pai e a renda familiar. A variável profissão do pai foi construída a partir da combinação de duas questões, a f24, que procurou identificar a situação profissional dos pais do estudante questionado, e a f25, que procurou identificar a profissão dos pais, por meio da descrição que o estudante fez dela. No total, foram obtidas cerca de 212 diferentes denominações para profissões, as quais foram agrupadas em 16 categorias, descritas a seguir:

- 1 – Grande ou médio empresário:** corresponde a empregadores;
- 2 - Fazendeiro, criador ou produtor:** empregadores rurais;
- 3 – Pequeno ou micro empresário:** empregadores;
- 4 – Dirigente ou supervisor:** cargos de direção, supervisão, chefia etc;
- 5 – Profissional liberal ou bacharel:** profissionais de nível superior;
- 6 – Professor, intelectual ou artista;**
- 7 – Alto cargo público:** ministros, desembargadores, vereadores, juízes, diplomatas etc;
- 8 – Funcionário e serviço público:** funcionários públicos, policiais, bombeiros etc;
- 9 – Técnico e profissional de nível médio:** secretária, topógrafo, agrimensor, programador etc;
- 10 – Assistente e auxiliar;**

**11 – Artesão e ofício especializado:** serviços que requerem uma especialização, não necessariamente credenciada, como relojoeiros, alfaiates, tecelões, costureiras, cabeleireiras, motoristas etc;

**12 – Operário da indústria;**

**13 – Trabalhador independente:** qualquer ocupação autônoma, com ou sem especialização, em que o trabalhador pode até ter um negócio próprio, mas não é empregador. Exemplos: dona de casa, comerciantes e vendedores autônomos, feirantes e autônomos em geral;

**14 – Agricultor;**

**15 – Serviço não especializado:** serviços que não requerem especialização, como domésticas, faxineiras, copeiras, zeladores, vigias etc;

**16 – Outras:** Militares, estudantes, numeróloga etc;

Devido à grande variedade de atividades profissionais mencionadas, assim como a ausência de maiores detalhes nas descrições das mesmas, procuramos, o máximo possível, agregar as profissões em função das características hierárquicas, da propriedade ou não dos meios de produção e do grau de especialização requerido para exercê-la. É por essa razão que optamos por separar os altos cargos públicos, como ministros e desembargadores, dos demais funcionários públicos, aos quais agregamos os servidores públicos federais, estaduais e municipais, como fiscais, policiais militares e civis, bombeiros etc.

Separamos também todos os que declararam que os pais são proprietários de empresas, grandes, médias ou pequenas, os quais classificamos como proprietários dos meios de produção, das demais categorias, não empregadoras de mão-de-obra, como os trabalhadores independentes, que incluem as categorias autônomas. Nesse grupo, entretanto, não estão incluídos os profissionais liberais que, de certa maneira, podem ser considerados trabalhadores autônomos sem empregados. Optamos, ao invés, por agregá-los em separado, na medida em que essa categoria associa-se a um conjunto de profissões que exigem diploma de curso superior, ou seja, profissões mais credenciadas, como médicos, advogados, arquitetos, etc. Por outro lado, optamos também por distinguir as profissões técnicas, às quais correspondem cargos de nível médio, para não agregá-las às ocupações cuja especialização não requer, necessariamente, um aprendizado formal, podendo haver um aprendizado prático tradicional, como relojoeiros e alfaiates, por exemplo, e distinguir os níveis técnicos dos níveis superiores.

Finalmente, procuramos destacar os operários da indústria, que atuam no segundo setor e os agricultores, que atuam no primeiro setor, como fornecedores de mão-de-obra. Na categoria “outras” agregamos profissões isoladas ou categorias que não se encaixavam

em nenhuma das classificações anteriores, as quais constituem, em separado, um número muito pequeno.

É importante observar que essas categorias não constituem classes sociais, nem no conceito marxista, nem no sentido weberiano de classe, mas estão associadas a uma condição social específica, seja ela a de propriedade / não propriedade dos meios de produção, empregador ou fornecedor de mão de obra ou simplesmente maior / menor credencialização. Assim, limitamo-nos a nos referir a essas categorias como *profissão*, entendendo profissão como ocupação que o pai exerce ou exerceu por mais tempo durante sua vida ativa.

Podemos analisar de maneira mais detalhada a questão da maior ou menor credenciação exigida para o exercício de uma profissão observando a tabela 6, a seguir.

**Tabela III. 6.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Profissão do Pai e Escolaridade do Pai*.

Profissão do pai	Escolaridade do pai				Total
	<i>Analfabeto ou primária</i>	<i>Fundamental</i>	<i>Média</i>	<i>Superior</i>	
<i>Grande ou médio empresário</i>	0%	3%	6%	2%	3%
<i>Fazendeiro, criador ou produtor</i>	0%	0,5%	0%	0,4%	0,3%
<i>Pequeno ou micro empresário</i>	9%	17%	21%	6%	12%
<i>Dirigente ou supervisor</i>	1%	5%	12%	8%	8%
<i>Profissional liberal ou bacharel</i>	0%	1%	6%	53%	26%
<i>Professor, intelectual ou artista</i>	0%	0%	2%	5%	3%
<i>Alto cargo público</i>	1%	0%	0%	2%	1%
<i>Funcionário ou serviço público</i>	4%	5%	7%	7%	6%
<i>Técnico ou profissional nível médio</i>	4%	7%	18%	9%	10%
<i>Assistente ou auxiliar</i>	2%	2%	1%	0%	1%
<i>Artesão e ofício especializado</i>	40%	34%	7%	1%	12%
<i>Operário da indústria</i>	1%	2%	0%	0%	0,4%
<i>Trabalhador independente</i>	21%	14%	10%	4%	9%
<i>Agricultor</i>	6%	2%	1%	0%	1%
<i>Serviço não especializado</i>	9%	3%	6%	1%	3%
<i>Outras</i>	1%	3%	3%	1%	2%
<b>Total</b>	100%	100%	100%	100%	100%
	(93)	(183)	(250)	(449)	(975)*

\*198 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis.

Observando os resultados, verificamos que, no conjunto da amostra, a porcentagem mais significativa (26%) dos estudantes é de filhos de profissionais liberais ou bacharéis, aos quais está associado o maior grau de escolaridade. Esse dado indica uma estratégia familiar

de *manutenção* do estatuto sócio-cultural já alcançado pela família, no sentido de uma continuidade do grau de escolaridade e de colocação profissional por parte dos filhos.

É preciso observar, entretanto, que algumas respostas relacionadas à profissão do pai podem corresponder a cargos equivalentes, na classificação, a profissões de nível superior, mas o estudante declarou que o pai não completou o ensino superior. É por esse motivo que alguns profissionais liberais ou bacharéis aparecem com grau de escolaridade fundamental ou média. Inversamente, alguns profissionais que atuam em cargos classificados como profissões de nível técnico têm grau de escolaridade superior.

Em seguida, a categoria mais representada é a dos artesãos e ofícios especializados (12%). Se associarmos a categoria dos artesãos e ofícios especializados à dos trabalhadores independentes, temos que cerca de 21% dos pais na amostra exercem ou exerceram ocupações profissionais que não exigem o aprendizado formal. A essas categorias, juntamente com os agricultores, estão associados, na tabela, os menores graus de escolaridade. Para essas categorias, podemos afirmar que existe uma estratégia familiar de *ascensão social*, em termos de capital escolar, a partir da qual há um salto diferencial considerável entre o grau de escolaridade alcançado pelos pais e aquele que seus filhos atingiram.

Além disso, verificamos que, na amostra, 15% são filhos de empresários / proprietários de empresas. É importante observar que, entre os proprietários dos meios de produção, existe um desajuste entre o estatuto sócio-econômico da profissão e o grau de escolaridade alcançado, na medida em que 20% dos pais que têm grau de escolaridade fundamental e 27% dos pais que têm grau de escolaridade médio são empresários, grandes, médios, pequenos ou micro. Nesse caso, podemos dizer, igualmente, que há uma estratégia familiar de *ascensão social*, no sentido de equiparar ou mesmo superar o estatuto sócio-cultural ao estatuto sócio-econômico adquirido.

Finalmente, observamos que há muito poucos filhos de operários da indústria e agricultores, assim como um número muito pequeno de filhos de fazendeiros, produtores ou criadores. É preciso chamar a atenção para esse fato uma vez que foram selecionados, para a amostra, cursos bastante concorridos e uma universidade de prestígio. Esse dado, portanto, também é indicador da seletividade social que pode ser observada no meio universitário.

Quando analisamos a distribuição dos estudantes segundo a universidade, verificamos que, para a maior parte das categorias, não há diferenças significativas. No entanto, existem algumas variações em algumas categorias específicas. Na tabela 7, a seguir, vemos que, quanto às ocupações profissionais dos pais, a USP e a UNIP encontram-se mais próximas do que a UNICSUL, a qual apresenta um perfil mais diferenciado.

**Tabela III. 7.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Profissão do Pai e Universidade*.

Profissão do pai	Universidade			Total
	USP	UNIP	UNICSUL	
<i>Grande ou médio empresário</i>	1%	6%	1%	3%
<i>Fazendeiro, criador ou produtor</i>	0,3%	0,5%	0%	0,3%
<i>Pequeno ou micro empresário</i>	8%	17%	10%	12%
<i>Dirigente ou supervisor</i>	8%	7%	8%	8%
<i>Profissional liberal ou bacharel</i>	40%	29%	7%	26%
<i>Professor, intelectual ou artista</i>	5%	3%	1%	3%
<i>Alto cargo público</i>	2%	1%	0%	1%
<i>Funcionário ou serviço público</i>	7%	6%	7%	6%
<i>Técnico ou profissional nível médio</i>	13%	9%	10%	10%
<i>Assistentes ou auxiliar</i>	0%	0%	2%	1%
<i>Artesão e ofício especializado</i>	4%	7%	28%	13%
<i>Operário da indústria</i>	0%	0%	1%	0,4%
<i>Trabalhador independente</i>	7%	8%	11%	9%
<i>Agricultor</i>	1%	0%	2%	1%
<i>Serviço não especializado</i>	2%	4%	5%	3%
<i>Outras</i>	2%	1%	3%	2%
Total	100%	100%	100%	100%
	(300)	(409)	(285)	(994)*

\*179 indivíduos não têm resposta para a variável Profissão do pai.

A USP concentra a maior porcentagem de filhos de profissionais liberais e bacharéis, o que confirma a tendência observada na tabela anterior, de manutenção do estatuto sócio-cultural por parte dessas famílias. Há que observar ainda que uma porcentagem significativa, 13%, são filhos de pais em ocupações de nível médio. Se levamos em conta que boa parte desses profissionais também tem formação superior, podemos dizer que a maior parte dos estudantes da amostra que estudam na USP provém de camadas sociais superiores, no sentido de pertencerem a estatutos sócio-culturais e sócio-econômicos mais elevados.

Na UNIP também há uma porcentagem significativa, embora não tão elevada quanto entre os estudantes da USP, de filhos de profissionais liberais ou bacharéis (29%), mas há também uma porcentagem significativa de filhos de proprietários de empresas (23%). Desse modo, podemos dizer que o perfil dos estudantes da UNIP na amostra tende a se aproximar do perfil da USP mais em termos do estatuto sócio-econômico do que do estatuto sócio-cultural.

Já na UNICSUL, a maioria é de filhos de artesãos e profissionais que exercem serviços especializados, e de trabalhadores independentes. Desse modo, é na UNICSUL

que encontramos a maior parte dos estudantes oriundos de famílias de camadas sociais menos privilegiadas, em que a diferença entre o estatuto sócio-cultural e sócio-econômico em relação às outras universidades é maior, e se observa um esforço maior por parte dos filhos de conquistarem um grau de instrução mais alto do que o alcançado pelos pais, assim como para alcançar ocupações profissionais de nível superior. É importante ressaltar, também, que a maior porcentagem de não respostas para a profissão do pai encontra-se na UNICSUL, cerca de 24%, o que indica um número muito grande de estudantes que são filhos de mães solteiras ou de pais separados, e que não souberam declarar qual é a profissão do pai.

A caracterização da origem social e econômica do estudante também pode ser realizada observando-se os dados de outra variável, a renda mensal familiar. Normalmente, a variável renda familiar é uma variável problemática, uma vez que muitos inquiridos preferem não responder a questão ou não sabem fornecer a resposta. Além disso, é muito difícil ter certeza de que a resposta é realmente correta, pois muitos jovens não têm noção real de quanto ganham os pais. Na amostra, 7% dos estudantes preferiram não responder à questão, 10% não souberam responder e 1,2% não deram resposta.

Observando a tabela 8, vemos que, entre os estudantes da USP, a maior porcentagem, 36%, concentra-se na faixa de renda que vai de R\$ 4.001 a R\$ 10.000. Já a maioria dos estudantes da UNIP, (52%), concentra-se nas faixas de renda que vão de R\$ 2.001 a R\$ 4.000 e R\$ 4.001 a R\$ 10.000. Os estudantes da UNICSUL, por sua vez, concentram-se nas faixas de renda que vão de R\$ 1.001 a R\$ 2.000 e R\$ 2.001 a R\$ 4.000.

Podemos dizer que, em relação à renda mensal familiar, a amostra de universitários da USP encontra-se em um nível mais elevado, seguida pela UNIP, sendo que a UNICSUL encontra-se em nível mais baixo em relação às outras. Mas é observando os extremos da escala de renda que se acentua o contraste entre o capital econômico das famílias dos estudantes da USP e da UNICSUL, especialmente. Na faixa de renda que vai dos R\$ 10.001 a R\$ 20.000, estão 11% dos estudantes da USP, contra apenas 1% da UNICSUL. Nesta faixa de renda e na faixa superior à R\$ 20.000, a UNIP tende a se aproximar do perfil da USP. Já na faixa de renda que vai de R\$ 501 a R\$ 1.000, estão 12% dos estudantes da UNICSUL, contra apenas 2% da USP. Nessa faixa de renda e na faixa inferior à R\$ 500, a UNIP também tende a se aproximar da USP. É importante observar, também, que há um número pequeno de estudantes cuja renda familiar mensal é inferior a R\$ 500, e que estão estudando na universidade pública.

**Tabela III. 8.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade e Renda mensal familiar*.

Universidade	Renda mensal familiar								Total	
	Menos de R\$500	De R\$500 a R\$1000	De R\$1001 a R\$2000	De R\$2001 a R\$4000	De R\$4001 a R\$10.000	De R\$10.001 a R\$20.000	Mais de R\$20.001	Prefere não responder		Não sabe
	USP	1%	2%	4%	23%	36%	11%	4%		5%
UNIP	0%	3%	10%	25%	27%	8%	4%	11%	12%	100% (472)
UNICSUL	2%	12%	33%	28%	14%	1%	1%	5%	4%	100% (369)
Total	1%	5%	16%	25%	25%	7%	3%	7%	10%	100% (1159*)

\* 14 indivíduos não têm resposta para a variável Renda mensal familiar.

Se cruzarmos a variável renda mensal familiar com o índice capital escolar familiar, veremos que, quanto maior a renda, maior o capital escolar familiar e, do mesmo modo, quanto menor a renda, menor o capital escolar familiar. Assim, na tabela 9, a seguir, verificamos que 61% das famílias que têm renda mensal menor do que 500 reais e 60% das famílias que têm renda mensal até mil reais têm pelos menos um dos pais com grau de escolaridade inferior. Entre as famílias que têm renda mensal entre 4.000 e 10.000 reais, 70% têm pelo menos um grau de escolaridade superior e, entre as famílias com renda mensal entre 10 mil reais e 20 mil reais, a proporção sobe para 80%.

**Tabela III. 9.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Renda mensal familiar e Capital escolar familiar*.

Renda mensal familiar	Capital escolar familiar					Total
	Inferior	Inferior-Médio	Médio	Médio-Superior	Superior	
Menos de R\$500	15%	46%	31%	8%	0%	100% (13)
De R\$500 a R\$1000	32%	27%	12%	15%	14%	100% (59)
De R\$1001 a R\$2000	16%	29%	26%	17%	12%	100% (167)
De R\$2001 a R\$4000	8%	22%	22%	24%	23%	100% (282)
De R\$4001 a R\$10.000	5%	12%	14%	23%	47%	100% (277)
De R\$10.001 a R\$20.000	0%	9%	12%	16%	63%	100% (76)
Mais de R\$20.001	3%	6%	9%	18%	65%	100% (34)
Prefere não responder	6%	15%	13%	17%	49%	100% (84)
Não sabe	2%	10%	13%	19%	56%	100% (114)
Total	8%	18%	17%	20%	36%	100% (1106)*

\* 67 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis desta tabela.

Esses resultados indicam que há uma forte associação entre a renda mensal e o capital escolar familiar. Isso significa que aos graus mais altos de escolaridade estão associadas ocupações melhor remuneradas, e vice-versa. Daí podermos dizer que, para uma família de condição social menos privilegiada, o investimento em educação superior faz parte de uma estratégia de ascensão social, em busca de opções mais rentáveis de atividade econômica. A associação dessas duas variáveis constitui um importante indicador de posição na escala social. Assim, podemos dizer que os estudantes que se encontram nas camadas sociais menos privilegiadas vêm de famílias de renda mais baixa, segundo a nossa escala, cujo capital escolar é inferior ou médio-inferior. Na amostra, a maior parte dos estudantes nessas condições estuda na UNICSUL. Os universitários que se encontram nas camadas sociais mais favorecidas, por sua vez, vêm de famílias de renda média e alta cujo capital escolar é médio-superior ou superior. Na amostra, a maior parte dos estudantes nessas condições estuda na USP ou na UNIP.

### 1.3 Trajetórias escolares e condições de acesso ao ensino superior

#### 1.3.1. A frequência ao ensino privado

Nesta parte procuraremos evidenciar se as diferenças nas trajetórias escolares anteriores ao ensino superior podem interferir no percurso que leva o estudante à universidade. Sem dúvida, a trajetória escolar também é característica da posição social que os estudantes e suas famílias ocupam na sociedade.

Observando a tabela 10, logo abaixo, verificamos que a maioria dos estudantes da amostra estudou em escolas particulares. No primeiro grau (atual ensino fundamental), a diferença entre a porcentagem de universitários que estudaram em escola pública e a porcentagem dos que estudaram em escola particular é menor do que no segundo grau (atual ensino médio). Também é importante salientar que somente 46 estudantes responderam que fizeram ou completaram seus estudos em cursos supletivos.

**Tabela III. 10.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Formação escolar no 1º e 2º grau*.

<i>Instituição de Ensino</i>	<i>Primeiro Grau</i>	<i>Segundo Grau</i>	<i>Supletivo</i>
<i>Escola pública</i>	43%	38%	19%
<i>Escola particular</i>	56%	61%	78%
<i>Outra</i>	1%	1%	2%
<b>Total</b>	<b>100% (1105)</b>	<b>100% (1129)</b>	<b>100% (46)*</b>

\* Apenas 46 pessoas declararam que fizeram curso supletivo.

Ao cruzarmos a variável formação escolar com as variáveis capital escolar e renda mensal familiar, constatamos que o perfil dos estudantes varia segundo a formação escolar.

Na tabela<sup>67</sup> 11 vemos que, quanto menor o capital escolar familiar, maior a proporção dos que se formaram em escolas públicas. Quanto maior o capital escolar familiar, maior a proporção dos que se formaram em escolas particulares. A partir dessas tabelas podemos dizer que a freqüência do ensino privado é uma prática que depende, em grande medida, do capital escolar familiar.

**Tabela III. 11.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Capital escolar familiar e Formação escolar no 2º grau.*

Capital escolar familiar	Segundo grau			Total	
	<i>Escola pública</i>	<i>Escola particular</i>	<i>Outra</i>		
<i>Inferior</i>	84%	16%	0%	100%	(87)
<i>Inferior-Médio</i>	59%	38%	3%	100%	(196)
<i>Médio</i>	52%	47%	1%	100%	(190)
<i>Médio-Superior</i>	27%	71%	2%	100%	(219)
<i>Superior</i>	13%	86%	1%	100%	(390)
<b>Total</b>	<b>37%</b>	<b>62%</b>	<b>1%</b>	<b>100%</b>	<b>(1082)*</b>

\*91 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis desta tabela.

A freqüência ao ensino privado também está associada à renda mensal familiar. Observando a tabela 12, a seguir, verificamos que a freqüência ao ensino privado tende a aumentar conforme a renda.

**Tabela III. 12.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Renda mensal familiar e Formação escolar no 2º grau.*

Renda mensal familiar	Segundo grau			Total	
	<i>Escola pública</i>	<i>Escola particular</i>	<i>Outra</i>		
<i>Menos de R\$500</i>	77%	23%	0%	100%	(13)
<i>De R\$500 a R\$1000</i>	72%	28%	0%	100%	(60)
<i>De R\$1001 a R\$2000</i>	66%	34%	1%	100%	(174)
<i>De R\$2001 a R\$4000</i>	44%	56%	0%	100%	(288)
<i>De R\$4001 a R\$10.000</i>	26%	70%	4%	100%	(281)
<i>De R\$10.001 a R\$20.000</i>	7%	93%	0%	100%	(75)
<i>Mais de R\$ 20.001</i>	15%	85%	0%	100%	(33)
<i>Prefere não responder</i>	25%	73%	2%	100%	(81)
<i>Não sabe</i>	17%	83%	0%	100%	(111)
<b>Total</b>	<b>37%</b>	<b>61%</b>	<b>1%</b>	<b>100%</b>	<b>(1116)*</b>

\*57 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis.

<sup>67</sup> Obs: Como os resultados são os mesmos para a formação escolar no 2º grau, optamos por não inserir as mesmas tabelas.

Podemos dizer, portanto, que a frequência ao ensino privado também depende, em grande medida, da renda familiar, uma vez que é uma opção que se coloca apenas para as famílias que têm um rendimento elevado e podem arcar com as despesas que esse tipo de ensino implica. No extremo mais baixo da escala de renda estão as famílias dos estudantes que recorreram quase que exclusivamente ao setor público. Se observarmos a tabela 13, verificaremos que a ocupação profissional do pai também reflete essa realidade, ao constatarmos que as maiores porcentagens de estudantes que se formaram em escolas públicas no 2º grau são filhos de assistentes e auxiliares, artesãos e profissionais que executam serviços especializados e agricultores. É interessante observar que, para algumas categorias, a proporção dos que se formaram em escolas particulares no 2º grau aumenta um pouco, em relação ao 1º grau, como entre os profissionais que executam serviços não especializados e os funcionários públicos. A procura pelo ensino privado no 2º grau torna-se uma opção para suprir a falta de vagas no ensino médio, que vem se expandindo apenas recentemente<sup>68</sup>, assim como a busca de um ensino de melhor qualidade para quem pretende prestar o vestibular e ingressar na universidade.

---

<sup>68</sup> A expansão do ensino básico no Brasil ainda é muito recente. Segundo o Relatório Brasileiro sobre educação, apresentado pelo Ministro Paulo Renato Souza no final de janeiro de 2000, em evento promovido pela UNICEF, em Recife, a década de 90 pode ser considerada a de “democratização do acesso ao ensino médio”. Em 1990 o País tinha 3,5 milhões de estudantes nesse nível de ensino. Esse número dobrou para 7,7 milhões em 1999, sendo que o ensino médio cresceu 57,3% apenas no período de 1994 a 1999. Mesmo assim, apenas 33,4% da população na faixa etária de 15 a 17 anos encontra-se matriculada, atualmente, nesse nível.

**Tabela III. 13.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Profissão do pai e Formação no 2º grau*.

Profissão do pai	Segundo grau			Total
	<i>Escola pública</i>	<i>Escola particular</i>	<i>Outra</i>	
<i>Grande ou médio empresário</i>	15%	85%		100% (27)
<i>Fazendeiro, produtor ou criador</i>	33%	67%		100% (3)
<i>Pequeno ou micro empresário</i>	23%	75%	2%	100% (119)
<i>Dirigente ou supervisor</i>	33%	65%	1%	100% (75)
<i>Profissional liberal ou bacharel</i>	11%	88%	1%	100% (253)
<i>Professor, intelectual ou artista</i>	30%	67%	3%	100% (30)
<i>Alto cargo público</i>	25%	75%		100% (12)
<i>Funcionário ou serviço público</i>	43%	54%		100% (61)
<i>Técnico ou profissional de nível médio</i>	34%	63%	3%	100% (102)
<i>Assistente ou auxiliar</i>	62%	38%		100% (8)
<i>Artesão e ofícios especializados</i>	76%	22%	2%	100% (121)
<i>Operários da indústria</i>	50%	50%		100% (4)
<i>Trabalhadores independentes</i>	44%	56%		100% (86)
<i>Agricultores</i>	67%	33%		100% (12)
<i>Serviços não especializados</i>	45%	55%		100% (33)
<i>Outras</i>	58%	42%		100% (19)
Total	(331) 39%	(621) 60%	(13) 1%	(965)* 100%

\* 208 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis.

Esses resultados vão refletir no acesso ao ensino superior, como veremos nas tabelas a seguir. Observando as tabelas 14 e 15, verificamos que a maioria dos estudantes da amostra que estuda na USP (80%) formou-se em escolas particulares, tanto no 1º quanto no 2º grau. Vemos também que o perfil da UNIP tende a se aproximar do perfil da USP, uma vez que cerca de 70% dos que estudam na UNIP formaram-se em escolas particulares. Já na UNICSUL, ocorre o inverso: a grande maioria (cerca de 80%), formou-se em escolas públicas, o que está em conformidade com os dados acerca da origem sócio-econômica dos estudantes.

**Tabela III. 14.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade e Formação escolar no 1º grau*.

Universidade	Primeiro grau			Total
	<i>Escola pública</i>	<i>Escola particular</i>	<i>Outra</i>	
<i>USP</i>	20%	80%	0%	100% (314)
<i>UNIP</i>	30%	68%	1%	100% (446)
<i>UNICSUL</i>	80%	19%	1%	100% (345)
Total	43%	56%	1%	100% (1105)*

\* 68 indivíduos não têm resposta para a variável Formação escolar no 1º grau.

**Tabela III. 15.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade e Formação escolar no 2º grau.*

Universidade	Segundo grau			Total	
	<i>Escola pública</i>	<i>Escola particular</i>	<i>Outra</i>		
<i>USP</i>	19%	80%	1%	100%	(317)
<i>UNIP</i>	27%	71%	2%	100%	(457)
<i>UNICSUL</i>	78%	32%	1%	100%	(355)
Total	38%	61%	1%	100%	(1129)*

\* 44 indivíduos não têm resposta para a variável Formação escolar no 2º grau.

A partir da observação dessas tabelas podemos dizer que a trajetória escolar anterior ao ensino superior depende da origem social e econômica e interfere no acesso à universidade. Os estudantes provenientes de camadas sociais menos privilegiadas, que se caracterizam por pertencerem a famílias de renda até R\$ 1.000 mensais, cujos pais têm pelo menos um grau de escolaridade inferior e têm ocupações profissionais que não exigem um aprendizado formal, tendem a se formar em escolas públicas no ensino básico e a freqüentar a universidade particular. Por sua vez, os estudantes provenientes de camadas sociais mais favorecidas, pertencentes a famílias de média e alta renda, cujos pais têm pelo menos um grau de escolaridade superior e são profissionais titulados, em sua maioria, tendem a se formar em escolas particulares no ensino básico e a freqüentar a universidade pública.

No entanto, a universidade pública, considerada de mais prestígio, não é capaz de atender a toda a sua demanda pelo ensino superior, de tal modo que a universidade particular aparece como segunda opção, pelas razões apontadas a seguir.

### **1.3.2 A opção pela instituição**

Vimos que a trajetória escolar anterior ao ensino superior, no que diz respeito à freqüência ao ensino privado, depende da origem social e econômica do estudante. Resta saber de que maneira essas características sociais e econômicas interferem no acesso ao ensino superior. Para isso, analisaremos a opção pela instituição e as razões apontadas para a escolha. Desse modo, poderemos reconstruir as relações que se estabelecem entre a origem sócio econômica, as vias de escolarização e as oportunidades de acesso ao ensino superior.

Ao analisarmos a opção pela instituição, observamos se existia uma correspondência entre a instituição de 1ª opção do estudante e a instituição freqüentada atualmente, ou seja,

se existia uma satisfação das expectativas dos estudantes em relação à instituição desejada e a instituição freqüentada.

Observando a Tabela 16, a seguir, verificamos que praticamente a totalidade dos estudantes da amostra que estuda na USP (99%) está na instituição de 1ª opção. Desse modo, a USP é a instituição que tem a maior proporção de estudantes cujas expectativas estão totalmente satisfeitas, isto é, tanto o curso quanto a instituição correspondem à primeira opção. Na UNIP e na UNICSUL, encontramos proporções significativas de estudantes cujas expectativas estão satisfeitas parcialmente, isto é, quando apenas uma das opções (curso ou instituição) corresponde à primeira opção. No caso da UNIP, quase todos (89%) estão no curso de primeira opção, mas apenas 41% estão na instituição de primeira opção. A UNICSUL encontra-se numa situação intermediária, em que apenas 30% não estão na instituição de primeira opção, embora a maioria (92%) esteja no curso de 1ª opção, e 65% estejam plenamente satisfeitos.

**Tabela III. 16.** – Freqüência relativa de estudantes, segundo Universidade e Correspondência de Curso e Instituição à 1ª. opção.

Curso e instituição correspondem à 1ª opção	Universidade			Total
	USP	UNIP	UNICSUL	
<i>O curso corresponde à 1ª opção, mas a instituição não</i>	1%	51%	27%	30%
<i>O curso não corresponde, mas a instituição corresponde à 1ª opção</i>	2%	3%	4%	3%
<i>Nem o curso nem a instituição correspondem à 1ª opção</i>	0%	8%	4%	5%
<i>Ambos correspondem à 1ª opção</i>	97%	38%	65%	63%
Total	100%	100%	100%	100%
	(319)	(473)	(356)	(1148)*

\* 25 indivíduos não têm resposta para a variável Curso e instituição correspondem à 1ª opção.

Ao perguntarmos aos estudantes que não se encontram na instituição de 1ª opção, qual era a instituição onde preferiam estar estudando, vemos que há uma clara preferência pela universidade pública, independente da universidade freqüentada. (Ver Tabela 17 logo abaixo) Entre os alunos da USP, somente três manifestaram preferência por outra instituição, sendo que dois deles por outra instituição pública. Entre os alunos da UNIP, 70% prefeririam a instituição pública, sendo que 10% manifestaram a preferência por um outro tipo de instituição. As referências são para instituições também particulares, mas que foram discriminadas especificamente, especialmente a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), que corresponde à primeira opção de uma parte significativa dos

estudantes do curso de Propaganda e Marketing da UNIP. No caso da UNICSUL, as referências a outras instituições referem-se principalmente à Universidade Mogi das Cruzes.

**Tabela III. 17.** – Distribuição dos estudantes que não estão na instituição de 1ª opção, segundo *Universidade* e *Qual instituição de 1ª opção*.

Universidade	Qual instituição de 1ª opção						Total	
	<i>Pública</i>		<i>Particular</i>		<i>Outra</i>			
<i>USP</i>	(2)	67%	(1)	33%	-	0%	(3)	100%
<i>UNIP</i>	(193)	69%	(60)	21%	(27)	10%	(276)	100%
<i>UNICSUL</i>	(92)	78%	(19)	17%	(6)	5%	(115)	100%
Total	(287)	72%	(80)	20%	(33)	8%	100%	(394)

As relações de correspondência das expectativas ficam mais claras quando analisamos as razões pelas quais os estudantes escolhem as diferentes instituições. Os resultados correspondem às respostas dadas em relação à universidade em que estão estudando, e não em relação à instituição de 1ª opção.

Observando as tabelas 18, 19 e 20, a seguir, notamos que as principais razões apontadas para a escolha da USP são, em primeiro lugar, a reputação e o prestígio da instituição, e em segundo lugar, a qualidade do curso nessa instituição.

**Tabela III. 18.** – Frequência relativa das razões apontadas para a escolha da instituição – USP

Razões apontadas para a escolha da instituição - USP	1º. lugar	2º. lugar
<i>Proximidade da zona de residência</i>	0%	1%
<i>Horários de funcionamento do curso</i>	1%	2%
<i>Custos /despesas reduzidas</i>	7%	18%
<i>Única instituição com o curso desejado</i>	2%	2%
<i>Reputação e prestígio da instituição</i>	57%	18%
<i>Qualidade dos professores nesta instituição</i>	3%	13%
<i>Facilidade de entrada</i>	0%	5%
<i>Qualidade do curso nesta instituição</i>	23%	33%
<i>Qualidade das instalações</i>	0%	1%
<i>Tinha amigos na instituição</i>	0%	0%
<i>Outros</i>	1%	0%

No caso da UNIP, as principais razões são a proximidade da zona de residência, em primeiro lugar, e a facilidade de entrada no curso, em segundo lugar.

**Tabela III. 19.** – Frequência relativa das razões apontadas para a escolha da instituição – UNIP

Razões apontadas para a escolha da instituição - UNIP	1º. lugar	2º. lugar
<i>Proximidade da zona de residência</i>	34%	11%
<i>Horários de funcionamento do curso</i>	4%	13%
<i>Custos /despesas reduzidas</i>	5%	3%
<i>Única instituição com o curso desejado</i>	2%	3%
<i>Reputação e prestígio da instituição</i>	4%	5%
<i>Qualidade dos professores nesta instituição</i>	5%	6%
<i>Facilidade de entrada</i>	16%	14%
<i>Qualidade do curso nesta instituição</i>	4%	9%
<i>Qualidade das instalações</i>	1%	3%
<i>Tinha amigos na instituição</i>	2%	4%
<i>Outros</i>	3%	2%

No caso da UNICSUL, em primeiro lugar foi apontada a proximidade da zona de residência, e em segundo lugar, os horários de funcionamento do curso. Na UNICSUL também aparece uma porcentagem significativa que optam pela instituição devido aos custos e despesas reduzidas, o que indica que a UNICSUL é uma instituição privada mais acessível aos estudantes provenientes de famílias de baixa renda.

**Tabela III. 20.** – Frequência relativa das razões apontadas para a escolha da instituição – UNICSUL

Razões apontadas para a escolha da instituição - UNICSUL	1º. lugar	2º. lugar
<i>Proximidade da zona de residência</i>	55%	12%
<i>Horários de funcionamento do curso</i>	2%	15%
<i>Custos /despesas reduzidas</i>	8%	12%
<i>Única instituição com o curso desejado</i>	1%	2%
<i>Reputação e prestígio da instituição</i>	0%	3%
<i>Qualidade dos professores nesta instituição</i>	2%	4%
<i>Facilidade de entrada</i>	1%	6%
<i>Qualidade do curso nesta instituição</i>	3%	4%
<i>Qualidade das instalações</i>	2%	6%
<i>Tinha amigos na instituição</i>	1%	5%
<i>Outros</i>	3%	0%

Podemos concluir, a partir desses resultados, que é a universidade pública que gera a maior procura e que as universidades particulares se diferenciam quanto ao grau de

satisfação das expectativas na escolha da instituição. No caso da UNIP, a universidade aparece como uma segunda opção, justificada pela proximidade da zona de residência e pela facilidade de acesso pelo vestibular. No caso da UNICSUL, a universidade se torna especialmente atraente pela distância imposta aos estudantes que vivem na zona leste em relação a USP, por exemplo, cujo *campus* principal situa-se na zona oeste, além de oferecer mensalidades mais acessíveis, bolsas de estudo e outros mecanismos que reduzem os custos da opção pela instituição privada, aumentando assim, o grau de satisfação em relação à universidade.

#### **1.4. A passagem pelo curso superior**

A opção pela carreira universitária constitui uma importante etapa no caminho para a emancipação familiar, no sentido de que ela é uma *preparação* para o início da vida ativa. Em um modelo tradicional de transição para a vida adulta, a passagem pela universidade configura a etapa de conclusão dos estudos. O diploma universitário marcaria, portanto, o final dessa etapa e inauguraria uma nova etapa, a inserção no mercado de trabalho. Sabemos, entretanto, que o início da vida ativa não ocorre, necessariamente, por ocasião da conclusão dos estudos, podendo se iniciar inclusive muito antes do término do ciclo básico. Sabemos também que muitos estudantes, saídos da rede pública de ensino, não conseguem ter acesso ao ensino público superior, devendo, muitas vezes, buscar uma atividade remunerada a fim de poder pagar por seus estudos. Nesse caso, a atividade remunerada não é considerada emancipadora, mas sim um complemento acessório, não assumindo o significado vital de profissão realizadora, não se revestindo, portanto, de qualquer caráter emancipador. Ao contrário, o trabalho nessas condições é uma mera extensão das relações de dependência, no sentido de que o estudante *depende* do trabalho para estudar.

A questão que desejamos enfatizar, entretanto, refere-se à possibilidade da realização de um curso superior como uma etapa do processo de transição para a vida adulta. Nesse sentido, cabe destacar que, se o acesso ao ensino superior depende das condições sociais e econômicas de origem, também *quando* essa possibilidade se apresenta depende das mesmas condições. Desse modo, é interessante observar que alguns estudantes entram mais cedo na universidade do que outros, e que a etapa da conclusão dos estudos pode ser a *última* etapa a ser concluída no processo de transição.

Ao analisarmos a distribuição dos estudantes nas três universidades, verificamos que, embora em todas as universidades encontremos faixas etárias superiores a 26 anos, é na UNICSUL que encontramos a maior porcentagem (38%) acima dessa faixa etária. Levando em consideração o fato de termos incluído na amostra tanto estudantes que

estavam no início do curso quanto no final dele, de qualquer maneira, na USP e na UNIP, as porcentagens na faixa etária até 25 anos, 87% e 79% respectivamente, são maiores do que na UNICSUL (62%).

**Tabela III. 21.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Idade e Universidade*.

Universidade	Idade (anos)					Total
	Até 19	20 a 25	26 a 30	31 a 40	41 ou mais	
USP	23%	64%	7%	5%	1%	100% (319)
UNIP	8%	71%	11%	7%	3%	100% (480)
UNICSUL	10%	52%	19%	14%	5%	100% (374)
Total	13% (151)	63% (739)	12% (144)	8% (97)	4% (42)	100% (1173)

A informação que queremos obter fica mais clara quando perguntamos aos estudantes se eles haviam feito algum curso superior antes, tendo ou não concluído o curso anterior. Esse dado precisa ser considerado, pois, na amostra, verificamos que uma porcentagem significativa já era formada em outro curso e estava cursando Direito, a fim de complementar a carreira profissional. Entre os alunos de Publicidade e Propaganda e de Turismo, observamos uma porcentagem significativa que havia desistido de um outro curso e optado pela carreira atual.

De qualquer maneira, é importante destacar que, dos estudantes da UNICSUL que nunca fizeram um curso superior antes, 35% estão na faixa etária acima de 26 anos. Essa porcentagem cai para 13% no caso da UNIP e para menos de 1% no caso da USP.

**Tabela III. 22.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Fez curso antes, Universidade e Idade*.

Fez curso antes	Universidade	Idade (anos)					Total
		Até 19	20 a 25	26 a 30	31 a 40	41 ou mais	
Sim	USP	0%	44%	30%	20%	6%	100% (69)
	UNIP	0%	45%	26%	18%	11%	100% (97)
	UNICSUL	2%	45%	20%	24%	9%	100% (54)
	Total	1% (1)	44% (98)	26% (57)	20% (44)	9% (20)	100% (220)
Não	USP	30%	70%	0%	0%	0%	100% (250)
	UNIP	10%	77%	7%	4%	2%	100% (383)
	UNICSUL	12%	53%	18%	12%	5%	100% (320)
	Total	16% (150)	67% (641)	9% (87)	6% (53)	2% (22)	100% (953)

Isto significa que, para alguns, o acesso ao ensino superior só se dá quando o indivíduo já chegou à idade adulta, ou seja, quando já percorreu a maior parte das etapas que estabelecemos para o processo de transição. Como veremos mais adiante, esses estudantes já se encontram em situação de emancipação familiar, tendo optado pela carreira universitária apenas quando alcançaram condições econômicas para fazê-lo.

### **1.5. Resumo**

Após a análise dos dados referentes ao acesso ao ensino superior encontramos, em cada uma das três universidades selecionadas para esta pesquisa, diferentes realidades de ensino superior, segundo a dependência administrativa da instituição e sua localização. Essas realidades surgem da combinação da origem social e econômica do estudante, com sua trajetória escolar, e a maneira pela qual é direcionada a procura pelo ensino superior.

No contexto paulistano, a universidade pública, representada pela Universidade de São Paulo, destaca-se como a principal opção de ensino superior dos estudantes da amostra, apresentando-se como uma instituição procurada, principalmente, pelo seu prestígio e reputação e pela qualidade dos cursos que oferece. É por isso mesmo, a instituição que agrega a maior demanda, a qual é superior à sua capacidade de acolhimento.

A partir da análise dos dados pudemos observar que o acesso à universidade aparece condicionado à origem social e econômica, que interfere em sua trajetória escolar e na correspondência entre sua expectativa de entrada na universidade e a instituição que de fato frequenta. Desse modo, para cada uma das universidades, esses condicionantes sociais e econômicos tornam-se seletivos e direcionam a demanda pelo ensino superior. A primeira conclusão geral a que chegamos é a de que não existe igualdade de oportunidades no acesso a determinados bens educativos.

Vimos que é a universidade pública que apresenta o maior índice de satisfação plena em relação à frequência da instituição e do curso desejados, o que está de acordo com o fato de ser uma instituição de grande prestígio, devido à reputação que detém e à qualidade dos cursos oferecidos. O estudante que tem acesso a esse tipo de instituição vem, predominantemente, das camadas mais privilegiadas da população. São estudantes cujas famílias caracterizam-se por terem um capital escolar e um capital econômico altos, e que procuram manter o estatuto sócio-cultural e o estatuto sócio-econômico alcançados, investindo na educação dos seus filhos e orientando-os para carreiras com mesmo estatuto social e econômico que as ocupações profissionais dos pais. Essas famílias, ao terem seus filhos formados em escolas particulares, detêm condições de optar por um programa pedagógico diferenciado do programa oferecido nas escolas públicas, ou seja, têm maior poder de escolha quanto aos mecanismos institucionais de formação educacional.

A universidade particular, por sua vez, devido ao seu grande número e variedade, reflete um universo muito mais diversificado, onde pesam outros fatores que influenciam na sua escolha, como a maior ou menor acessibilidade, e o fato de ter a proximidade da zona de residência do(a) estudante como principal atrativo, ou também a proximidade com a região onde trabalha o(a) estudante. Diferentemente da USP, a Universidade Paulista e a Universidade Cruzeiro do Sul caracterizam-se por terem diversos *campi* espalhados em diferentes regiões do Município, notadamente a UNIP. A instituição privada apresenta-se como uma opção à concorrida instituição pública, tanto para aqueles que vêm de camadas sociais mais favorecidas, como para os que vêm de camadas sociais menos privilegiadas.

No caso da UNIP, a instituição é escolhida pela proximidade da zona de residência e pela facilidade de acesso pelo exame vestibular. Com mensalidades menos acessíveis, a UNIP deixa de ser uma opção para os que vêm de famílias de baixa renda, e passa a agregar um número grande de estudantes de camadas sociais mais altas. De maneira semelhante à USP, a UNIP também comporta estudantes cujas famílias buscam manter o mesmo estatuto sócio-cultural e sócio-econômico alcançado, mas também agrega estudantes cujas famílias manifestam uma estratégia de ascensão social por meio do ensino superior, destacando-se, sobretudo, os filhos de proprietários de empresa cujo capital escolar encontra-se abaixo do nível superior. É principalmente devido ao fato de a UNIP ser uma instituição mais acessível do ponto de vista acadêmico (vestibular menos disputado e maior oferta de vagas), que uma porcentagem maior de estudantes de camadas médias e menos favorecidas pode cursar o ensino superior.

A Universidade Cruzeiro do Sul destaca-se por atender a um público estudantil que, em sua maior parte, encontra-se no outro extremo da escala social. Trata-se de uma instituição privada com apenas dois *campi*, um *campus* principal, localizado no distrito de São Miguel Paulista, na zona leste do Município e outro *campus*, recentemente inaugurado, no Tatuapé, também na zona leste. Essa instituição caracteriza-se principalmente por receber o estudante que vem de famílias de renda mais baixa, com baixo capital escolar, cujos pais são, em sua grande maioria, assalariados que ocupam categorias profissionais pouco credenciadas, e que não têm muitas opções além do ensino público no ciclo básico, mas que têm claramente uma estratégia de ascensão social. Como veremos nas próximas seções, um número significativo desses estudantes trabalha, é independente do núcleo familiar de origem e já constituiu família. Nesse caso, o curso superior é a última etapa a ser conquistada no processo de transição para a vida adulta, etapa essa que, devido à sua origem social e econômica, torna-se mais difícil de alcançar do que para os estudantes das outras universidades.

Desse modo, é possível questionar em que medida se pode dizer que está havendo um processo de democratização do acesso ao ensino superior, se o nível de capital escolar da família, como observamos, repercute no acesso à instituição considerada mais prestigiosa e se os estudantes oriundos de uma zona considerada periférica em São Paulo tendem a ingressar em instituições mais periféricas, pagas e consideradas menos prestigiosas. Observa-se aqui um fenômeno de *reprodução social*, na medida em que os estudantes das camadas sociais mais altas tendem a ocupar, em maior proporção, as vagas das instituições mais raras cujo acesso é mais difícil. Podemos mesmo dizer que estamos diante de um certo fechamento social dentro de alguns setores do sistema de ensino superior.

Por outro lado, é preciso reconhecer que está havendo, de fato, um processo de expansão do ensino superior, e estudantes oriundos de famílias com capital escolar mais baixo têm chegado à universidade. Esse tipo de instituição, localizada na zona periférica, e voltada para um público estudantil sem tradições familiares no ensino superior, acolhe de forma privilegiada estudantes de camadas sociais com baixos níveis de escolaridade e menos recursos econômicos e culturais, atuando como fatores de mobilidade social no interior do sistema.

Finalmente, podemos concluir que o término dos estudos e a conquista do grau universitário constituem uma etapa da vida claramente marcada pelas condições sociais e econômicas vividas pelos grupos sociais, a qual se traduzirá em diferentes oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e de ascensão social.

## **2 – A Entrada no Mercado de Trabalho**

### **2.1. O jovem e a realidade do trabalho**

Antes de iniciar a apresentação e discussão dos resultados obtidos na pesquisa, é preciso fazer uma breve contextualização da realidade do trabalho em São Paulo, na forma como ela se apresenta para o jovem de hoje. Os dados que discutiremos a seguir referem-se ao Estado de São Paulo e à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e são resultados das pesquisas sobre emprego e desemprego realizadas mensalmente pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e estudos Sócio-Econômicos (Dieese), complementados por dados do Anuário Estatístico do Estado de São Paulo de 1995 e 1999, do Censo Demográfico conduzido em 1991 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>69</sup> e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1990, 1995 e 1999.

De uma maneira geral, no cenário econômico dos anos 90, para a população entre 18 e 24 anos de idade, predominou a passagem para o desemprego. Esse quadro é resultante da diminuição no ritmo de geração de novos postos de trabalho e pela fragmentação das relações contratuais, o que levou a uma redução das chances de inserção desses jovens no mercado de trabalho, entre 1986 e 1996. A principal explicação para a redução da participação relativa do jovem com níveis escolares mais elementares entre os ocupados é a melhoria dos indicadores de instrução da população e as maiores exigências por parte das empresas quanto ao grau de escolaridade e experiência.

O ano de 1986 marcou o auge do período de recuperação econômica dos anos 80, permitindo a incorporação de grandes contingentes populacionais ao mercado de trabalho, inclusive dos jovens e daqueles que apresentavam menos qualificação. Entre 1990 e 1992, observou-se uma retração das atividades econômicas e a abertura da economia brasileira à concorrência internacional. Isso levou as empresas a buscarem novas formas de organização da produção. Na RMSP, houve aumento do desemprego, especialmente no setor industrial, e redução do emprego assalariado com carteira assinada. Por outro lado, cresce o número de empregos no terceiro setor e as ocupações autônomas. A partir de 1993, verificou-se uma melhora na atividade econômica do País, mas sem que o mesmo se verifique na disponibilidade de postos de trabalho.

Segundo os dados da Fundação SEADE<sup>70</sup>, entre 1986 e 1996, a participação relativa dos jovens entre os ocupados da RMSP diminuiu de cerca de 23% para 19,6%, mantendo-

---

<sup>69</sup> Os dados do Censo do IBGE de 2000 só estarão disponíveis ao público a partir do final deste ano.

<sup>70</sup> Fonte: Rosnadiski, E. N. e Watanabe, M. I., “A batalha por um emprego: um mercado sempre mais concorrido”, In: *20 Anos em 2000*, Fundação SEADE, São Paulo, 1998.

se no mesmo patamar em 1999.<sup>71</sup> A queda na participação relativa dos jovens resultou, principalmente, no desemprego e, em menor medida, na inatividade. Essa redução indica a dificuldade de inserção no mercado de trabalho que, associada ao desemprego, tendeu a desestimular a procura por novos postos de trabalho.

O crescimento da inatividade também pode ser explicado em função de fenômenos demográficos. Nas últimas três décadas, a população brasileira, como um todo, apresentou queda nas taxas de fecundidade e mortalidade. Isso significa que houve uma desaceleração no ritmo de crescimento da população. Desse modo está em declínio o peso relativo das crianças de 0 a 14 anos de idade, em relação ao total da população brasileira, tendo reduzido de 42,1% da população total, em 1980, para 38,2%, em 1990<sup>72</sup> e 29,4% em 1999. Essa situação provoca um fenômeno chamado *descontinuidade demográfica*, cujos efeitos, a cada década, se fazem sentir em ondas sucessivas nas faixas etárias subseqüentes. Devido a alterações nos fatores que intervêm na dinâmica demográfica, tais como a fecundidade, a mortalidade e as migrações, a pirâmide etária pode sofrer alargamentos ou estreitamentos em sua base, aumentando ou diminuindo o número de nascimentos (como é o caso do *baby-boom* ocorrido no pós-guerra). Chama-se « onda » o momento de alargamento de uma determinada faixa etária.

O efeito dessa onda traduz-se nos dados populacionais de cada faixa etária. Em 1995, o grupo etário mais numeroso da estrutura etária brasileira era o dos adolescentes de 15 a 19 anos, que somavam 15,7 milhões de pessoas, ou 10,4% da população total do País. No Estado de São Paulo, a população de adolescentes de 15 a 19 anos passou de 2,6 milhões de pessoas, em 1980, para 2,9 milhões, em 1991, e para 3,4 milhões em 1996.<sup>73</sup> Esses adolescentes têm hoje, em 2001, entre 20 e 24 anos e constituem uma das maiores proporções de jovens da história demográfica brasileira.

Os jovens, assim como toda a população brasileira, estão distribuídos desigualmente no país. A população de 20 a 24 anos concentra-se sobretudo nos Estados do Sudeste (41,5%) e do Nordeste (32,1%). Na Região Metropolitana de São Paulo, entre 1991 e 1996, o incremento do número absoluto de jovens de 20 a 24 anos foi de 132 mil pessoas. Entre 1980 e 1991, esse incremento havia sido de 82 mil pessoas. Em 1999, o volume de jovens atingiu 1,64 milhões de pessoas contra 1,4 milhões em 1980.<sup>74</sup>

---

<sup>71</sup> Os dados da PNAD de 1999 e do Anuário Estatístico do Estado de São Paulo são os mais recentes de que dispomos no momento.

<sup>72</sup> Oliveira, J.de C. *et al*, “Evolução das Características da População Jovem no Brasil” In: *Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, vol. 1, Brasília, maio de 1998, p. 8.

<sup>73</sup> Rodrigues, E. M. *et al*, “Distribuição espacial” In: *Vinte Anos em Dois Mil*, Ob. Cit., p.28.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 30.

Esses dados indicam que, entre 2000 e 2005, ocorrerá um crescimento da demanda pelo primeiro emprego, sendo que grande parte dessa demanda estará concentrada na periferia da Região Metropolitana de São Paulo, que passa por uma transformação produtiva, com importante redução de postos de trabalho na indústria.

Outro fenômeno verificado é o descolamento entre o incremento da população e a população economicamente ativa (PEA). Observando-se os dados dos censos demográficos de 1970, 1980 e 1991 do IBGE, das PNADs de 1990 e 1995 e dos Anuários estatísticos de 1995 e 1999, verifica-se que a população masculina economicamente ativa (PEA) paulista, no período de 1970 a 1980, teve um acréscimo de 2,4 milhões de indivíduos, de 1,8 milhão de indivíduos de 1980 a 1990, de 700 mil indivíduos de 1990 a 1995 e de apenas 400 mil indivíduos entre 1995 e 1998.<sup>75</sup> Se essa tendência se mantiver, os resultados para os próximos anos indicarão que, ao longo dos últimos 25 anos, houve um decréscimo da PEA masculina no Estado de São Paulo. Ao observar os dados para o total da população entre 15 e 24 anos, verifica-se que, na década de 70, esse grupo apresentava acréscimos médios anuais de 92 mil indivíduos. Esse número caiu para 25 mil entre 1980 e 1991, quando houve um refluxo no crescimento dessa faixa etária. Entre 1990 e 1995, com a onda jovem, esse incremento sobe para 54 mil indivíduos e, entre 1995 e 1998, para 181 mil indivíduos, chegando ao ápice em 2000.

Desse modo, enquanto na década de 70 o incremento da PEA masculina era próximo ao da população masculina, nos anos 80 e 90, concentrado na população jovem, há um descolamento crescente entre essas dimensões. Houve tanto o descolamento entre a PEA e a população em idade ativa (PIA), com o crescimento da inatividade, quanto o descolamento entre a PEA e o número de ocupados, com o aumento do desemprego. “Na década de 70, o incremento da PEA masculina correspondeu a 85% do incremento populacional ; entre 1980 e 1991, a 70 % e nos primeiros cinco anos da década de 90, a apenas 54%.”<sup>76</sup>

Outro aspecto importante a considerar é que a população feminina vem crescendo regularmente, no Estado de São Paulo como um todo. Só entre 1991 e 1998, houve um crescimento de 2,9 milhões de pessoas, tendo aumentado mais do que a população masculina. Mais importante ainda é o fato de que a PEA feminina teve um incremento médio de 162 mil indivíduos, na década de 70, de 150 mil indivíduos, na década de 80, de 222 mil indivíduos, entre 1991 e 1995,<sup>77</sup> e de 533 mil indivíduos só entre 1995 e 1998. Isso significa que na década de 90, o incremento da PEA feminina foi maior do que o da PEA masculina

---

<sup>75</sup> Os dados populacionais referentes ao Anuário Estatístico de 1999, solicitados no *site* da Fundação SEADE, são do ano de 1998.

<sup>76</sup> Bercovich, A. M. *et al*, “Descontinuidades demográficas” In: *Vinte Anos em Dois Mil, Ob.Cit*, p. 5.

e superior também ao incremento populacional nas faixas etárias de 20 a 45 anos. Só na faixa etária entre 15 e 24 anos, o incremento entre 1995 e 1998 foi de 212 mil indivíduos. Desse modo, observa-se que a PEA feminina também constitui um fator a pressionar o mercado de trabalho de São Paulo na década de 90, o que contribui para ampliar a taxa de desemprego entre jovens.

No entanto, a pressão demográfica da onda jovem dos anos 90 não é o único fator a explicar o crescimento da inatividade e do desemprego nesse período. Com a expansão da frequência à escola entre as camadas populares, ocorrida paralelamente à queda da população ocupada na agricultura, houve, necessariamente, um aumento da inatividade infante-juvenil, já que os jovens que só estudam estão inseridos na categoria de inativos. Além disso, a exigência de mais qualificação estimula a permanência na escola. Os dados da PED para a faixa etária entre 18 e 24 anos indicam haver preferência pela contratação dos mais escolarizados, pois, em 1996, os desempregados com até sete anos de escolaridade somavam 44%, contra 25% dos que somavam 11 anos ou mais. Os jovens que se encontravam no primeiro emprego e os que permaneceram no mesmo posto de trabalho também apresentavam os melhores perfis educacionais, o que confirma o maior rigor no processo de seleção.

As diferenças nas taxas de ocupação entre os jovens não se observam apenas entre os que detêm maiores e menores graus de escolaridade, mas também entre os sexos. A análise segundo o sexo mostra que a parcela de mulheres ocupadas sempre foi menor no período. Em 1986, 59% das mulheres na faixa etária de 18 a 24 anos encontravam-se ocupadas, contra 85% dos homens. Entre 1996 e 1986, aumentou a dificuldade de inserção dos homens: a taxa de ocupação caiu 12,4% para os homens e 5,6% para as mulheres, de modo que entre os ocupados em 1996, 54% das mulheres nessa faixa etária estavam ocupadas, contra 72% dos homens.

É preciso salientar que entre 1986 e 1996, além da maior seletividade, também se observou uma tendência à maior instabilidade do emprego. Entre 1992 e 1996, cresceu a participação relativa dos que estavam no mesmo posto de trabalho há menos de seis meses em relação àqueles que estavam há mais tempo. Em 1992, 29% dos jovens estava há mais de dois anos no mesmo posto de trabalho, enquanto que 18% estava há menos de três meses e 11% entre 4 e 6 meses. Em 1996, apenas 24% encontravam-se há mais de dois anos, sendo que 21% estava há menos de três meses e 12% entre 4 e 6 meses. Esses dados indicam maior dificuldade de acumular experiência profissional, devido à alta rotatividade dos postos de trabalho.

---

<sup>77</sup> *Idem*, p.8.

À maior rotatividade associou-se uma tendência à precarização das relações de trabalho, com ampliação da ocupação sem carteira assinada e do número de autônomos. Embora os contratos formais ainda predominassem, houve um declínio, entre os jovens, de 72%, em 1986, para 58%, em 1996, com um aumento dos autônomos e dos assalariados sem carteira assinada de 18% para 30%.

Finalmente, os dados chamam a atenção para a redução do rendimento médio por hora dos ocupados, que caiu de R\$ 11,4, em 1986, para R\$ 4,7, entre os que trabalhavam menos de 30 horas semanais e de R\$ 4,7, em 1986, para R\$ 2,1, em 1996, entre os assalariados que trabalhavam mais de 45 horas semanais.

A análise do período entre 1986 e 1996 indicou, portanto, que, com a redução da oferta de emprego, a concorrência pelos postos de trabalho aumentou, diminuindo as chances de inserção dos jovens da RMSP no mercado de trabalho. Apesar da melhoria dos indicadores econômicos, a taxa de ocupação reduziu-se e o desemprego e a inatividade entre os jovens aumentou. Com o acirramento da concorrência, ampliou-se o nível de escolaridade exigido nas contratações. No entanto, se a questão da escolaridade pode representar risco de maior exclusão dos jovens menos instruídos, o baixo incremento das ofertas de postos de trabalho ameaça tanto os jovens menos escolarizados como os mais escolarizados. Finalmente, observou-se que piorou a qualidade dos postos de trabalho gerados para os jovens, não apenas em termos de remuneração, mas também das relações contratuais.

Esse cenário só apresentou mudanças no ano 2000, quando a taxa total de desemprego na RMSP caiu para 17,6%, interrompendo a trajetória ascendente verificada nos quatro anos anteriores, com expressivo crescimento do nível de ocupação (3,9%).<sup>78</sup> Entre os jovens de 18 a 24 anos, a taxa de participação relativa entre os ocupados na RMSP passou de 79,4%, em 1996, para 81%, em 2000, registrando um aumento de 3,2% no período. Mesmo assim, a taxa de desemprego entre os jovens aumentou de 21%, em 1996, para 25%, em 2000. Nesse ano também continuaram a crescer as formas mais frágeis de inserção no mercado de trabalho, em especial o número de trabalhadores assalariados sem carteira assinada e de trabalhadores autônomos que atuavam junto a empresas. Além disso, o rendimento médio anual manteve a tendência de declínio registrada nos dois anos anteriores, devido principalmente ao comportamento observado na maioria dos setores e inserções ocupacionais.

A queda na taxa de desemprego observada em 2000 deverá, entretanto, sofrer alterações principalmente em razão da crise energética que o País enfrenta atualmente, que

---

<sup>78</sup> Fonte: Análise Anual de 2000, Fundação SEADE.

deverá diminuir o ritmo da produção em 2001 e contribuir para as dificuldades de inserção no mercado por parte dos jovens.

É essa a conjuntura econômica que, nos próximos anos, deverá determinar a inserção do jovem estudante na vida ativa e, ao que tudo indica, deverá acirrar ainda mais as diferenças observadas entre os diversos segmentos sociais da população.

## 2.2. A situação de trabalho

Os estudantes da amostra distribuem-se entre aqueles que estão trabalhando, os que já trabalharam antes, mas não estavam trabalhando no momento em que foi realizada a pesquisa, e os que nunca haviam trabalhado antes, e que também não estavam trabalhando no momento da pesquisa.

Dos estudantes que participaram da amostra, 811 responderam que exerciam algum tipo de atividade remunerada, 354 que não estavam trabalhando e oito não responderam a pergunta. A maioria (60%), portanto, estava envolvida com algum tipo de trabalho regular. É interessante observar que, na amostra, os estudantes da USP se dividem proporcionalmente entre aqueles que trabalham regularmente (49%) e aqueles que não exercem nenhuma atividade (44%). Também é na USP que encontramos a maior proporção de estudantes que não estavam trabalhando, em contraste com as duas outras universidades, em que 63% (UNIP) e 66% (UNICSUL) tinham uma atividade regular. Na UNICSUL, a proporção dos que não exerciam nenhuma atividade é a menor entre as três universidades.

**Tabela III. 23** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade e Situação profissional*.

Universidade	Situação profissional				Total
	<i>Atividade integral</i>	<i>Atividade meio período</i>	<i>Atividade irregular</i>	<i>Não exerce atividade</i>	
<i>USP</i>	29%	20%	7%	44%	100% (318)
<i>UNIP</i>	39%	24 %	9%	28%	100% (478)
<i>UNICSUL</i>	46%	20%	12%	22%	100% (369)
Total	38% (447)	22% (253)	10% (111)	30% (354)	100% (1165)*

\* 8 indivíduos não têm resposta para a variável Situação profissional.

Dimensão realizadora e provedora, o trabalho é um dos aspectos mais importantes da vida social do indivíduo. Na medida em que marca a passagem do jovem para a independência econômica em relação à família, é uma das etapas mais importantes no processo de transição para a vida adulta. É por meio do trabalho que o estudante redefine

as relações de dependência com a família, seja contribuindo para o sustento da mesma, seja criando as condições para a própria emancipação. Ao mesmo tempo, o trabalho possibilita o acesso aos bens de consumo, o sustento próprio e da família, a manutenção dos estudos e a realização profissional, podendo ou não congrega a totalidades desses aspectos.

O momento da inserção no mercado de trabalho, as motivações para o início da vida ativa e as reações à situação de trabalho e não trabalho, entretanto, variam muito, conforme veremos a seguir, e dependem, em grande parte, das condições sociais e econômicas de origem do estudante. A combinação dessas variáveis contribui, de forma significativa, para conformar trajetórias precoces ou tardias de inserção no mercado de trabalho, assim como influenciam as motivações para o início do trabalho e as reações ao emprego e o desemprego.

### **2.3. O início da vida ativa**

Entre os estudantes que estavam trabalhando ou já haviam trabalhado antes, interessava-nos saber com que idade haviam iniciado a vida ativa, e quais eram as diferenças que podiam ser observadas em relação aos indicadores selecionados para caracterizar o estatuto sócio-cultural e sócio-econômico familiar.

É de 17 anos e dois meses a idade média de início da vida ativa dos 1.010 estudantes que estavam trabalhando ou já haviam trabalhado antes. Observamos que os do sexo masculino começaram a trabalhar um pouco mais cedo do que as do sexo feminino, com 16,9 anos e 17,3 anos, respectivamente. Apesar de a média indicar uma diferença pequena entre as idades de início da vida ativa de ambos os sexos, os jovens do sexo masculino tendem a iniciar o trabalho fora de casa mais cedo do que as jovens. Embora o trabalho da mulher seja mais valorizado atualmente, devido às relações que se observam entre os sexos na sociedade brasileira, às jovens, na maioria das famílias, ainda é atribuída a função de ajudar nas tarefas domésticas, especialmente entre as famílias mais pobres e, por isso, elas tendem a permanecer mais tempo trabalhando dentro do lar familiar, ao contrário dos jovens, os quais têm mais liberdade para iniciarem mais cedo o trabalho fora de casa.

Ao contrastarmos os diferentes níveis de capital escolar familiar<sup>79</sup>, verificamos que são os estudantes oriundos de famílias com capital escolar familiar inferior que começam a trabalhar mais cedo. Observando a tabela 24, a seguir, constatamos que a idade com a qual o estudante inicia a vida ativa aumenta conforme aumenta o capital escolar familiar:

---

<sup>79</sup> Ver pág. 69.

**Tabela III. 24** – Medidas descritivas da variável *Idade com a qual começou a trabalhar*, segundo *Capital escolar familiar*.

Idade com a qual começou a trabalhar (em anos)	Capital escolar familiar				
	<i>Inferior</i>	<i>Inferior - Médio</i>	<i>Médio</i>	<i>Superior - Médio</i>	<i>Superior</i>
<i>Número de Estudantes</i>	69	162	162	167	273
<i>Média</i>	16,1	16,6	16,8	17,3	17,9
<i>Desvio Padrão</i>	3,2	3,4	2,7	2,3	2,2
<i>Mínimo</i>	10,0	9,0	10,0	12,0	10,0
<i>Máximo</i>	31,0	36,0	25,0	24,0	24,0

O contraste entre as diferentes faixas de renda também indica variação nas idades de início da vida ativa entre os estudantes. Observando a tabela 25, a seguir, verificamos que, embora haja pequenas variações entre as faixas de renda, em geral, a idade com a qual o estudante começa a trabalhar aumenta conforme aumenta a renda mensal familiar.

**Tabela III. 25** – Medidas descritivas da variável *Idade com a qual começou a trabalhar*, segundo *Renda familiar mensal*.

Renda mensal familiar	<i>Idade Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	Número De estudantes
<i>Até R\$ 500</i>	16,33	2,23	12	21	(12)
<i>De R\$ 501 a R\$ 1000</i>	15,82	2,51	11	23	(49)
<i>De R\$ 1001 a R\$ 2000</i>	16,55	3,64	9	50	(146)
<i>De R\$ 2001 a R4 4000</i>	16,90	2,93	11	36	(237)
<i>De R\$ 4001 a R\$ 10000</i>	17,72	2,65	10	31	(227)
<i>De R\$ 10001 a R\$ 20000</i>	18,08	2,65	12	25	(52)
<i>Mais de R\$ 20001</i>	16,50	2,77	12	20	(24)
<i>Prefere não responder</i>	17,75	2,54	11	23	(53)
<i>Não sabe</i>	17,72	2,27	12	23	(72)

Como vimos na seção anterior, a combinação dessas duas variáveis funciona como um indicador da posição do estudante na escala social. Desse modo, como esperávamos, são os estudantes oriundos de famílias de condição social menos privilegiada, cujos pais têm grau de escolaridade inferior e cuja renda mensal familiar é baixa, que tendem a iniciar a vida ativa mais cedo. Essa informação pode ser complementada verificando-se também a profissão do pai. Conforme podemos observar na tabela 26, são os filhos de assistentes e auxiliares, profissionais que executam serviços não especializados, operários da indústria e agricultores - ocupações cujos ganhos, comparativamente, não são tão elevados quanto os das ocupações mais credenciadas - que começam a trabalhar mais cedo. Por contraste, os

filhos de fazendeiros, criadores e produtores, funcionários que ocupam altos cargos públicos e profissionais liberais e bacharéis, são os que iniciam a vida ativa mais tarde.

**Tabela III. 26** – Idade média com a qual começou a trabalhar, segundo *Profissão do pai*.

Profissão do pai	Idade média
<i>Assistente ou auxiliar</i>	15,6
<i>Serviço não especializado</i>	16,1
<i>Artesão e ofício especializado</i>	16,5
<i>Operário da indústria</i>	16,5
<i>Agricultor</i>	16,5
<i>Pequeno ou micro empresário</i>	16,7
<i>Trabalhador independente</i>	16,8
<i>Grande ou médio empresário</i>	17,3
<i>Dirigente ou supervisor</i>	17,3
<i>Funcionário ou serviço público</i>	17,3
<i>Outras</i>	17,3
<i>Técnico ou profissional de nível médio</i>	17,6
<i>Professor, intelectual ou artista</i>	17,7
<i>Profissional liberal ou bacharel</i>	18
<i>Alto cargo público</i>	18,6
<i>Fazendeiro, criador ou produtor</i>	21

Em conformidade com os dados analisados anteriormente, observamos que os alunos da UNICSUL são os que apresentam a menor média de idade de início da vida ativa, os alunos da USP apresentam a maior média e os da UNIP situam-se numa posição intermediária em relação às outras duas universidades.

**Tabela III. 27** – Medidas descritivas da variável *Idade com a qual começou a trabalhar*, segundo *Universidade*.

Idade com a qual começou a trabalhar (anos)	Universidade		
	USP	UNIP	UNICSUL
<i>Número de Estudantes</i>	193	389	296
<i>Média</i>	18,6	17,2	16,2
<i>Desvio Padrão</i>	2,1	2,7	3,2
<i>Mínimo</i>	13,0	9,0	10,0
<i>Máximo</i>	25,0	36,0	50,0

#### 2.4. Motivações para o início do trabalho

Para que compreendêssemos por que o estudante oriundo das camadas sociais menos privilegiadas inicia a vida ativa mais cedo, foi preciso analisar quais são as motivações que levam o estudante a começar a trabalhar. Uma lista de motivações foi apresentada na questão 35.

Na amostra como um todo, verificamos que a maior proporção de estudantes começou a trabalhar para ganhar dinheiro para consumo próprio, isto é, ganhar dinheiro para despesas pessoais, as quais não incluem, necessariamente, gastos com estudo e ou despesas domésticas. A segunda motivação mais freqüente na amostra é a vontade de trabalhar, sendo que apenas 15% dos estudantes começaram a trabalhar para ajudar em casa.

**Tabela III. 28** – Freqüência relativa dos estudantes, segundo *Motivo pelo qual começou a trabalhar*.

Motivo pelo qual começou a trabalhar	Freqüência	Total
<i>Vontade</i>	22%	(194)
<i>Ajudar em casa</i>	15%	(131)
<i>Ganhar dinheiro</i>	33%	(289)
<i>Para estudar</i>	6%	(50)
<i>Ganhar a vida</i>	4%	(30)
<i>Independência</i>	12%	(102)
<i>Outros</i>	8%	(73)
<i>Não sabe</i>	0%	(1)
Total	100%	(870)*

\* 140 indivíduos não têm resposta para a variável Motivo pelo qual começou a trabalhar.

Ao verificarmos que ganhar o próprio dinheiro é a principal motivação para o trabalho entre os estudantes da amostra, pudemos constatar a importância do ganho para o acesso imediato aos bens de consumo que caracterizam a condição juvenil. Todavia, como veremos a seguir, as diferentes motivações para o trabalho estão associadas a diferentes origens sócio-econômicas. Observando a tabela 29, a seguir, verificamos que, entre os estudantes cujas famílias detêm um capital escolar inferior, a principal razão para terem começado a trabalhar é ajudar em casa, enquanto que, para os demais níveis de capital escolar familiar, a principal razão é ganhar dinheiro para o próprio consumo, seguida pela vontade de trabalhar.

**Tabela III. 29** – Distribuição dos estudantes que trabalham ou já trabalharam, segundo *Motivo pelo qual começou a trabalhar* e *Capital escolar familiar*.

Motivo pelo qual começou a trabalhar	Capital escolar familiar						Total
	<i>Inferior</i>	<i>Inferior-Médio</i>	<i>Médio</i>	<i>Médio-Superior</i>	<i>Superior</i>	<i>Não respondeu</i>	
<i>Para estudar</i>	5%	8%	7%	4%	3%	4%	5%
<i>Ajudar em casa</i>	33%	18%	14%	9%	5%	21%	13%
<i>Ganhar a vida</i>	5%	3%	1%	4%	2%	7%	3%
<i>Ganhar dinheiro</i>	15%	30%	29%	32%	30%	21%	29%
<i>Independência</i>	14%	8%	11%	12%	9%	9%	10%
<i>Vontade</i>	10%	13%	23%	20%	25%	11%	19%
<i>Outros</i>	0%	4%	7%	5%	14%	5%	7%
<i>Não respondeu</i>	18%	16%	8%	14%	12%	22%	14%
Total	100% (88)	100% (192)	100% (176)	100% (188)	100% (310)	100% (56)	100% (1010)

Como era de se esperar, a necessidade de trabalhar para ajudar em casa está fortemente associada à renda familiar mensal, como podemos observar na tabela 30. Entre os estudantes cujas famílias têm renda mensal até R\$ 1.000, ajudar em casa é a principal motivação para o trabalho. Nas demais faixas de renda, o principal motivo é ganhar dinheiro para o consumo próprio e em seguida, vontade de trabalhar.

**Tabela III. 30** – Distribuição dos estudantes que trabalham ou já trabalharam, segundo *Renda mensal familiar* e *Motivo que começou a trabalhar*.

Renda mensal familiar	Motivo que começou a trabalhar								Total
	<i>Vontade</i>	<i>Ajudar em casa</i>	<i>Ganhar dinheiro</i>	<i>Para estudar</i>	<i>Ganhar a vida</i>	<i>Independência</i>	<i>Outros</i>	<i>Não sabe</i>	
<i>Menos de R\$500</i>	9%	55%	9%	9%	0%	9%	9%	0%	100% (11)
<i>De R\$500 a R\$1000</i>	14%	31%	21%	12%	6%	8%	8%	0%	100% (51)
<i>De R\$1001 a R\$2000</i>	22%	24%	28%	8%	4%	11%	3%	0%	100% (146)
<i>De R\$2001 a R\$4000</i>	19%	16%	37%	6%	3%	13%	6%	0%	100% (234)
<i>De R\$4001 a R\$10.000</i>	20%	10%	36%	4%	3%	16%	11%	0%	100% (220)
<i>De \$10.001 a R\$20.000</i>	36%	2%	46%	0%	0%	0%	16%	0%	100% (50)
<i>Mais de R\$ 20.001</i>	42%	4%	34%	8%	8%	0%	4%	0%	100% (24)
<i>Prefere não responder</i>	29%	5%	27%	5%	5%	16%	13%	0%	100% (56)
<i>Não sabe</i>	28%	13%	30%	1%	3%	11%	14%	0%	100% (71)
Total	22%	15%	33%	6%	4%	12%	8%	0%	100% (863)*

\* 147 indivíduos que trabalham não têm resposta para pelo menos uma das variáveis desta tabela.

Os dados apresentados acima confirmam as hipóteses apresentadas na introdução, ou seja, encontramos não apenas trajetórias diferenciadas de inserção no mercado de trabalho, como motivações diferentes para o exercício do trabalho. Quando as famílias têm renda mensal inferior a R\$ 1.000, o trabalho do jovem aparece como importante complemento da renda familiar. Nas demais faixas de renda, a motivação mais importante é ganhar dinheiro para o próprio consumo. Nesse caso, para o jovem, o trabalho proporciona a remuneração necessária para os gastos pessoais, aparecendo como uma alternativa para aqueles que não têm condições de receber uma mesada dos pais e também como possibilidade de maior autonomia, uma vez que esse dinheiro é administrado pelo próprio jovem. Nas faixas de renda mais altas, entretanto, a vontade de trabalhar aparece em uma porcentagem significativa, o que exprime uma visão do trabalho como uma experiência positiva e desejável. Esse dado confirma a hipótese de que o jovem não rejeita a ética tradicional do trabalho.

## **2.5. A situação de não trabalho**

Do mesmo modo que encontramos diferentes motivações para o início da vida ativa, os estudantes apontaram diferentes razões para a situação de não trabalho. É importante ressaltar que não trabalhar não necessariamente significa desemprego, pois, como havíamos indicado nas hipóteses de trabalho, o jovem pode vivenciar essa situação de maneiras diferentes, e não estar trabalhando também pode ser uma escolha. A inatividade também é característica da condição juvenil, uma vez que o jovem que só estuda é considerado inativo. A inatividade pode ser vivenciada de diversas formas, ou seja, como um adiamento da inserção no mercado de trabalho, um intervalo de redefinição em busca de uma ocupação melhor, ou mesmo uma opção enquanto o trabalho não se apresenta como uma necessidade. O desemprego, por sua vez, implica uma situação de emprego prévia, podendo o jovem ter encerrado seu contrato de trabalho voluntária ou involuntariamente, ou, ainda, não ter conseguido renovar um contrato de trabalho temporário. Contudo, como veremos, mesmo entre os estudantes que nunca trabalharam antes, há aqueles que se consideram desempregados, o que, para quem ainda não conseguiu a inserção no mercado, indica que a situação de não trabalho pode ser vivida mesmo como desemprego.

Dos estudantes que não estavam trabalhando na ocasião em que foi realizada a pesquisa, 191 já haviam trabalhado antes. Entre esses, a maioria (39%) declarou estar desempregada. Em seguida, registramos uma porcentagem significativa (19%) dos que não podiam ou não desejavam trabalhar naquele momento, daquela representativa dos que não aceitavam qualquer trabalho e continuavam buscando uma ocupação que satisfizesse suas exigências (16%).

**Tabela III. 31** – Freqüência relativa dos estudantes, segundo *Por que não está trabalhando, sendo que já trabalhou antes.*

Por que não está trabalhando, sendo que já trabalhou	Freqüência	Total
<i>Desempregado</i>	39%	(73)
<i>Não precisa trabalhar</i>	4%	(8)
<i>Não pode ou não quer</i>	19%	(37)
<i>Aguardando trabalho já confirmado</i>	10%	(18)
<i>Não aceita qualquer trabalho</i>	16%	(31)
<i>Outros</i>	11%	(21)
<i>Não sabe</i>	1%	(2)
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>(190)*</b>

\* 1 indivíduo não tem resposta para a variável Por que não está trabalhando.

Esse dado indica, por um lado, uma importância maior atribuída à carreira universitária, de modo que o curso, ou as atividades ligadas a ele, impediria a possibilidade de trabalhar, ou mesmo constituiria razão para o adiamento do trabalho. Por outro lado, entre os que já haviam trabalhado antes, a situação de não trabalho é fortemente atribuída ao desemprego.

A situação de não trabalho é vivida de maneira diferente conforme as condições sociais e econômicas do estudante. Observando a tabela 32, vemos que a maior parte dos universitários da amostra que estudam na USP se encontra em condições tais que deseja ou prefere a situação de não trabalho à de trabalho. Já na UNIP, a maior porcentagem é de estudantes que estão desempregados (23%), seguida por aqueles que não aceitam qualquer trabalho. Mas é na UNICSUL que encontramos a maior porcentagem (70%) de estudantes que vivenciam a situação de não trabalho como desemprego.

**Tabela III. 32** – Distribuição dos estudantes que não estavam trabalhando, mas já trabalharam, segundo *Por que não está trabalhando, sendo que já trabalhou e Universidade.*

Por que não está trabalhando, sendo que já trabalhou	Universidade			Total
	USP	UNIP	UNICSUL	
<i>Aguardando trabalho já confirmado</i>	14%	10%	6%	9%
<i>Desempregado</i>	11%	33%	70%	39%
<i>Não aceita qualquer trabalho</i>	14%	23%	7%	16%
<i>Não pode ou não quer</i>	43%	13%	11%	20%
<i>Não precisa trabalhar</i>	2%	6%	2%	4%
<i>Outros</i>	16%	14%	2%	11%
<i>Não sabe</i>	0%	1%	2%	1%
<b>Total</b>	<b>100% (44)</b>	<b>100% (93)</b>	<b>100% (54)</b>	<b>100% (191)</b>

Como vimos na seção anterior, os indicadores sociais e econômicos que utilizamos para posicionar as famílias dos estudantes na escala social revelaram que as amostras das universidades apresentavam perfis bastante diferenciados entre si. Vimos que, na amostra de estudantes da USP, predominam aqueles oriundos de famílias com capital escolar familiar superior, com renda mensal alta, cujos pais ocupam posições profissionais mais credenciadas. Esses estudantes, pertencentes às camadas sociais mais favorecidas, não são impulsionados para o trabalho no sentido de contribuírem para a obtenção da renda familiar. Têm, portanto, mais tempo para se dedicarem aos estudos e à carreira universitária, podendo optar pela situação de não trabalho enquanto procuram alternativas de inserção no mercado que estejam de acordo com suas aspirações e expectativas. Podemos dizer, portanto, que esses estudantes encontram maior autonomia na busca por uma ocupação profissional realizadora. Em contraste, na amostra da UNICSUL, predominam aqueles oriundos de famílias com capital escolar inferior e médio-inferior, com rendas mensais mais baixas, cujos pais ocupam posições profissionais menos credenciadas. Entre essas famílias, o jovem é estimulado a começar a trabalhar mais cedo, para complementar a renda mensal familiar e ajudar nas despesas da casa. Esses estudantes têm menos condições de pagar mensalidades altas e preferem a instituição UNICSUL devido aos custos reduzidos e aos horários de funcionamento dos cursos (vagas noturnas), uma vez que a maioria deles trabalha em período integral. Geralmente, são estudantes que trabalham há algum tempo, e somente quando se encontraram em uma situação mais estável, puderam optar por fazer um curso superior. Na UNIP, por sua vez, encontramos estudantes em ambas as situações.

O perfil dos que não estão trabalhando, mas que nunca trabalharam antes, é um pouco diferente. Nesse caso, encontramos uma porcentagem maior de estudantes que se encontra em condições de adiar a situação de trabalho, preterindo o emprego a fim de se dedicarem aos estudos e à carreira universitária. Uma porcentagem significativa (53%), mesmo, declarou que não podia, não queria ou não precisava trabalhar naquele momento.

**Tabela III. 33** – Frequência relativa dos estudantes, segundo *Por que não está trabalhando, sendo que nunca trabalhou antes.*

Por que não está trabalhando, sendo que nunca trabalhou	Porcentagem	Frequência
<i>Desempregado</i>	9%	(15)
<i>Não precisa trabalhar</i>	22%	(36)
<i>Não pode ou não quer</i>	31%	(50)
<i>Aguardando trabalho já confirmado</i>	7%	(11)
<i>Não aceita qualquer trabalho</i>	17%	(28)
<i>Outros</i>	12%	(20)
<i>Não sabe</i>	1%	(2)
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>(162)*</b>

\* 1 indivíduo não tem resposta para a variável Por que não está trabalhando

É importante observar que, entre os que nunca trabalharam antes, os quais totalizam 163 estudantes, 95 estão na USP, 42 na UNIP e apenas 26 na UNICSUL. Desse modo, encontramos na UNICSUL o menor número de estudantes que nunca trabalharam antes do momento da pesquisa. Entre esses, a maioria (31%), embora nunca tivesse sido empregada, considera-se desempregada, o que nos leva a supor que estejamos diante de um jovem que foi socializado segundo a ética do trabalho tradicional, cujas famílias dão bastante importância e enfatizam a necessidade do trabalho como uma ocupação desejável. Em contraste, 58% daqueles que nunca trabalharam antes estudam na USP, o que está de acordo com o perfil apresentado na seção anterior. Para esses estudantes, portanto, a conclusão dos estudos é uma etapa que tende a preceder a inserção profissional no mercado, uma vez que detêm maiores condições econômicas de adiá-la, a fim de se dedicarem mais aos estudos.

Como podemos observar na tabela 34, a seguir, a maioria dos estudantes da amostra que estão na USP e nunca havia trabalhado antes (46%), declarou que não podia ou não queria trabalhar naquele momento. Na UNIP, por sua vez, a principal motivação é o fato de que esses jovens não aceitam qualquer trabalho e estão procurando alternativas que correspondam às suas expectativas, de modo que os alunos dessa universidade também são mais exigentes em relação ao tipo de atividade que desejam exercer.

**Tabela III. 34** – Distribuição dos estudantes que não estavam trabalhando e nunca trabalharam, segundo *Por que não está trabalhando, sendo que nunca trabalhou e Universidade*.

Por que não está trabalhando, sendo que nunca trabalhou	Universidade			Total
	USP	UNIP	UNICSUL	
<i>Aguardando trabalho já confirmado</i>	1%	19%	8%	7%
<i>Desempregado</i>	1%	14%	31%	9%
<i>Não aceita qualquer trabalho</i>	13%	33%	8%	17%
<i>Não pode ou não quer</i>	46%	7%	12%	31%
<i>Não precisa trabalhar</i>	27%	12%	19%	22%
<i>Outros</i>	11%	12%	19%	12%
<i>Não sabe</i>	1%	2%	0%	1%
<i>Não respondeu</i>	0%	0%	4%	1%
<b>Total</b>	<b>100% (95)</b>	<b>100% (42)</b>	<b>100% (26)</b>	<b>100%(163)</b>

Como era de se esperar, diante da situação de não trabalho, especialmente a de desemprego, entre os estudantes da UNICSUL é que encontramos as maiores porcentagens de universitários em busca de uma atividade remunerada, tanto entre os que já trabalharam antes, quanto entre os que nunca trabalharam antes. Na UNIP, as proporções são praticamente as mesmas nas duas situações de não trabalho, o que indica uma maior tendência de os estudantes buscarem uma atividade remunerada quando não estão trabalhando. Já na USP, tanto num como noutro caso, a porcentagem de universitários que não estava trabalhando, mas estava procurando uma atividade remunerada, é menor do que a proporção dos que não estavam procurando uma atividade. Essa diferença é ainda mais acentuada no caso daqueles que nunca haviam trabalhado antes, mas praticamente a totalidade desses estudantes estava nos primeiros anos do curso, daí não terem uma preocupação maior em procurar uma atividade remunerada.

**Tabela III. 35** – Distribuição dos estudantes que não estavam trabalhando, mas já trabalharam, segundo *Universidade e Procura atividade sendo que já trabalhou*.

Universidade	Procura atividade sendo que já trabalhou		Total
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	
USP	44%	56%	100% (43)
UNIP	77%	23%	100% (93)
UNICSUL	85%	15%	100% (53)
<b>Total</b>	<b>72%</b>	<b>28%</b>	<b>100% (189)*</b>

\* 2 indivíduos que não estão trabalhando, mas já trabalharam não têm resposta para a variável Procura atividade, sendo que já trabalhou.

**Tabela III. 36** – Distribuição dos estudantes que não estavam trabalhando e nunca trabalharam, segundo *Universidade* e *Procura atividade sendo que nunca trabalhou*.

Universidade	Procura atividade sendo que nunca trabalhou		Total
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	
USP	24%	76%	100% (95)
UNIP	76%	24%	100% (42)
UNICSUL	80%	20%	100% (25)
Total	46%	54%	100% (162)*

\* 1 indivíduo que não está trabalhando e nunca trabalhou não tem resposta para a variável Procura atividade, sendo que nunca trabalhou.

## 2.6. A emancipação financeira

Como vimos anteriormente, é por meio do trabalho que se abre, para o jovem, a possibilidade da emancipação da família. É por meio do trabalho que o jovem reúne as condições financeiras para abandonar o lar familiar e manter-se como uma unidade autônoma. É também a partir desse momento que o jovem pode formar uma nova família e criar novos laços de manutenção, só que, dessa vez, em relação aos seus próprios dependentes.

A conclusão dos estudos não precede, necessariamente, a independência econômica. Assim, na amostra como um todo, encontramos estudantes universitários nas mais diversas condições econômicas, isto é, tanto aqueles que já haviam alcançado uma posição de emancipação econômica, quanto aqueles que ainda se encontravam em relação de dependência familiar. Desse modo, havia tanto universitários que já estavam em condições de desempenhar o papel social de adulto *provedor*, quanto jovens que mantinham relações de manutenção com seus familiares. Para saber se o estudante já era independente economicamente, era preciso saber qual era a sua participação econômica na família, pergunta que foi feita na questão f20, no final do questionário.

A questão f20 tinha seis alternativas, as quais foram agregadas na seguinte classificação, que descreve a situação econômica do estudante:

- Economicamente dependente do agregado familiar: inclui aqueles que não trabalham e cujos gastos são financiados pela família ou outras pessoas;
- Economicamente dependente, mas com rendimentos próprios: inclui aqueles que não trabalham, mas têm meios de custear seus gastos pessoais e estudo;
- Economicamente independente, mas com ajuda familiar: inclui aqueles que trabalham, mas recebem complemento da família ou de outras pessoas;

- Economicamente independente: inclui aqueles que trabalham, são responsáveis pelo próprio sustento, contribuem para o sustento da família e/ou são os principais responsáveis pelo sustento da família.

É importante ressaltar que, no caso dos estudantes classificados como economicamente independentes, mas que recebiam complemento da família ou de outras pessoas, a alternativa poderia incluir tanto os que trabalham e não são efetivamente independentes como aqueles que são capazes de manter suas próprias despesas, mas ainda detêm laços de manutenção familiares. Essa alternativa poderia incluir, ainda, os casos de estudantes que trabalham para ganhar dinheiro para o seu próprio consumo, e que dependem da família para complementar os gastos com os estudos, alimentação, habitação etc. Desse modo, embora tenhamos classificado esses estudantes como “independentes”, é preciso ter em mente que a categoria estava aberta a incluir os que já haviam iniciado a vida ativa, mas poderiam não ser, necessariamente, emancipados.

Além disso, entre os estudantes classificados como economicamente independentes, havia também aqueles que declararam que trabalhavam e eram responsáveis pelo próprio sustento, categoria essa que poderia incluir os que declararam seus gastos pessoais como “seu próprio sustento”, podendo ainda manter laços de dependência com a família. De qualquer maneira, nem sempre emancipação econômica significa emancipação da família, uma vez que, como já foi enfatizado anteriormente, o processo de transição para a vida adulta agrega, atualmente, uma multiplicidade de situações que misturam independência econômica e permanência na residência paterna, do mesmo modo que um jovem que já tem sua própria família pode continuar ajudando a família de origem por meio do trabalho. Como veremos mais adiante, encontramos muitos casos de jovens e estudantes com mais de 26 anos que preferem continuar vivendo com os pais, embora já sejam capazes de prover seus próprios gastos.

Podemos observar, na tabela 37 a seguir, que encontramos na USP a maior porcentagem de estudantes dependentes (42%) do núcleo familiar de origem, em contraste com a UNICSUL, cuja maioria (54%) é independente. Os estudantes da UNIP novamente, situam-se numa posição intermediária, em que 30% são dependentes e 70% já têm algum grau de independência.

**Tabela III. 37** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade e Situação econômica*.

Universidade	Situação econômica				Total
	<i>Independente e</i>	<i>Independente e com ajuda familiar</i>	<i>Dependente com rendimentos próprios</i>	<i>Dependente</i>	
<i>USP</i>	23 %	32%	3%	42%	100% (317)
<i>UNIP</i>	36%	34%	7%	23%	100% (470)
<i>UNICSUL</i>	54%	25%	6%	15%	100% (365)
Total	38% (441)	31% (353)	5% (62)	26% (296)	100% (1152)*

\* 21 indivíduos não têm resposta para a variável Situação econômica.

Esses dados confirmam a situação verificada nas tabelas anteriores, onde vimos que os estudantes da USP detêm maiores condições de postergar a entrada no mercado de trabalho e, conseqüentemente, de adiar a emancipação econômica, em troca da possibilidade de se dedicarem mais à carreira universitária. Embora o mesmo ocorra na UNIP, como se trata de uma universidade mais heterogênea, a qual também implica despesas com mensalidades altas, encontramos uma porcentagem maior de estudantes que buscam iniciar a vida ativa, mesmo porque, para alguns, a manutenção dos estudos depende do trabalho. É entre os universitários da UNICSUL, portanto, que encontramos, predominantemente, estudantes que já haviam se inserido no mercado de trabalho e alcançado uma situação de autonomia, o que lhes permitiu optar por uma carreira universitária. Como veremos mais adiante, uma boa parte desses estudantes já constituiu família e deixou o lar familiar, o que indica que aqueles que se enquadram nesse perfil tendem a desenvolver trajetórias precoces de inserção na vida adulta.

## 2.7. Resumo

Os dados apresentados acima permitem-nos afirmar que o trabalho permanece uma dimensão extremamente importante na vida dos estudantes que estão inseridos numa trajetória de ascensão social em relação ao estatuto sócio-cultural e sócio-econômico de suas famílias de origem. Para eles, o trabalho é fonte de rendimentos que complementam a renda familiar e também é o que possibilita o acesso ao ensino superior. Por outro lado, também congrega a possibilidade da autonomia, pois permite que o jovem tenha meios de consumir bens para si próprio, fora das despesas familiares de manutenção da casa. Nesse sentido, é um símbolo de independência, e constitui um passo importante no processo de emancipação. Além disso, como vimos, para muitos jovens pertencentes a camadas sociais

menos privilegiadas, é a emancipação por meio do trabalho que permite a carreira universitária.

A valorização do trabalho se dá de maneira diferenciada, em função das condições sociais e econômicas em que o estudante vive. Para as famílias mais pobres, o trabalho do jovem é valorizado no sentido de uma obrigação moral de ajudar os pais – por outro lado, o jovem também valoriza o trabalho como provedor de recursos sobre os quais ele arbitra no seu interesse próprio.

Se o jovem pode se identificar com a atividade profissional, seja no sentido de ela ser um valor familiar, seja no sentido de ser um potencial libertador das relações de dependência, ou ainda a possibilidade de realização pessoal, é preciso questionar até que ponto é possível relativizar a função do trabalho como uma dimensão conformadora da identidade pessoal e social. Mesmo os jovens das camadas mais privilegiadas, que tendem a manifestar uma preocupação menor com o futuro, valorizam tanto o caráter provedor do trabalho, ao começarem a trabalhar para ganhar dinheiro, como também sua dimensão realizadora, ao não aceitarem qualquer tipo de trabalho. Se esse jovem tem condições de postergar sua inserção no mercado de trabalho, nem por isso deixa de valorizar a atividade remunerada, seja pelo seu aspecto instrumental, seja por sua qualidade intrínseca.

Por sua vez, o jovem que foi socializado no sentido de buscar uma rápida inserção no mercado de trabalho e cujas famílias valorizam o trabalho juvenil sente mais fortemente como desemprego a situação de não trabalho. Mesmo aqueles que foram colocados numa trajetória de ascensão profissional progressiva, quer pelo trabalho, quer pela carreira universitária, vivem o não trabalho como desemprego.

A busca pela atividade remunerada mostra que o jovem se encontra no caminho do trabalho e que, portanto, se em nossa sociedade, o emprego formal tem perdido espaço dando lugar às ocupações temporárias, precárias e autônomas, em todos os segmentos sociais, segundo orientações diversas, o trabalho ainda é buscado e não pode ter assumido uma importância minoritária na vida desses estudantes.

Conforme veremos com mais detalhes na última parte, embora distintos, os significados atribuídos ao trabalho estão presentes de forma a acentuar a permanência da centralidade do trabalho em nossa sociedade.

### **3 – O Casamento e o Abandono do Lar Familiar**

Embora o casamento ainda seja uma prática comum e desejada, em nossa época ele deixou de ser o único e mais importante projeto de vida das mulheres, de modo que os estudos e a carreira profissional passaram a ter uma importância cada vez maior na vida das jovens. A consequência disso é que em algumas camadas sociais em especial, o casamento vem sendo adiado, contribuindo em mais um aspecto para caracterizar o chamado “prolongamento da juventude”. Paralelamente a esse fenômeno, nossa sociedade tornou-se mais tolerante em relação à prática sexual fora do casamento e também em relação às uniões conjugais não legalizadas.

O casamento e a formação de uma nova unidade familiar são considerados como a última etapa do processo de transição para a vida adulta. No entanto, como já foi enfatizado anteriormente, temos observado uma mudança de comportamento em relação à união conjugal entre os jovens, de modo que a coabitação sem a formalização da união vem sendo bastante praticada, antes do término dos estudos e mesmo antes da sua inserção definitiva no mercado de trabalho. Além disso, com o fim da estigmatização do divórcio e sua disseminação em diversos setores sociais, abre-se a possibilidade de o jovem voltar ao estado civil de solteiro, tendo passado por uma união conjugal ou consensual, tendo tido ou não filhos e, o que é mais importante, voltar a estabelecer laços de dependência com os pais, revertendo o processo de transição para a vida adulta.

Segundo Elza Berquó (1998), observa-se que o caráter nuclear da família, ou seja, o casal com ou sem filhos, continua predominante no Brasil, mas o tamanho da família diminuiu e o número de uniões conjugais sem vínculos legais e de famílias monoparentais (apenas a mãe com filhos ou o pai com filhos) cresceu significativamente.

« Entretanto, as maiores transformações vêm ocorrendo no interior do núcleo familiar, assinaladas pela alteração da posição relativa da mulher e pelos novos padrões de relacionamento entre os membros da família. Estaria havendo uma tendência à passagem de uma família hierárquica para uma família mais igualitária, tendência inicialmente mais visível nas camadas médias urbanas e, com o tempo, passando a permear também as camadas populares. » (Berquó, 1998 :414-415)

Em razão das transformações nas relações entre os sexos, em todas as camadas sociais, a mulher tem encontrado mais espaço para trabalhar e desenvolver uma carreira, passando a ocupar uma posição mais igualitária em relação ao homem como chefe de família.

Em geral, nas últimas décadas, no Brasil, aumentaram o número de separações e divórcios e o número de uniões não legalizadas. De acordo com o Sistema de Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo, produzido pela Fundação SEADE, o número de casamentos legais diminuiu consideravelmente no Estado, em função do aumento do número de uniões consensuais, da postergação da união por motivos pessoais ou profissionais e até por falta de oportunidade. O total de casamentos, que chegou a aproximar-se de 220 mil no período de 1984 a 1988, reduziu-se para cerca de 180 mil, entre 1995 e 1998. Em 1999, entretanto, ocorreu uma recuperação, tendo o número de casamentos aumentado para mais de 195 mil mil. Com isso, a taxa de nupcialidade, que em 1984, era de 8 casamentos por mil habitantes, reduziu-se para 5,3, entre 1996/98, e atingiu 5,5 mil casamentos por mil habitantes, em 1999.

Por sua vez, o número de divórcios mais que duplicou entre 1984 e 1990. Enquanto em 1984 eram registrados 4,8 divórcios para 100 casamentos, em 1995 (o dado mais recente) houve 17,5 divórcios para cada 100 casamentos. Entretanto, a média das idades ao casar que, desde 1940, se mantém constante entre os homens, vem crescendo sistematicamente para as mulheres. Em 1940, elas se casavam no civil mais cedo, em média aos 21,7 anos. Em 1950, a média passou para 23,3 anos, em 1960, passou para 23,3 e em 1970, para 24 anos.<sup>80</sup> O aumento da idade ao casar pode ser explicado pelo aumento da escolarização entre as mulheres e o seu ingresso no mercado de trabalho.

Desde então, tanto para homens como para mulheres, a idade do casamento tem se mantido estável. Segundo os dados dos Censos demográficos de 1980 e 1991 e do Registro Civil de 1984 a 1996<sup>81</sup>, para as mulheres, a idade média em que ocorre o casamento concentra-se, no Estado de São Paulo, entre 24 e 25 anos de idade. Diferentemente das mulheres, os homens entram mais tarde na vida conjugal, em torno dos 27 e 28 anos. Observa-se, portanto, que em São Paulo se mantém o padrão tradicional de casamentos, em que a maior parte dos homens se casa com mulheres mais jovens. Segundo Elza Berquó,

« O fato de os homens se casarem com mulheres mais jovens é uma constante praticamente universal e, segundo parte significativa das interpretações, deve-se às relações de poder entre os sexos. Embora em alguns contextos as relações de gênero venham se tornando menos assimétricas, não tiveram ainda impacto visível na diferença entre as idade de homens e mulheres ao casar. »  
(*Idem* :417)

---

<sup>80</sup> Fonte: Fundação IBGE, *Estatísticas do Registro Civil*.

<sup>81</sup> Rosa Maria Vieira de Freitas, “Casamentos e Uniões”, In: *Vinte Anos em 2000*, Fundação SEADE, 1998, p.126.

Além disso, a autora observa que, quanto mais jovem é a mulher, mais opções ela tem. Somando-se a isso o fato de que, em todas as faixas etárias, proporcionalmente, há mais mulheres do que homens, e que essa diferença vai aumentando conforme a idade, é fácil perceber que o mercado matrimonial beneficia a população masculina.

Um outro fato importante a ser destacado é que as uniões consensuais também têm aumentado bastante nas últimas décadas. No Estado de São Paulo, no período entre 1984 e 1996, observa-se que praticamente dobrou a proporção de mulheres que se unem sem registro em cartório aumentando 57,7% no período. Um aspecto interessante a ser destacado é que, com o aumento da idade, cai a proporção de uniões consensuais, sugerindo que, em muitos casos, a legalização tem ocorrido após um período de convivência não formalizada.

Esse dado é indicador de um outro comportamento que deve ser observado entre os jovens, que é a coabitação antes da formalização do casamento. É interessante, portanto, verificar quais as motivações que levam o jovem a optar por esse tipo de união, o que será feito na última parte deste estudo.

As explicações para essas tendências de comportamento são atribuídas à assimilação do padrão prevalecente nos países desenvolvidos e às alterações na legislação sobre as uniões, em virtude da Lei do Concubinato, que estende os direitos básicos do casamento aos unidos informalmente.

Os estudos demográficos realizados nas décadas de 50 e 60 mostram que, então, as uniões consensuais ocorriam predominantemente nas camadas mais pobres da população. Esse tipo de união também era a única alternativa possível à dissolução do matrimônio, uma vez que o divórcio só foi instituído em 1977. No entanto, como demonstra Elza Berquó (1998), entre as camadas médias, principalmente entre os jovens dos grandes centros urbanos, esse tipo de arranjo vem assumindo cada vez mais importância como opção de vida conjugal, funcionando como uma espécie de “casamento experimental”. Esse comportamento é condizente com a chamada “ética da experimentação”, observada entre os jovens de hoje.

O comportamento do jovem em relação ao casamento e à fecundidade varia em função de algumas características sócio-demográficas. Os dados do Censo Demográfico indicam uma estreita associação entre escolaridade, estado conjugal e tipo de união.<sup>82</sup> Entre as jovens, as solteiras apresentam maior nível de escolaridade. Quanto menor a escolaridade, maior é a chance de uma jovem ter um companheiro constante, principalmente em relações não formalizadas.

---

<sup>82</sup> *Idem*, p.130.

Em relação à idade com a qual a mulher tem filhos e ao número de filhos, verifica-se que as mulheres economicamente ativas têm filhos mais tarde e apresentam taxas de fecundidade menores que as inativas, o que significa que o trabalho é um fator de retardamento da idade reprodutiva. Além disso, nas uniões consensuais, as taxas de fecundidade conjugal são sempre superiores às das institucionalizadas. O menor número de filhos também está estreitamente associado ao maior nível de escolarização da mãe.

Para Elza Berquó (1985), a instrução proporciona à mulher mais acesso ao mercado de trabalho, o que contribui, indiretamente, para retardar a idade ao contrair matrimônio, além de ampliar as informações sobre métodos anticoncepcionais eficazes e a sua utilização adequada, assegurando maior racionalidade reprodutiva, motivada também pelas aspirações de criar e educar melhor os filhos. Segundo os dados do Censo, na faixa etária de 20 a 24 anos, a fecundidade das jovens com menos de três anos de estudo é duas vezes e meia maior do que a do grupo com mais de 11 anos de estudo.

Podemos dizer que a idade em que ocorre o casamento e o nascimento dos filhos varia entre as mulheres jovens de diferentes estratos sociais, sendo que não apenas as condições sociais econômicas interferem nessa etapa, mas também os valores sociais associados ao casamento e à vida familiar. Desse modo, dependendo da origem social e econômica do estudante, este tende a se casar mais cedo ou mais tarde, conformando trajetórias de passagem para a vida adulta mais “lentas” ou mais precoces.

O abandono do lar familiar, por sua vez, também pode ocorrer de forma definitiva ou provisória, e também antecipada ou tardia, em função de diferentes motivações, como o estudo, o trabalho, o casamento ou mesmo o desejo de experimentar uma vida independente, mantendo-se ou não os laços de dependência familiar, e também variando em função da origem social e econômica do estudante. No entanto, como veremos com mais detalhes na última parte, devido às incertezas relativas à estabilidade da ocupação profissional, e mesmo à maior abertura para que se desfaçam as uniões conjugais, formalizadas ou não, encontramos algumas trajetórias “erráticas” de transição, em que o indivíduo percorreu algumas etapas de transição e depois “reverteu” o processo, como por exemplo, separando-se e voltando a morar com os pais.

### **3.1. Perfil dos estudantes segundo o estado civil**

Na amostra, a grande maioria (84%) dos estudantes é solteira, sendo que encontramos uma pequena porcentagem (12%) de estudantes casados, alguns estudantes separados e outros que coabitam, sem terem formalizado a união. Esse dado indica que a maior parte dos jovens da amostra está no início do processo de transição, embora já seja

possível encontrar estudantes adultos, ou seja, que já passaram por todas ou pela maior parte das etapas do processo.

**Tabela III. 38** – Freqüência relativa de estudantes, segundo *Estado civil*.

Estado civil	Porcentagem	Freqüência relativa
<i>Solteiro</i>	84%	976
<i>Vive junto</i>	2%	18
<i>Casado</i>	12%	140
<i>Separado</i>	2%	25
<i>Viúvo</i>	0%	2
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>(1161)*</b>

\* 11 indivíduos não têm resposta para a variável Estado civil.

Em contraste, traçamos um perfil daqueles que já eram casados ou viviam com um(a) companheiro(a) e já tinham filhos. Observando a tabela 39, vemos que a maior parte dos estudantes casados (63%) vem de famílias cujos pais têm pelo menos um grau inferior de escolaridade. Já os universitários solteiros em sua maioria (61%), provêm de famílias cujos pais têm pelo menos um grau superior de escolaridade. Além disso, em sua maioria, são também filhos de profissionais liberais ou bacharéis, enquanto, em sua maioria, os já casados são filhos de artesãos e profissionais que executam ofícios especializados, e também de funcionários e profissionais ligados a serviços públicos.

**Tabela III. 39** – Distribuição dos estudantes, segundo *Capital escolar familiar e Estado civil*.

Capital escolar familiar	Estado civil					Total
	<i>Solteiro</i>	<i>Vive junto</i>	<i>Casado</i>	<i>Separado</i>	<i>Viúvo</i>	
<i>Inferior</i>	5%	14%	29%	5%	50%	8% (90)
<i>Inferior-Médio</i>	15%	7%	37%	33%	-	18% (200)
<i>Médio</i>	19%	21%	11%	14%	-	18% (195)
<i>Médio-Superior</i>	21%	29%	13%	19%	-	20% (222)
<i>Superior</i>	40%	29%	10%	29%	50%	36% (397)
<b>Total</b>	(976)	(18)	(140)	(25)	(2)	(1161)*
	100%	100%	100%	100%	100%	100%

\* 12 indivíduos não têm resposta para a variável Capital escolar familiar.

Embora como era de se esperar, a maioria dos estudantes da amostra seja solteira, na UNICSUL encontramos a maior porcentagem de estudantes casados. Esses dados estão ilustrados na tabela 40:

**Tabela III. 40** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade e Estado civil*.

Universidade	Estado civil				Total
	<i>Solteiro</i>	<i>Vive junto</i>	<i>Casado</i>	<i>Separado/ Viúvo</i>	
<i>USP</i>	93%	1%	5%	1%	100% (318)
<i>UNIP</i>	89%	1%	8%	2%	100% (471)
<i>UNICSUL</i>	70%	3%	23%	3%	100% (372)
Total	84%	2%	12%	2%	100% (1161)*

\* 12 indivíduos não têm resposta para a variável Estado civil.

Em conformidade com os dados observados anteriormente, uma proporção significativa de estudantes oriundos de famílias cujo capital escolar é inferior ou médio-inferior, cujos pais têm ocupações profissionais menos credenciadas e que se encontram estudando na UNICSUL, se casaram antes de optar pela carreira universitária. Em outras palavras, os estudantes que se enquadram nesse perfil tendem a iniciar os estudos universitários depois de terem passado pela maior parte das etapas do processo de transição para a vida adulta. Já os estudantes que se enquadram no perfil das outras universidades tendem a adiar a união conjugal para após o término dos estudos.

De maneira semelhante, na tabela 41 observamos que, entre os estudantes que já têm filhos, a maioria (60%) é oriunda de famílias cujos pais têm pelo menos um grau de escolaridade inferior. Já entre os que não têm filhos, a maior parte (61%) vem de famílias com pelo menos um grau de escolaridade superior. Podemos dizer, portanto, que os estudantes que se enquadram no perfil dos que se casam mais cedo também tendem a ter filhos mais cedo.

**Tabela III. 41** – Distribuição dos estudantes, segundo *Tem filhos e Capital escolar familiar*.

Tem filhos	Capital Escolar Familiar					Total
	<i>Inferior</i>	<i>Inferior- Médio</i>	<i>Médio</i>	<i>Médio- Superior</i>	<i>Superior</i>	
<i>Sim</i>	29%	31%	13%	13%	14%	100% (134)
<i>Não</i>	5%	16%	18%	21%	40%	100% (961)
Total	(91)	(194)	(191)	(225)	(394)	(1095)*
	8%	18%	17%	21%	36%	100,0%

\* 78 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis.

Conforme podemos observar na tabela 42, logo abaixo, seguindo a mesma tendência, na UNICSUL encontramos a maior proporção de estudantes com filhos, comparada à USP e à UNIP, cujas proporções de estudantes sem filhos são semelhantes.

**Tabela III. 42** – Distribuição dos estudantes, segundo *Tem filhos e Universidade*.

Tem filhos	Universidade			Total
	USP	UNIP	UNICSUL	
<i>Sim</i>	4%	9%	26%	13% (151)
<i>Não</i>	96%	91%	74%	87% (996)
Total	(316) 100%	(466) 100%	(365) 100%	(1147)* 100%

\* 26 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis.

Podemos concluir então que, do mesmo modo como observamos que alguns estudantes da amostra tendem a alcançar uma situação de independência econômica em relação à família antes da opção pela carreira universitária, alguns também tendem a se casar e a ter filhos antes de iniciarem o ensino superior. Esses estudantes, os quais, em sua maioria, vêm de famílias cujo capital escolar familiar é inferior ou médio inferior, cujos pais têm ocupações profissionais menos credenciadas e que na amostra, estão predominantemente cursando a UNICSUL, configuram um grupo que já passou pela maior parte das etapas de transição, e a etapa da carreira universitária aparece como a última a ser cumprida no processo. Os estudantes provenientes de camadas sociais mais favorecidas e que, portanto, têm mais condições de adiarem a entrada no mercado de trabalho e prolongarem os estudos, também tendem a adiar o casamento e a formação de uma nova família, encontrando-se, desse modo, numa trajetória mais lenta de transição.

### **3.2. Os diferentes aspectos do abandono do lar familiar**

Na ocasião em que foi realizada a pesquisa, a maioria dos estudantes (76%) da amostra morava com os pais ou parentes, sendo que o restante se distribuía entre os que dividiam casa ou apartamento com outros estudantes ou amigos, os que viviam em moradia estudantil ou sozinhos, e os que viviam com o cônjuge e/ou os filhos (no caso dos que eram divorciados).

**Tabela III. 43** – Freqüência relativa dos estudantes, segundo *Com quem mora*.

Com quem mora	Porcentagem	Freqüência
<i>Pais ou parentes</i>	76%	(887)
<i>Colegas, moradia estudantil ou sozinho(a)</i>	10%	(111)
<i>Cônjuge e/ou filhos</i>	14%	(163)
Total	100%	(1161)*

\* 12 indivíduos não têm resposta para a variável Com quem mora.

Desse modo, na ocasião da pesquisa, a maior parte dos estudantes ainda se encontrava ligada ao agregado familiar de origem, seja vivendo com os pais, seja deslocados do lar familiar, mas ainda mantendo laços de dependência, como é o caso dos que saíram de casa para estudar. É interessante observar que, entre aqueles que moravam com os pais, uma porcentagem significativa (34%) declarou que era economicamente independente, ou seja, trabalhava e era responsável pelo próprio sustento, contribuindo para o sustento da família ou sendo o principal responsável pelo sustento dela. Uma proporção igual declarou que trabalhava, mas recebia complemento da família ou de outras pessoas, de modo que podemos dizer que eram responsáveis, pelo menos, por seus gastos pessoais.

Já a maior parte dos que viviam como estudantes deslocados, seja dividindo a moradia com colegas ou amigos, seja vivendo em moradia estudantil, ou sozinhos, declarou que trabalhava, mas recebia complemento da família, o que nos leva a supor que, nesse caso, embora não estivesse morando com os pais, o estudante ainda mantinha laços de dependência com a família, que era responsável pela manutenção dos estudos ou de parte das despesas.

A maior parte dos casados ou separados, com ou sem filhos, declarou que era economicamente independente, sendo que em alguns casos o estudante declarou ser dependente (do núcleo familiar de origem ou do companheiro).

**Tabela III. 44** – Distribuição da proporção de estudantes, segundo *Com quem mora e Situação econômica*.

Com quem mora	Situação econômica				Total
	<i>Independente</i>	<i>Independente com ajuda familiar</i>	<i>Dependente com rendimentos próprios</i>	<i>Dependente</i>	
<i>Pais ou parentes</i>	34%	34%	5%	27%	100% (875)
<i>Colegas, moradia estudantil ou sozinho(a)</i>	24%	38%	5%	33%	100% (111)
<i>Cônjuge e/ou filhos</i>	73%	10%	8%	9%	100% (156)
Total	(437)	(352)	(61)	(292)	(1142)*
	38%	31%	5%	26%	100%

\* 31 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis.

Como podemos observar a partir dos dados apresentados acima, o abandono do lar familiar não significa, necessariamente, emancipação da família. Isso ocorre porque varia o momento em que o estudante deixa a casa dos pais, assim como também variam as motivações para o evento sair de casa. A idade média com a qual os estudantes da amostra saíram de casa é de 19,8 anos, sendo que as mulheres saíram um pouquinho mais cedo do que os homens (19,3 anos e 20,4 anos, respectivamente). O fato de a média de idade se encontrar em torno dos 19 anos deve-se ao fato de estarmos lidando com uma amostra de estudantes, que inclui jovens que saíram da casa dos pais para estudarem em São Paulo.

Na amostra, 63% dos universitários são naturais do Município de São Paulo e sempre viveram aqui. Entre os demais, 8% nasceram em outras localidades e se criaram no Município, 5% nasceram e se criaram na Grande São Paulo, 1% nasceu e se criou em outras localidades do Estado de São Paulo e 16% nasceram e se criaram em outros estados. É interessante observar que está na USP a maior proporção de estudantes oriundos de outros estados.

Os estudantes que declararam morar com os pais somam 827 indivíduos. Entre os 346 que já saíram de casa, 23 não responderam essa questão. Os motivos para o abandono do lar familiar foram apresentados na questão f14. Como era esperado, a maioria dos que já saíram da casa dos pais (43%) declarou ter saído para estudar. Em seguida, a maior proporção é dos estudantes que saíram para casar (33%). Desse modo, podemos dizer que, na amostra, os principais motivos apresentados para o abandono do lar familiar são a carreira universitária e o casamento.

**Tabela III. 45** – Freqüência relativa dos estudantes, segundo *Por que saiu de casa*.

Por que saiu de casa	Porcentagem	Freqüência
<i>Para casar</i>	33%	(108)
<i>Para trabalhar</i>	7%	(23)
<i>Para estudar</i>	43%	(139)
<i>Para experimentar uma vida independente</i>	6%	(18)
<i>Para morar com um(a) companheiro(a)</i>	7%	(21)
<i>Outra</i>	4%	(14)
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>(323)*</b>

\* 23 indivíduos não têm resposta para a variável Por que saiu de casa.

Observando a tabela 46 a seguir, verificamos que a idade média com a qual o estudante sai de casa para cursar uma faculdade é de 17,6 anos ou em torno dos 18 anos, idade em que, em geral, os estudantes concluem o ensino médio. A média de idade com que os estudantes que saíram de casa para morar com um(a) companheiro(a), para casar ou para experimentar uma vida independente é praticamente a mesma (22 anos). Quando o motivo é o trabalho, o estudante sai de casa um pouco mais cedo, com cerca de 20 anos.

**Tabela III. 46** – Medidas descritivas da variável *Idade com que saiu de casa*, segundo *Por que saiu de casa*.

Idade que saiu de casa (anos)	Porque saiu de casa						
	<i>Estudar</i>	<i>Morar junto</i>	<i>Casar</i>	<i>Experimentar vida independente</i>	<i>Outros</i>	<i>Trabalhar</i>	<i>Não respondeu</i>
<i>Número de Estudantes</i>	139	20	109	18	14	22	5
<i>Média</i>	17,6	22,0	22,1	22,1	17,1	20,5	15,2
<i>Desvio Padrão</i>	2,0	3,4	3,1	4,8	5,5	4,7	8,1
<i>Mínimo</i>	4,0	17,0	15,0	16,0	2,0	14,0	7,0
<i>Máximo</i>	25,0	29,0	30,0	36,0	22,0	33,0	25,0

Assim, podemos dizer que o momento em que o jovem deixa a casa dos pais varia segundo as motivações apresentadas para o evento, de tal modo que a carreira universitária é associada à idade da conclusão do estudo básico e precede à da união conjugal (formal ou informal). As motivações para que o jovem saia de casa também variam conforme a origem familiar. Observando a tabela 47, verificamos que existe uma associação entre o motivo apresentado para a saída da casa dos pais e o capital escolar familiar.

A maior parte dos estudantes que saíram de casa para casar (68%), do mesmo modo que a maior parte dos que saíram para trabalhar (62%), vem de famílias com pelo

menos um grau de escolaridade inferior. Esse dado está em consonância com as observações apresentadas anteriormente, de que esses estudantes, em sua maioria, quando iniciaram o curso superior, já haviam passado pela maior parte das etapas do processo de transição para a vida adulta. Em contraste, observamos que entre os estudantes que saíram de casa para estudar, a maior parte (63%) vem de famílias cujo capital escolar é médio-superior ou superior.

**Tabela III. 47** – Distribuição dos estudantes, segundo *Capital Escolar Familiar* e *Por que saiu de casa*.

Capital escolar familiar	Por que saiu de casa						Total
	Casar	Trabalhar	Estudar	Experimentar uma vida independent e	Morar junto	Outros	
<i>Inferior</i>	28%	29%	3%	9%	16%	21%	15% (45)
<i>Inferior-Médio</i>	40%	33%	7%	45%	16%	14%	22% (66)
<i>Médio</i>	11%	14%	8%	9%	21%	14%	11% (32)
<i>Médio-Superior</i>	9%	19%	25%	9%	26%	21%	18% (56)
<i>Superior</i>	13%	5%	58%	27%	21%	29%	34% (104)
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100% (303*)

\* 43 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis.

Isso significa que, entre os jovens oriundos de famílias com graus de escolaridade superior, a carreira universitária é prioritária em relação ao trabalho e ao casamento. Esses estudantes também detêm maiores condições para se dedicarem aos estudos e à carreira antes de buscar a inserção no mercado de trabalho, e antes de pensar na união conjugal e na formação de uma nova família. Eles têm, portanto, maiores possibilidades de adiarem a entrada na vida adulta, postergando as demais etapas e prolongando a condição juvenil de dependência familiar, como havíamos observado anteriormente. Por outro lado, as jovens das famílias de camadas sociais menos favorecidas tendem a se casar mais cedo, seja por uma valorização maior do casamento e da maternidade como atributos de maioridade, seja porque, nessa época da vida, o casamento é mais viável para elas do que a carreira universitária.

### 3.3. Resumo

Com base nos dados analisados acima, podemos dizer que o casamento é um dos principais motivos para que o jovem saia da casa dos pais. Isso significa, em primeiro lugar, que o casamento é uma das *condições* sob as quais se efetiva o abandono do agregado

familiar e, em segundo lugar, que a instituição do casamento é um dos eventos que marcam a passagem para a vida adulta, pois é a partir desse momento que o jovem formará uma nova família. Além disso, o casamento é uma etapa de transição associada à emancipação da família, uma vez que ele ocorre, em geral, quando o jovem tem condições de se manter economicamente independente em relação à sua família de origem.

Na amostra de estudantes, vimos que a idade média dos jovens ao se casarem encontra-se um pouco abaixo da média observada no Brasil. Isso se deve às limitações da amostra e às suas características. Como todos os estudantes da amostra têm o mesmo grau de escolaridade, somente foi possível fazer comparações em relação aos graus de escolaridade dos pais. O fato de os estudantes cujas famílias se encontram no extremo mais baixo da escala de escolaridade apresentarem maior índice de casamentos indica uma diferença em relação às trajetórias de transição para a vida adulta que vimos até aqui. Se, entre os estudantes que se encontram em uma situação de “prolongamento” da juventude, observamos uma tendência maior ao adiamento do matrimônio, entre os estudantes que se encontram em trajetórias mais “precoces” de transição, observamos uma tendência maior ao adiamento da carreira universitária.

Variam para cada estudante as motivações pessoais e as trajetórias individuais, que são influenciadas pelas condições sociais, econômicas e culturais de nosso tempo. Não é possível, dentro dos limites desta pesquisa, aprofundar as investigações de modo a compreender a natureza de todos os fatores que influenciam o jovem a sair de casa, a se casar e a começar uma família. Vimos que, entre as principais razões apresentadas para o abandono do lar familiar, a motivação “para estudar” está mais associada a estudantes de famílias com graus superiores de escolaridade e, “para casar”, por sua vez, está mais associada a estudantes de famílias com graus inferiores de escolaridade. Essa constatação sugere que os estudantes não só percorrem modalidades de transição em ritmos diferentes, em função de condições sócio-econômicas e culturais distintas, como também varia conforme essas mesmas condições a ordem em que as etapas de transição são percorridas.

Assim, uma maior valorização da carreira e dos aspectos relacionados à preparação para a vida profissional está associada à possibilidade de adiar a entrada no mercado de trabalho, a emancipação da família, o casamento e a formação de famílias estruturadas. Para os estudantes que percorreram essas etapas anteriormente à conclusão dos estudos, o adiamento da carreira universitária, entretanto, nem sempre é uma opção, uma vez que os custos que ela implica exigem, muitas vezes, que o estudante já tenha alcançado a emancipação da família para poder estudar.

É, portanto, a maior ou menor possibilidade do estudante de administrar suas chances de escolha em relação a cada etapa de transição que torna possível o surgimento de modalidades distintas de transição, as quais estão associadas, como vimos, a diferentes condicionantes sociais e econômicos.

#### **4 –Expectativas em Relação ao Futuro**

Com o objetivo de complementar a análise realizada em relação às diferentes etapas de transição para a vida adulta que determinamos para o nosso estudo, a seguir, de maneira sucinta, apresentamos algumas informações que nos permitem situar quais são as expectativas dos estudantes da amostra em relação ao futuro, numa perspectiva a longo prazo. Partimos do pressuposto de que a carreira universitária escolhida é uma estratégia desenvolvida no caminho para a emancipação da família e também para buscar melhores possibilidades e oportunidades de ocupação profissional. De maneira geral, consideramos que todos os estudantes da amostra se encontram numa trajetória em busca de ascensão social, ressaltando-se que, para algumas camadas sociais, comparativamente à família de origem, as possibilidades de ascensão são maiores ou menores, dependendo do diferencial alcançado pelos filhos em relação aos pais.

Como havíamos observado anteriormente, para os filhos de famílias que detêm um nível sócio-cultural e um nível sócio-econômico elevados, a opção pela carreira universitária aparece mais como uma garantia da *manutenção* desses estatutos do que de ascensão em relação a eles. De qualquer maneira, a opção por carreiras disputadas, com possibilidades de inserção num mercado de trabalho competitivo, não deixa de colocar uma expectativa de sucesso profissional e pessoal. Para os filhos de famílias que detêm um estatuto sócio-cultural inferior em comparação ao estatuto sócio-econômico alcançado, a opção pela carreira universitária visa a superar essa diferença, ao mesmo tempo em que tem como objetivo garantir melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Finalmente, para os filhos de famílias que detêm estatutos sócio-culturais e sócio-econômicos inferiores, a opção pela carreira universitária efetiva a ascensão em relação ao estatuto sócio-cultural, ao mesmo tempo em que proporciona oportunidades de acesso a ocupações profissionais que possibilita alcançar estatutos sócio-econômicos mais altos.

Interessava-nos, portanto, verificar em que medida as condições sociais e econômicas de origem do estudante poderiam estar influenciando suas expectativas em relação às possibilidades de ascensão social, levando em conta o capital escolar e econômico da família. Os indicadores selecionados para medir as expectativas de ascensão social quanto ao capital cultural e econômico das famílias foram enumerados na questão 64. Nessa questão, solicitamos aos estudantes que indicassem, para cada alternativa, se sua

expectativa era de alcançar uma situação superior, idêntica ou inferior em relação àquela alcançada pela família em cada um dos itens propostos.

Os indicadores de capital *cultural* são *bagagem cultural* (cultura geral) e a *posse de bens culturais*. Os indicadores de capital econômico são *renda profissional* e *posse de bens materiais*.

Para analisarmos a influência que a origem social do estudante poderia ter sobre suas expectativas de ascensão social, trabalhamos, mais uma vez, com as variáveis capital escolar familiar, profissão do pai e renda mensal familiar e realizamos uma análise de cada um dos indicadores apontados acima.

De uma maneira geral, observamos que, em termos do capital cultural, os estudantes consideram que terão tanto uma *bagagem cultural* superior a de seus pais quanto maior *posse de bens culturais*. Observando a tabela 48, a seguir, verificamos que aqueles oriundos de famílias de baixo capital escolar apresentam as maiores expectativas de ascensão em relação ao capital cultural familiar, comparativamente aos oriundos de famílias cujo capital escolar é de nível superior. Só em termos de *bagagem cultural*, 93% dos estudantes cujos pais têm graus inferiores de escolaridade consideram que terão *bagagem cultural superior*, contra 58% dos estudantes cujos pais têm graus superiores de escolaridade. Essa relação se deve ao fato de que, quanto mais baixa é a instrução dos pais, maior é a distância que os separa do filho que está cursando o ensino superior. À medida que os graus de escolaridade aumentam, a distância entre as gerações diminui. De qualquer forma, é interessante verificar que 10% dos estudantes com pais diplomados acham que terão uma *bagagem cultural inferior* à de seus pais. Para esses estudantes, portanto, a obtenção de um diploma não é fator suficiente para se igualarem os pais em termos de *bagagem cultural*.

**Tabela III. 48** – Distribuição dos estudantes, segundo *Capital escolar familiar* e *expectativas de ascensão em relação ao capital cultural*.

Capital escolar familiar	Bagagem cultural			Posse de bens culturais		
	<i>Superior</i>	<i>Idêntica</i>	<i>Inferior</i>	<i>Superior</i>	<i>Idêntica</i>	<i>Inferior</i>
<i>Inferior</i>	93%	3%	3%	78%	10%	6%
<i>Inferior-Médio</i>	92%	5%	2%	83%	9%	1%
<i>Médio</i>	89%	9%	1%	69%	20%	2%
<i>Médio-superior</i>	69%	19%	5%	53%	28%	5%
<i>Superior</i>	58%	26%	10%	46%	31%	5%
Total*	75%	16%	5%	61%	23%	4%

\* Nesta tabela foram excluídas as proporções de estudantes que responderam "Não sabe".

As diferenças em relação ao capital cultural da família diferenciam-se, igualmente, em função da profissão do pai. Como era esperado, nas categorias mais credenciadas, as proporções de expectativas de ascensão são menores. Desse modo, verificamos que os filhos de assistentes e auxiliares, operários da indústria, agricultores, artesãos e profissionais que executam serviços especializados têm as maiores expectativas de adquirir bagagem cultural superior à de seus pais. Em contraste, os filhos de profissionais que ocupam altos cargos públicos, professores e intelectuais são os que mais acham que terão uma bagagem cultural inferior. Em relação à posse de bens culturais, as proporções seguem, aproximadamente, a mesma tendência.

**Tabela III. 49** – Distribuição dos estudantes, segundo *Profissão do pai e expectativas de ascensão em relação ao capital cultural*.

Profissão do Pai	Bagagem cultural			Bens culturais		
	<i>Superior</i>	<i>Idêntica</i>	<i>Inferior</i>	<i>Superior</i>	<i>Idêntica</i>	<i>Inferior</i>
<i>Grande ou médio empresário</i>	67%	19%	11%	50%	31%	12%
<i>Fazendeiro, criador ou produtor</i>	67%	33%		67%		33%
<i>Pequeno ou micro empresário</i>	82%	12%	3%	64%	23%	2%
<i>Dirigente ou supervisor</i>	77%	18%	4%	73%	19%	3%
<i>Profissional liberal ou bacharel</i>	56%	29%	8%	42%	35%	6%
<i>Professor, intelectual ou artista</i>	50%	17%	20%	40%	33%	7%
<i>Alto cargo público</i>	58%	17%	25%	42%	25%	8%
<i>Funcionário ou serviço público</i>	77%	16%	3%	69%	19%	2%
<i>Técnico ou profissional nível médio</i>	80%	11%	4%	62%	18%	3%
<i>Assistente ou auxiliar</i>	100%			100%		
<i>Artesão e ofício especializado</i>	89%	7%	3%	71%	17%	3%
<i>Operário da indústria</i>	100%			50%	50%	
<i>Trabalhador independente</i>	80%	15%	1%	68%	21%	2%
<i>Agricultor</i>	92%	8%		73%	18%	
<i>Serviço não especializado</i>	85%	15%		70%	18%	3%
<i>Outras</i>	75%	10%	5%	67%	17%	
<b>Total</b>	<b>74%</b>	<b>17%</b>	<b>5%</b>	<b>59%</b>	<b>24%</b>	<b>4%</b>

\* Nesta tabela foram excluídas as proporções de estudantes que responderam "Não sabe".

Quando consideramos a renda mensal familiar, verificamos também que as expectativas de ascensão em relação ao capital cultural, tanto em termos de bagagem cultural quanto em termos de posse de bens culturais, variam no sentido inverso ao montante da renda mensal familiar. É importante observar que as expectativas em relação à posse de bens culturais tendem sempre a ser menores do que as expectativas em relação à bagagem cultural.

**Tabela III. 50** – Distribuição dos estudantes, segundo *Renda mensal familiar e expectativas de ascensão em relação ao capital cultural*.

Renda mensal familiar	Bagagem cultural			Posse de bens culturais		
	<i>Superior</i>	<i>Idêntica</i>	<i>Inferior</i>	<i>Superior</i>	<i>Idêntica</i>	<i>Inferior</i>
<i>Menos de R\$500</i>	92%		8%	92%	8%	
<i>De R\$500 a R\$1000</i>	83%	3%	3%	67%	8%	10%
<i>De R\$1001 a R\$2000</i>	85%	12%	2%	71%	18%	2%
<i>De R\$2001 a R\$4000</i>	81%	14%	3%	69%	19%	2%
<i>De R\$4001 a R\$10.000</i>	72%	16%	6%	60%	24%	4%
<i>De R\$10.001 a R\$20.000</i>	67%	20%	11%	46%	34%	9%
<i>Mais de R\$ 20.001</i>	56%	26%	18%	48%	36%	9%
<i>Prefere não responder</i>	71%	18%	7%	57%	25%	4%
<i>Não sabe</i>	61%	25%	6%	44%	31%	3%
<b>Total</b>	<b>75%</b>	<b>16%</b>	<b>5%</b>	<b>62%</b>	<b>23%</b>	<b>4%</b>

\* Nesta tabela foram excluídas as proporções de estudantes que responderam “Não sabe”.

Em relação ao capital econômico, em geral, os estudantes consideram que terão *renda profissional* superior à de seus pais e maior *posse de bens materiais*. Observando a tabela 51, a seguir, verificamos que, novamente, são aqueles oriundos de famílias com graus inferiores de escolaridade que apresentam as maiores expectativas de ascensão em relação ao capital econômico, comparativamente aos oriundos de famílias cujo capital escolar é de nível superior. De maneira semelhante aos resultados que vimos nas tabelas anteriores, verificamos que as expectativas de ascensão aumentam à medida que diminui o capital escolar familiar. Entre os estudantes oriundos de famílias com graus inferiores de escolaridade, 90% acreditam que terão renda profissional mais alta que os pais, contra apenas 54% de estudantes cujos pais têm graus superiores de escolaridade. Entre esses últimos, 11% acreditam que não conseguirão superar os pais nem em termos de renda profissional, nem em termos de posse de bens materiais.

**Tabela III. 51** – Distribuição dos estudantes, segundo *Capital escolar familiar e expectativas de ascensão em relação ao capital econômico*.

Capital escolar familiar	Renda profissional			Posse de bens materiais		
	<i>Superior</i>	<i>Idêntica</i>	<i>Inferior</i>	<i>Superior</i>	<i>Idêntica</i>	<i>Inferior</i>
<i>Inferior</i>	90%	2%	6%	67%	17%	6%
<i>Inferior-Médio</i>	81%	9%	1%	61%	18%	7%
<i>Médio</i>	73%	12%	4%	60%	26%	4%
<i>Médio-superior</i>	56%	20%	6%	49%	32%	5%
<i>Superior</i>	54%	18%	11%	47%	23%	11%
<b>Total</b>	<b>65%</b>	<b>14%</b>	<b>6%</b>	<b>54%</b>	<b>24%</b>	<b>7%</b>

Quando consideramos a profissão do pai, a tendência observada na tabela 52, abaixo, é semelhante àquela observada em relação ao capital cultural, ou seja, encontramos as maiores expectativas de ascensão social em termos de renda profissional e posse de bens materiais entre filhos de agricultores e operários da indústria, sendo que as menores expectativas são de filhos de profissionais que ocupam altos cargos públicos. No entanto, em algumas categorias, as expectativas de ascensão em relação ao capital econômico não são tão grandes quanto em relação ao capital cultural, nomeadamente entre as categorias em que o estatuto sócio-econômico alcançado é mais alto do que o estatuto sócio cultural, como é o caso, por exemplo, dos filhos de grandes ou médios empresários.

**Tabela III. 52** – Distribuição dos estudantes, segundo *Profissão do pai e expectativas de ascensão em relação ao capital econômico*.

Profissão do Pai	Renda profissional			Posse de bens materiais		
	Superior	Idêntica	Inferior	Superior	Idêntica	Inferior
<i>Grande ou médio empresário</i>	37%	26%	15%	33%	33%	19%
<i>Fazendeiro, criador ou produtor</i>	67%			33%		
<i>Pequeno ou micro empresário</i>	58%	23%	7%	49%	27%	11%
<i>Dirigente ou supervisor</i>	70%	17%	4%	61%	23%	5%
<i>Profissional liberal ou bacharel</i>	52%	17%	11%	42%	30%	9%
<i>Professor, intelectual ou artista</i>	70%	17%	7%	63%	17%	7%
<i>Alto cargo público</i>	33%	25%	25%	33%	17%	33%
<i>Funcionário ou serviço público</i>	63%	21%	5%	56%	32%	3%
<i>Técnico ou profissional nível médio</i>	62%	17%	5%	54%	24%	6%
<i>Assistente ou auxiliar</i>	88%			88%		
<i>Artesão e ofício especializado</i>	85%	4%	3%	58%	21%	6%
<i>Operário da indústria</i>	100%			100%		
<i>Trabalhador independente</i>	76%	7%	6%	56%	24%	6%
<i>Agricultor</i>	100%			83%	17%	
<i>Serviço não especializado</i>	77%	14%	3%	76%	18%	3%
<i>Outras</i>	60%	25%	5%	55%	15%	15%
Total	64%	15%	7%	53%	25%	8%

\* Nesta tabela foram excluídas as proporções de estudantes que responderam "Não sabe".

Finalmente, quando consideramos a renda mensal familiar, verificamos que há maior variação entre as faixas de renda, de modo que as expectativas de ascensão social em termos de renda profissional dos estudantes na faixa de renda de até R\$ 500 aproximam-se das expectativas dos estudantes da faixa entre R\$ 1.001 e R\$ 2.000, enquanto que os estudantes da faixa de R\$ 501 a R\$ 1.000 aproximam-se mais dos estudantes da faixa de R\$ 2.001 a R\$ 4.000.

Do mesmo modo, observamos que, quanto à posse de bens materiais, as proporções não seguem uma tendência linear. No entanto, como era esperado, as expectativas de ascensão social em relação ao capital econômico familiar são menores nas faixas de renda mais altas do que nas demais faixas de renda. Essas variações talvez se devam ao fato de que os estudantes tiveram maiores dificuldades de se posicionar em relação a essas duas questões e, por isso, apresentaram as maiores proporções de respostas “não sei”. Isso significa que os estudantes têm menos certeza quanto às suas possibilidades de ascensão social em relação ao capital econômico. Apesar de as tendências expressas apontarem no mesmo sentido, as expectativas em relação ao capital cultural são mais otimistas, quando comparamos as proporções de estudantes que respondem “superior”. Essa variação indica que os estudantes têm menos certeza de que virão a ser bem sucedidos economicamente do que culturalmente.

**Tabela III. 53** – Distribuição dos estudantes, segundo *Renda mensal familiar e expectativas de ascensão em relação ao capital econômico*.

Renda mensal familiar	Renda profissional			Posse de bens materiais		
	<i>Superior</i>	<i>Idêntica</i>	<i>Inferior</i>	<i>Superior</i>	<i>Idêntica</i>	<i>Inferior</i>
<i>Menos de R\$500</i>	85%	8%	8%	77%	8%	8%
<i>De R\$500 a R\$1000</i>	73%	5%	8%	48%	20%	8%
<i>De R\$1001 a R\$2000</i>	82%	7%	3%	64%	20%	3%
<i>De R\$2001 a R\$4000</i>	74%	13%	4%	63%	22%	6%
<i>De R\$4001 a R\$10.000</i>	65%	20%	6%	56%	25%	6%
<i>De R\$10.001 a R\$20.000</i>	49%	22%	13%	39%	38%	13%
<i>Mais de R\$ 20.001</i>	38%	18%	24%	38%	18%	26%
<i>Prefere não responder</i>	59%	12%	7%	48%	22%	16%
<i>Não sabe</i>	43%	17%	10%	32%	31%	7%
<b>Total</b>	<b>66%</b>	<b>14%</b>	<b>6%</b>	<b>54%</b>	<b>24%</b>	<b>8%</b>

\* Nesta tabela foram excluídas as proporções de estudantes que responderam “Não sabe”.

Assim, para aqueles oriundos de camadas sociais menos privilegiadas, cujos pais têm graus inferiores de escolaridade e exercem profissões menos credenciadas, o diploma representa um valor acrescentado às possibilidades de ascensão e mobilidade social. Em contrapartida, para os estudantes pertencentes às camadas sociais mais altas, com renda e níveis de capital escolar mais altos, o diploma, representa, principalmente, a manutenção do estatuto social herdado. Desse modo, a graduação universitária tem um valor sócio-econômico diferente conforme a origem social dos estudantes.

Por esse motivo, o diploma assume uma importância distinta em função da posição profissional que o pai ocupa, isto é, da posição ocupada em termos de maior / menor

credenciamento e posse ou não dos meios de produção. Assim, por si só, nas categorias mais credenciadas, a posse do diploma não equivale a uma ascensão social em relação à família, quer em termos culturais, quer em termos econômicos. Nas categorias empregadoras, o diploma representa, sobretudo, a ascensão em termos de estatuto sócio-cultural. Em termos de estatuto sócio-econômico, a ascensão é mais difícil ou mais incerta. É, portanto, nas categorias assalariadas e menos credenciadas que o diploma representa uma expectativa de ascensão tanto em termos culturais, quanto em termos econômicos.

Para concluir, analisamos a proporção de respostas em cada alternativa segundo a universidade. Conforme podemos observar na tabela 54, a seguir, é entre os estudantes da UNICSUL que encontramos as maiores expectativas de ascensão social, tanto em relação ao capital cultural, quanto em relação ao capital econômico familiar. É também entre os estudantes da UNICSUL que encontramos as menores porcentagens de alunos que não sabem se conseguirão ou não superar o estatuto sócio-econômico e cultural dos pais.

Em relação às duas outras universidades, as expectativas de ascensão em relação ao capital econômico são maiores entre os estudantes da USP do que entre os estudantes da UNIP, os quais por sua vez, apresentam porcentagens mais elevadas de estudantes que esperam alcançar um estatuto sócio-econômico idêntico ou mesmo inferior ao dos pais. Essa diferença está de acordo com as análises anteriores, uma vez que, como vimos, os estudantes da UNIP vêm, predominantemente, de famílias cujos níveis sócio-econômicos são mais altos do que o nível sócio-cultural alcançado.

Em relação ao capital cultural, é interessante observar que os estudantes da USP têm mais expectativas de ascensão em termos de capital cultural do que os estudantes da UNIP, o que pode significar que o valor atribuído à formação universitária e à herança cultural familiar tende a ser maior entre os estudantes da USP do que entre os da UNIP.

**Tabela III. 54** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade e Expectativas de ascensão social*.

Universidade	Expectativas de ascensão social			
	Superior	Idêntica	Inferior	Não sabe
<i>USP</i>				
<i>Renda profissional</i>	63%	16%	6%	15%
<i>Bens materiais</i>	55%	22%	6%	16%
<i>Bagagem cultural</i>	76%	14%	5%	5%
<i>Bens culturais</i>	62%	20%	3%	15%
<i>UNIP</i>				
<i>Renda profissional</i>	58%	18%	9%	15%
<i>Bens materiais</i>	47%	27%	10%	16%
<i>Bagagem cultural</i>	67%	21%	7%	5%
<i>Bens culturais</i>	50%	32%	4%	14%
<i>UNICSUL</i>				
<i>Renda profissional</i>	79%	8%	4%	9%
<i>Bens materiais</i>	63%	21%	5%	11%
<i>Bagagem cultural</i>	86%	10%	3%	1%
<i>Bens culturais</i>	76%	12%	3%	9%

Podemos concluir, assim, que as expectativas de ascensão social dos estudantes são maiores ou menores conforme a distância que separa o estatuto que o estudante espera alcançar e aquele que seus familiares atingiram. Em relação ao capital cultural, vimos que o diploma universitário é um fator diferencial especialmente entre estudantes oriundos de famílias com baixo capital escolar. A opção por carreiras profissionais competitivas e em ascensão, por sua vez, contribui para aumentar as perspectivas de ascensão econômica, especialmente para aqueles cujos pais exercem ou exerceram ocupações profissionais menos credenciadas e pouco remuneradas. Resta saber em que medida essas expectativas serão satisfeitas no futuro, no sentido tanto de superação quanto de equiparação dos estatutos sociais pretendidos, e também do sucesso e da realização profissional almejados.

### **5 – Conclusões da 3ª parte**

A análise dos dados realizada nesta parte do trabalho permitiu-nos observar não apenas trajetórias diferenciadas de transição, mas também evidenciou como as condições sociais e econômicas de origem do estudante interferem no processo de transição para a vida adulta. A observação das características individuais permitiu a percepção de ritmos mais lentos e mais precoces e também de comportamentos diferentes em relação às etapas de transição.

Era esperado que condicionantes sociais e econômicos diversos, assim como fatores internos, interferissem no processo de transição, mas era preciso conhecer de que maneira esses condicionantes atuavam e em que sentido. O conjunto desses mecanismos e sua articulação atuam no processo desde muito antes da opção pela carreira universitária. Vimos que as trajetórias escolares dos estudantes dependem da sua origem social e econômica e interferem no acesso à universidade, uma vez que, sobretudo no caso das universidades de maior prestígio, há uma tendência ao afunilamento devido à pressão da demanda, e que os estudantes com um acesso maior e mais diversificado a bens educativos apresentam melhores condições de competir pelas vagas nas universidades públicas mais procuradas. Por outro lado, não deixamos de constatar o acesso ao ensino superior por estudantes oriundos predominantemente da rede pública de ensino e de camadas menos favorecidas, mesmo que direcionado para outras instituições de menor prestígio e maior acessibilidade. A questão da universidade hoje no Brasil não é, portanto, a oferta de vagas, mas a oferta de um ensino de qualidade capaz de atender à demanda por maior qualificação acadêmica e profissional.

A opção pela carreira universitária aparece fortemente associada a uma estratégia de ascensão social, seja pela graduação propriamente dita, seja pela opção por uma carreira cujo mercado de trabalho esteja em alta atualmente. Essa estratégia é desenvolvida tanto pelo estudante quanto por sua família, na medida em que esta atua como um fator diferencial em relação ao estudante, e também como um estímulo à conquista do grau superior e à escolha de carreiras competitivas. No primeiro caso, as condições sociais e econômicas de origem atuam no sentido de conformar expectativas altas e estratégias de ascensão social tanto em relação ao estatuto sócio-econômico, quanto em relação ao estatuto sócio-cultural familiar. No segundo caso, observamos uma estratégia de equiparação dos estatutos por meio do grau superior, o que permitiria também a manutenção do estatuto sócio-econômico familiar assim como a garantia de acesso aos bens materiais e a melhores condições de vida no futuro. No último caso, observamos uma estratégia de manutenção de estatutos e busca de realização profissional por meio da carreira escolhida.

Como vimos, a combinação das diversas expectativas e estratégias e dos diferentes condicionantes sociais e econômicos do processo formalizam modelos diferentes de transição, e trajetórias mais lentas ou mais precoces, marcadas por sucessivos adiantamentos ou retardamento de etapas. A ordem dos eventos é alterada, portanto, em função das condições sociais e econômicas que viabilizam o percurso pelas diversas etapas, de tal modo que a emancipação econômica pode anteceder o término dos estudos e preceder a carreira universitária.

Constatamos também que a inserção no mercado de trabalho pode se dar de maneira precoce ou tardia, segundo a maior ou menor necessidade, por parte do jovem e de sua família, de complementar a renda por meio do trabalho. Do mesmo modo, o casamento e o abandono do lar familiar podem ocorrer mais cedo ou mais tarde e de modo definitivo ou provisório, no sentido de que os arranjos conjugais podem ser consensuais e funcionarem como uma “experiência” prévia à união definitiva, e o estudante pode sair da casa dos pais apenas enquanto estiver estudando. Os condicionantes sociais e econômicos conformam, assim, trajetórias e motivações diferenciadas para o trabalho, o casamento e a união consensual e para o momento em que o jovem deixa o lar familiar.

Alem disso, verificamos que o trabalho é o que possibilita ao jovem a emancipação da família e também a percorrer as demais etapas de transição, inclusive a conclusão dos estudos. Todavia, é importante observar que a emancipação econômica não é o único fator que impulsiona e torna possível ao jovem a alcançar a condição de adulto. Chama a atenção o fato de muitos jovens preferirem continuar vivendo com os pais mesmo já sendo economicamente independentes, mesmo porque ter um trabalho não significa o acesso a todos os bens de consumo e às mesmas condições de vida da casa de origem. Esse dado sugere que, para a geração da década de 90, o momento e o desejo de se tornar adulto parece sujeito a uma pluralidade de escolhas e à multiplicidade ou não de oportunidades de trabalho, estudo, emancipação e ascensão social.

Desse modo, os estudantes que contam com um forte respaldo familiar podem optar por adiar as mesmas etapas que viabilizam a emancipação da família, prolongando a permanência na casa dos pais e na condição juvenil de dependência econômica. Essa modalidade de transição mais “lenta” aparece associada, como exposto, a uma maior valorização da carreira universitária e da formação profissional por parte desses estudantes e suas famílias. Esses estudantes encontram, portanto, maior autonomia de escolha em relação às etapas de transição, ao momento em que deverão percorrê-las ou não.

Para o jovem que precisa trabalhar para ajudar a sua família ou mesmo para manter seus estudos, é mais limitada a escolha da ordem das etapas que pretende percorrer, pelas condições sociais e econômicas que o impulsionam para o trabalho, para sair de casa e mesmo para abandonar ou adiar os estudos. Se, por um lado, a emancipação econômica precoce propicia ao jovem estudante de camadas menos favorecidas a possibilidade de sair de casa, casar-se e ter filhos mais cedo, conformando modalidades de transição mais “precoces”, sua própria condição social e econômica original provoca um maior imobilismo em relação às suas possibilidades de conquista de estatutos sociais mais altos.

A maior mobilidade e autonomia dos jovens estudantes das camadas sociais mais altas estão associadas, portanto, à possibilidade de “prolongamento” da condição juvenil ou

mesmo da experimentação de diferentes estágios associados à vida adulta, mas que ainda mantêm características de juventude, enquanto que as condições sociais e econômicas mais estreitas impulsionam os jovens estudantes das camadas sociais menos favorecidas a se tornarem adultos mais cedo.

**PARTE IV**  
**Configurando as Etapas de Transição**

## **1 – Combinando as variáveis analisadas**

### **1.1. Procedimento**

Na última parte deste estudo, estaremos analisando a amostra de estudantes de forma mais aprofundada. Nesta parte, as diferentes etapas do processo de transição foram combinadas entre si, de tal modo que pudemos observar quais etapas os estudantes haviam percorrido em seu conjunto, situando-os, assim, conforme estivessem mais próximos do início ou mais próximos do final do processo de transição. A técnica estatística utilizada para realizar esse procedimento foi a análise descritiva multidimensional. O primeiro passo para fazer essa análise foi determinar que variáveis indicariam cada etapa do processo. As variáveis selecionadas são a combinação de outras variáveis originais do estudo e referem-se tanto às etapas que explicitamos no modelo de transição, como aos pressupostos que definimos para configurar nosso *modelo* do que é ser jovem e do que é ser adulto. A descrição das variáveis encontra-se no Apêndice II, no final do estudo. A combinação dessas variáveis deveria permitir a visualização das possíveis “inversões” do processo indicadas no modelo (ver Figura 1, parte II)

Para a etapa “realização de curso superior”, por exemplo, consideramos a possibilidade de o estudante ter desistido de um curso anterior e optado por outro. Para a etapa “entrada no mercado de trabalho”, consideramos a possibilidade de o estudante ter parado de trabalhar. Também combinamos sua situação profissional no momento da pesquisa (se estava trabalhando ou não) com sua situação econômica em relação à sua família (dependência ou independência). Para a etapa “casamento e abandono do lar familiar”, consideramos a possibilidade de o estudante ter voltado a morar com os pais depois de ter saído de casa, no caso de ter se separado, ou de morar com eles sendo casado ou ainda, tendo filhos, se era solteiro ou separado e também estava vivendo com os pais.

Finalmente, estabelecemos um corte geracional para delimitar a juventude em relação à idade adulta. Assim, estabelecemos como idade juvenil a faixa etária que vai dos 20 aos 25 anos e como idade adulta a partir dos 26 anos. Esse corte se fez necessário na medida em que a noção de “prolongamento da juventude” requeria uma referência temporal, um marco comparativo por meio do qual pudéssemos posicionar o estudante em relação às etapas que ele já tivesse alcançado. Assim, quanto mais etapas o estudante tivesse alcançado antes dos 26 anos, mais precoce teria se dado sua inserção na vida adulta, e quanto menos etapas, mais tardia ela seria.

Nesta etapa do estudo utilizamos seis variáveis, as quais indicam se o estudante fez um curso anterior ou não, e se chegou a concluí-lo; se estudante estava trabalhando ou não e, no caso de não estar trabalhando (no momento em que foi realizada a pesquisa), se já

havia trabalhado antes; se o estudante declarou-se independente ou não do núcleo familiar de origem; qual era o seu estado civil e se pretendia ou não se casar; se tinha filhos ou não; qual era sua situação de moradia, isto é, se ele morava com os pais, com colegas ou em moradia estudantil ou se morava com cônjuge e/ou filhos e finalmente, se tinha mais ou menos de 26 anos de idade.

O total de combinações possíveis é igual à multiplicação do número de categorias em cada uma das seis variáveis, o que resulta em 720 combinações possíveis. Na amostra, porém, foram encontradas apenas 110 combinações distintas, as quais estão apresentadas na Tabela 1.1 do Apêndice IV.<sup>83</sup> As combinações envolveram um total de 1.103 estudantes, sendo que os 70 indivíduos restantes não responderam a pelo menos uma das variáveis utilizadas nesta etapa do estudo.

As 110 combinações foram agrupadas segundo a importância dada a cada evento do processo de transição e o número de inversões encontradas em cada combinação. O agrupamento foi feito levando-se em consideração os principais pressupostos da pesquisa, ou seja, a noção de *dependência* associada à condição juvenil e a noção de prolongamento da idade juvenil associada ao adiamento de algumas etapas e à reversibilidade das mesmas, que caracterizam a chamada “geração iô-iô”. Para fazer o agrupamento, também levamos em consideração o número de casos observados em cada uma das combinações, uma vez que, entre as 110, apenas algumas foram mais frequentes, sendo que a maioria tinha apenas um caso. Procuramos agrupar os casos de acordo tanto com sua ocorrência na amostra, quanto com as diferenças que realmente deveriam ser explicitadas dentro da finalidade do nosso estudo. Por esse motivo, algumas questões foram consideradas mais significativas do que outras no momento de separar os grupos e por isso não aparecem nesse agrupamento. Nosso objetivo era obter o menor número de grupos possível, com um número de casos minimamente significativo para os efeitos de uma análise mais aprofundada. Foram formados 12 grupos, descritos a seguir, que são diferentes entre si segundo uma ou mais características:

#### **Grupo 1 – Jovens que estão iniciando a transição**

Estudantes de 19 a 25 anos, que moram com os pais, são solteiros e não têm filhos e caracterizam-se por serem economicamente dependentes dos pais.

#### **Grupo 2 – Jovens independentes ligados ao núcleo familiar**

Estudantes de 19 a 25 anos, que moram com os pais, são solteiros e não têm filhos e caracterizam-se por serem economicamente independentes dos pais.

---

<sup>83</sup> Obs: Para a leitura dessa tabela utilize os códigos descritos na descrição das variáveis, no Apêndice II.

**Grupo 3- *Jovens deslocados do núcleo familiar de origem em condição estudantil***

Estudantes de 19 a 25 anos, solteiros sem têm filhos; caracterizam-se por morarem sozinhos, em moradia estudantil ou com colegas, sendo ou não dependentes dos pais.

**Grupo 4 – *Jovens em processo de transição que ainda não alcançaram a autonomia***

Estudantes de 19 a 25 anos, que vivem com um (a) companheiro (a), são casados ou separados, tendo ou não filhos. Caracterizam-se por serem dependentes economicamente dos pais ou do (a) companheiro (a).

**Grupo 5 – *Jovens adultos***

Estudantes de 19 a 25 anos, que vivem com um (a) companheiro (a), são casados ou separados, tendo ou não filhos. Caracterizam-se por serem economicamente independentes do núcleo familiar de origem.

**Grupo 6 – *Estudantes em situação de prolongamento da condição juvenil tipo 1***

Estudantes com 26 anos ou mais, que moram com os pais, são solteiros e não têm filhos e caracterizam-se por serem economicamente dependentes dos pais.

**Grupo 7 – *Estudantes em situação de prolongamento da condição juvenil tipo 2***

Estudantes com 26 anos ou mais, que moram com os pais, são solteiros e não têm filhos e caracterizam-se por serem economicamente independentes dos pais.

**Grupo 8 – *Estudantes adultos completando a transição tipo 1***

Estudantes com 26 anos ou mais, que moram sozinhos, em moradia estudantil ou com colegas, são solteiros e não têm filhos e caracterizam-se por serem, basicamente, independentes do núcleo familiar de origem.

**Grupo 9 – *Estudantes adultos completando a transição tipo 2***

Estudantes com 26 anos ou mais, que vivem com um (a) companheiro (a), são casados ou separados, tendo ou não filhos. Caracterizam-se por serem dependentes economicamente dos pais ou do (a) companheiro (a).

**Grupo 10 – *Estudantes adultos***

Estudantes com 26 anos ou mais, que vivem com um (a) companheiro (a), são casados ou separados, tendo ou não filhos. Caracterizam-se por serem economicamente independentes do núcleo familiar de origem.

**Grupo 11 – *Jovens da geração iô-iô***

Jovens de 19 a 25 anos, solteiros com filhos, casados ou separados, com filhos ou não, e que moram com os pais. Esse grupo inclui tanto jovens dependentes quanto independentes economicamente do núcleo familiar.

### **Grupo 12 – Estudantes adultos da geração iô-iô**

Estudantes de 26 anos ou mais, solteiros com filhos, casados ou separados, com filhos ou não, e que moram com os pais. Este grupo inclui tanto estudantes economicamente dependentes quanto independentes do núcleo familiar.

O grupo 1 e o grupo 2 distinguem-se somente quanto à característica “dependência” ou “independência” e a separação entre os dois grupos foi feita em função justamente desse critério, pois queríamos destacar os jovens que já apresentavam uma certa autonomia proporcionada pela atividade do trabalho, mas optavam por continuar residindo com os pais. É importante ressaltar que a maioria dos estudantes do grupo 2 declarou que trabalhava e era responsável por seu próprio sustento, o que significa que eles são responsáveis, pelo menos, por seus gastos pessoais. Isso não quer dizer, entretanto, que sejam responsáveis pelas demais despesas do lar – daí supomos que a permanência no lar familiar também tem a ver com as vantagens de terem as despesas domésticas providas pelos pais.

O grupo 3 é representado pelos estudantes que saíram de casa para estudar e, por isso, mantêm laços de dependência com a família. A esse grupo foram agregados estudantes com as mesmas características, e que, no entanto, trabalham e são responsáveis por seu próprio sustento, ou que trabalham e contribuem para o sustento da família, pois constituem um grupo pequeno de apenas 9 indivíduos. Por esse motivo, resolvemos agregá-los ao grupo 3.

O grupo 4 é representado pelos estudantes que deixaram o lar familiar para viver com um (a) companheiro (a) ou casar, sendo que alguns já têm filhos. Desse modo, são estudantes que se encontram em pleno processo de transição, tendo passado por algumas etapas importantes, mas que ainda não alcançaram uma condição de autonomia.

O grupo 5 é representado pelos estudantes que já passaram por praticamente todas as etapas de transição, e que se caracterizam por não terem alcançado a faixa etária dos 26 anos de idade. É entre estes estudantes que observamos uma passagem “precoce” para a vida adulta.

O grupo 6 é representado pelos estudantes que não completaram praticamente nenhuma etapa de transição e encontram-se, comparados aos estudantes com menos de 25 anos, numa situação de “prolongamento” da condição juvenil.

O grupo 7 é representado pelos estudantes que, embora sejam economicamente independentes dos pais, permanecem residindo com eles, seja por opção, pois são responsáveis por seu próprio sustento, seja pela necessidade de contribuírem com o sustento da família ou porque são os principais responsáveis pelo sustento dela. Nesse caso, os laços de dependência estão invertidos, e o “prolongamento” da condição juvenil

ocorre somente no sentido de que o estudante ainda não passou a constituir uma nova unidade familiar.

O grupo 8 é representado pelos estudantes que saíram de casa para estudar, trabalhar ou experimentar uma vida independente, sendo responsáveis por seu próprio sustento, ou mesmo contribuindo para o sustento da família, restando apenas a conclusão dos estudos e a constituição de uma nova família para completarem o processo de transição.

O grupo 9 é representado pelos estudantes que deixaram o lar familiar para viver com um (a) companheiro (a) ou casar, sendo que alguns já têm filhos. Desse modo, são estudantes que se encontram em pleno processo de transição, tendo passado por algumas etapas importantes, mas ainda não alcançaram a condição de autonomia. Esse grupo apresenta as mesmas características do grupo 4, sendo a idade a única diferença entre eles.

O grupo 10 é representado pelos estudantes que alcançaram a condição de adultos, que saíram de casa por diversos motivos, mas, principalmente, para casar ou viver com um (a) companheiro (a), tendo alcançado a autonomia e passado por todas as etapas do processo de transição.

O grupo 11 é representado pelos estudantes que se encontram na faixa etária dos 20 aos 25 anos e que se caracterizam por terem passado por várias “inversões” no processo de transição para a vida adulta, ou seja, tiveram filhos sem serem casados, separaram-se e voltaram a viver com os pais, ou casaram-se e não deixaram o lar familiar. Esse grupo inclui também os estudantes que pararam de trabalhar e que abandonaram um curso anterior. Nesse caso, o que era importante destacar não era a questão da dependência ou independência em relação à família, mas a reversão de várias etapas de transição e o retorno à situação inicial, de início de um novo curso, de não trabalho, de morar com os pais.

O grupo 12 é representado por estudantes que apresentam as mesmas características do grupo 11, sendo a idade a única diferença entre eles, pois os estudantes do grupo 12 têm mais de 26 anos.

A tabela 1, a seguir, apresenta as combinações e o número de indivíduos pertencente a cada grupo. Um dos critérios utilizados no agrupamento foi a ocorrência de pelo menos 10 casos em cada grupo. As combinações que apresentaram número inferior a dez casos foram agregadas a outros grupos, desconsiderando-se a característica considerada menos relevante. É importante observar que, em função da ocorrência de casos na amostra, o fato de o estudante ter feito ou não um curso anterior e chegado a concluí-lo, não foi considerada relevante no agrupamento.

Observando a tabela1, a seguir, é fácil observar que a maior parte dos estudantes da amostra se encontra na condição juvenil, o que é explicado pelo fato de a amostra ter sido um recorte feito entre estudantes universitários.

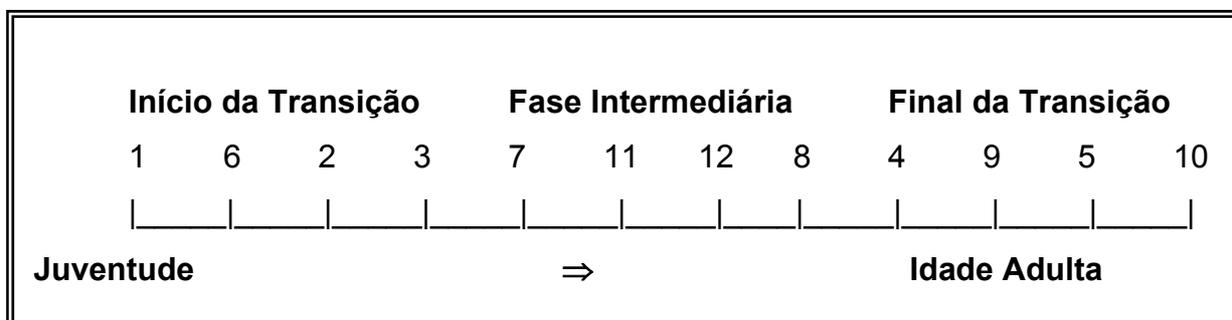
**Tabela IV. 1.** – Combinações e número de estudantes em cada grupo.

<b>Grupo</b>	<b>Combinações</b>						<b># Estudantes</b>
1. Jovens que estão iniciando a transição	2	5	11	15	26	29	536 (48,6%)
	57	59	69	71	87	93	
2. Jovens independentes ligados ao núcleo familiar	23	40	45	75	102		187 (17,0%)
3. Jovens deslocados do núcleo familiar de origem em condição estudantil	3	13	16	28	30	42	86 (7,8%)
	58	61	62	77			
4. Jovens em processo de transição que ainda não alcançaram a autonomia	4	6	17	19	33	72	13 (1,2%)
	97	99					
5. Jovens adultos	44	48	52	55	80	82	15 (1,4%)
	105						
6. Estudantes em situação de prolongamento da condição juvenil tipo 1	12	27	60	70	88	94	19 (1,7%)
7. Estudantes em situação de prolongamento da condição juvenil tipo 2	41	46	76	79	91	103	77 (7,0%)
8. Estudantes adultos completando a transição tipo 1	43	47	66	78	89	104	12 (1,1%)
9. Estudantes adultos completando a transição tipo 2	7	18	20	22	32	34	34 (3,1%)
	36	63	73	74	90	96	
	98	100	101				
10. Estudantes adultos	24	49	53	56	81	83	93 (8,4%)
	86	106	108				
11. Jovens da geração iô-iô	1	8	9	14	25	31	34 (3,1%)
	37	39	50	54	67	84	
	107						
12. Estudantes adultos da geração iô-iô	10	21	35	38	64	68	14 (1,3%)
	85	92	95	109			
<b>Total</b>							<b>1.103 (100%)</b>

## 1.2 Situando as fases de transição

De uma maneira geral, para que pudéssemos observar o processo de transição para a vida adulta, foram definidas três fases de transição, em função do número de etapas percorridas e do posicionamento do grupo em relação à juventude e à idade adulta, no sentido de maior proximidade ou maior afastamento em relação a cada uma das idades da vida. Os grupos foram ordenados, assim, em uma “linha de transição”, de modo que pudéssemos posicioná-los em relação à fase em que se encontravam, ou seja, se estavam no **Início da Transição**, numa **Fase Intermediária** ou no **Final da Transição**.

Na figura 2, logo abaixo, os grupos foram ordenados conforme as etapas que haviam percorrido, a dependência ou independência econômica em relação aos pais, e o evento sair de casa. O critério idade foi utilizado para posicionar os grupos quanto à maior proximidade ou maior distanciamento em relação à condição de adultos.



**Figura 2** – Posicionamento dos grupos em relação às fases de transição

Assim, observando a figura, verificamos que os grupos que se encontram no início da transição são aqueles que completaram poucas ou nenhuma etapa do processo. É nessa fase que se encontra a maioria dos jovens estudantes, que ainda são economicamente dependentes e moram com os pais. Também é nessa fase que encontramos a maior parte dos estudantes solteiros sem filhos.

Na fase intermediária estão os grupos que já passaram por algumas etapas, mas que não chegaram a completar a transição. É o caso dos estudantes do grupo 7, que ainda não saíram de casa, e dos estudantes do grupo 8, que ainda não constituíram família. É importante ressaltar, entretanto, que o casamento e a formação de uma família não é uma condição *sine qua non* para o estudante se tornar um adulto, sendo referida como uma “fase intermediária” apenas para os efeitos do modelo de transição.

Ainda nessa fase estão incluídos os grupos que apresentaram um número grande de “reversões” nas etapas de transição e, por isso mesmo, foram colocados numa fase intermediária, enquanto não completam todas as etapas.

No final da transição encontram-se os grupos que já completaram praticamente todas as etapas do processo. Todos os grupos dessa fase já saíram de casa e distinguem-

se somente em relação à condição de dependência que ainda mantêm com familiares e companheiros ou cônjuges, e também no que diz respeito à idade.

Estabelecidas as fases de transição, passamos a uma análise geral da amostra como um todo. Observando a tabela 2, logo abaixo, verificamos que, na amostra, a maioria dos estudantes (75%) se encontra no início da transição, sendo que uma pequena porcentagem se encontra na fase intermediária (11%) e os demais (14%) encontram-se no final da transição.

**Tabela IV. 2.** – Grupos e número de estudantes em cada fase.

<b>Fase de transição</b>	<b>Grupos</b>				<b># Estudantes</b>
<i>Início da transição</i>	1	6	2	3	828 (75%)
<i>Fase intermediária</i>	7	11	12	8	120 (11%)
<i>Final da transição</i>	4	9	5	10	155 (14%)
<b>Total</b>					<b>1.103 (100%)</b>

Em seguida, observamos cada fase em relação às principais variáveis independentes e à sua posição na hierarquia social. Desse modo, pudemos construir um “retrato” mais detalhado dos estudantes nas diversas fases.

Observando a tabela 3, a seguir, verificamos que, de uma maneira geral, encontramos mais mulheres no início da transição do que homens, e mais homens do que mulheres nas fases intermediária e final da transição.

**Tabela IV. 3.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Sexo* e *Fases de transição*.

<b>Sexo</b>	<b>Fases de transição</b>			<b>Total</b>
	<i>Início da transição</i>	<i>Fase intermediária</i>	<i>Final da transição</i>	
<i>Masculino</i>	71%	14%	15%	100%
<i>Feminino</i>	78%	8%	13%	100%
<b>Total</b>	<b>75%</b>	<b>11%</b>	<b>14%</b>	<b>100%</b>

Esse dado indica que os homens tendem a completar o processo de transição para a vida adulta mais cedo do que as mulheres, especialmente no que se refere à emancipação econômica, uma vez que as mulheres tendem mais a depender economicamente do companheiro do que o inverso.

Na tabela 4, a seguir, observamos que a maioria dos estudantes (43%), cujo capital escolar familiar é de grau inferior, se encontra no final da transição. A proporção daqueles

cujo capital escolar familiar é de grau inferior-médio e que se encontra no final da transição é menor (26%), mas ainda significativa. Quando comparamos os demais graus de capital escolar familiar, verificamos que, quanto maior é o capital escolar familiar, maior é a proporção dos que se encontram no início da transição.

**Tabela IV. 4. – Distribuição dos estudantes, segundo *Capital escolar familiar* e *Fases de transição*.**

Capital escolar familiar	Fases de transição			Total
	<i>Início da transição</i>	<i>Fase intermediária</i>	<i>Final da transição</i>	
<i>Inferior</i>	31%	25%	43%	100%
<i>Inferior-Médio</i>	55%	19%	26%	100%
<i>Médio</i>	82%	9%	9%	100%
<i>Médio-Superior</i>	83%	6%	11%	100%
<i>Superior</i>	91%	5%	4%	100%
Total	76%	10%	14%	100%
	(804)	(106)	(143)	(1.053)*

\* 120 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis.

Como já havíamos evidenciado na 3ª parte deste trabalho, são os estudantes oriundos de famílias cujo capital escolar tem pelo menos um grau de escolaridade inferior que tendem a alcançar a vida adulta mais cedo, em função de várias condições sociais e econômicas já apontadas anteriormente. Do mesmo modo, conforme podemos observar na tabela 5 a seguir, constatamos que, quanto mais alta é a renda familiar, maior é a proporção de estudantes que se encontram no início da transição, uma vez que são esses estudantes que encontram maiores condições de retardarem a entrada no mercado de trabalho, também podendo optar pelo adiamento de outras etapas.

**Tabela IV. 5. – Distribuição dos estudantes, segundo *Renda mensal familiar* e *Fases de transição*.**

Renda mensal familiar	Fases de transição			Total
	<i>Início da transição</i>	<i>Fase intermediária</i>	<i>Final da transição</i>	
<i>Menos de R\$ 500</i>	50%	29%	21%	100%
<i>De R\$ 500 a R\$ 1.000</i>	56%	20%	24%	100%
<i>De R\$ 1.001 a R\$ 2.000</i>	67%	17%	16%	100%
<i>De R\$ 2.001 a R\$ 4.000</i>	71%	9%	20%	100%
<i>De R\$ 4.001 a R\$ 10.000</i>	75%	11%	14%	100%
<i>De R\$ 10.001 a R\$ 20.000</i>	86%	8%	6%	100%
<i>Mais de R\$ 20.001</i>	85%	6%	9%	100%
Total	75%	11%	14%	100%
	(650)	(109)	(145)	(904)*

269 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis.

Como era esperado, (em conformidade com os dados analisados anteriormente), é na UNICSUL que encontramos a maior proporção de estudantes que se encontram na fase final da transição. Observando a tabela 6, abaixo, apenas 7% dos que estudam na USP e 9% dos que estudam na UNIP se encontram no final da transição. Já na UNICSUL esses estudantes somam 25%. Comparativamente, a UNIP aproxima-se mais da USP, pois ambas têm proporções semelhantes de estudantes nas três fases, mas na USP a proporção de estudantes no início da transição é ainda maior.

**Tabela IV. 6.** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade* e *Fases de transição*.

Universidade	Fases de transição			Total
	<i>Início da transição</i>	<i>Fase intermediária</i>	<i>Final da transição</i>	
<i>USP</i>	86%	6%	7%	100%
<i>UNIP</i>	80%	10%	9%	100%
<i>UNICSUL</i>	59%	16%	25%	100%
Total	75%	11%	14%	100%
	(828)	(120)	(155)	(1.103)*

\* 70 indivíduos não têm resposta para pelo menos uma das variáveis.

## 2 – Estudando os Jovens

A partir dos dados analisados na seção anterior pudemos compreender de que maneira os estudantes da amostra se posicionavam em relação às diversas fases de transição. Essa análise nos permitiu verificar que a maior parte é de jovens que estão iniciando a passagem para a vida adulta. Como já havíamos amplamente enfatizado anteriormente, essa passagem não se processa de uma única maneira, nem segue uma única direção. No entanto, em relação a esses jovens, não é possível, dentro dos limites deste estudo, determinar de que maneira eles se tornarão adultos, nem mesmo entrever se alcançarão esse estatuto num futuro próximo ou mais distante, a não ser que se tratasse de um estudo longitudinal. Todavia, muitas informações foram colhidas por meio do questionário, e servirão para enriquecer as informações obtidas até aqui.

Nosso objetivo, na parte final deste trabalho, é focalizar de maneira mais aprofundada esse grande conjunto de jovens presentes na amostra. É justamente porque não pretendemos tomar o jovem como um conjunto homogêneo que essa análise é necessária. O jovem que se prepara para a vida adulta tem opiniões e atitudes diferentes, e desenvolve várias estratégias para percorrer cada etapa de transição. É possível observar diferenças no que diz respeito ao sexo e à origem sócio-econômica do estudante, e também

em relação às outras gerações, que aparecem na amostra representadas pelos estudantes mais velhos que já percorreram a maior parte das etapas.

Não é possível, contudo, aprofundar demasiadamente essas investigações, uma vez que todas as questões são fechadas e, muitas vezes, as alternativas apresentadas não nos permitem ir além do que foi proposto em cada resposta e entrever as motivações mais subjetivas e as diferenças mais sutis, que apareceriam melhor por meio de procedimentos qualitativos de pesquisa social. É por isso que queremos deixar claro que essas informações são limitadas e devem ser interpretadas com cuidado. As questões que serão tratadas a seguir só poderão ser melhor compreendidas a partir de um estudo com outra metodologia, mais adequada para lidar com a subjetividade, a atitude e a opinião de cada indivíduo.

Nesta parte do trabalho, estaremos considerando apenas os estudantes dos grupos 1, 2 e 3, os quais compõem o conjunto jovens que se encontram no início da transição e que, juntos, constituem a maior parte da amostra (cerca de 75%). Entre os grupos que fazem parte da fase inicial da transição, não estaremos considerando o grupo 6, formado por estudantes com mais de 26 anos de idade, pois aí também estão incluídos indivíduos mais velhos, e nosso objetivo específico é focalizar a faixa etária que vai dos 20 aos 25 anos.

Também não estamos incluindo na análise outros grupos formados por jovens, os quais se encontram nas outras fases de transição, pois pretendemos analisar as diferentes estratégias e modos de pensar entre jovens que se encontram em situação semelhante, ou seja, que ainda não passaram pelas principais etapas de transição e que, portanto, não estarão respondendo as questões em função dessas experiências, anteriores ao momento da pesquisa. Além disso, os jovens que compõem esses grupos constituem um número muito pequeno de indivíduos, o que dificulta a análise estatística de suas respostas utilizando testes não paramétricos.

Os grupos que compõem o conjunto que denominamos, genericamente, “jovens que estão iniciando a transição”, é composto por 809 indivíduos, sendo que 316 (39%) são do sexo masculino e os demais 493 (61%) são do sexo feminino. Em relação à origem social e econômica, observando a tabela 7, logo abaixo, verificamos que a maioria desses jovens vem de famílias de capital escolar de grau superior.

**Tabela IV. 7. – Distribuição dos jovens segundo *Capital escolar familiar*.**

Capital escolar familiar	Frequência	Porcentagem
<i>Inferior</i>	(23)	3%
<i>Inferior-Médio</i>	(97)	12%
<i>Médio</i>	(152)	19%
<i>Médio-Superior</i>	(175)	23%
<i>Superior</i>	(338)	43%
Total	(785)*	100%

\* 24 indivíduos não têm resposta para a variável Capital escolar familiar.

Em relação à renda mensal familiar, como podemos observar na tabela 8, a maioria dos jovens é oriunda de famílias de renda média e média alta, isto é, entre R\$ 2.001 e R\$ 4.000 e entre R\$ 4.001 e R\$ 10.001 mensais. Os dados em seqüência também mostram que apenas 5% dos jovens vêm de famílias com renda mensal inferior a R\$ 1.000, e entre estes, somente 1% vem de famílias com renda mensal inferior a R\$ 500. No outro extremo da escala, também encontramos uma porcentagem pequena (3%) de jovens cujas famílias têm renda mensal superior a R\$ 20.000. É importante ressaltar que uma porcentagem significativa (20%) não sabe quanto os pais ganham ou preferem não responder a questão.

**Tabela IV. 8. – Distribuição dos jovens segundo *Renda mensal familiar*.**

Renda mensal familiar	Frequência	Porcentagem
<i>Menos de R\$ 500</i>	(6)	1%
<i>De R\$ 501 a R\$ 1000</i>	(30)	4%
<i>De R\$ 1001 a R\$ 2000</i>	(112)	14%
<i>De R\$ 2001 a R\$ 4000</i>	(195)	24%
<i>De R\$ 4001 a R\$ 10.000</i>	(204)	25%
<i>De R\$ 10.001 a R\$ 20.000</i>	(61)	8%
<i>Mais de R\$ 20.001</i>	(28)	3%
<i>Prefere não responder</i>	(65)	8%
<i>Não sabe</i>	(98)	12%
Total	(799)*	100%

\* 10 indivíduos não têm resposta para a variável renda mensal familiar.

Finalmente, conforme dados visualizados na tabela 9, abaixo, observamos que a expressiva maioria dos jovens (31%) é de filhos de profissionais liberais ou bacharéis, sendo

que a presença de filhos de empresários (15%) e técnicos e profissionais de nível médio (12%) também é significativa.

**Tabela IV. 9.** – Distribuição dos jovens segundo *Profissão do pai*.

Profissão do pai	Frequência	Porcentagem
<i>Grande ou médio empresário</i>	(21)	3%
<i>Fazendeiro, criador ou produtor</i>	(2)	0,3%
<i>Pequeno ou micro-empresário</i>	(89)	12%
<i>Dirigente ou supervisor</i>	(60)	8%
<i>Profissional liberal ou bacharel</i>	(225)	31%
<i>Professor, intelectual ou artista</i>	(25)	3%
<i>Alto cargo público</i>	(9)	1%
<i>Funcionário ou serviço público</i>	(38)	5%
<i>Técnico ou profissional de nível médio</i>	(88)	12%
<i>Assistente ou auxiliar</i>	(3)	1%
<i>Artesão e ofício especializado</i>	(69)	9%
<i>Operário da indústria</i>	(4)	1%
<i>Trabalhadores independentes</i>	(58)	8%
<i>Agricultor</i>	(4)	1%
<i>Serviço não especializado</i>	(22)	3%
<b>Outras</b>	(15)	2%
<b>Total</b>	<b>(732)*</b>	<b>100%</b>

\* 77 indivíduos não têm resposta para a variável Profissão do pai.

A maioria dos jovens da amostra que estão iniciando a transição, portanto, vem de famílias de condição social média e superior, cujos pais têm graus de escolaridade superiores e têm ocupações profissionais mais credenciadas (predominantemente de nível superior e médio) ou são empregadores, e cuja renda mensal familiar se concentra nas faixas médias e superiores da escala. Era esperado, portanto, que dentro do nosso recorte, encontrássemos poucos jovens oriundos de famílias de condição social e econômica menos privilegiadas ainda iniciando a transição, uma vez que já havíamos demonstrado que nessas camadas sociais o jovem tende a alcançar a condição de adulto mais cedo. No entanto, como pudemos verificar a partir dos dados indicados acima, algumas diferenças se mantêm. Os jovens que estão iniciando a transição não formam, portanto, um conjunto homogêneo, daí a necessidade de levar essas diferenças em consideração na análise que apresentamos a seguir.

### **3 – Estratégias, incertezas, significados e atitudes observadas em relação às etapas de transição**

A análise que será apresentada a seguir foi feita tomando-se o conjunto dos jovens que estão iniciando a transição (os grupos 1, 2 e 3 tomados conjuntamente) e observando as respostas dadas a diversas questões colocadas sobre a escolha da carreira, as principais dúvidas no momento da escolha, os recursos utilizados e as dificuldades enfrentadas na busca por uma atividade remunerada, as atitudes em relação ao casamento e à união consensual, os projetos profissionais futuros e as principais preocupações do jovem na ocasião da pesquisa.

Para cada etapa em estudo foram escolhidas algumas questões do questionário, cujas freqüências foram analisadas em função de três variáveis independentes: o sexo, o capital escolar familiar e a renda mensal familiar. Em algumas questões consideramos relevante fazer as análises em função também da universidade e do curso. Todas as análises foram feitas testando-se as hipóteses de independência ou associação entre as variáveis, no caso das tabelas  $i \times j$ , e as hipóteses de homogeneidade ou heterogeneidade, no caso de variáveis independentes com apenas duas categorias, como o sexo. As análises foram feitas observando-se o valor da estatística qui-quadrado ( $\chi^2$ ), para  $\varphi$  graus de liberdade, ao nível de confiança de 95%. Sempre que as freqüências esperadas resultaram em valores menores que 5, as classes adjacentes menos significativas foram somadas, até um limite de freqüências esperadas menores que 5 de 20% para as tabelas  $i \times j$ .

Devido à freqüência muito pequena de casos de jovens cujas famílias têm capital escolar de grau inferior, para facilitar a análise, as categorias “inferior” e “médio-inferior” foram agrupadas e consideradas como “pelo menos um grau de escolaridade inferior”. Também devido à freqüência muito pequena de jovens cujas famílias têm renda mensal baixa, as faixas de renda até R\$ 1.000 foram agrupadas nas análises que levaram em consideração a renda. Também optamos por juntar as categorias “prefere não responder” e “não sabe”, de modo que a variável renda mensal familiar foi recodificada com as seguintes categorias: Baixa (Até R\$ 1.000); Média (entre R\$ 1.001 e R\$ 4.000); Média-Alta (entre R\$ 4.000 e R\$ 10.000), Alta (acima de R\$ 10.001) e “não responde/não sabe”.

Quando era constatada a existência de associação entre as variáveis, calculamos a estatística  $\theta$  (Odds ou Chance) para comparar as proporções observadas. A chance de um estudante escolher uma alternativa foi calculada sempre sobre a chance dele não ter escolhido a alternativa, no caso das questões com múltipla resposta, e sobre o total de respostas, no caso das questões com resposta única.

É importante ressaltar que os resultados dessas análises são limitados pelo formato das questões propostas aos estudantes, e devem apenas indicar um caminho para o aprofundamento deste estudo.

### **3.1. Estratégias e incertezas observadas em relação à carreira**

A escolha da carreira é um momento único na vida de todo estudante que opta por fazer um curso superior. É um momento muito difícil, em que o jovem se vê confrontado com suas próprias ambições e expectativas em relação ao seu futuro e ideal profissional. A escolha da carreira está sujeita a muitas dúvidas e é influenciada por diversos fatores, como, por exemplo, a condição social e econômica em que vive a família do estudante, que pode levá-lo a preterir uma carreira em função do custo de tempo e recursos que ela implica, do retorno material que ele espera obter ou do sucesso profissional que espera alcançar. A família, assim como outros atores sociais que interagem com o jovem em sua vida cotidiana, também podem exercer uma influência significativa nessa escolha.

Nosso objetivo era investigar quais eram as principais motivações para a escolha de cada uma das três carreiras selecionadas para o nosso estudo, quais foram as principais dúvidas que os estudantes tiveram no momento de escolhê-la, e que fatores foram decisivos para a tomada de decisão. Em seguida, cada uma das questões foi analisada em função do curso, do sexo, do capital escolar familiar e da renda mensal.

As motivações apresentadas para a escolha da carreira foram enumeradas em um conjunto de alternativas na questão 15, que incluiu uma alternativa aberta para que o estudante pudesse indicar outras motivações. A questão era de múltipla escolha e os estudantes poderiam selecionar até três alternativas, indicando a ordem de importância marcando a opção “1º, 2º ou 3º lugar”. Quando a alternativa não foi selecionada, ela foi codificada como “não escolhida”. Todas as respostas incorretas (quando o estudante escolheu mais de três alternativas ou indicou mais de uma ordem de importância para a mesma alternativa) foram anuladas e consideradas como “não válidas”. A análise foi feita considerando-se a frequência de respostas para cada alternativa conforme a ordem de importância. Nas análises subsequentes apontamos somente as duas alternativas mais escolhidas. Quando as frequências esperadas foram menores do que 5 em mais de 20% dos casos, a ordem de importância das alternativas foi desconsiderada e as frequências observadas foram agregadas como número absoluto de “respostas”. Todas as chances foram calculadas considerando-se a proporção de não escolhas para cada alternativa.

Quando perguntados por que escolheram a carreira que estavam cursando, as alternativas mais frequentemente escolhidas pelos jovens foram porque “era a minha vocação, tinha mais a ver com o que eu queria”, em primeiro lugar, e porque “parecia

oferecer alternativas mais variadas de emprego”, em segundo lugar. A tabela 10, a seguir, relaciona todas as alternativas da questão à suas respectivas freqüências de respostas.

**Tabela IV. 10.** – Freqüências observadas entre os jovens para as alternativas da questão *Por que escolheu o curso atual?*

Por que escolheu o curso atual?	1º lugar	2º lugar
<i>Vocação</i>	49%	11%
<i>Alternativas variadas de emprego</i>	15%	31%
<i>Perspectivas mais seguras de emprego</i>	6%	18%
<i>Queria aumentar meus conhecimentos</i>	3%	14%
<i>Queria me profissionalizar na área</i>	6%	13%
<i>Maior possibilidade de cursar</i>	16%	11%
<i>Não foi a primeira opção</i>	1%	0%
<i>Outros</i>	2%	1%
<i>Não sei</i>	1%	1%
Total	100%	100%

A escolha dessas alternativas, entretanto, é influenciada pelo tipo de carreira que o estudante escolheu, ou seja, se é uma carreira mais tradicional, como o curso de Direito, uma carreira emergente e bastante disputada, como o curso de Publicidade e Propaganda ou uma carreira “da moda”, que tem sido preferida mais recentemente, como o curso de Turismo.

Quando levamos em consideração o curso no qual o jovem estava matriculado, verificamos que existe associação entre o curso e a escolha das alternativas: “alternativas mais variadas de emprego”, “perspectivas mais seguras de emprego” e “entre os cursos que eu tinha maior possibilidade de cursar, era o que mais se aproxima do que eu queria”.

Desse modo, verificamos que, em relação a essas três alternativas, a chance de um estudante escolher “alternativas mais variadas”, em primeiro lugar, em relação à chance de não a escolher, é maior na categoria curso de Turismo do que nas demais categorias. Já a chance de um estudante escolher a alternativa “perspectivas mais seguras”, em primeiro lugar, é maior na categoria curso de Direito do que nas demais. Finalmente, a chance de escolher a alternativa “entre os cursos que eu tinha maior possibilidade de cursar, era o que mais se aproximava do que eu queria”, é maior na categoria curso de Publicidade e Propaganda do que nas demais categorias. (Ver Tabelas 10.1 a 10.3 no Apêndice IV)

Quando levamos em consideração o sexo, os jovens parecem diferir em relação às “alternativas mais variadas” e “perspectivas mais seguras”. A comparação entre as freqüências indica que as chances de um estudante escolher essas alternativas, em

primeiro lugar, em relação à chance de não as escolher, são maiores na categoria sexo masculino. (Ver Tabela 10.4 e 10.5 no Apêndice IV)

Em relação à variável capital escolar familiar, constatamos diferenças nas freqüências das alternativas “queria aumentar meus conhecimentos” e “queria me profissionalizar na área”. O resultado da análise indicou que a chance de um jovem escolher a alternativa “queria aumentar meus conhecimentos”, em relação à chance de não a escolher, é maior na categoria capital escolar familiar inferior/inferior-médio do que nas outras categorias. Em relação às alternativas “queria me profissionalizar na área”, a chance de escolha, em primeiro lugar, é maior na categoria capital escolar familiar médio e, em segundo lugar, na categoria capital escolar familiar inferior. (Ver Tabelas 10.6 e 10.7 no Apêndice IV)

Em relação à renda mensal familiar, encontramos diferenças apenas nas freqüências das alternativas “queria aumentar meus conhecimentos”, em que a chance de escolha é maior na categoria de renda mais baixa, isto é, até R\$ 1.000. (Ver Tabela 10.8 no Apêndice IV)

A partir dessas observações podemos dizer que, de uma maneira geral, o jovem dá uma importância bastante grande à percepção da sua vocação pessoal no momento de escolher a sua carreira. Quando levamos em consideração as variáveis independentes selecionadas para as análises nesta parte do estudo, observamos que as motivações para a escolha de uma carreira estão associadas ao tipo de carreira que o jovem pretende seguir.

Por exemplo, à carreira de Turismo, um curso que vem sendo cada vez mais procurado recentemente, parece estar associada à busca por alternativas mais variadas de emprego, seja pela multiplicidade de alternativas de ocupação relativas à cadeira de Turismo, seja pela variedade de disciplinas que compõem o curso. A escolha dessa alternativa também parece estar mais associada, na amostra, aos jovens do sexo masculino.

Por sua vez, à carreira de Direito, uma carreira mais tradicional, parece estar associada à busca de maiores garantias de um emprego no futuro, uma vez que se trata de uma carreira estabelecida, com múltiplas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, inclusive como ocupação autônoma. Daí a escolha da alternativa “perspectivas mais seguras de emprego” aparecer associada aos estudantes do curso de Direito, também do sexo masculino.

É interessante observar que a escolha da alternativa “queria aumentar meus conhecimentos” aparece associada a estudantes de famílias cujo capital escolar tem pelo menos um grau de escolaridade inferior, cuja renda mensal é inferior a R\$ 1.000, o que indica uma valorização do curso superior como agregador de capital cultural por parte

desses estudantes. O fato de alguns jovens, vindos de famílias com diversos graus de capital escolar familiar, optarem por uma carreira motivados pelo desejo de se profissionalizar na área, indica que muitos deles já trabalham nessa área ou áreas próximas (o que pode ser confirmado a partir dos dados da questão 19, indicados mais adiante).

As principais dúvidas apontadas em relação ao momento de escolha da carreira são não ter certeza do que queria, qual área deveria escolher, em primeiro lugar, e não ter certeza da realização profissional por meio desta escolha, em segundo lugar, conforme podemos observar na tabela 11 a seguir:

**Tabela IV. 11.** - Freqüências observadas entre os jovens para as alternativas da questão *Quais foram as suas principais dúvidas no momento de escolher a sua carreira?*

Principais dúvidas	1º lugar	2º lugar
<i>Não sabia o que queria, qual era a minha vocação, qual área escolher</i>	22%	7%
<i>Não sabia se ia gostar do curso</i>	15%	17%
<i>Não conhecia as profissões</i>	4%	5%
<i>Me achava muito novo para decidir qual carreira seguir</i>	14%	11%
<i>Não sabia quais eram as perspectivas de emprego</i>	10%	11%
<i>Não sabia quanto eu poderia ganhar</i>	4%	8%
<i>Não sabia se iria me realizar profissionalmente</i>	15%	20%
<i>Não sabia se ia conseguir acompanhar o curso</i>	1%	4%
<i>Não tinha idéia de que tipo de trabalho faria depois</i>	3%	6%
<i>Não sabia se o curso corresponderia às minhas expectativas</i>	7%	10%
<i>Outras</i>	5%	1%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

As diferenças observadas em relação aos cursos referem-se às alternativas "não sabia o que queria", "não sabia se ia gostar do curso", "não sabia quais eram as perspectivas de emprego", "não sabia o quanto poderia ganhar", "não sabia se iria me realizar profissionalmente" e "outras". As chances de um estudante escolher as alternativas "não sabia o que queria" e "não sabia o quanto poderia ganhar" são maiores na categoria curso de Turismo. Nas alternativas "não sabia se ia gostar do curso" e "não sabia se iria me realizar profissionalmente", as chances de um estudante escolhê-las são maiores na categoria curso de Direito. Já as chances de escolher as alternativas "não sabia quais eram as perspectivas de emprego" e "outra", são maiores na categoria curso de Publicidade, sendo que as principais motivações indicadas em outras são "trabalhar na área" e "melhorar a atuação na área de primeira opção". (Ver Tabelas 11.1 a 11.6 no Apêndice IV)

Em relação ao sexo, observamos diferenças em relação às alternativas “não conhecia as profissões” e “não sabia se iria me realizar profissionalmente”. Em relação à primeira alternativa, a chance de um estudante escolhê-la é maior na categoria sexo masculino, enquanto que, na segunda alternativa, a chance é maior na categoria sexo feminino. (Ver Tabelas 11.7 e 11.8 no Apêndice IV)

Quando observamos as diferenças em relação ao capital escolar familiar, constatamos diferenças em três alternativas: “não conhecia as profissões”, “não sabia o quanto poderia ganhar” e “não sabia se iria conseguir acompanhar o curso”. No grau de capital escolar familiar inferior e inferior-médio encontramos maior chance de escolha quando a alternativa é “não sabia se conseguiria acompanhar o curso”. No grau médio de capital escolar familiar encontramos maior chance de escolha quando as alternativas são “não conhecia as profissões” e “não sabia o quanto poderia ganhar depois de formado”. (Ver Tabelas 11.9 a 11.11 no Apêndice IV)

Não encontramos associação entre as variáveis renda mensal familiar e quais foram as principais dúvidas no momento da escolha da carreira.

As conclusões que podemos tirar em relação a essas observações é que, dada a grande variedade de carreiras profissionais pelas quais o jovem pode optar nos dias de hoje, os estudantes são confrontados com todo tipo de dúvidas. Aqueles que optam por carreiras emergentes ou mais novas, que não são tão bem conhecidas quanto as carreiras tradicionais, tendem a ter mais dúvidas a respeito de qual carreira escolher do que seus colegas que são mais orientados para profissões mais conhecidas e estabelecidas. Esse tipo de carreira também pode gerar dúvidas quanto às possibilidades de ocupação profissional e remuneração após a conclusão do curso. Além disso, trata-se de carreiras bastante disputadas, especialmente a de Publicidade e Propaganda, cujo mercado de trabalho atualmente é bastante concorrido, o que gera dúvidas quanto às possibilidades de conseguir trabalho. As carreiras mais tradicionais, por sua vez, geram dúvidas em relação às possibilidades de realização das expectativas de sucesso profissional, uma vez que, nesse caso, o estudante já tem uma idéia clara do que vai estudar e de que tipo de trabalho irá realizar. A carreira de Direito, entretanto, não deixa de ser bastante concorrida, o que gera incertezas em relação às chances de alcançar sucesso por meio dela.

Entre os jovens do sexo masculino, parece haver mais dúvidas em relação às várias possibilidades de carreira do que entre as jovens, as quais, por sua vez, parecem ter uma preocupação um pouco maior com as possibilidades de realização profissional. Finalmente, uma dúvida que parece estar mais associada à categoria capital escolar familiar de grau inferior e médio-inferior, refere-se à possibilidade de o estudante conseguir acompanhar o curso, o que pode ter a ver com o grau de dificuldade atribuído à carreira escolhida

(principalmente o curso de Direito, em relação ao qual aparecem as maiores freqüências de resposta para essa alternativa).

Quando perguntamos ao jovem o que o ajudou a escolher sua carreira, a maioria respondeu que foi conversar com amigos ou pessoas que já faziam o curso, seguido de conversar com os pais. Em geral, a alternativa decisiva é conversar com os amigos, seguida por outras motivações, as quais têm a ver, sobretudo, com forte identificação pessoal com a perspectiva da carreira escolhida, com experiências de trabalho anteriores, ou o contato com pessoas que trabalhavam na área escolhida.

**Tabela IV. 12.** - Freqüências observadas entre os jovens para as alternativas das questões *O que ajudou a escolher a sua carreira* e *Qual foi a alternativa decisiva?*

O que ajudou a escolher seu curso?	Alternativas escolhidas	Alternativa decisiva
<i>Guia do estudante</i>	13%	4%
<i>Fazer cursinho</i>	6%	3%
<i>Conversar com os pais</i>	19%	19%
<i>Conversar com os amigos</i>	24%	29%
<i>Palestras</i>	12%	12%
<i>Teste vocacional</i>	9%	6%
<i>Assistir aulas</i>	2%	4%
<i>Outros</i>	12%	20%
<i>Não sei</i>	3%	3%
Total	100%	100%

Em relação a essa variável, encontramos diferenças significativas somente em relação ao capital escolar familiar, em que os estudantes oriundos de famílias cujo capital escolar tem pelo menos um grau de inferioridade, tendem a conversar mais com os amigos ou pessoas que faziam o curso do que as demais categorias. Nesse caso, como nenhum dos pais cursou uma faculdade, seria de esperar que o jovem buscasse mais informações entre amigos ou colegas que já estivessem estudando ou que pretendessem cursar uma faculdade. Além disso, é entre esses estudantes que encontramos o maior número de jovens que desconhecem tanto o grau de escolaridade do pai, quanto sua profissão, o que indica que os pais são divorciados ou mesmo que a família é chefiada somente pela mãe. Essa seria mais uma razão para que esses estudantes procurassem mais os amigos ou pessoas de alguma forma ligadas à carreira escolhida. (Ver Tabela 12.1 no Apêndice IV)

Podemos dizer, em relação a essa questão que tanto a família quanto os amigos ou colegas exercem um papel importante no momento em que o estudante se prepara para

fazer a escolha da sua carreira. É preciso deixar claro, entretanto, que as iniciativas próprias do estudante, de conhecer a carreira, o mercado de trabalho, por meio de várias fontes de informação, inclusive conversando com pessoas que trabalham na área, assim como a experiência do trabalho em área próxima ou na própria área escolhida, são fatores importantes que influenciam a tomada de decisão entre uma carreira e outra. Além disso, é importante ressaltar que, entre as outras alternativas apontadas como tendo ajudado na escolha, aparecem a vocação, determinação e vontade pessoal de seguir aquela carreira, a identificação, o interesse e o gosto pelo curso, manifestados às vezes, segundo os estudantes, desde muito cedo.

A escolha da carreira resulta, portanto, tanto da construção que o jovem faz de sua própria imagem individual (no que diz respeito ao que ele auto-determina como gosto ou interesse pessoal) como da noção que ele constrói do curso e da carreira mediante a interação com os pais, os amigos, as pessoas que trabalham na área e a sua própria experiência de trabalho. Esses fatores parecem atuar, conjuntamente, na escolha da carreira.

De uma maneira geral, as motivações para a escolha da carreira estão intimamente ligadas às perspectivas profissionais do estudante. Ao escolher uma carreira tradicional, o estudante já se encontra bastante familiarizado com o tipo de conhecimento e o tipo de trabalho que vivenciará depois. Nesse caso, identifica uma profissão já bastante estabelecida, com perspectivas seguras de emprego. Ao escolher uma carreira não tradicional, emergente ou “da moda”, o estudante identifica essas profissões com alternativas mais variadas de emprego. O fato de termos selecionado duas carreiras não-tradicionais, Publicidade e Propaganda e Turismo, contribui para que essa alternativa tenha sido escolhida com tanta frequência.

A escolha da carreira, contudo, não é nada fácil, pois são poucos os jovens que têm certeza do que querem. O primeiro passo para fazê-la, portanto, é identificar uma vocação pessoal. O passo seguinte é superar as dúvidas em relação ao que vai aprender no curso, às disciplinas que deverá cursar e ao que será exigido no decorrer dos estudos. Além disso, o estudante precisa superar as dúvidas em relação às possibilidades de inserção no mercado de trabalho e se a sua escolha corresponderá à suas pretensões salariais. Os estudantes parecem ter mais certeza da realização profissional, no caso das carreiras mais novas, do que no caso da carreira tradicional. A interação com os familiares, amigos, colegas ou pessoas que trabalham na área, assim como as diversas experiências pessoais, contribuem para completar esse processo e assegurar a passagem do jovem pelo curso superior.

Porém, como pudemos observar analisando os dados acima, essa trajetória se dá de maneira diferenciada entre os jovens de ambos os sexos e de diferentes origens sócio-econômicas. Desse modo, jovens que vêm de famílias tradicionalmente sem formação superior tendem a ter mais dúvidas em relação às opções de carreira e profissões de nível superior, à dificuldade do curso e às possibilidades de remuneração futuras do que estudantes de famílias nas categorias superiores de capital escolar. A análise também indicou que são esses estudantes os que mais associam o curso superior à possibilidade de ascensão social em relação ao estatuto sócio-cultural familiar. Por outro lado, as motivações apresentadas para a escolha da carreira também indicam que ela pode se dar de maneira significativa em função da experiência de trabalho anterior, constituindo assim um fator de ascensão tanto dentro da carreira, como em relação ao estatuto sócio-econômico familiar.

Desse modo, as estratégias desenvolvidas pelos jovens, assim como as incertezas associadas a cada uma das carreiras, variam no sentido de buscarem tanto melhores condições de trabalho por meio de maior qualificação profissional, como a realização profissional. Como veremos, essas diferenças poderão ser observadas em relação a todas as demais etapas de transição.

### **3.2. Estratégias e significados observados em relação ao trabalho**

A busca por uma atividade remunerada implica, além da aquisição de conhecimentos, do preparo técnico e do credenciamento - que vão formar o currículo do estudante - um conjunto de estratégias de inserção no mercado de trabalho. Atualmente existem diversos recursos por meio dos quais um jovem pode procurar uma atividade, comparar ofertas de trabalho e apresentar suas credenciais, desde agências especializadas em encaminhamento profissional até páginas na Internet nas quais pode se cadastrar ou enviar seu currículo. Interessava-nos saber quais são os recursos mais utilizados pelo jovem para conseguir um trabalho, e se podíamos observar diferenças nos métodos utilizados.

Além disso, e considerando os índices atuais de desemprego, a diminuição de ofertas em vagas estáveis, a concorrência de determinados nichos de mercado e o aumento das ocupações temporárias, era preciso determinar quais as principais dificuldades pelas quais um jovem estudante poderia passar para conseguir uma atividade, e se essas diferenças ocorreriam em função de características individuais. Em outras palavras, queríamos verificar se as dificuldades poderiam ser atribuídas ao sexo, ou às condições sociais e econômicas em que vive o jovem estudante, ou ainda, a outros fatores.

Finalmente, queríamos saber qual significado o jovem atribui ao trabalho e aos seus diferentes aspectos, e qual o grau de importância que dá a cada um deles. Esses

significados também foram observados em função das variáveis independentes que selecionamos para esta parte do estudo.

Os recursos utilizados para conseguir uma atividade remunerada foram enumerados na questão 28, para os estudantes que estavam trabalhando no momento da pesquisa, e para os que não estavam trabalhando, nas questões 32 (para os que já haviam trabalhado antes) e 38 (para os que nunca haviam trabalhado antes). É importante observar que, entre os jovens cujos pais são proprietários de empresas, muitos declararam que trabalhavam na empresa da família e, por isso mesmo, não precisaram utilizar nenhum recurso para conseguir sua atividade e tampouco tiveram dificuldade para obtê-la. É curioso observar que vários jovens declararam ter montado seu próprio negócio, e que também não tiveram dificuldades para fazê-lo.

Observando a tabela 13, a seguir, verificamos que, entre os jovens que estavam trabalhando no momento em que foi realizada a pesquisa, os recursos mais utilizados, *sem sucesso*, isto é, pelos quais não obtiveram uma atividade, são o envio de currículo e as agências de emprego ou associações profissionais. Os recursos mais utilizados *com sucesso* são, primeiramente, a intermediação de pessoas conhecidas que indicaram ou convidaram o estudante para trabalhar, seguido pelo envio de currículo. Portanto, são ainda os meios informais e tradicionais, as redes de sociabilidade e de contatos, que resultam no maior número de sucessos no momento da busca de um trabalho.

**Tabela IV. 13.** – Freqüências observadas entre os jovens para as alternativas da questão *O que você fez ao procurar e conseguir sua atividade remunerada?*

Recursos utilizados	Usou	Usou e Funcionou
<i>Agências de emprego</i>	18%	9%
<i>Classificados</i>	17%	3%
<i>Publicou anúncio</i>	3%	1%
<i>Enviou currículo</i>	25%	21%
<i>Indicação ou convite</i>	13%	37%
<i>Participou de processos de seleção</i>	16%	17%
<i>Inscreveu-se em concurso público</i>	7%	5%
<i>Outros</i>	1%	7%
Total	100%	100%

Entre os jovens que não estavam trabalhando, mas já haviam trabalhado antes, os recursos mais utilizados são também o envio de currículo e as agências de emprego. A resposta “usou e funcionou” significa que o estudante obteve uma resposta ao seu contato, não significando, necessariamente, que obteve resultado positivo. De qualquer maneira,

entre esses jovens, 10 declararam que estavam aguardando trabalho já confirmado, e os recursos que mais obtiveram sucesso foram tanto o envio de currículo como a indicação ou convite por parte de pessoas conhecidas, conforme podemos observar na tabela a seguir:

**Tabela IV. 14.** – Freqüências observadas, entre os jovens que já haviam trabalhado antes, para as alternativas da questão *Onde e de que maneiras você tem procurado uma atividade remunerada?*

Recursos utilizados	Usou	Usou e Funcionou
<i>Agências de emprego</i>	21%	14%
<i>Classificados</i>	17%	7%
<i>Publicou anúncio</i>	1%	4%
<i>Enviou currículo</i>	26%	29%
<i>Indicação ou convite</i>	18%	29%
<i>Participou de processos de seleção</i>	11%	17%
<i>Inscreveu-se em concurso público</i>	4%	0%
<i>Outros</i>	2%	0%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Entre os jovens que não estavam trabalhando, e nunca haviam trabalhado antes, os recursos mais utilizados são o envio de currículo e a indicação ou convite por parte de pessoas conhecidas, sendo que esses são os recursos pelos quais mais obtiveram respostas. Entre esses jovens, 8 declararam que estavam aguardando trabalho já confirmado. As freqüências observadas podem ser verificadas na tabela 15 a seguir:

**Tabela IV. 15.** – Freqüências observadas entre os jovens que nunca haviam trabalhado antes, para as alternativas da questão *Onde e de que maneiras você tem procurado uma atividade remunerada?*

Recursos utilizados	Usou	Usou e Funcionou
<i>Agências de emprego</i>	19%	12%
<i>Classificados</i>	15%	8%
<i>Publicou anúncio</i>	1%	12%
<i>Enviou currículo</i>	29%	20%
<i>Indicação ou convite</i>	20%	24%
<i>Participou de processos de seleção</i>	7%	16%
<i>Inscreveu-se em concurso público</i>	8%	8%
<i>Outros</i>	1%	0%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Assim, quer o jovem esteja trabalhando, quer já tenha ou não trabalhado antes, o recurso formal mais utilizado é o envio de currículo, e o recurso que obtém maior sucesso ainda é a indicação ou o convite para trabalhar, por parte de pessoas conhecidas. Não parecendo haver diferença entre os jovens em situação de trabalho e de não-trabalho, era preciso verificar se havia diferenças no que diz respeito a outras características. Os testes de associação para esta questão foram feitos somente entre os jovens que estavam trabalhando, uma vez que o número de casos de jovens que não estavam trabalhando é muito pequeno para que o teste qui-quadrado seja viável.

Os resultados dos testes de associação em relação ao sexo indicaram apenas uma associação, na alternativa “enviou currículo”, em que a chance de um estudante responder “usou” e “usou e funcionou” nessa alternativa é maior para a categoria sexo feminino. Isto quer dizer que, na amostra, as jovens tendem a usar mais esse recurso e também a obter mais sucesso por meio dele do que os jovens. (Ver Tabela 13.1 no Apêndice IV). Não encontramos associações entre essa questão e a variável capital escolar familiar. Em relação à renda mensal familiar, encontramos associação apenas em relação à alternativa “outros”, já que a chance de escolha é maior para a categoria de renda mais alta, isto é, acima de R\$ 10.001. Esses estudantes declararam que trabalhavam na empresa da família, daí terem escolhido a alternativa “outros”. É importante observar que nessa faixa de renda encontramos vários estudantes filhos de proprietários de empresas, daí a associação entre as variáveis. (Ver tabela 13.2 no Apêndice IV)

De uma maneira geral, para todos os jovens da amostra, vimos que é na interação com pessoas que já trabalham, no exercício da sociabilidade entre atores sociais com os quais mantêm seja relações de parentesco, de amizade ou de subordinação, que o jovem efetiva a sua entrada no mercado de trabalho. Esse recurso, tradicional na sociedade brasileira, constitui, portanto, um meio importante de inserção do jovem nas atividades características da condição de adulto. É preciso ressaltar, desse modo, que, apesar do papel das instâncias tradicionais de socialização ter passado por profundas modificações na sociedade contemporânea, e embora o aprendizado e o treinamento do jovem nas atividades produtivas não se dê mais por meio da família ou da comunidade, são esses mesmos atores sociais, como vimos, que interagem no encaminhamento do jovem para a atividade de trabalho. É, portanto, por meio da rede de sociabilidades no interior da sociedade que o jovem encontra os recursos para a sua passagem para o trabalho.

A seguir verificamos quais eram as principais dificuldades enfrentadas pelos jovens ao procurarem uma atividade, o que foi feito nas questões 29, para os estudantes que estavam trabalhando, 33 (para os que já haviam trabalhado antes) e 39 (para os que nunca haviam trabalhado antes).

Embora uma porcentagem significativa de estudantes tenha declarado que não teve dificuldade para conseguir trabalho, as principais dificuldades encontradas são, como podemos ver na tabela 16, a seguir, a falta de experiência anterior, em primeiro lugar, e a concorrência muito grande para obter uma vaga, em segundo lugar.

**Tabela IV. 16.** – Freqüência observada de respostas para as alternativas da questão *Quais foram as principais dificuldades que você encontrou para conseguir sua atividade remunerada?*

Principais dificuldades	1º. lugar	2º. lugar
<i>Falta de experiência anterior</i>	29%	12%
<i>Concorrência muito grande</i>	13%	23%
<i>Não ter fluência numa língua estrangeira</i>	7%	16%
<i>Seleção muito exigente</i>	4%	7%
<i>Discriminação por idade, sexo, etnia</i>	0%	1%
<i>Não ter magistério ou licenciatura</i>	1%	1%
<i>Falta de disponibilidade p/ trabalhar em período integral</i>	9%	12%
<i>Necessidade de ter um bom currículo</i>	0%	2%
<i>Não encontrou trabalho que se adequasse às expectativas salariais</i>	2%	11%
<i>Falta de vagas na área de interesse</i>	5%	10%
<i>Outra</i>	2%	1%
<i>Não teve dificuldade</i>	28%	3%
Total	100%	100%

Entre os jovens que não estavam trabalhando, mas já haviam trabalhado antes, as principais dificuldades também são a falta de experiência anterior, em primeiro lugar, e a concorrência muito grande, em segundo.

**Tabela IV. 17.** – Freqüência observada de respostas, entre os jovens que já haviam trabalhado antes, para as alternativas da questão *Quais são as principais dificuldades que você tem encontrado para conseguir sua atividade remunerada?*

Principais dificuldades	1º. lugar	2º. lugar
<i>Falta de experiência anterior</i>	32%	10%
<i>Concorrência muito grande</i>	19%	30%
<i>Não ter fluência numa língua estrangeira</i>	15%	15%
<i>Seleção muito exigente</i>	3%	14%
<i>Discriminação por idade, sexo, etnia</i>	0%	0%
<i>Não ter magistério ou licenciatura</i>	1%	0%
<i>Falta de disponibilidade p/ trabalhar em período integral</i>	14%	11%
<i>Necessidade de ter um bom currículo</i>	0%	0%
<i>Não encontrou trabalho que se adequasse às expectativas salariais</i>	3%	5%
<i>Falta de vagas na área de interesse</i>	10%	14%
<i>Outra</i>	1%	0%
<i>Não teve dificuldade</i>	1%	1%
Total	100%	100%

Entre os jovens que nunca haviam trabalhado antes, as principais dificuldades são a falta de experiência anterior, em primeiro lugar e, em segundo lugar, não ter fluência em uma língua estrangeira.

**Tabela IV. 18.** – Frequência observada, entre os jovens que nunca haviam trabalhado antes de respostas para as alternativas da questão *Quais são as principais dificuldades que você tem encontrado para conseguir sua atividade remunerada?*

Principais dificuldades	1º. lugar	2º. lugar
<i>Falta de experiência anterior</i>	53%	13%
<i>Concorrência muito grande</i>	15%	19%
<i>Não ter fluência numa língua estrangeira</i>	3%	27%
<i>Seleção muito exigente</i>	0%	0%
<i>Discriminação por idade, sexo, etnia</i>	0%	4%
<i>Não ter magistério ou licenciatura</i>	0%	0%
<i>Falta de disponibilidade p/ trabalhar em período integral</i>	12%	12%
<i>Necessidade de ter um bom currículo</i>	7%	23%
<i>Não encontrou trabalho que se adequasse às expectativas salariais</i>	2%	0%
<i>Falta de vagas na área de interesse</i>	5%	8%
<i>Outra</i>	2%	2%
<i>Não teve dificuldade</i>	0%	0%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Como pudemos observar acima, a necessidade de ter experiência anterior de trabalho é o requisito mais exigido na seleção de candidatos. Isso cria dificuldades especialmente para os jovens que ainda não começaram a trabalhar e que, por esse motivo, encontram uma oferta muito menor de vagas. A contradição entre a necessidade de ter experiência prévia e a necessidade de trabalhar é um dos principais fatores relacionados ao desemprego juvenil. Além dessa dificuldade, quer estejam em situação de trabalho, quer não estejam, em São Paulo, os jovens precisam enfrentar uma forte concorrência por vagas. Era preciso verificar, então, se essas dificuldades eram sentidas de maneira distinta entre jovens de ambos os sexos, entre jovens de diferentes camadas sociais e estudantes de cada uma das três universidades.

Os testes de associação foram feitos somente para a questão 29, pelas mesmas razões apontadas anteriormente. Em relação à variável sexo, encontramos associações apenas nas alternativas “concorrência muito grande”, “não ter fluência numa língua estrangeira” e “necessidade de ter um bom currículo”. Tanto na alternativa “concorrência muito grande”, quanto na alternativa “não ter fluência numa língua estrangeira”, as chances

de um estudante escolher essas alternativas, em primeiro lugar, são maiores na categoria sexo feminino. Isso quer dizer que as jovens sentem mais fortemente a concorrência e a falta de fluência em língua estrangeira do que os jovens. Já na alternativa “necessidade de ter um bom currículo”, a chance de escolher essa alternativa, em relação à chance de não a escolher, é maior na categoria sexo masculino. (Ver Tabelas 16.1 a 16.3 no Apêndice IV)

Em relação ao capital escolar familiar, encontramos diferenças na frequência de respostas à alternativa “falta de experiência anterior”. Nessa alternativa, a chance de um estudante escolhê-la é maior quando o capital escolar familiar é de grau superior. Esse resultado era esperado, uma vez que é entre esses estudantes que encontramos a maior proporção de jovens que nunca trabalharam antes. (Ver Tabela 16.4 no Apêndice IV)

Não encontramos associações entre a variável renda mensal familiar e as alternativas da questão 29. É interessante observar também que são os alunos da USP e da UNIP os que mais sentem a falta de disponibilidade para trabalhar em período integral. Os estudantes da UNICSUL, por sua vez, são os que sentem mais fortemente a concorrência por postos de trabalho, o que pode nos indicar que estudantes de universidades com menor prestígio tendem a sentir mais esse tipo de dificuldade. Entre os estudantes da UNICSUL, a dificuldade de encontrar um trabalho que corresponda às suas expectativas salariais também é maior do que nas outras duas universidades. (Ver Tabelas 16.5 e 16.6 no Apêndice IV)

Vimos, portanto, que existem diferenças entre os jovens em relação às dificuldades que enfrentam para conseguir uma atividade remunerada. Em conformidade com os dados apresentados na 3ª parte do trabalho, vimos que o mercado de trabalho, para as mulheres, especialmente as jovens, é mais disputado, uma vez que elas tendem a sentir mais fortemente a concorrência do que os homens. Esse resultado se deve ao fato de que, conforme os dados populacionais vistos anteriormente, há mais mulheres iniciando a vida ativa do que homens. Vimos também que, entre os jovens da amostra, a falta de requisitos exigidos em processos de seleção, como bons currículos e fluência em língua estrangeira, também tende a dificultar a inserção. Um outro requisito, a disponibilidade para trabalhar em período integral, cria dificuldades, por sua vez, especialmente entre os estudantes da USP e da UNIP, os quais tendem, como vimos, a começar a trabalhar mais tarde e a ter maior preocupação com o tempo dedicado aos estudos. Finalmente, vimos que o fato de os alunos da USP responderem com menos frequência que encontram menos concorrência quando conseguiram uma atividade remunerada pode nos indicar que estudantes de universidades de maior prestígio tendem a conseguir trabalho mais facilmente do que estudantes de universidades menos prestigiosas.

A necessidade do trabalho, assim como o momento em que o jovem inicia a vida ativa, variam, conforme vimos, segundo a origem social e econômica, as motivações que se apresentam para o início do trabalho e as possibilidades de se manter dependente ou não por mais ou menos tempo. Vimos que o trabalho pode assumir um caráter mais ou menos realizador, ou mais ou menos instrumental, conforme o tipo de atividade e as circunstâncias em que o trabalho se impõe ao jovem. A essas condições está intimamente associado o significado atribuído ao trabalho e aos seus diferentes aspectos, como veremos a seguir.

O trabalho é uma dimensão multifacetada da vida social, cujo papel na determinação das relações sociais não pode ser medido a partir de um conjunto de alternativas propostas. Os significados mais profundos não podem ser apreendidos a partir da contagem de um certo número de respostas fechadas. Desse modo, a análise que aqui foi feita, baseando-se nas respostas para a questão 40, permite apenas uma interpretação muito limitada do que é o trabalho para o jovem. Por isso, as observações aqui apresentadas devem ser tomadas com muito cuidado, pois constituem somente um esboço, um aspecto muito limitado, do significado do trabalho. As alternativas enumeradas na questão 40 foram retiradas do questionário do NUPES, aplicado aos alunos egressos da graduação da USP, em um estudo longitudinal realizado em 1991, e foram ordenadas no sentido de maior satisfação, indiferença e rejeição em relação ao trabalho. A questão também oferecia uma alternativa aberta, em que o estudante podia descrever sua própria noção do que é o trabalho. É importante observar que essa alternativa aberta é influenciada pelas alternativas propostas na questão e, portanto, as respostas que aí foram dadas estão em conformidade com as alternativas já colocadas.

Para os jovens da amostra como um todo, o trabalho é, primeiramente, algo muito importante e, em seguida, uma obrigação que é levada a sério, como podemos observar na tabela 19 a seguir:

**Tabela IV. 19.** – Frequências observadas para as alternativas da questão *Para você, o trabalho é algo...*

Significado do trabalho	Frequência	Porcentagem
<i>É algo que dá prazer</i>	(161)	20%
<i>É algo muito importante</i>	(361)	45%
<i>É uma obrigação que eu levo a sério</i>	(208)	26%
<i>É uma mera obrigação sem nenhuma importância</i>	(4)	1%
<i>É como um castigo</i>	(10)	1%
<i>Outros</i>	(47)	6%
<i>Não sei</i>	(5)	1%
<b>Total</b>	<b>(796)*</b>	<b>100%</b>

\* 13 indivíduos não têm resposta para a variável Significado do trabalho.

Isso significa que o trabalho é uma dimensão central na vida desses jovens, mas também para uma porcentagem significativa desses estudantes, é uma dimensão que aparece destituída do seu caráter realizador, ao figurar como uma “obrigação”.

O passo seguinte era verificarmos se os diferentes significados atribuídos ao trabalho apareciam associados às características individuais. Ao analisarmos essa questão em relação às variáveis sexo, capital escolar familiar e renda mensal, encontramos associações em todas as variáveis.

Em relação ao sexo, observamos que a chance de um jovem escolher a alternativa “é algo que dá prazer” é maior para a categoria sexo masculino. Já em relação às alternativas “é algo muito importante” e “é uma obrigação que eu levo a sério” a chance é maior para a categoria sexo feminino. Isso quer dizer que, na amostra, encontramos mais jovens do sexo masculino que sentem prazer com o trabalho que fazem, do que jovens do sexo feminino. Isso não quer dizer, entretanto, que os jovens sentem mais prazer em relação ao trabalho do que as jovens, mas que encontraram mais oportunidades de realização por meio do trabalho do que elas.

Em relação ao capital escolar familiar, a chance de um estudante escolher a alternativa “é algo que dá prazer” é maior quando o capital escolar familiar é superior. Já na alternativa “é algo muito importante”, a chance é maior quando o capital escolar familiar é médio-superior. Finalmente, na alternativa “é uma obrigação que eu levo a sério”, a chance é maior quando o capital escolar familiar tem pelo menos um grau de escolaridade inferior. Isso significa que os estudantes oriundos de famílias com graus de escolaridade mais altos tendem a vivenciar o trabalho em sua dimensão realizadora com mais frequência, o que indica que esses estudantes são mais seletivos e buscam atividades mais realizadoras, como também têm mais condições de escolher atividades que correspondam às suas expectativas de realização profissional.

No outro extremo da escala, encontramos aqueles que precisam trabalhar para ajudar em casa, e mesmo para prover o próprio sustento ou suas despesas pessoais, e que, por esses motivos, tendem a buscar o trabalho mais por sua dimensão provedora, do que por sua dimensão realizadora.

Em relação à renda mensal familiar, as observações são muito semelhantes. A chance de um estudante escolher a alternativa “é algo que dá prazer” é maior para a faixa de renda mais alta, acima de R\$ 10.001. A chance de escolher a alternativa “é algo muito importante”, é maior para a faixa de renda média, entre R\$ 1.001 e R\$ 4.000. Já a chance de escolher a alternativa “é uma obrigação que eu levo a sério”, a chance é maior para a faixa de renda mais baixa da escala, de até R\$ 1.000 mensais. É nessa faixa de renda, portanto, que o jovem se relaciona com o trabalho de maneira mais instrumental, ou seja,

trata-se de uma atividade exercida mais em função da necessidade do que em função do prazer que ela pode proporcionar, como o é para as faixas de renda mais altas.

O trabalho, como colocamos anteriormente, é uma dimensão multifacetada, ou seja, envolve vários aspectos, tais como a maior ou menor remuneração, o tipo de atividade que é realizada, o tempo a ele dedicado, a dimensão mais ou menos realizadora que pode ter, a segurança e a estabilidade que este ou aquele trabalho oferece, assim como as possibilidades de promoção e de carreira. A cada um desses aspectos é atribuído um grau de importância, maior ou menor, segundo as características do trabalho que o jovem exerce e também a importância que, de maneira genérica, atribui a esses aspectos.

Na questão 41 do questionário, solicitamos aos estudantes que qualificassem um número de aspectos do trabalho segundo sua importância, numa escala que varia desde “essencial”, “muito importante”, “de alguma importância” até “sem importância”. Em seguida, cada uma das alternativas foi analisada segundo as diferentes características dos estudantes.

Como podemos observar na tabela 20, os aspectos considerados “essenciais” são, com maior frequência, ter prazer no trabalho que se faz e a segurança e a estabilidade de emprego. Os aspectos considerados “muito importantes” são a possibilidade de fazer algo útil à sociedade e ter um bom salário. A possibilidade de fazer algo útil também aparece como sendo “de alguma importância” e também “sem importância”; dessa forma, é o aspecto com maior variedade de graus de importância atribuídos. É interessante observar que a segurança e a estabilidade de emprego são mais importantes do que o salário, e ter prazer no trabalho que se faz é, entre os jovens, o aspecto mais essencial.

**Tabela IV. 20.** – Frequências observadas para as alternativas da questão *Que importância você atribui a esses aspectos numa atividade profissional?*

Importância desses aspectos na vida profissional	<i>Essencial</i>	<i>Muito importante</i>	<i>De alguma importância</i>	<i>Sem importância</i>	<i>Total</i>
<i>Ter um bom salário</i>	44%	49%	7%	0%	100%
<i>Ter segurança e estabilidade de emprego</i>	46%	43%	10%	1%	100%
<i>Possibilidade fazer algo útil à sociedade</i>	28%	52%	18%	2%	100%
<i>Ter prazer no trabalho que se faz</i>	74%	22%	3%	1%	100%
<i>Ter boas possibilidades de promoção na carreira</i>	48%	43%	8%	1%	100%

Quando analisamos esses aspectos em função do sexo, verificamos que existem associações em relação ao salário e à possibilidade de fazer algo útil para a sociedade. A

chance de um estudante considerar que ter um bom salário é essencial é maior na categoria sexo masculino, e a chance de um estudante considerar que ter um bom salário é muito importante, é maior na categoria sexo feminino. Em relação à possibilidade de fazer algo útil, a chance de um estudante considerar essa alternativa essencial é maior na categoria sexo masculino. A chance de considerá-la muito importante, é maior na categoria sexo feminino, e a chance de considerá-la sem importância, é maior na categoria sexo masculino. Desse modo, os jovens tendem a considerar essenciais, em um trabalho, o salário e a possibilidade de serem úteis para sociedade, mais do que as jovens, ao mesmo tempo em que rejeitam esse aspecto mais do que elas.

Quando consideramos o capital escolar familiar, encontramos associação somente em relação à alternativa “segurança e estabilidade de emprego”, em que a chance de um estudante considerar essa alternativa “essencial” é maior quando o capital escolar familiar é médio. A chance de considerá-la “muito importante” é maior quando o capital escolar familiar tem pelo menos um grau de escolaridade inferior e chance de considerá-la de pouca ou nenhuma importância é maior quando o capital escolar familiar é superior. Nessa categoria de capital escolar familiar, em que os estudantes tendem a valorizar a atividade de trabalho mais por sua dimensão realizadora, esse aspecto não aparece como tão importante, pelo fato de que esses estudantes estão mais predispostos a mudar de atividade, buscando experiências de trabalho que correspondam mais às suas expectativas. Não encontramos associações em relação à variável renda mensal familiar.

A análise apresentada nesta seção destaca a importância atribuída pelo jovem ao prazer na atividade de trabalho. Essa observação confirma que o trabalho continua sendo importante, mas diferentemente. A vinculação do prazer à atividade de trabalho indica uma reivindicação por um trabalho que tenha sentido e que seja realizador. Essa dimensão realizadora, entretanto, aparece mais associada às camadas médias e superiores, que tendem a ter uma relação menos instrumental com o trabalho do que os jovens de camadas sociais menos favorecidas.

Desse modo, como imaginávamos, vimos que os jovens se relacionam com o trabalho de maneiras diferentes, atribuindo-lhe significados diversos e importância maior ou menor a cada aspecto da atividade profissional. Tanto jovens do sexo masculino como jovens do sexo feminino tendem a encontrar mais ou menos dificuldades, conforme sintam mais fortemente ou não os obstáculos para conseguir trabalho. Vimos que os estudantes de diferentes universidades se deparam com dificuldades conforme a maior ou a menor importância atribuída ao tempo do trabalho e aos ganhos obtidos.

Para os jovens das camadas médias e superiores, o trabalho não é uma necessidade que se impõe tão fortemente como para os jovens em condições menos

privilegiadas. Por isso, tendem a se relacionar com o trabalho de forma a maximizar suas potencialidades e sua dimensão mais dinâmica e criativa, buscando atividades que realizem com mais prazer. Ao valorizarem esses aspectos esses jovens tendem a ser mais abertos à mudança de atividade, desse modo, atribuindo menos importância à segurança e à estabilidade no emprego. Esse aspecto, por sua vez, tende a ser mais valorizado entre os jovens para quem o trabalho se apresenta antes como uma necessidade obrigatória.

Finalmente, é importante destacar o papel da família na passagem do jovem para o trabalho. Como vimos, a família não apenas impulsiona o jovem para o trabalho, mas também participa do processo de inserção do jovem no mundo do trabalho, seja por meio das relações sociais que ligam o jovem ao trabalho e das indicações e convites para trabalhar, seja pelo respaldo que dá ao jovem na situação de não-trabalho, conservando os vínculos de manutenção. Além disso, nas famílias com formação superior, muitos jovens, especialmente os que optam pela carreira de Direito, tendem a seguir a mesma carreira dos pais ou familiares com objetivo de darem continuidade tanto a uma tradição familiar, quanto ao negócio da família. De maneira semelhante, os jovens que trabalham em empresas familiares passam da situação de não trabalho para a de atividade diretamente dentro das relações familiares, e jovens que abrem a própria firma também podem contar com o respaldo familiar para montar seu negócio, no caso de famílias com tradição empresarial.

### **3.3. Estratégias e atitudes observadas em relação ao casamento e à união consensual**

O casamento, ou a coabitação sem a formalização da união conjugal, é uma das etapas de transição indicadas em nosso modelo e que tem uma importância significativa ao constituir um dos primeiros passos para a formação de uma nova unidade familiar. É importante ressaltar, contudo, que o casamento ou a união consensual não significam, por si só, a passagem da condição juvenil para a condição de adulto, pois a transição é um processo muito mais complexo, que envolve um conjunto de fatores e não se limita à passagem por apenas uma ou outra etapa. É importante lembrar, também, que a condição de adulto que estamos discutindo e analisando refere-se apenas a um *modelo* construído para os fins deste estudo e, portanto, não pode ser tomada como expressão da realidade. Esse modelo deve servir apenas como parâmetro para que possamos analisar o processo como um todo, uma vez que, como já foi enfatizado anteriormente, em nossa sociedade contemporânea, os limites de término e início de uma etapa da vida em relação à outra não são claramente definidos, e não existem rituais de passagem claros ou socialmente aceitos que estabeleçam esses limites. O casamento, ou a união consensual, só pode ser

considerado, portanto, como *indicador* de que o jovem está em processo de transição e aproxima-se cada vez mais do modelo de adulto proposto.

Como já foi dito anteriormente, essa etapa pode se dar mais cedo ou mais tarde na vida do jovem, ou seja, o casamento, ou a coabitação, pode ocorrer antes da conclusão dos estudos ou antes que o jovem tenha alcançado uma situação de independência econômica em relação à família. Pode ainda ser postergado para uma fase posterior da vida, se o estudante optar por priorizar os estudos e a carreira profissional antes do casamento e da constituição de uma família.

Mas será que todo jovem pensa em se casar ou viver junto com um(a) companheiro(a)? Será que todo jovem deseja ter filhos? Os jovens dão a mesma importância ao casamento? Os jovens aceitam igualmente a união consensual? Ao partirmos do pressuposto de que os jovens não planejam da mesma forma o futuro e encaram a união conjugal de maneiras diversas, era preciso, portanto, conhecer em que medida essa etapa de transição faz parte dos planos dos jovens e de que modo eles se posicionam em relação à união formal e à união sem formalização legal. Além disso, queríamos saber, entre os jovens que pensam em se casar, quais são as motivações apresentadas para o casamento.

Todos os jovens que estão iniciando a transição, e que separamos para esta parte do estudo, são solteiros. Quando perguntamos a esses jovens se pensam em se casar, viver junto com um(a) companheiro(a) antes de casar ou sem se casarem, ou se pensam em permanecer sozinhos, a maioria (53%) respondeu que pensa em se casar. Na tabela 21, a seguir, verificamos que uma porcentagem significativa (24%), ainda não tinha quaisquer planos naquele momento, no que dizia respeito à união conjugal. Também é importante observar que são poucos os estudantes que não querem se casar, e mesmo entre os que pretendem coabitar sem formalizar a união, 15% pensam em se casar depois de algum tempo vivendo juntos. Esses resultados indicam, portanto, que o casamento é bastante valorizado e faz parte dos planos da maioria dos jovens da amostra.

**Tabela IV. 21.** – Freqüências observadas entre os jovens para as alternativas da questão *Em qual das seguintes situações pensa em se envolver?*

Em que situação pensa se envolver	Freqüência	Porcentagem
<i>Casar</i>	(428)	53%
<i>Viver junto antes de casar</i>	(124)	15%
<i>Viver junto sem casar</i>	(42)	5%
<i>Ficar sozinho</i>	(23)	3%
<i>Sem planos no momento</i>	(192)	24%
Total	(809)	100%

Mas será que os jovens valorizam o casamento da mesma maneira? Ao realizarmos testes de associação para essa questão, verificamos que as respostas variavam conforme o sexo e o capital escolar familiar. Em relação ao sexo, notamos que as chances de um estudante responder que pensa em se casar, ou em viver junto antes de casar, são maiores na categoria sexo feminino. Já as chances de um estudante responder que pensa em viver junto sem intenção de casar, ou em ficar sozinho, ou que não tem planos no momento, são maiores na categoria sexo masculino. Isso quer dizer que o casamento é um projeto mais valorizado e mais presente entre as jovens do que entre os jovens, os quais tendem a preferir a união consensual, ou a deixar esses projetos para mais tarde, adiando assim, os compromissos conjugais. (Ver Tabela 21.1 no Apêndice IV)

Era esperado que os jovens do sexo masculino tivessem mais propensão a adiar a situação conjugal, uma vez que, para a mulher, a possibilidade de ter filhos é limitada à idade reprodutiva, que termina em torno dos 45 anos. Por outro lado, a mulher tem valorizado cada vez mais a possibilidade de uma formação superior e de desenvolver uma carreira profissional, buscando melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Para a maioria dos casais que se formam nos dias de hoje, tanto o homem quanto a mulher devem assumir os papéis de provedores do sustento da casa, sendo cada vez maior o número de famílias chefiadas somente por mulheres. Todavia, é importante enfatizar que, embora o trabalho e a carreira tenham assumido uma importância crescente na vida da mulher de hoje, o casamento e a constituição de uma família não deixaram de ser valorizados como um importante projeto para o futuro.

Em relação ao capital escolar familiar, observamos que a chance de um estudante responder que pretende se casar é maior quando o capital escolar familiar é inferior. As chances de um estudante responder que pretende viver junto antes de casar, ou viver junto sem se casar, são maiores quando o capital escolar familiar é superior ou médio-superior. Em relação às demais alternativas, a frequência de respostas, assim como as variações entre as categorias de capital escolar familiar são pequenas. Também observamos que, na categoria capital escolar inferior, nenhum dos estudantes respondeu que pretendia viver conjugalmente sem intenção de casar. Desse modo, podemos dizer que aqueles oriundos de famílias nessa categoria de capital escolar familiar tendem a valorizar mais a união formal do que as demais categorias, apresentando assim, uma posição mais conservadora em relação aos arranjos conjugais. A união consensual, por sua vez, tende a ser mais valorizada entre estudantes de famílias com graus de escolaridade superiores, os quais apresentam maior flexibilidade em relação a esse tipo de união. (Ver Tabela 21.2 no Apêndice IV)

Não encontramos associações entre essa questão e a variável renda mensal familiar.

Visto que o casamento faz parte dos planos da maioria dos jovens da amostra, queríamos saber quais eram as principais motivações apontadas para a união formal, e também quais eram as principais diferenças que poderiam ser observadas em relação a essas motivações. De uma maneira geral, como podemos ver na tabela 22, logo abaixo, as principais razões apontadas pelos jovens que pensam em se casar são “para viver com a pessoa de quem se gosta”, em primeiro lugar e, “por paixão”, em segundo lugar. Isso significa que, para a maioria desses jovens, o casamento é uma *pré-condição* para a coabitação. Além disso, a união formal também é vista como parte importante de uma relação amorosa, pois a paixão pelo outro se torna uma razão para a formalização da união.

**Tabela IV. 22.** – Frequências observadas entre os jovens para as alternativas da questão *Quais são as principais razões pelas quais você pensa em se casar?*

Por que pensa em se casar	1º lugar	2º lugar
<i>Para fazer a vontade da família</i>	1%	2%
<i>Por ser uma cerimônia bonita</i>	0%	3%
<i>Para ter maior segurança afetiva</i>	2%	24%
<i>Por estar cansado de viver com os pais</i>	0%	2%
<i>Por convicções morais e religiosas</i>	2%	13%
<i>Para viver com a pessoa de quem gosto</i>	80%	13%
<i>Por paixão</i>	10%	30%
<i>Por vantagens econômicas</i>	0%	3%
<i>Outra</i>	3%	7%
<i>Não sei</i>	2%	3%
Total	100%	100%

Quando a variável sexo é considerada, observam-se associações em relação às alternativas “por ser uma cerimônia bonita”, “por paixão” e “outra”. Comparando as proporções de respostas para essas alternativas, verificamos que a chance de um estudante escolher a alternativa “por ser uma cerimônia bonita” é maior na categoria sexo feminino. Em relação à alternativa “por paixão”, quando a alternativa é escolhida em primeiro lugar, a chance é maior na categoria sexo masculino, e quando a alternativa é escolhida em segundo lugar, a chance é maior na categoria sexo feminino. Em relação a outras motivações apontadas para o casamento, a chance é maior na categoria sexo masculino, as principais motivações apresentadas sendo “para formar uma família” e “ter filhos”. Podemos dizer, a partir dessas observações, que as jovens tendem a ter uma visão mais romântica em relação ao casamento, ao apontarem a paixão, após a alternativa para viver com quem se gosta, como uma das principais motivações para o casamento e também porque tendem a idealizar mais o ritual do matrimônio. (Ver Tabelas 22.1 a 22.3 no Apêndice IV)

Não encontramos associações nem em relação ao capital escolar, nem em relação à renda mensal familiar.

Mesmo que não tivesse a intenção de se casar, era interessante conhecer o que o jovem pensa da instituição do matrimônio, seja ela a união pelo ritual religioso, seja pelo ritual civil ou ambos os rituais. Para sabermos o que o jovem pensa do casamento, foi enumerada, na questão 59, uma série de alternativas, baseadas em respostas obtidas por meio de entrevistas realizadas durante a preparação do questionário. As alternativas foram ordenadas no sentido de maior aceitação da união formal, indiferença ou rejeição. Essa questão foi respondida por todos os jovens, quer tivessem intenção de casar, quer não tivessem. Observando a tabela 23 a seguir, verificamos que a maior parte dos jovens (41%) considera que o casamento “é algo que requer muita certeza”, ou seja, é uma decisão sobre a qual precisam pensar muito. Uma grande porcentagem (35%), também considera que o casamento é algo importante e que faz parte dos seus planos para o futuro. É interessante observar que 11% dos jovens rejeitam o casamento como uma imposição social ou como uma instituição falida e 8% consideram-no uma formalidade desnecessária.

**Tabela IV. 23.** – Frequências observadas entre os jovens para as alternativas da questão *Para você, o casamento civil ou religioso*:

Opinião sobre o casamento	Frequência	Porcentagem
<i>É importante e faz parte dos seus planos para o futuro</i>	(286)	35%
<i>É algo que requer muita certeza</i>	(328)	41%
<i>É apenas uma formalidade desnecessária</i>	(67)	8%
<i>É uma imposição social</i>	(64)	8%
<i>É uma instituição falida, que acaba desgastando a relação</i>	(24)	3%
<i>Outro</i>	(22)	3%
<i>Não sei</i>	(15)	2%
<b>Total</b>	<b>(806)*</b>	<b>100%</b>

\* 3 indivíduos não têm resposta para a variável Opinião sobre o casamento.

Ao analisarmos a questão considerando as variáveis independentes, verificamos atitudes diferentes em relação à instituição do matrimônio em função dessas características. Quando consideramos o sexo, verificamos que as chances de um estudante considerar o casamento como “importante e faz parte dos seus planos para o futuro”, ou como “uma instituição falida” são maiores na categoria sexo masculino. Em relação às alternativas “é algo que requer muita certeza”, “é apenas uma formalidade desnecessária” e “é uma imposição social”, as chances de escolha são maiores na categoria sexo feminino. Desse modo, tanto jovens do sexo masculino, como do sexo feminino, dividem-se entre aqueles

que têm uma atitude de maior aceitação em relação à formalização da união conjugal e aqueles que têm uma atitude de maior rejeição. (Ver Tabela 23.1 no Apêndice IV)

Mesmo assim, entre as mulheres, a rejeição ao casamento tende a ser menor do que entre os homens, os quais tendem a escolher com mais frequência a alternativa “é uma instituição falida”. É também na categoria sexo masculino que encontramos a maior chance de um estudante não ter opinião formada sobre o assunto.

Não encontramos associações nessa variável nem em relação ao capital escolar familiar, nem em relação à renda mensal.

Em contraposição à formalização da união conjugal, era preciso conhecer a atitude dos jovens em relação à coabitação sem a formalização da união, quer ela se desse antes do casamento, quer ela se desse sem a intenção de casar, e se os jovens se posicionavam de maneira diferente segundo as variáveis independentes consideradas. A questão 60 foi construída do mesmo modo que a questão 59, e as alternativas foram ordenadas no sentido de maior aceitação da união consensual, indiferença ou rejeição. Observando a tabela 24, a seguir, verificamos que, entre os jovens, a maioria (40%) considera que a união consensual “não tem problema nenhum, desde que as duas pessoas se gostem”. A maioria, portanto, não considera esse tipo de união nem de maneira positiva, nem de maneira negativa, apresentando assim, uma atitude de indiferença. É interessante observar que 25% dos jovens aceitam a união sem formalização e, entre os que a aceitam, a maioria considera a possibilidade do casamento após um período de união consensual. Isso significa que, entre os jovens da amostra, embora haja uma relativa aceitação desse tipo de união, a maioria tende a valorizar ou mesmo a preferir o casamento, mesmo que isso ocorra quando o casal já vive junto.

**Tabela IV. 24.** – Frequências observadas entre os jovens para as alternativas da questão *Na sua opinião, morar junto, sem estar casado:*

Opinião sobre morar junto	Frequência	Porcentagem
<i>É a melhor opção, pois dá mais liberdade e autonomia</i>	(30)	4%
<i>É uma experiência boa, que deve ser feita antes do casamento</i>	(170)	21%
<i>É a mesma coisa que estar legalmente casado(a)</i>	(114)	14%
<i>Não tem problema nenhum, desde que as duas pessoas se gostem</i>	(325)	40%
<i>Não é uma coisa legal, pois torna a relação descartável</i>	(111)	14%
<i>Outro</i>	(36)	4%
<i>Não sei</i>	(20)	3%
<b>Total</b>	<b>(806)*</b>	<b>100%</b>

\* 3 indivíduos não têm resposta para a variável Opinião sobre morar junto.

Ao observarmos as diferenças de atitude em relação à união consensual entre os sexos, verificamos que as chances de um estudante considerar que morar junto, sem estar casado, “é a melhor opção” ou que “é uma experiência muito boa” são maiores na categoria sexo masculino. Já as chances de considerar que morar junto “é a mesma coisa que estar legalmente casado(o)”, “não tem problema nenhum” e “não é uma coisa legal”, são maiores na categoria sexo feminino. Em relação à alternativa “outros” as proporções são praticamente as mesmas, e é na categoria sexo feminino que encontramos a maior chance de um estudante não ter opinião formada sobre o assunto. Isso significa que os jovens tendem a aceitar mais a coabitação sem a formalização da união do que as jovens, as quais tendem a ter uma atitude de maior indiferença e mesmo de rejeição em relação à união consensual. (Ver Tabela 24.1 no Apêndice IV)

Quando comparamos as atitudes levando em consideração o capital escolar familiar, verificamos que as atitudes em relação à união consensual variam muito, mesmo dentro de uma mesma categoria. As chances de um estudante considerar que morar junto “é a melhor opção” e “não é uma coisa legal” são maiores nas categorias capital escolar familiar médio e superior. Já as chances de um estudante considerar que morar junto “é uma experiência muito boa, que deve ser feita antes do casamento” e “é a mesma coisa que estar legalmente casado(a)” são maiores na categoria capital escolar familiar superior. A chance de um estudante considerar que morar junto “não tem problema nenhum” é maior na categoria capital escolar familiar inferior/médio-inferior. Finalmente, são os estudantes na categoria capital escolar familiar superior que apresentam o maior número de alternativas diversas. As alternativas apresentadas variam entre aqueles que consideram que a decisão de morar junto sem ser casado é uma decisão pessoal, que depende de cada um; e os que rejeitam esse tipo de união conjugal, pelos mais diversos motivos (algo que só fariam se não tivesse opção, ou não fariam, por convicções morais e religiosas). (Ver Tabela 24.2 no Apêndice IV)

Podemos dizer que, quando levamos em consideração o capital escolar familiar, os jovens da amostra encontram-se muito divididos, e que há uma pequena tendência de maior aceitação da união consensual, por parte dos jovens cujos pais têm graus de escolaridade superior.

Não encontramos associações entre renda mensal familiar e opinião sobre morar junto.

De maneira geral, os jovens da amostra consideram o casamento como uma etapa importante de suas vidas e um projeto para o futuro. O casamento é, também, uma decisão que deve ser encarada com muita seriedade, e que deve ser tomada com base em muita reflexão. Para que o casamento possa se concretizar, alguns jovens não descartam, inclusive, a experiência de viverem juntos por algum tempo antes de formalizar seu

compromisso conjugal. A importância dada ao evento revela que o casamento é uma etapa de mudança significativa na vida de um jovem e, por isso, deve ser marcada por um ritual de passagem.

Essa valorização da passagem para a situação conjugal de uma forma mais tradicional, entretanto, não é vista igualmente por todos os jovens da amostra. Vimos que jovens de famílias cujos pais têm pelo menos um grau de escolaridade inferior tendem a apresentar uma atitude mais conservadora em relação ao casamento, preferindo o ritual tradicional. Estudantes de famílias com graus de escolaridade superiores, por sua vez, apresentaram atitudes de maior aceitação da união consensual. Essa flexibilidade pode estar associada à maior mobilidade que esses jovens têm para tomarem decisões em relação ao prolongamento dos seus estudos, podendo iniciar a vida ativa mais tarde e também adiar a possibilidade de estruturação de uma família. Entre esses jovens, portanto, há mais espaço para o exercício da chamada *ética da experimentação*, o que talvez explique porque tendem a ser mais flexíveis em relação à união consensual.

O casamento, além disso, tende a ser mais valorizado pelas jovens, pois, apesar das relações consensuais atualmente terem sido beneficiadas pela Lei do Concubinato, que estende os direitos básicos do casamento aos unidos informalmente, estes só são válidos depois de cinco anos de vida em comum ou do nascimento de um filho. Como as relações entre jovens tendem a não ser definitivas e muitas vezes não chegam a durar esse período, as uniões consensuais ficam privadas desse respaldo jurídico. Além disso, no Brasil, a partir dos quinze anos, há um excedente de mulheres em todas as faixas etárias, o que aumenta as chances da mulher permanecer solteira com o aumento da idade, por um lado e, por outro lado, diminui as chances de um novo matrimônio no segmento das separadas e viúvas. O casamento como um compromisso legal representa, assim, para a mulher, maiores chances de concretização de uma relação afetiva e mesmo de possibilidade de formação de uma família.

Por outro lado, o casamento também tem uma dimensão idealizada e romantizada, especialmente pelas jovens, as quais tendem a preferir a união formal mais do que os jovens, e também a desejarem o casamento pelo seu aspecto ritual, formal, que marca um compromisso de amor com um companheiro.

A união consensual, por sua vez, é uma opção que parece mais associada ao sexo masculino. Esse dado pode ser explicado pelo fato de que, como vimos anteriormente, o mercado matrimonial favorece mais aos homens do que as mulheres, os quais tendem a se mover entre várias uniões instáveis, experimentando diversos relacionamentos antes de uma relação definitiva. No entanto, a união consensual também é encarada principalmente como uma opção pessoal que, embora seja aceita pela maioria dos jovens de ambos os

sexos, não é nem permanente, nem uma opção que preferem em relação ao casamento. Os jovens parecem assim, não ter preconceitos em relação à coabitação e ao fato de que outros jovens preferam não se casar, mas não é uma decisão que tomariam, em sua maioria, em relação a si próprios. Os jovens da amostra, portanto, valorizam a liberdade de escolha individual em relação aos arranjos conjugais, ao mesmo tempo em que valorizam as instituições tradicionais.

### **3.4. Perspectivas profissionais e preocupações em relação ao futuro**

Para encerrar esta parte final do nosso estudo, selecionamos duas questões, nas quais solicitamos aos estudantes que indicassem quais eram seus principais projetos profissionais para os próximos cinco anos, e quais eram as suas principais preocupações no momento em que foi realizada a pesquisa. Desse modo, pretendíamos identificar possíveis mudanças de projeto profissional e também algumas das questões que mais preocupam o jovem na fase inicial do processo de transição. Como nas questões analisadas anteriormente, também verificamos quais as diferenças que poderiam ser observadas entre os jovens no que dizia respeito aos seus planos profissionais e às suas principais preocupações.

Na questão 44 uma série de 15 alternativas diferentes foi apresentada aos estudantes, que deveriam indicar até três projetos profissionais para os próximos cinco anos. Observando a tabela 25, a seguir, verificamos que a maioria dos jovens respondeu que pretendia encontrar um emprego, em primeiro lugar, e melhorar o nível salarial, em segundo e terceiro lugares. Portanto, são projetos em relação à situação de trabalho e não-trabalho, que configuram as principais perspectivas dos jovens da amostra. Além disso, é importante observar a frequência significativa de estudantes que planejavam fazer pós-graduação, tanto no Brasil quanto no exterior, e de estudantes que planejavam tornarem-se autônomos.

**Tabela IV. 25.** – Freqüências observadas entre os jovens para as alternativas da questão *Que planos profissionais você tem para os próximos cinco anos?*

Planos profissionais para os próximos cinco anos	1º lugar	2º lugar	3º lugar
<i>Mudar de curso e de instituição</i>	1%	2%	1%
<i>Mudar apenas de instituição</i>	3%	1%	1%
<i>Mudar apenas de curso</i>	1%	1%	1%
<i>Abrir minha própria firma, me tornar autônomo</i>	12%	9%	13%
<i>Encontrar um emprego (definitivo ou não)</i>	28%	10%	8%
<i>Melhorar o nível salarial</i>	17%	23%	16%
<i>Fazer pós-graduação no Brasil</i>	13%	20%	12%
<i>Fazer pós-graduação fora do Brasil</i>	11%	14%	12%
<i>Continuar no mesmo trabalho até me aposentar</i>	1%	3%	6%
<i>Mudar de região dentro do Brasil</i>	4%	5%	9%
<i>Mudar de atividade, tentar outra área de atuação</i>	2%	4%	2%
<i>Seguir carreira acadêmica</i>	0%	4%	7%
<i>Dar aulas</i>	0%	2%	6%
<i>Outros</i>	5%	2%	2%
<i>Não sei</i>	2%	0%	4%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Os projetos profissionais podem variar conforme o sexo e dependem das condições sociais e econômicas de que o jovem dispõe para concretizá-los. Em relação ao sexo, encontramos diferenças na freqüência de respostas somente na alternativa “seguir carreira acadêmica”, em que observamos ser maior na categoria sexo masculino a chance de um estudante escolher essa alternativa, em relação à chance de não a escolher. (Ver Tabela 25.1 no Apêndice IV)

Quando consideramos o capital escolar familiar, verificamos associações nas alternativas “encontrar um emprego”, “melhorar o nível salarial”, “fazer pós-graduação no Brasil”, “fazer pós-graduação fora do Brasil” e “dar aulas”. Em relação às alternativas “encontrar um emprego” e “fazer pós-graduação fora do Brasil”, as chances de um estudante escolhê-las são maiores quando a categoria é capital escolar familiar superior. Já nas alternativas “melhorar o nível salarial” e “fazer pós-graduação no Brasil”, as chances são maiores quando a categoria é capital escolar familiar médio. Finalmente, na alternativa “dar aulas”, a chance de um estudante escolher essa alternativa, em relação à chance de não a escolher, é maior nas categorias capital escolar familiar inferior/inferior-médio. (Ver Tabela 25.2 a 25.6 no Apêndice IV)

Esses dados indicam que são os estudantes oriundos de famílias com graus de escolaridade superiores que mais tendem a se encontrar em situação de não-trabalho. Por

outro lado, são esses estudantes que têm mais condições de prolongarem os estudos até a pós-graduação, e são também eles que detêm maiores condições de estudarem no exterior. Os jovens de famílias com grau de capital escolar médio, cuja maioria já estava trabalhando, têm perspectivas de melhorar as condições de trabalho e também de prolongarem os estudos até a pós-graduação. Esses jovens, entretanto, tendem a preferir fazer a pós-graduação no Brasil, talvez porque tenham mais condições de fazê-lo no País do que no exterior.

Finalmente, quando consideramos a renda mensal familiar, verificamos que existem associações entre as variáveis nas alternativas “mudar apenas de instituição”, “fazer pós-graduação no Brasil” e “fazer pós-graduação fora do Brasil”. Em relação à alternativa “mudar apenas de instituição”, a chance de um estudante escolher essa alternativa, em relação à chance de não a escolher, é maior na categoria de renda média, isto é, entre R\$ 1.001 e R\$ 4.000. Entre os jovens que escolheram essa alternativa, é interessante observar que o maior número de respostas foi observado entre os estudantes da UNIP, o que está de acordo com os dados apresentados na 3ª parte, freqüentarem essa universidade a maior proporção de estudantes que não estavam estudando na instituição de primeira opção.

Em relação à alternativa “fazer pós-graduação no Brasil”, a chance é maior na categoria de renda mais baixa, ou seja, até R\$ 1.000. Finalmente, a chance de um estudante escolher a alternativa “fazer pós-graduação fora do Brasil” é maior na categoria de renda alta, isto é, acima de R\$ 10.001. (Ver Tabelas 25.7 a 25.9 no Apêndice IV)

Esse resultado era esperado no sentido de que são os estudantes oriundos de famílias de alta renda que mais têm condições de realizar esse projeto. É interessante observar que estudantes de famílias de renda até R\$ 1.000 também planejam fazer cursos de pós-graduação, o que indica que a continuidade dos estudos tem sido valorizada em outras faixas de renda.

Além dos principais projetos profissionais, queríamos saber quais eram as principais preocupações do jovem que estava iniciando a transição para a vida adulta, naquele momento em que foi realizada a pesquisa. Na questão 63, apresentamos aos estudantes nove alternativas, das quais ele deveria apontar até três que configurassem as suas principais preocupações. Na tabela 26, a seguir, podemos observar que, independente da prioridade, a principal preocupação dos jovens da amostra é alcançar a realização profissional. Em seguida vêm as preocupações com o término dos estudos e com os aspectos relacionados à situação de não-trabalho, como arranjar um emprego e a falta de dinheiro.

**Tabela IV. 26.** – Freqüências observadas entre os jovens para as alternativas da questão *Atualmente, quais das seguintes questões o(a) preocupam mais?*

Principais preocupações	1º lugar	2º lugar	3º lugar
<i>Concluir a graduação universitária</i>	29%	20%	16%
<i>Arranjar um emprego</i>	16%	18%	12%
<i>A falta de dinheiro</i>	14%	15%	17%
<i>Encontrar um lugar para morar</i>	1%	5%	5%
<i>Alcançar a realização profissional</i>	30%	23%	22%
<i>Encontrar o(a) companheiro(a) ideal</i>	5%	14%	17%
<i>Sair da casa dos pais</i>	1%	4%	7%
<i>Outros</i>	2%	1%	1%
<i>Não sei</i>	2%	0%	3%
Total	100%	100%	100%

Esses resultados indicam que, para a maioria dos jovens da amostra, alcançar o sucesso em relação à escolha de carreira que fizeram, assim que terminarem o curso, é seu principal objetivo. Para isso, é preciso primeiro conseguir um trabalho remunerado, e só então outros projetos serão considerados. Esse dado é interessante quando levamos em conta, não apenas as dificuldades de inserção no mercado de trabalho de hoje, como também a insegurança e a instabilidade de grande parte dos postos de trabalho, associadas ao fato de que muitos jovens rejeitam a hipótese de permanecerem em uma mesma empresa até o final da sua vida ativa.

É preciso perguntar, portanto, de que modo é possível alcançar a realização profissional por meio do trabalho assalariado, sendo que as perspectivas de permanência e de carreira não têm sido promissoras. Uma das hipóteses que formulamos para responder a essa questão está associada aos resultados obtidos na questão 41, quando discutimos quais eram, para o jovem, os aspectos mais essenciais em uma atividade profissional. Vimos que a maioria dos jovens respondeu que é essencial ter prazer no trabalho que se faz. Desse modo, podemos dizer que alcançar a realização profissional significa, antes, ter um trabalho de que se goste do que fazer carreira, mesmo que esse trabalho não seja definitivo no futuro.

No entanto, será que as preocupações dos jovens são as mesmas? Eles se preocupam a respeito dessas questões da mesma maneira? Quando analisamos essa questão em relação ao sexo, ao capital escolar familiar e à renda mensal, verificamos que existem associações possíveis em relação a todas as três variáveis.

Quando consideramos a variável sexo, encontramos associações em relação à alternativa “alcançar a realização profissional” e “encontrar o companheiro ideal”. Na

primeira alternativa, a chance de um estudante escolhê-la é maior na categoria sexo feminino e na segunda, a chance é maior na categoria sexo masculino. Surpreendentemente, as jovens tendem a se preocupar mais com a realização profissional do que os jovens, e estes, por sua vez, tendem a se preocupar mais em encontrar a companheira ideal do que as jovens. (Ver Tabelas 26.1 e 26.2 no Apêndice IV)

Em relação ao capital escolar familiar, encontramos associações apenas em relação às alternativas “arranjar um emprego”, em que a chance de um estudante escolher essa alternativa, em primeiro lugar, é maior quando o capital escolar familiar é médio-superior e, em segundo lugar, quando é superior. Esse resultado era esperado, pois encontramos nessas categorias as maiores proporções de estudantes em situação de não-trabalho, e são esses estudantes que tendem a iniciar a vida ativa mais tarde, como vimos anteriormente. (Ver Tabela 26.3 no Apêndice IV)

Quando consideramos a renda mensal familiar, encontramos associações em relação às alternativas “concluir a graduação universitária”, “a falta de dinheiro” e “encontrar um lugar para morar”. Em relação à alternativa “concluir a graduação” universitária, a chance de escolhê-la é maior na categoria de renda “não sabe / não responde”. Em relação às alternativas “a falta de dinheiro” e “encontrar um lugar para morar”, as chances de um estudante escolhê-las, em qualquer ordem de prioridade, são maiores na faixa de renda mais baixa, isto é, de até R\$ 1.000. (Ver Tabelas 26.4 a 26.6 no Apêndice IV)

Os dados analisados nesta seção mostram-nos que os principais projetos e preocupações dos jovens da amostra se referem ao trabalho e à realização profissional. Nas categorias associadas à situação de não-trabalho e ao adiamento do início da vida ativa, encontramos projetos e preocupações voltadas justamente para a inserção no mercado de trabalho. É importante ressaltar que os jovens, independente do capital escolar ou da renda familiar, valorizam a pós-graduação como um projeto profissional para o futuro. Isso significa que eles estão buscando mais qualificação e mais especialização, no sentido de se tornarem mais competitivos no mercado de trabalho. As preocupações com o salário e a necessidade de aumentar os ganhos por meio da atividade remunerada aparecem associados aos jovens que já começaram a trabalhar e têm preocupações ligadas à necessidade de contribuir para a obtenção da renda familiar (no caso dos estudantes de famílias com ganhos mensais de até R\$ 1.000) e também em relação à maior possibilidade de emancipação por meio do trabalho.

É preciso destacar, ainda, a dimensão realizadora do trabalho, que aparece como a principal preocupação desses jovens, independente das condições sociais e econômicas de origem. Como vimos anteriormente, a realização profissional é uma característica marcante no jovem de hoje, que busca por meio da atividade profissional não apenas a realização

peçoal, como também a própria possibilidade de se tornarem adultos. A realização profissional, entretanto, é buscada antes no trabalho do que no emprego, pois o emprego é, antes de tudo, fonte de remuneração e de experiência. A realização pessoal, por sua vez, parece mais associada à possibilidade do exercício do trabalho, não necessariamente dependente do vínculo empregatício, que seja prazeroso e possibilite ao jovem o exercício de suas capacidades e de sua criatividade, de maneira dinâmica e enriquecedora, mais do que em função do aspecto salário / estabilidade.

#### **4 - Conclusões da 4ª parte**

O estudo mais aprofundado dos jovens da amostra que estão iniciando a transição permitiu-nos identificar diferentes estratégias, significados e atitudes em relação às etapas de transição para a vida adulta, que variam conforme o sexo e a origem social e econômica do estudante. De uma maneira geral, podemos dizer que, no momento em que a pesquisa foi realizada, e levando-se em conta o fato de o estudo ter sido feito entre estudantes universitários, as estratégias desenvolvidas por esses jovens, assim como as suas principais preocupações estão direcionadas, basicamente, no sentido de efetivar com sucesso a inserção no mercado de trabalho e a realização profissional. São preocupações voltadas para a carreira profissional, portanto, que aparecem nesse momento da vida do estudante.

Podemos identificar essas estratégias na escolha da carreira, nos recursos utilizados para conseguir trabalho, nos aspectos objetivos da atividade de trabalho, nos planos profissionais para o futuro e nas preocupações que os jovens manifestaram naquele momento. O conjunto dessas estratégias é voltado tanto para a inserção no mercado de trabalho, para aqueles que não estavam trabalhando, como para a melhoria das condições de trabalho, buscando por meio da profissionalização numa área melhores oportunidades de trabalho, melhores chances de promoção na carreira e também melhores salários, para os que já estavam trabalhando.

Para esses jovens, a escolha da carreira universitária é uma estratégia que procura conciliar tanto as aspirações pessoais em relação ao desenvolvimento de uma profissão realizadora, quanto as garantias de obtenção de um emprego por meio da qualificação superior. Para eles, a formação superior e as experiências de trabalho que adquirem no início da carreira são requisitos importantes para enfrentarem um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente. Cabe enfatizar que esse processo é uma estratégia pessoal do estudante, que busca por intermédio do trabalho alcançar a condição de autonomia em relação à família e atingir, assim, as condições para tornar-se um adulto responsável por sua própria manutenção e pela manutenção de seus dependentes, e é também uma estratégia familiar de ascensão social e manutenção de estatutos. Nesse

sentido, é importante destacar o papel da família na orientação profissional e no encaminhamento do jovem para o trabalho.

Para o jovem que ainda está começando a sua transição, os projetos mais definitivos para o futuro ainda estão distantes. Embora muitos jovens tenham planos de se casar e eventualmente ter filhos, e também considerem sair de casa, muitos só poderão concretizar essas aspirações quando tiverem condições efetivas para fazê-lo, e optarão por apoiar-se no respaldo familiar pelo tempo que for necessário. As incertezas em relação ao sucesso profissional geram, como vimos, muitas preocupações em relação às expectativas de conseguir um trabalho e alcançar a realização pessoal pelo trabalho. Essas preocupações, associadas a outros fatores, como as pressões e as necessidades familiares, a possibilidade ou não de realizar os sonhos de carreira, as oportunidades que se apresentarão ou não, as transformações econômicas, certamente influenciarão as decisões que esses jovens irão tomar em relação às suas carreiras, às oportunidades de trabalho e as áreas em que atuarão como profissionais, o momento em que poderão sair de casa, encontrar um lugar para morar, casarem-se ou passarem a viver com um(a) companheiro(a) e ter ou não filhos.

Não é possível prever que trajetórias esses jovens percorrerão, se irão se tornar adultos amanhã ou mais tarde, se suas tentativas fracassarem, se tentarão de novo, nem se suas expectativas de sucesso serão correspondidas. Alguns jovens procurarão cercar-se de garantias, optando por caminhos que considerem mais seguros, mesmo que isso contrarie suas aspirações originais. Alguns jovens serão mais ousados, e procurarão caminhos alternativos, arriscando mais. Alguns jovens não poderão contar com o respaldo familiar e poderão ter que adiar planos e antecipar decisões. Outros ainda, tendo mais oportunidade de esperar, poderão fazer novas escolhas e tomar novos rumos, ou aguardar um momento mais propício para tentar, somente então, emanciparem-se. Ao pesquisador não é possível antecipar esses caminhos, apenas indicar que as estratégias adotadas, assim como as decisões tomadas, certamente são influenciadas, pelas características individuais, pelas condições sociais e não menos importante, pela conjuntura histórica em que vivem e com a qual se defrontarão nos próximos anos.

## **Considerações finais**

No início deste trabalho havíamos definido a juventude como uma categoria social limitada no tempo e caracterizada pela *transitoriedade*, de modo que podemos dizer que o jovem é, essencialmente, um ser em transição. Assim, a característica mais imediata dessa fase da vida é o fato de que o jovem *deve* deixar de ser jovem e tornar-se um adulto. Isso significa que é nessa fase que o jovem deve, obrigatoriamente, fazer sua preparação para a futura condição social. A preparação para a vida adulta é efetuada de várias formas, sendo que uma das mais importantes é a preparação para a vida profissional por meio da carreira universitária. É nessa fase que o jovem consolida seu ideal profissional e seu ideal de pessoa adulta, o tipo de trabalho que espera exercer e a condição social que espera alcançar. Mas o que define a condição de adulto não é o trabalho ou a atividade profissional, e sim o fato de um indivíduo ser uma pessoa responsável por sua própria manutenção, bem como a de seus dependentes.

Como vimos, o caminho a ser percorrido até alcançar essa condição pode ser mais breve ou mais longo, direto ou mais errático e também é condicionado pelas diferentes condições sociais e econômicas em que vive o estudante. O processo de transição da juventude para a vida adulta certamente não é fácil. Não há uma única orientação a seguir e, para a grande maioria dos jovens, também não é possível ter certeza de que ao final do processo, suas expectativas em relação ao que esperam para si próprios como adultos serão correspondidas.

Para o jovem que se vê confrontado com necessidades mais radicais e imediatas em relação às condições sociais e econômicas em que vivem ele e sua família, as possibilidades de escolha em relação à carreira universitária, a situação de não trabalho e as possibilidades de mudança de curso são mais limitadas. A partir do momento em que esse jovem assume a responsabilidade de auto-manutenção e de manutenção familiar, um tempo precioso necessário para se preparar para a vida profissional, para adquirir maturidade e autonomia emocional torna-se limitado. Por vezes, assumir responsabilidades desde cedo implica abandonar os estudos e adiar sonhos e planos para mais tarde, o que significa também arcar com um grande peso emocional ao confrontar decisões que precisam ser tomadas com suas expectativas para o futuro.

Por outro lado, a maior autonomia do jovem que conta com o respaldo familiar para tomar decisões, em relação às etapas de transição e ao momento em que elas devem ser percorridas, aumenta sua dificuldade de fazer escolhas, assim como as incertezas e inseguranças a elas associadas. Para o jovem que precisa trabalhar, nem sempre é possível optar por uma carreira que exija dedicação em tempo integral, e também nem sempre é possível arcar com os custos de mensalidades altas do ensino pago durante quatro ou cinco

anos. Para o jovem que tem mais possibilidades de escolher, há muitas alternativas de carreira e poucas garantias de sucesso profissional.

Se, por um lado, o jovem que alcança um grau de escolaridade maior do que o de seus pais, forma expectativas mais altas de ascensão social e, por isso, tem mais chance de realizar essas expectativas, em função do maior diferencial atingido em relação à situação familiar, por outro lado, o jovem que espera, pelo menos, manter o mesmo estatuto sócio-cultural e sócio-econômico familiar encontra mais dificuldades no processo de transição para a vida adulta do que o jovem que já alcançou uma condição social diferente em relação à sua condição de origem. Isso gera tanto mais expectativas quanto incertezas e ansiedades em relação ao futuro. Não seriam essas incertezas, então, que estariam por detrás do fenômeno do prolongamento da juventude e do adiamento das etapas de transição?

O jovem que é socializado no sentido de maior valorização da carreira universitária, mais do que a incerteza de inserção no mercado de trabalho, é confrontado com a incerteza quanto à sua realização pessoal e profissional por meio dessa escolha e de que o investimento em educação e especialização (que demanda tempo e recursos materiais e emocionais) reverterá, de fato, em ganhos futuros capazes de garantir a manutenção do estatuto original e as condições adequadas para alcançar a condição de adultos. Em um contexto socialmente desigual e extremamente competitivo como é a realidade de São Paulo, as incertezas de realização das expectativas no futuro podem atingir o jovem de maneira mais ou menos contundente, gerando estratégias de aproximação mais lenta das etapas de transição ou estratégias marcadas pela tentativa e erro, que conformam trajetórias erráticas de transição.

O que é importante enfatizar é que as inseguranças vividas pelos jovens são compartilhadas em maior ou menor grau em relação a cada uma das etapas de transição e dependem também das condições sociais e econômicas de origem do estudante, podendo afetá-lo de maneira mais ou menos radical dependendo da maior ou menor capacidade que tenha de administrar suas chances de escolha. Para alguns, a incerteza permeará todos os aspectos do processo de transição; para outros, poucos ou mesmo nenhum. De qualquer maneira, é preciso ter em mente que mesmo para o jovem com mais condições de adiar certas decisões e até de mudar suas escolhas no meio do processo, não é fácil tomar a decisão de mudar de carreira ou mesmo de não estar trabalhando em determinado momento de suas vidas. Mais do que isso, o processo de “reversão” das etapas de transição é um processo muito doloroso.

Para o jovem que opta por abandonar uma carreira e escolher outra, é muito difícil ter certeza de que essa decisão vai valer a pena, principalmente se já se começou um curso superior. É preciso escolher novamente, e decidir se é preferível concluir a graduação que já

iniciou ou se é preferível abandonar o curso agora mesmo. Mas, valerá a pena deixar para trás três, quatro ou mesmo cinco anos de uma carreira que não pretende mais seguir? Além disso, o jovem deve enfrentar a incerteza de que vai conseguir passar no vestibular e de que a nova carreira é aquela que efetivamente corresponderá às suas expectativas. Também não é fácil a decisão quanto ao momento em que se deve começar a trabalhar, em que se pode trabalhar. É melhor parar de estudar para trabalhar ou parar de trabalhar para estudar? É preciso decidir se é melhor começar a trabalhar após a conclusão da graduação, ou antes, e também que tipo de trabalho deve ou não se exercido. Finalmente, para o jovem que se vê confrontado com o final de um relacionamento amoroso, a decisão pelo divórcio não é menos dolorosa, especialmente quando já tem filhos. Mudar de carreira, o desemprego, o divórcio e o retorno à condição de dependência certamente são experiências negativas, que trazem consigo sentimentos de culpa, derrota, fracasso e, principalmente, de dúvida em relação ao futuro.

Nesse sentido, o prolongamento da condição juvenil pode não ser uma escolha, mas uma condição que é imposta seja pelas circunstâncias, seja pelos fatores internos e externos a que os jovens estão expostos. Desse modo, as estratégias, as representações, os significados atribuídos, as expectativas em relação à vida adulta sempre estarão sujeitas não apenas aos condicionantes sociais e econômicos, mas também às transformações sociais e econômicas que afetam a vida de todos os jovens.

Para o jovem brasileiro, tornar-se adulto é certamente ainda mais difícil especialmente em um cenário em que estamos todos sujeitos ao descaso político, à falta de investimento nos serviços públicos, ao desvio de verbas, à corrupção, à falta de planejamento estratégico, a uma política econômica sujeita a acordos políticos voltados para interesses particulares ou de minorias, à falta de ética e à desmoralização dos poderes, entre tantos outros problemas que tornam imprevisível o futuro do País. Como então se tornar adulto diante de tantas dificuldades, e que tipo de expectativas, enquanto geração, o jovem brasileiro pode ter em relação ao seu futuro?

## **Bibliografia**

### **1. Livros:**

**ABRAMO, Helena Wendel.** *Cenas Juvenis – punks e darks no espetáculo urbano*, Ed. Página Aberta Ltda., São Paulo, 1994.

**ARIÈS, Philippe.** *História Social da Criança e da Família*, Rio de Janeiro, ed. Zahar, 1981.

**BALSA, Casimiro Marques et. Al.** *O Perfil Sócio-Econômico dos Estudantes do Ensino Superior*, Instituto de Investigações Sociológicas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, 1997, mimeo.

**BOUILLIN-DARTEVELLE, Roselyne.** *La Génération Éclatée*, Éditions de l'Université de Bruxelles, Belgique, 1984.

**COLEMAN, James S.** *The Foundations of Social Theory*, Harvard University Press, Massachussets, 1994.

**EISENSTADT, S.N.** *De Geração à Geração*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1976.

**ELIAS, Norbert.** *Os Alemães*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997.

**FORACCHI, Marialice M.** *A Juventude na Sociedade Moderna*, Ed. Pioneira, São Paulo, 1972.

\_\_\_\_\_. *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira* Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1965.

**LEVI, Giovanni & SCHIMITT, Jean-Claude (orgs.)** *História dos Jovens*, vol. 1, Cia. Das letras, São Paulo, 1996.

**PAIS, José Machado.** *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.

**PAIS, José Machado et. Al.** *Gerações e Valores na sociedade portuguesa contemporânea*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Novembro de 1998, mimeo.

**PAYNE, S.L.** *The Art of Asking Questions*, Princeton University Press, New Jersey, 1951.

**RIESMAN, David.** *A Multidão Solitária*, col. Debates, ed. Perspectiva, São Paulo, 1970.

**SUDMAN, Seymour & BRADBURN, Norman.** *Asking Questions: A Pratical Guide to Questionnaire Design*, San Francisco: Jossy-Bass, 1983.

### **2. Artigos e capítulos:**

**BAJOIT, Guy e FRANSSSEN, Abraham,** *O Trabalho, Busca de Sentido*, Revista Brasileira de Educação, Mai-Dez de 1997, n<sup>os</sup>. 5 e 6, pp. 76-95.

**BERCOVICH, A. M.** et al, “Descontinuidades demográficas” In: *Vinte Anos em Dois Mil – Estudos sócio-demográficos sobre a juventude paulista*, Fundação SEADE, 1998.

**BERQUÓ, Elza**, “Arranjos Familiares no Brasil: Uma Visão Demográfica” In: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 4 **Schwarz, Lília Moritz** (org.), Cia. das Letras, São Paulo, 1998.

**BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude.** “O Tempo e o Espaço no Mundo Estudantil”, tradução de Narciso José de Melo Teixeira e Luís Cláudio Figueiredo, In: *Sociologia da Juventude*, vol. 4, **Britto, Sulamita de** (org.), ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1968.

**CASAL, Joaquim.** *Modos emergentes de transición a la vida adulta*, In: In: Jovens em Mudança – atas do congresso internacional Growing up between centre and periphery, Lisboa, 2 a 4 de maio de 1996.

**CHIESI, Antonio e MARTINELLI, Alberto,** *O Trabalho como escolha e oportunidade*, Revista Brasileira de Educação, Mai-Dez de 1997, nºs: 5 e 6, pp. 110-125.

**CLARK, H.H. & SCHOEBER, M.** “Asking questions and influencing answers”, Chapter 2 In: **Tanur, Judith M.** *Questions About Questions: Inquiries into the Cognitive Bases of Surveys*. New York: Russel Sage Foundation, 1992.

**DAVIS, Allison.** “A Socialização e a Personalidade Juvenil” tradução de Esperança Lourdes de Franco Netto, In: *Sociologia da Juventude*, vol. 2 **Britto, Sulamita de** (org.), ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1968.

**DUANE, A. F. & KROSNICK, J.A.** “The Measurement of values in survey: a comparison or rating and rankings” *Public Opinion Quarterly*, 49:535-552, 1985.

**ECHEVARRIA, José Medina.** “A Juventude Latino-Americana como Campo de Pesquisa Social”, de José Medina Echevarria, tradução de Maria Márcia Smith de Durand In: *Sociologia da Juventude*, vol. 1 **Britto, Sulamita de** (org.), ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1968.

**ELEJABEITIA, Carmen.** *El desafío de la modernidad* In: Jovens em Mudança – atas do congresso internacional Growing up between centre and periphery, Lisboa, 2 a 4 de maio de 1996.

**FLITNER, Andréas.** “Os Problemas Sociológicos nas Primeiras Pesquisa Sobre a Juventude”, tradução de Breno Schuman In: *Sociologia da Juventude*, vol. 1 **Britto, Sulamita de** (org.), ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1968.

**FOWLER, F.J.** “*Presurvey evaluation of questions*”, chapter 5 In: *Improving survey questions: Desing and Evaluation*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1995.

**FREITAS, Rosa Maria,** “*Casamentos e uniões*”, In: *Vinte Anos em Dois Mil*, Fundação SEADE, 1998.

**GEER, John, G.** “*What do open-ended questions measure?*” *Public Opinion Quaterly*, 52:365-371,1993.

**GILHAM, M. & GARNBERG, D.** “*Shoul we take don’t know for an answer?*”, Public Opinion Quartely, pp.348-357,1993.

**HERLICHZ, Claudine,** *A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença*, In: Physis – Revista de Saúde Coletiva, vol. 1 – nº2, 1991, pp. 23-36.

**JAIDE, Walter.** “As Ambigüidades do Conceito de Geração”<sup>84</sup> de Walter Jaide, tradução de Breno Schuman In: *Sociologia da Juventude*, vol. 2 **Britto, Sulamita de** (org.), ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1968.

**MADEIRA, F. R., & RODRIGUES, E. M,** “*Recado dos Jovens: Mais Qualificação*” In: Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, vol. 2, Brasília, maio de 1998.

**MANNHEIM, Karl,** “*O Problema da Juventude na Sociedade Moderna*”, tradução de Octavio Alves Velho In: Sociologia da Juventude, vol. 1 Britto, Sulamita de (org.), ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1968.

**MARQUES, Maria Ornélia da Silveira,** *Escola noturna e jovens*, Revista Brasileira de Educação, Mai-Dez de 1997, nºs. 5 e 6, pp. 63-75.

**MARTINS, Heloísa,** *O Jovem no Mercado de Trabalho*, In: Revista Brasileira de Educação, Mai-Dez de 1997, nºs. 5 e 6, pp. 96-109.

**MAUAD, Ana Maria,** “*A Vida das Crianças de Elite durante o Império*” In: Mary Del Priore (Org.) História das Crianças no Brasil, Ed. Contexto, São Paulo, 1999, pp. 137-176.

**OFFE, Claus,** *Trabalho: A Categoria-Chave da Sociologia?* In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, tradução de Lúcia Hippolito, vol. 10, nº IV, junho de 1989, pp. 5-20.

**OKENBERG, L., CANNELL, C.F. & KALTON, G.** “*New strategies for pretesting survey questions*”, Journal of official Statistics, 7(3), 349-365.

**OLIVEIRA, J.de C. et al,** “*Evolução das Características da População Jovem no Brasil*” In: Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, vol. 1, Brasília, 1998.

**PAIS, José Machado,** *Growing Up in EU Periphery: Portugal*, In: Growing Up in Europe – Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies.

\_\_\_\_\_, *Routes to Adulthood in a Changing Society* In: Education Policy, 1993, vol. 8 n. 1.

\_\_\_\_\_, *Emprego Juvenil e Mudança Social: velhas teses, novos modos de vida*, In: Análise Social, vol. Xxvi (114), 1995, 5º.), 945-987.

**PERALVA, Angelina.** *O jovem como modelo cultural*, Revista Brasileira de Educação, Mai-Dez de 1997, nºs. 5 e 6, pp. 14-24.

**RODRIGUES, E. M.** et al, "*Distribuição espacial*", In: Vinte Anos em Dois Mil, Fundação SEADE, 1998.

**ROSANDISKI, Eliane e WATANABE, Margareth,** "*Um mercado sempre mais concorrido*", In: Vinte Anos em Dois Mil, Fundação SEADE, 1998.

**SABÓIA, A. L.** "*Situação Educacional dos Jovens*", In: Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, vol. 2, Brasília, maio de 1998.

**SANCHEZ, M.L.** "*Effects of questionnaire design on the quality of survey data*", Public Opinion Quarterly, 56:206:217, 1992.

**SCHUMAN, H. & PRESSER, S.** "*Open Versus Closed Questions*" In: Questions and Answers in Attitude Surveys: Experiments on Question Form, Wording and Context, New York, Academic Press, 1981.

**SCHWARTZMAN, Simon & CASTRO, Maria Helena Magalhães Castro,** *A Trajetória Acadêmica e Profissional dos Alunos da USP – projeto de pesquisa* In: Documento de Trabalho 2/91, Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior, USP, mimeo.

**SPOSITO, Marília Pontes,** *Estudos sobre juventude em educação*, Revista Brasileira de Educação, 1997, pp. 37-52.

**SUDMAN, S., BRADBURN, N. & SCHWARZ, N.** "*Answering a survey question: cognitive and communicative processes*" In: Thinking About Answers: the application of cognitive processes to survey methodology. San Francisco: Jossey-Bass, 1996.

### **3. Jornais e periódicos:**

**BARROS, A. e VELLOSO, B.,** *À Espera da Primeira Chance*, In: Revista Época, Ano I, nº 11 (3/8/98) ps. 38 a 44.

**CHIARI, Tatiana,** *Como Estar na Mira das Empresas*, In: Revista Veja, edição especial, n. 1, ano 2000, p.18

\_\_\_\_\_, *O que Quer a Geração 2000*, In: Revista Veja, edição especial, n. 1, ano 2000, p.26-27.

**FONTOURA, C., e PEREIRA, P.** *Os Eternos Adolescentes*, In: O Estado de São Paulo, 31/08/97, ps. C1 e C3.

**GOMES, Maria Tereza,** *Educação x Sucesso*, In: Revista Você S.A., Ano 1 nº 9. (março de 99), os. 36 a 41.

**GRANATO, Alice,** *Estudar Vale Ouro*, In: Revista Veja, Ano 31, nº 38 (23/9/98), ps. 110 a 117.

---

<sup>84</sup> Traduzido de *Das Verhältnis der Jugend zur Politik*. Untersuchungen zur politischen Anteilnahme und

**JONES, Frances** e correspondentes, *A Hora da Decisão*, In: Revista Época, Ano I, nº 15 (31/8/98), pp. 60 a 65.

**LIMA, Maurício**, *Lugar Marcado*, In: Revista Veja, 28/07/99, pp. 46-47.

**NUNOMURA, Eduardo**, *Diploma na Berlinda*, In: Revista Veja, 23/02/00.

\_\_\_\_\_, *Alunos Quase Iguais*, In: Revista Veja, 22/12/99, pp. 71-72.

**SEKEFF, Gisele**, *Juliana Azevedo – a escolhida*, In: Revista Veja, 02/02/00, pp. 60-62.

**VASALLO, Cláudia**, *Por que as Escolas São Tão Caras*, In: Revista Exame, Ano 31 n. 7, 25/03/98, pp. 26-36.

#### **4. Sites consultados:**

**www.fuvest.com.br** - Fundação Universitária para o Vestibular, “Inscritos por Região e Relação Candidato/Vaga, total dos candidatos inscritos 1995-2000”. Dado recolhido em 06/01/2000.

**www.unip.com.br** - Universidade Paulista, “Carreiras, cursos e vagas oferecidos”. Dado recolhido em 18/03/2000.

**www.unicsul.com.br** - Universidade Cruzeiro do Sul, “Carreiras, cursos e vagas oferecidos”. Dado recolhido em 18/03/2000.

**www.inep.gov.br** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas:

**CASTRO, Maria Helena Guimarães de**, “Resultados e Tendências da Educação Superior no Brasil”, 27/06/000, recolhido em 15/03/2001.

**SOUZA, Paulo Renato**, “Universidades Federais: Ensino de qualidade para mais alunos”, 27/06/2000, recolhido em 15/03/2001.

“Educação define nível salarial”, 29/02/2000, recolhido em 15/03/2001.

“Censo da Educação Superior”, 27/06/2000, recolhido em 15/03/2001.

“Alunos de escolas particulares obtêm notas melhores”, 13/12/2000, recolhido em 15/03/2001.

“EFA-9 – Relatório brasileiro destaca avanços da educação”, 28/01/2000, recolhido em 15/03/2001.

“Educação Superior, principais estatísticas de 1999”, recolhido em 15/03/2001.

**www.seade.gov.br** - Fundação SEADE

Anuário Estatístico do Estado de São Paulo

Pesquisa de Emprego e Desemprego em São Paulo

Pesquisa de Condições de Vida

---

Meinungsbildung junger Menschen der Geburtsjargänge 1940-1946, Neuwied, 1963, ps. 63-74.

Coletânea de Tabelas

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Censo Demográfico de 2000 – Análises preliminares

PNADs de 1995 e 1999

[www.folha.com.br](http://www.folha.com.br) - Folha de São Paulo, “Universidades particulares do país têm 21% das vagas sobrando”, 10/03/2001, recolhido em 14/03/2001.

[www.veja.com.br](http://www.veja.com.br) - matérias recolhidas em 02/04/2001.

**Apêndice I**  
**Questionário**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Pesquisa:

## **PROFISSIONALIZAÇÃO E MODOS DE VIDA ENTRE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Esta é uma pesquisa sobre o futuro profissional e o cotidiano do estudante universitário. O objetivo da pesquisa é conhecer melhor a realidade dos estudantes. Estamos interessados em saber porque você escolheu o seu curso, quais são as suas perspectivas profissionais para o futuro e como você organiza a sua vida quanto ao estudo, o trabalho e o lazer. Saiba que todas as informações são estritamente confidenciais e em nenhum momento o que você responder será identificado à sua pessoa.

---

PARA INDICAR A RESPOSTA A CADA PERGUNTA, FAÇA UM CÍRCULO EM VOLTA DO ALGARISMO CORRESPONDENTE À RESPOSTA ESCOLHIDA OU PREENCHA OS ESPAÇOS EM BRANCO PARA ESSA FINALIDADE.

PROCURE RESPONDER O MAIS COMPLETAMENTE POSSÍVEL SEMPRE QUE LHE FOR SOLICITADA UMA RESPOSTA POR EXTENSO. ATENÇÃO COM AS PERGUNTAS CUJO NÚMERO DE RESPOSTAS É LIMITADO.

CASO TENHA ALGUMA DÚVIDA SOLICITE AJUDA DO RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO PRESENTE NA AULA.

---

**Q.1. Em que curso você está matriculado(a)?**

---

**Q.2. Em que ano do curso você está? (1º, 2º, 3º, 4º, 5º. ) \_\_\_\_\_.**

**Q.3. Em que período você estuda?**

1. Diurno
2. Noturno
3. Ambos

**Q.4. Você já fez algum curso superior antes deste?**

1. Sim
2. Não → (Pule para a questão 11)

**Q.5. Qual? \_\_\_\_\_**

---

**Q.6. Você chegou a concluí-lo?**

1. Sim → (Pule para a questão 8)
2. Não

**Q.7. Qual foi o principal motivo que o(a) levou a não concluir o curso anterior?**  
(MARQUE SOMENTE **UMA** RESPOSTA)

1. Descobri que não era a minha vocação
2. O curso não correspondeu às minhas expectativas
3. Precisei largar o curso para trabalhar
4. Achei que teria poucas perspectivas de trabalho
5. Achei o curso muito puxado, não estava conseguindo desempenhá-lo satisfatoriamente
8. Outros (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_.
9. Não sei

**Q.8. O que o(a) levou a optar pelo curso anterior? (ATÉ TRÊS RESPOSTAS)**

	Em 1º. lugar	Em 2º. lugar	Em 3º. lugar
a. Era a minha vocação, tinha mais a ver com o que eu queria	1	2	3
b. Parecia oferecer alternativas mais variadas de emprego	1	2	3
c. Parecia oferecer perspectivas mais seguras de emprego	1	2	3
d. Queria aumentar meus conhecimentos	1	2	3
e. Queria me profissionalizar na área	1	2	3
f. Entre os cursos que eu tinha maior possibilidade de cursar, era o que mais se aproximava do que eu queria	1	2	3
g. Não foi minha primeira opção, pois não consegui entrar no curso que eu queria em primeiro lugar	1	2	3
h. Outros (ESPECIFIQUE)	1	2	3
i. Não sei	1	2	3

**Q.9. Quando escolheu seu curso anterior, você tinha muita certeza, mais ou menos, pouca ou nenhuma certeza de que era o que você queria?**  
(MARQUE SOMENTE **UMA** RESPOSTA)

1. Nenhuma certeza
2. Pouca certeza
3. Mais ou menos certeza
4. Muita certeza
9. Não sei

**Q.10. Em que instituição você estudava anteriormente? (MARQUE SOMENTE **UMA** RESPOSTA)**

1. Universidade pública
2. Universidade/faculdade particular
3. Outra (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_.

**Q.11. O curso e a instituição que você frequenta atualmente correspondem à sua 1ª opção de inscrição no ensino superior? (MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)**

1. O curso corresponde à 1ª opção, mas a instituição não
2. O curso não corresponde, mas a instituição corresponde à 1ª opção → (Vá p/ questão 13)
3. Nem o curso nem a instituição correspondem à 1ª opção
4. Ambos correspondem à 1ª opção → (Pule para a questão 13)

**Q.12. Em que instituição você queria entrar como 1ª opção? (MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)**

1. Universidade pública
2. Universidade/faculdade particular
3. Outra (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_

**Q.13. Indique as TRÊS razões mais importantes que o(a) levaram a escolher essa instituição como 1ª opção.**

	Em 1º. lugar	Em 2º. lugar	Em 3º. lugar
a. Proximidade da zona de residência	1	2	3
b. Horários de funcionamento do curso	1	2	3
c. Custos/despesas reduzidas	1	2	3
d. A única instituição com o curso desejado	1	2	3
e. Reputação, prestígio da instituição	1	2	3
f. Qualidade dos professores	1	2	3
g. Facilidade de entrada no curso/instituição (médias/vagas)	1	2	3
h. Qualidade do curso nesta instituição	1	2	3
i. Qualidade das instalações e meios de ensino	1	2	3
j. Tinha colegas, amigos na instituição	1	2	3
i. Outra (ESPECIFIQUE)	1	2	3

**Q.14. (SOMENTE PARA QUEM PENSA EM MUDAR DE INSTITUIÇÃO) Qual o estatuto da instituição para a qual pensa em mudar? (MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)**

1. Universidade pública
2. Universidade/faculdade particular
8. Outra (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_

**Q.15. Por que você escolheu o curso atual? (ATÉ TRÊS RESPOSTAS)**

	Em 1º. lugar	Em 2º. lugar	Em 3º. lugar
a. Era a minha vocação, tinha mais a ver com o que eu queria	1	2	3
b. Parecia oferecer alternativas mais variadas de emprego	1	2	3
c. Parecia oferecer perspectivas mais seguras de emprego	1	2	3
d. Queria aumentar meus conhecimentos	1	2	3
e. Queria me profissionalizar na área	1	2	3
f. Entre os cursos que eu tinha maior possibilidade de cursar, era o que mais se aproximava do que eu queria	1	2	3
g. Não foi minha primeira opção, pois não consegui entrar no curso que eu queria em primeiro lugar	1	2	3
h. Outros (ESPECIFIQUE)	1	2	3
i. Não sei	1	2	3

**Q.16. Desde quando optou por esse curso? (MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)**

1. Desde antes de ingressar no 2º. grau
2. Foi durante o 2º. grau
3. Foi entre a conclusão do 2º. grau e a inscrição no vestibular
4. Foi a partir de outro curso superior
5. Foi a partir da minha experiência profissional
6. Não optei, foi o que pude conseguir
9. Não sei, não me lembro

**Q.17. Quando escolheu seu curso atual, você tinha muita certeza, mais ou menos, pouca ou nenhuma certeza de que era o que você queria? (MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)**

1. Nenhuma certeza
2. Pouca certeza
3. Mais ou menos certeza
4. Muita certeza
9. Não sei

**Q.18. Quais foram as suas TRÊS principais dúvidas no momento de escolher a sua carreira?**

	Em 1º. lugar	Em 2º. lugar	Em 3º. lugar
a. Eu não sabia o que eu queria, qual era a minha vocação, qual área escolher	1	2	3
b. Eu não sabia se ia gostar do curso, do que eu ia estudar	1	2	3
c. Não conhecia as profissões	1	2	3
d. Me achava muito novo(a) para decidir qual carreira seguir	1	2	3
e. Não sabia o que o curso podia oferecer em termos de mercado de trabalho, quais eram as perspectivas de emprego	1	2	3
f. Não sabia o quanto eu poderia ganhar depois de formado	1	2	3
g. Não sabia se eu iria me realizar profissionalmente	1	2	3
h. Não sabia se iria conseguir acompanhar o curso	1	2	3
i. Não tinha idéia de que tipo de trabalho eu iria fazer depois	1	2	3
j. Não tinha certeza de que o curso corresponderia às minhas expectativas de aquisição de conhecimentos	1	2	3
k. Outra (ESPECIFIQUE)	1	2	3
i. Não sei	1	2	3

**Q.19. O que o(a) ajudou a escolher a sua carreira? (MAIS DE UMA RESPOSTA)**

1. Guia do estudante
2. Fazer cursinho
3. Conversar com os pais
4. Conversar com os amigos ou pessoas que já faziam o curso
5. Palestras sobre profissões, no cursinho ou no colégio
6. Teste vocacional
7. Assistir aulas na faculdade, para ver como era o curso
8. Outros (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_
9. Não sei

**Q.20 Qual dessas alternativas (Q.19) foi decisiva para você? \_\_\_\_\_.**

**Q.21. Como vê hoje o seu curso em relação à imagem que você tinha quando entrou?**

	Concordo	Mais ou menos	Discordo
a. O curso superou as minhas expectativas, é muito mais interessante do que eu imaginava	1	2	3
b. É muito mais puxado, a carga de estudos é muito maior do que eu esperava	1	2	3
c. É mais abrangente do que eu imaginava	1	2	3
d. É basicamente a mesma coisa	1	2	3
e. É um curso muito mais técnico e/ou científico do que parecia	1	2	3
f. É um curso muito mais teórico do que parecia	1	2	3
g. É um curso muito mais acadêmico e desligado da realidade do que parecia	1	2	3
h. A qualidade das matérias e dos professores é pior do que eu esperava	1	2	3
i. O curso deixa a desejar, faltam recursos e equipamentos	1	2	3
j. Os alunos ficam muito sem orientação, têm que se virar sozinhos	1	2	3
k. Outros (ESPECIFIQUE)	1	2	3

**Q.22. Por favor, indique o seu grau de satisfação com a universidade em relação aos itens abaixo usando a escala:**

	Muito bom	Bom	Regular	Inadequado	Não se aplica	Não sei dizer
a. Variedade das disciplinas	1	2	3	4	7	9
b. Flexibilidade para escolher disciplinas e especializações	1	2	3	4	7	9
c. Disponibilidade de livros e materiais didáticos	1	2	3	4	7	9
d. Oferta de bolsas de iniciação científica	1	2	3	4	7	9
e. Oferta de bolsas ou funções remuneradas para alunos (monitor, auxiliar de pesquisa)	1	2	3	4	7	9
f. Oferta de estágios	1	2	3	4	7	9
g. Oportunidades de profissionalização (apoio a recém-formados, convênios com firmas e órgãos empregadores, promoção de contatos profissionais etc.)	1	2	3	4	7	9
h. Qualidade dos cursos, adequação da grade curricular, nível de atualização dos cursos	1	2	3	4	7	9
i. Qualidade e interesse dos professores pelas aulas	1	2	3	4	7	9
j. Qualidade e disponibilidade de laboratórios, materiais e equipamentos	1	2	3	4	7	9
k. Outros (ESPECIFIQUE)	1	2	3	4	7	9

**Q.23. Qual é a sua situação profissional atual? (MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)**

1. Exerço uma atividade remunerada em tempo integral
2. Exerço uma atividade remunerada em meio período
3. Exerço uma atividade remunerada sem horário fixo
4. Trabalho ocasionalmente, sem regularidade definida
5. Não exerço nenhuma atividade remunerada no momento, mas já trabalhei antes → **(Pule para a questão 30)**
6. Não exerço nenhuma atividade remunerada no momento, e nunca trabalhei antes → **(Pule para a questão 36)**

**Q.24. Qual é a sua atividade remunerada? No caso de mais de uma resposta, qual a atividade principal? (MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)**

1. Proprietário e/ou administrador de empresa
2. Funcionário do governo municipal, estadual ou federal
3. Profissional liberal, trabalhando por conta própria
4. Funcionário de empresa privada (industrial, comercial, serviços)
5. Técnico de nível médio
6. Estagiário
7. Monitor bolsista
8. Bolsista de iniciação científica
9. Auxiliar de pesquisa
10. Aulas particulares
88. Outra (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_

**Q.25. (SOMENTE PARA OS QUE SÃO EMPREGADOS) Qual a sua situação face ao contrato de trabalho?**

1. Efetivo
2. Contrato a prazo
3. Não tem contrato

**Q.26. Em relação a essa atividade, você diria que: (MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)**

1. Ela está(va) muito relacionada ao seu curso
2. Está(va) medianamente relacionada ao seu curso
3. Está(va) pouco relacionada ao seu curso
4. Não está(va) relacionada em nenhum aspecto ao seu curso
8. Não sei

**Q.27. Quanto tempo de procura você levou para conseguir sua atividade remunerada?**

1. Foi imediato
2. De 1 a 3 meses
3. De 3 meses a 1 ano
4. Mais de 1 ano
9. Não sei

**Q.28. O que você fez ao procurar e conseguir sua atividade remunerada?**

	<b>Usou</b>	<b>Funcionou</b>
<b>a.</b> Através de agências ou associações profissionais	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>b.</b> Classificados	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>c.</b> Publiquei anúncio	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>d.</b> Enviei currículo	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>e.</b> Através de pessoas conhecidas que pudessem me indicar ou convidar para trabalhar	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>f.</b> Participei de processos de seleção	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>g.</b> Inscrevi-me em concurso público	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>h.</b> Outros (ESPECIFIQUE)	<b>1</b>	<b>2</b>

**Q.29. Quais foram as principais dificuldades que você encontrou para conseguir sua atividade remunerada?**

	<b>Em 1º. lugar</b>	<b>Em 2º. lugar</b>	<b>Em 3º. lugar</b>
<b>a.</b> Falta de experiência anterior	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>b.</b> Concorrência muito grande	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>c.</b> Não ter fluência numa língua estrangeira	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>d.</b> Seleção muito exigente	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>e.</b> Sofro discriminação por idade, sexo, raça	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>f.</b> Não ter magistério ou licenciatura	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>g.</b> Falta de disponibilidade para trabalhar em período integral	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>h.</b> Necessidade de ter um bom currículo, com notas altas e sem reprovações	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>i.</b> Não encontrei um trabalho que se adequasse às minhas expectativas quanto ao nível salarial	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>j.</b> Falta de vagas na área de interesse	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>k.</b> Outra (ESPECIFIQUE)	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
<b>i.</b> Não teve dificuldade/Não se aplica	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

**PULE PARA A QUESTÃO 34**

## **SOMENTE PARA OS QUE NÃO ESTÃO TRABALHANDO** **AGORA**

**Q.30. Se você não está exercendo nenhuma atividade remunerada agora, é porque:**  
(MARQUE SOMENTE **UMA** RESPOSTA)

1. Está desempregado(a)
2. Não precisa trabalhar
3. Não pode ou não quer trabalhar agora
4. Está aguardando trabalho já confirmado
5. Não aceita qualquer trabalho e não encontrou algum que considerasse adequado
8. Outros (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_
9. Não sei

**Q.31. Neste momento, você está procurando alguma atividade remunerada?**

1. Sim
2. Não → (Pule para a questão 34)

**Q.32. Onde e de que maneiras você tem procurado uma atividade remunerada?**

	Usou	Funcionou
a. Através de agências ou associações profissionais	1	2
b. Classificados	1	2
c. Publiquei anúncio	1	2
d. Enviei currículo	1	2
e. Através de pessoas conhecidas que pudessem me indicar ou convidar para trabalhar	1	2
f. Participei de processos de seleção	1	2
g. Inscrevi-me em concurso público	1	2
h. Outros (ESPECIFIQUE)	1	2

**Q.33. Quais são as principais dificuldades que você tem encontrado para conseguir uma atividade remunerada?**

	Em 1. lugar	Em 2. lugar	Em 3. lugar
a. Falta de experiência anterior	1	2	3
b. Concorrência muito grande	1	2	3
c. Não ter fluência numa língua estrangeira	1	2	3
d. Seleção muito exigente	1	2	3
e. Sofro discriminação por idade, sexo, raça	1	2	3
f. Não ter magistério ou licenciatura	1	2	3
g. Falta de disponibilidade para trabalhar em período integral	1	2	3
h. Necessidade de ter um bom currículo, com notas altas e sem reprovações	1	2	3
i. Não encontrei um trabalho que se adequasse às minhas expectativas quanto ao nível salarial	1	2	3
j. Falta de vagas na área de interesse	1	2	3
k. Outra (ESPECIFIQUE)	1	2	3
l. Não teve dificuldade/não se aplica	1	2	3

**Q.34. Com que idade você começou a exercer uma atividade remunerada?**  
\_\_\_\_\_ anos

**Q.35. Qual foi o principal motivo porque começou a exercer uma atividade remunerada?**

(MARQUE SOMENTE **UMA** RESPOSTA)

1. Vontade de trabalhar
2. Ajudar em casa / ajudar os pais
3. Ganhar dinheiro para o seu próprio consumo
4. Para poder estudar
5. Ganhar a vida
6. Para ser mais independente da família
8. Outros (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_
9. Não sei

**PULE PARA A QUESTÃO 40**

## **SOMENTE PARA OS QUE NUNCA TRABALHARAM ANTES**

**Q.36. Se você não está exercendo nenhuma atividade remunerada agora, é porque:**  
(MARQUE SOMENTE **UMA** RESPOSTA)

1. Está desempregado
2. Não precisa trabalhar
3. Não pode ou não quer trabalhar agora
4. Está aguardando trabalho já confirmado
5. Não aceita qualquer trabalho e não encontrou algum que considerasse adequado
8. Outros (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_
9. Não sei

**Q.37. Neste momento, você está procurando alguma atividade remunerada?**

1. Sim
2. Não → (Pule para a questão 40)

**Q.38. Onde e de que maneiras você tem procurado uma atividade remunerada?**

	Usou	Funcionou
a. Através de agências ou associações profissionais	1	2
b. Classificados	1	2
c. Publiquei anúncio	1	2
d. Enviei currículo	1	2
e. Através de pessoas conhecidas que pudessem me indicar ou convidar para trabalhar	1	2
f. Participei de processos de seleção	1	2
g. Inscrevi-me em concurso público	1	2
h. Outros (ESPECIFIQUE)	1	2

**Q.39. Quais são as principais dificuldades que você tem encontrado para conseguir uma atividade remunerada?**

	Em 1º lugar	Em 2º lugar	Em 3º lugar
a. Falta de experiência anterior	1	2	3
b. Concorrência muito grande	1	2	3
c. Não ter fluência numa língua estrangeira	1	2	3
d. Seleção muito exigente	1	2	3
e. Sofro discriminação por idade, sexo, raça	1	2	3
f. Não ter magistério ou licenciatura	1	2	3
g. Falta de disponibilidade para trabalhar em período integral	1	2	3
h. Necessidade de ter um bom currículo, com notas altas e sem reprovações	1	2	3
i. Não encontrei um trabalho que se adequasse às minhas expectativas quanto ao nível salarial	1	2	3
j. Falta de vagas na área de interesse	1	2	3
k. Outra (ESPECIFIQUE)	1	2	3
i. Não teve dificuldade/Não se aplica	1	2	3

**Q.40. Para você, o trabalho é algo... (MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)**

1. Que dá prazer
2. É muito importante
3. É uma obrigação que eu levo a sério
4. É uma mera obrigação sem nenhuma importância
5. É como um castigo
8. Outros

(ESPECIFIQUE)

9. Não sei \_\_\_\_\_

**Q.41. Que importância você atribui a esses aspectos numa atividade profissional?**

	Esseencial	Muito importante	De alguma importância	Sem importância
a. Ter um bom salário	1	2	3	4
b. Ter segurança e estabilidade de emprego	1	2	3	4
c. Possibilidade de fazer algo útil à sociedade	1	2	3	4
d. Ter prazer no trabalho que se faz	1	2	3	4
e. Ter boas possibilidades de promoção na carreira profissional	1	2	3	4
f. Outros (ESPECIFIQUE)	1	2	3	4

**Q.42. Na sua opinião, atualmente, quais são os TRÊS requisitos mais importantes para se conseguir um trabalho?**

	Em 1º lugar	Em 2º lugar	Em 3º lugar
a. Falar uma segunda língua	1	2	3
b. Ter conhecimentos de informática	1	2	3
c. Ter facilidade para se relacionar e se comunicar com outras pessoas	1	2	3
d. Experiência profissional	1	2	3
e. Gostar de trabalhar	1	2	3
f. Ter um bom currículo, com boas notas	1	2	3
g. Cursar uma boa faculdade	1	2	3
h. Ter contatos, alguém que possa te indicar	1	2	3
i. Fazer pós-graduação	1	2	3
j. Ter flexibilidade (saber adaptar-se às situações, às condições de trabalho)	1	2	3
k. Outros (ESPECIFIQUE)	1	2	3
i. Não sei	1	2	3

**Q.43. Você considera que o seu curso na graduação é, em relação às exigências do mercado de trabalho: (MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)**

1. Muito adequado
2. Adequado
3. Relativamente adequado
4. Pouco adequado
5. Nem um pouco adequado
9. Não sei

**Q.44. Que planos profissionais você tem para os próximos cinco anos?**

	Em 1º. lugar	Em 2º. lugar	Em 3º. lugar
a. Mudar de curso e de instituição	1	2	3
b. Mudar apenas de instituição (seguindo o mesmo curso)	1	2	3
c. Mudar apenas de curso (ficando na mesma instituição)	1	2	3
d. Abrir minha própria firma, me tornar autônomo	1	2	3
e. Encontrar um emprego (definitivo ou não)	1	2	3
f. Melhorar o nível salarial	1	2	3
g. Fazer pós-graduação no Brasil	1	2	3
h. Fazer pós-graduação fora do Brasil	1	2	3
i. Continuar neste trabalho até me aposentar	1	2	3
j. Mudar de região no Brasil	1	2	3
k. Mudar de atividade, tentar outra área de atuação	1	2	3
l. Seguir carreira acadêmica como pesquisador e professor	1	2	3
m. dar aulas	1	2	3
n. Outros (ESPECIFIQUE)	1	2	3
o. Não sei	1	2	3

**Q.45. Suas perspectivas profissionais correspondem às expectativas que a sua família tem a seu respeito?**

1. Sim
2. Não

**Q.46. Isso teve alguma influência na escolha do seu curso?**

1. Sim
2. Não

**Q.47. Ao longo do dia as pessoas ocupam o tempo com diversas atividades. Diga para cada uma das seguintes atividades, ou formas de ocupar o tempo, se, em geral, elas lhe proporcionam muito prazer, algum prazer, aborrecimento, ou se lhe são indiferentes:**

	Muito Prazer	Algum Prazer	Indiferença	Aborre- cimento	Não se aplica	Não sei dizer
a. Dormir	1	2	3	4	7	9
b. Trabalho profissional	1	2	3	4	7	9
c. Aulas/estudos	1	2	3	4	7	9
d. Ouvir música (fitas/CDs)	1	2	3	4	7	9
e. Ver televisão	1	2	3	4	7	9
f. Estar com os amigos	1	2	3	4	7	9
g. Estar com o(a) namorado(a)/cônjuge	1	2	3	4	7	9
h. Estar com os familiares/filhos	1	2	3	4	7	9
i. Sair	1	2	3	4	7	9
j. Não fazer nada, estar sem fazer nada	1	2	3	4	7	9

**Q.48. Em relação ao seu tempo de lazer, você diria que:**  
(MARQUE SOMENTE **UMA** RESPOSTA)

1. É um tempo que eu prefiro dedicar para completar as minhas atividades de estudo ou trabalho
2. Infelizmente, é um tempo pequeno que eu tenho para me distrair
3. É um momento que eu reservo para conviver com outras pessoas
4. No meu tempo de lazer eu faço a maior parte das coisas que eu gosto
5. O lazer é algo extremamente importante na minha vida
8. Outros (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_
9. Não sei

**Q.49. De um modo geral (isto é, sem levar em conta as exceções que sempre se verificam), você acha que há diferenças importantes (além da idade) entre os jovens de hoje e as pessoas que pertencem às gerações mais velhas?**

1. Sim
2. Não
9. Não sei

**Q.50. A seguir, estão enumeradas várias diferenças que muitas pessoas consideram que existem entre os jovens de hoje e as pessoas das gerações mais velhas. Diga se concorda ou não com cada uma dessas diferenças, isto é, se para você elas realmente se verificam.**

	Concordo	Discordo	Não sei
a. Os jovens dão menos importância ao dinheiro	1	2	9
b. Os jovens dão menos importância ao trabalho como meio de realização pessoais	1	2	9
c. Os jovens têm maior interesse em dispor de tempo livre	1	2	9
d. Os jovens se preocupam menos com problemas de carreira profissional	1	2	9
e. Os jovens têm menos interesse pelos estudos	1	2	9
f. Os jovens têm menos interesse pela política	1	2	9
g. Os jovens têm menos interesse pela religião	1	2	9
h. Os jovens têm menos sentido de disciplina	1	2	9
i. Os jovens têm menos sentido de responsabilidade	1	2	9
j. Os jovens dão mais importância ao lazer e à diversão	1	2	9

**Q.51. Na sua visão, você acha que ser jovem é:**  
(MARQUE SOMENTE **UMA** RESPOSTA)

1. É uma questão de idade, estar numa determinada faixa etária
2. É uma transição, um período de preparação para a vida adulta
3. É um estado de espírito, uma forma de encarar a vida
9. Não sei

**Q.52. Podemos associar diferentes imagens à juventude e à vida adulta. Da seguinte lista, indique de que maneira você associa as seguintes imagens:**

	Jovem	Ambos	Adulto	Não sei
a. Ter uma postura otimista diante da vida	1	2	3	9
b. Entrar no mercado de trabalho	1	2	3	9
c. Ter mais liberdade	1	2	3	9
d. Ser autônomo, independente	1	2	3	9
e. Ter uma amplitude opções, muitas perspectivas	1	2	3	9
f. Viver conjugalmente com outra pessoa	1	2	3	9
g. Aproveitar a vida, divertir-se	1	2	3	9
h. Assumir responsabilidades	1	2	3	9
i. Não ter preocupações	1	2	3	9
j. Conquistar o amadurecimento	1	2	3	9
k. Experimentar, conhecer	1	2	3	9
l. Ter filhos	1	2	3	9

**Q.53. Pessoalmente, você se considera jovem ou adulto(a)?**

1. Jovem
2. Adulto(a)
9. Não sei

**Q.54. Você é ... (estado civil):**

1. Solteiro (a)
2. Vive junto com sua(seu) companheira(o) → **(Pule para a questão 56)**
3. É casado(a) → **(Pule para a questão 57)**
4. É separado(a)/divorciado(a)
5. Viúvo(a)

**Q.55. Neste caso, em qual das seguintes situações pensa em se envolver?**  
(MARQUE SOMENTE **UMA** RESPOSTA)

1. Pensa em casar → **(Pule para a questão 58)**
2. Pensar em viver conjugalmente com outra pessoa durante algum tempo antes de casar → **(Pule para a questão 58)**
3. Pensa em viver conjugalmente com outra pessoa sem intenção de casar → **(Vá p/ ques.59)**
4. Pensa permanecer sozinho(a) → **(Pule para a questão 59)**
5. Não tem quaisquer projetos no momento → **(Pule para a questão 59)**

**Q.56. Neste caso, pensa em se casar?**

1. Sim → **(Pule para a questão 58)**
2. Não → **(Pule para a questão 59)**
9. Não sabe → **(Pule para a questão 59)**

**Q.57. Na sua opinião, quais são as principais razões pelas quais você se casou?**

	Em 1º. lugar	Em 2º. lugar
a. Para fazer a vontade da família	1	2
b. Por ser uma cerimônia bonita	1	2
c. Para ter maior segurança afetiva	1	2
d. Por estar cansado(a) de viver com os pais	1	2
e. Por convicções morais ou religiosas	1	2
f. Para viver com a pessoa de quem gosto	1	2
g. Por paixão	1	2
h. Por vantagens econômicas (por exemplo: divisão das despesas)	1	2
i. Outra (ESPECIFIQUE)	1	2
j. Não sei	1	2

## PULE PARA A QUESTÃO 59

**Q.58. Quais são as principais razões pelas quais você pensa em se casar?**

	Em 1º. lugar	Em 2º. lugar
a. Para fazer a vontade da família	1	2
b. Por ser uma cerimônia bonita	1	2
c. Para ter maior segurança afetiva	1	2
d. Por estar cansado(a) de viver com os pais	1	2
e. Por convicções morais ou religiosas	1	2
f. Para viver com a pessoa de quem gosto	1	2
g. Por paixão	1	2
h. Por vantagens econômicas (por exemplo: divisão das despesas)	1	2
i. Outra (ESPECIFIQUE)	1	2
j. Não sei	1	2

**Q.59. Para você, o casamento civil ou religioso: (MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)**

1. É importante e faz parte dos seus planos para o futuro
2. É algo que requer muita certeza, tem que pensar muito
3. É apenas uma formalidade desnecessária
4. É uma imposição social
5. É uma instituição falida, que acaba desgastando a relação
6. Outro (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_
9. Não sei

**Q.60. Na sua opinião, morar junto, sem estar casado:**

(MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)

1. É a melhor opção, pois dá mais liberdade e autonomia
2. É uma experiência muito boa, que deve ser feita antes do casamento
3. É a mesma coisa que estar legalmente casado(a)
4. Não tem problema nenhum, desde que as duas pessoas se gostem
5. Não é uma coisa legal, pois torna a relação descartável
8. Outro (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_
9. Não sei

**Q.61. Considere essas 4 possibilidades e diga qual delas está mais de acordo com a sua maneira de pensar e de viver: (MARQUE SOMENTE UMA RESPOSTA)**

1. Aproveitar individualmente e sem preocupações, no dia-a-dia, as coisas boas da vida
2. Preparar com persistência e espírito de iniciativa uma situação futura de bem estar estável e duradouro
3. Viver intensamente o dia-a-dia, procurando sempre a participação, solidariedade e partilha com os outros
4. Participar com os outros do desenvolvimento e melhoria do mundo em que se vive, ajudando a construir o futuro através da sua ação em vários aspectos do cotidiano
5. Nenhuma das anteriores

**Q.62. Quando pensa em felicidade, quais dessas idéias lhe parecem mais importantes? (ATÉ TRÊS RESPOSTAS)**

	Em 1º. lugar	Em 2º. lugar	Em 3º. lugar
a. Ter dinheiro suficiente para uma vida agradável	1	2	3
b. Ter uma vida conjugal boa	1	2	3
c. Dar-se bem com os amigos	1	2	3
d. Ter boa saúde	1	2	3
e. Dar-se bem com a família	1	2	3
f. Ter uma vida amorosa	1	2	3
g. Sentir-se uma pessoa útil para os outros	1	2	3
h. Ter filhos	1	2	3
i. Viajar	1	2	3
j. Divertir-se	1	2	3
k. Fazer um trabalho de que se goste	1	2	3
l. Outros (ESPECIFIQUE)	1	2	3
m. Não sei	1	2	3

**Q.63. Atualmente, quais das seguintes questões o(a) preocupam mais? (ATÉ TRÊS RESPOSTAS)**

	Em 1º. lugar	Em 2º. lugar	Em 3º. lugar
a. Concluir a graduação universitária	1	2	3
b. Arranjar um emprego	1	2	3
c. A falta de dinheiro	1	2	3
d. Encontrar um lugar para morar	1	2	3
e. Alcançar a realização profissional	1	2	3
f. Encontrar o(a) companheiro(a) ideal	1	2	3
g. Sair da casa dos pais	1	2	3
h. Outros (ESPECIFIQUE)	1	2	3
i. Não sei	1	2	3

**Q.64. Em comparação com a situação atual dos seus pais, você acha que a sua situação futura será sensivelmente superior, idêntica ou inferior, em relação aos seguintes pontos:**

	Superior	Idêntica	Inferior	Não sei
a. Renda profissional	1	2	3	9
b. Posse de bens materiais	1	2	3	9
c. Bagagem cultural (cultura geral)	1	2	3	9
d. Segurança financeira	1	2	3	9
e. Posição na hierarquia profissional	1	2	3	9
f. Posse de bens culturais	1	2	3	9
g. Estabilidade profissional	1	2	3	9

**Q.65. Numa visão geral, você se considera otimista em relação ao futuro?**

1. Sim
2. Não
9. Não sei

- F.1. Sexo:** 1. Masculino  
2. Feminino

**F.2. Em que ano você nasceu?** |\_|\_|

**F.3. Qual a sua nacionalidade?**

1. Brasileira  
2. Outra (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_

**F.4. Onde você nasceu? (INDICAR CIDADE E ESTADO)**

---

SOMENTE PARA OS QUE NASCERAM NA CIDADE DE SÃO PAULO:

**F.5. Você sempre morou em São Paulo?**

1. Sim → (Pule para a questão F8)  
2. Não

SOMENTE PARA OS QUE NÃO SÃO NATURAIS DO MSP:

**F.6. Onde você morou por mais tempo? (INDICAR CIDADE E ESTADO)**

---

**F.7. Em que ano você veio morar em São Paulo?** |\_|\_|

**F.8. Você tem filhos?**

1. Sim  
2. Não → (Pule para a questão F10)

**F.9. Quantos filhos você tem?** |\_|\_|

**F.10. Em que instituição você se formou:**

	Escola Pública	Escola Particular	Outra
a. No primeiro grau (ginásio)?	1	2	3
b. No segundo grau ?	1	2	3
c. (Se for o caso) Supletivo?	1	2	3

**F.11. Quantas pessoas moram com você? \_\_\_\_\_ pessoas**

**F.12. Com quem você mora?**

1. Com seus pais → (Pule para a questão F15)
2. Com parentes ou amigos da família
3. Divide casa ou apartamento com outros estudantes ou amigos
4. Moradia estudantil
5. Em vaga ou quarto
6. Sozinho(a)
7. Com cônjuge
8. Com cônjuge e filhos
9. Com filhos
10. Com cônjuge e parentes

**F.13. Com que idade saiu da casa dos seus pais? |\_\_|\_\_| anos**

**F.14. E qual a razão principal porque saiu da casa dos seus pais?**

1. Sai para casar
2. Sai para trabalhar
3. Sai para estudar
4. Sai para experimentar uma vida independente
5. Sai para morar junto com companheiro(a)
8. Outra (ESPECIFIQUE) \_\_\_\_\_
9. Não sei

**F.15. Qual é o bairro onde você mora? \_\_\_\_\_**

**F.16. Em que zona (Leste, Oeste, Norte, Sul, Centro) da cidade fica o seu bairro?**

\_\_\_\_\_

**F.17. Qual é a sua situação de moradia?**

1. Casa própria
2. Aluguel
3. Hóspede ou residência cedida por parentes

**F.18. Qual o valor aproximado da renda mensal da sua família, em reais?**

1. Menos de R\$500
2. De R\$501 a R\$ 1000
3. De R\$1001 a R\$ 2000
4. De R\$2001 a R\$ 4000
5. De R\$4001 a R\$10.000
6. De R\$10.001 a R\$20.000
7. Mais de R\$ 20.001
9. Não sei
77. Prefiro não responder

**F.19. Você recebe mesada, pensão ou outra fonte de renda?**

1. Sim
2. Não

**Nesse caso, qual o valor?**

**(mesada, pensão, outra fonte de renda) R\$ \_\_\_\_\_**

9. Não sei
77. Prefiro não responder

**F.20. Qual a sua participação na vida econômica da família?**

1. Não trabalha e seus gastos são financiados pela família ou outras pessoas
2. Não trabalha, mas tem meio de custear seus gastos pessoais e estudo
3. Trabalha mas recebe complemento da família ou de outras pessoas
4. Trabalha e é responsável pelo seu próprio sustento
5. Trabalha, é responsável pelo seu próprio sustento e contribui para o sustento da família
6. Trabalha e é o principal responsável pelo sustento da família

**F.21. Quantas pessoas contribuem para a obtenção da renda familiar na sua casa?**

1. Só você
2. Só uma pessoa que não seja você
3. Uma outra pessoa e você
4. Duas pessoas, não sendo você uma delas
5. Três pessoas, sendo você uma delas
6. Quatro pessoas, não sendo você uma delas
7. Quatro ou mais pessoas

**F.22. Quantas pessoas são sustentadas com a renda familiar? \_\_\_\_\_ pessoas**

**F.23. Qual é o grau de instrução mais alto que seus pais, e o seu cônjuge (se houver) obtiveram?** Por favor, para cada resposta, marque com um x no local indicado.

	<b>Pai(a)</b>	<b>Mãe(b)</b>	<b>Cônjuge(c)</b>
1. Analfabeto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Lê e escreve, mas não esteve na escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Primário incompleto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Primário completo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Ginásio ou profissionalizante incompleto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Ginásio ou profissionalizante completo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Segundo grau, colegial técnico ou normal incompleto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Segundo grau, colegial técnico ou normal completo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Superior incompleto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Superior completo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Pós-graduação incompleta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Pós-graduação completa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**F.24. Qual é a situação profissional atual de seus pais, e do seu cônjuge (se houver)?** Por favor, para cada resposta, marque com um x no local indicado.

	<b>Pai(a)</b>	<b>Mãe(b)</b>	<b>Cônjuge(c)</b>
1. Empresário/proprietário de empresa grande ou média	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Empresário/proprietário de pequena ou micro empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Autônomo/trabalha por conta própria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Assalariado de empresa privada ou funcionário público	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Aposentado(a)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Dona da casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Estudante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Desempregado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
88. Outra (ESPECIFIQUE)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
99. Não sei	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**F.25. Por favor, descreva com o máximo de pormenor cada uma das profissões: SE ESTÃO INATIVOS (DESEMPREGADOS, APOSENTADOS OU FALECIDOS), REFIRA-SE A QUE EXERCERAM POR MAIS TEMPO.**

1. Profissão do pai \_\_\_\_\_
2. Profissão da mãe \_\_\_\_\_
3. Profissão do cônjuge \_\_\_\_\_
4. Profissão do avô materno \_\_\_\_\_
5. Profissão do avô paterno \_\_\_\_\_

**Muito obrigada pela sua colaboração.**

## **Apêndice II**

### **Descrição das variáveis**

## 1 – Descrição das Variáveis

A seguir estão apresentadas as variáveis utilizadas no estudo, com a descrição dos valores utilizados na codificação.

### **Universidade:**

- (1) *USP*: se o aluno estuda na Universidade de São Paulo;
- (2) *UNIP*: se o aluno estuda na Universidade Paulista;
- (3) *UNICSUL*: se o aluno estuda na Universidade Cruzeiro do Sul.

### **Curso:**

- (1) *Direito*: se o aluno cursa Direito em qualquer universidade do estudo;
- (2) *Publicidade*: se o aluno cursa Publicidade e Propaganda na USP ou UNICSUL ou cursa Propaganda e Marketing na UNIP;
- (3) *Turismo*: se o aluno cursa Turismo em qualquer universidade do estudo.

### **Ano acadêmico:**

- (1) *Primeiros anos*: se o aluno está cursando o 1º ou 2º ano;
- (2) *Últimos anos*: se o aluno está cursando a partir do 3º ano;

### **Período:**

- (1) *Diurno*;
- (2) *Noturno*.

### **Sexo:**

- (1) *Masculino*;
- (2) *Feminino*.

### **Idade:**

- (1) *Até 19 anos*;
- (2) *20 a 25 anos*;
- (3) *26 a 30 anos*;
- (4) *31 a 40 anos*;
- (5) *41 anos ou mais*.

### **Escolaridade do pai:**

- (1) *Analfabeto ou primária*, quando o pai é analfabeto lê e escreve, mas não esteve na escola ou não completou o Ensino Fundamental 1;
- (2) *Fundamental*, quando o pai completou o Ensino Fundamental 1, e chegou ao ensino Fundamental 2, completando-o ou não;
- (3) *Média*, quando o pai chegou ao Ensino Médio ou o Ensino Técnico, completando-o ou não, e não chegou a completar o Ensino Superior;
- (4) *Superior*, quando o pai completou o Ensino Superior, e quando chegou a iniciar a pós-graduação, completando-a ou não.

**Capital escolar familiar:**

- (1) *Inferior*, se ambos os pais têm escolaridade nível analfabeto ou primária;
- (2) *Médio-inferior*, se pelo menos um dos pais tem escolaridade fundamental e o outro tem escolaridade igual ou inferior à fundamental;
- (3) *Médio*, se pelo menos um dos pais tem escolaridade média e o outro tem escolaridade igual ou inferior à média;
- (4) *Médio-superior*, se pelo menos um dos pais tem escolaridade superior e o outro tem escolaridade igual ou inferior à média;
- (5) *Superior*, se ambos os pais têm escolaridade superior;

**Profissão do pai:**

- (1) *Grande ou médio empresário*; (Empregadores).
- (2) *Fazendeiro, criador ou produtor*; (Empregadores rurais).
- (3) *Pequeno ou micro empresário*; (Empregadores).
- (4) *Dirigente ou supervisor*; (Cargos de direção, supervisão, chefia etc.)
- (5) *Profissional liberal ou bacharel*; (Profissionais de nível superior).
- (6) *Professor, intelectual ou artista*;
- (7) *Alto cargo público*; (Ministros, desembargadores, vereadores, juizes, diplomatas etc.).
- (8) *Funcionário e serviço público*; (Funcionários públicos, policiais, bombeiros etc.).
- (9) *Técnico ou profissional de nível médio*; (Secretárias, topógrafo, agrimensor, programador etc.).
- (10) *Assistente e auxiliar*;
- (11) *Artesão e ofício especializado*; (Serviços que requerem uma especialização, não necessariamente credenciada, como relojoeiros, alfaiates, ourives, tecelões, costureiras, cabeleireiras, motoristas etc.).
- (12) *Operário da indústria*;
- (13) *Trabalhador independente*; (Qualquer ocupação autônoma, com ou sem especialização, em que o trabalhador não é empregador. Exemplos: dona de casa, comerciantes e vendedores autônomos, feirantes e autônomos em geral).
- (14) *Agricultor*;
- (15) *Serviço não especializado*; (Serviços que não requerem especialização, como domésticas, faxineiras, copeiras, zeladores, vigias etc.).
- (16) *Outras*.

**Renda mensal familiar:**

- (1) *Menos de R\$ 500*;
- (2) *De R\$ 501 a R\$ 1.000*;
- (3) *De R\$ 1.001 a R\$ 2.000*;
- (4) *De R\$ 2.001 a R\$ 4.000*;
- (5) *De R\$ 4.001 a R\$ 10.001*;
- (6) *De R\$ 10.0001 a R\$ 20.000*;
- (7) *Mais de R\$ 20.001*;
- (8) *Prefere não responder*
- (9) *Não sabe*

**Formação escolar no 1º e 2º grau:**

- (1) *Escola pública;*
- (2) *Escola particular;*
- (3) *Outra;*

**Curso e instituição correspondem à 1ª opção:**

- (1) *O curso corresponde à 1ª opção, mas a instituição não;*
- (2) *O curso não corresponde, mas a instituição corresponde à 1ª opção;*
- (3) *Nem o curso nem a instituição correspondem à 1ª opção;*
- (4) *Ambos correspondem à primeira opção;*

**Qual instituição de 1ª opção:**

- (1) *Pública;*
- (2) *Particular;*
- (3) *Outra;*

**Razões apontadas para a escolha da instituição que frequenta atualmente:**

- (1) *Proximidade da zona de residência;*
- (2) *Horários de funcionamento do curso;*
- (3) *Custos, despesas reduzidas;*
- (4) *Única instituição com o curso desejado;*
- (5) *Reputação e prestígio da instituição;*
- (6) *Qualidade dos professores nesta instituição;*
- (7) *Facilidade de entrada (média/vagas);*
- (8) *Qualidade do curso nesta instituição;*
- (9) *Tinha amigos/colegas na instituição;*
- (10) *Outros.*

**Situação profissional:**

- (1) *Exerce atividade remunerada em tempo integral;*
- (2) *Exerce atividade remunerada em meio período;*
- (3) *Exerce atividade remunerada irregularmente;*
- (4) *Não exerce atividade remunerada.*

**Idade com a qual começou a trabalhar:** em anos.

**Motivo pelo qual começou a trabalhar:**

- (1) *Vontade de trabalhar;*
- (2) *Ajudar em casa/ajudar os pais;*
- (3) *Ganhar dinheiro para o próprio consumo;*
- (4) *Para estudar;*
- (5) *Ganhar a vida;*
- (6) *Para ser mais independente da família;*
- (7) *Outros;*
- (8) *Não sabe.*

**Por que não está trabalhando sendo que já trabalhou ou nunca trabalhou:**

- (1) *Está desempregado;*

- (2) *Não precisa trabalhar;*
- (3) *Não pode ou não quer trabalhar agora;*
- (4) *Está aguardando trabalho já confirmado;*
- (5) *Não aceita qualquer trabalho e não encontrou algum que considerasse adequado;*
- (6) *Outros;*
- (7) *Não sabe.*

**Procura trabalho sendo que já trabalhou ou nunca trabalhou antes:**

- (1) *Sim;*
- (2) *Não.*

**Situação econômica:**

- (1) *Economicamente independente*, se o estudante trabalha, é responsável pelo próprio sustento, contribui para o sustento da família ou é o principal responsável pelo sustento dela;
- (2) *Economicamente independente com ajuda familiar*, se o estudante trabalha, mas recebe complemento da família ou de outras pessoas;
- (3) *Economicamente dependente com rendimentos próprios*, se o estudante não trabalha, mas tem meios para custear seus gastos pessoais e estudo;
- (4) *Economicamente dependente*, se o estudante não trabalha e seus gastos são financiados pela família ou outras pessoas.

**Estado civil:**

- (1) *Solteiro;*
- (2) *Vive junto com seu (sua) companheiro(a);*
- (3) *Casado (a);*
- (4) *Separado (a) ou viúvo (a).*

**Tem filhos:**

- (1) *Sim;*
- (2) *Não.*

**Com quem mora:**

- (1) *Com pais ou parentes;*
- (2) *Amigos, colegas, moradia estudantil ou sozinho;*
- (3) *Cônjuge e/ou filhos.*

**Idade com que saiu de casa:** em anos.

**Por que saiu de casa:**

- (1) *Para casar;*
- (2) *Para trabalhar;*
- (3) *Para estudar;*
- (4) *Para experimentar uma vida independente;*
- (5) *Para morar junto com um (uma) companheiro (a);*
- (6) *Outros;*
- (7) *Não sabe.*

**Expectativas de ascensão social:**

- (1) *Superior;*
- (2) *Idêntica;*
- (3) *Inferior;*
- (4) *Não sabe.*

**Fez outro curso e concluiu:**

- (1) *Não fez;*
- (2) *Fez e não concluiu;*
- (3) *Fez e concluiu.*

**Trabalho, não trabalho, independência ou dependência:**

- (1) *Não trabalha e nunca trabalhou;*
- (2) *Não trabalha, mas já trabalhou e é dependente;*
- (3) *Não trabalha, mas já trabalhou e é independente;*
- (4) *Trabalha e é dependente;*
- (5) *Trabalha e é independente.*

**Estado civil e planos para o futuro:**

- (1) *Solteiro e quer casar ou não sabe;*
- (2) *Solteiro e quer viver sozinho(a);*
- (3) *Casado ou vive junto;*
- (4) *Separado ou viúvo.*

**Idade:**

- (1) *Menor de 26 anos;*
- (2) *Maior ou igual a 26 anos.*

**Fases de transição:**

- (1) *Início da transição;*
- (2) *Fase intermediária;*
- (3) *Final da transição.*

**Por que escolheu o curso atual:**

- (1) *Era a minha vocação;*
- (2) *Parecia oferecer alternativas mais variadas de emprego;*
- (3) *Parecia oferecer alternativas mais seguras de emprego;*
- (4) *Queria aumentar meus conhecimentos;*
- (5) *Queria me profissionalizar na área;*
- (6) *Entre os cursos que eu tinha maior possibilidade de cursar, era o que mais se aproximava do que eu queria;*
- (7) *Não foi minha primeira opção;*
- (8) *Outros;*
- (9) *Não sei.*

**Principais dúvidas no momento de escolher o curso:**

- (1) *Não sabia o que queria;*
- (2) *Não sabia se ia gostar do curso;*

- (3) *Não conhecia as profissões;*
- (4) *Me achava muito novo (a) para decidir;*
- (5) *Não sabia quais eram as perspectivas em termos de mercado de trabalho;*
- (6) *Não sabia o quanto iria ganhar;*
- (7) *Não sabia se eu iria me realizar profissionalmente;*
- (8) *Mão sabia se iria conseguir acompanhar o curso;*
- (9) *Não tinha idéia de que tipo de trabalho faria depois;*
- (10) *Não tinha certeza de que o curso corresponderia às minhas expectativas;*
- (11) *Outra;*
- (12) *Não sei.*

**O que ajudou a escolher a carreira:**

- (1) *Guia do estudante;*
- (2) *Fazer cursinho;*
- (3) *Conversar com os pais;*
- (4) *Conversar com os amigos ou pessoas que já faziam o curso;*
- (5) *Palestras sobre profissões, no cursinho ou no colégio;*
- (6) *Teste vocacional;*
- (7) *Assistir aulas na faculdade;*
- (8) *Outros;*
- (9) *Não sei.*

**O que fez ou o que tem feito ao procurar atividade remunerada:**

- (1) *Através de agências de emprego;*
- (2) *Classificados;*
- (3) *Publicou anúncio;*
- (4) *Enviou currículo;*
- (5) *Através de pessoas conhecidas que pudessem indicar ou convidar para trabalhar;*
- (6) *Participou de processos de seleção;*
- (7) *Inscreveu-se em concurso público;*
- (8) *Outros.*

**Principais dificuldades encontradas:**

- (1) *Falta de experiência anterior;*
- (2) *Concorrência muito grande;*
- (3) *Não ter fluência em língua estrangeira;*
- (4) *Seleção muito exigente;*
- (5) *Discriminação;*
- (6) *Não ter magistério ou licenciatura;*
- (7) *Falta de disponibilidade para trabalhar em período integral;*
- (8) *Necessidade de ter um bom currículo;*
- (9) *Não encontrou um trabalho adequado às expectativas salariais;*
- (10) *Falta de vagas;*
- (11) *Outra;*
- (12) *Não teve dificuldade/não se aplica.*

**Significado do trabalho:**

- (1) *É algo que dá prazer;*
- (2) *É muito importante;*
- (3) *É uma obrigação levada a sério;*
- (4) *É uma mera obrigação sem importância;*
- (5) *É como um castigo;*
- (6) *Outros;*
- (7) *Não sabe.*

**Importância atribuída aos diferentes aspectos da atividade profissional:**

- (1) *Essencial;*
- (2) *Muito importante;*
- (3) *De alguma importância;*
- (4) *Sem importância.*

**Em que situação pensa em se envolver:**

- (1) *Pensa em casar;*
- (2) *Pensa em viver junto antes de casar;*
- (3) *Pensa em viver junto sem intenção de casar;*
- (4) *Pensa em permanecer sozinho;*
- (5) *Não tem planos no momento.*

**Por que pensa em casar:**

- (1) *Para fazer a vontade da família;*
- (2) *Cerimônia bonita;*
- (3) *Maior segurança afetiva;*
- (4) *Cansado de viver com os pais;*
- (5) *Convicções morais e religiosas;*
- (6) *Para viver com a pessoa de quem se gosta;*
- (7) *Por paixão;*
- (8) *Vantagens econômicas;*
- (9) *Outra;*
- (10) *Não sabe.*

**Opinião sobre o casamento:**

- (1) *É importante;*
- (2) *Requer muita certeza;*
- (3) *Formalidade desnecessária;*
- (4) *Imposição social;*
- (5) *Instituição falida;*
- (6) *Outros;*
- (7) *Não sabe.*

**Opinião sobre morar junto, sem ser casado:**

- (1) *Melhor opção;*
- (2) *Experiência muito boa;*
- (3) *É a mesma coisa que estar casado;*

- (4) *Não tem problema nenhum;*
- (5) *Não é uma coisa legal;*
- (6) *Outros;*
- (7) *Não sabe.*

**Planos profissionais para os próximos cinco anos:**

- (1) *Mudar de curso e de instituição;*
- (2) *Mudar apenas de instituição;*
- (3) *Mudar apenas de curso;*
- (4) *Abrir a própria firma, tornar-se autônomo;*
- (5) *Encontrar um emprego;*
- (6) *Melhorar o nível salarial;*
- (7) *Fazer pós-graduação no Brasil;*
- (8) *Fazer pós-graduação fora do Brasil;*
- (9) *Continuar no mesmo trabalho;*
- (10) *Mudar de região no Brasil;*
- (11) *Mudar de atividade;*
- (12) *Seguir carreira acadêmica;*
- (13) *Dar aulas;*
- (14) *Outros;*
- (15) *Não sabe.*

**Principais preocupações:**

- (1) *Concluir a graduação universitária;*
- (2) *Arranjar um emprego;*
- (3) *A falta de dinheiro;*
- (4) *Alcançar a realização profissional;*
- (5) *Encontrar o(a) companheiro(a) ideal;*
- (6) *Sair da casa dos pais;*
- (7) *Outros;*
- (8) *Não sabe.*

## **Apêndice III**

### **Características Gerais da Amostra**

## 1 - Características Gerais da Amostra

Com o término da coleta de dados e o encerramento da pesquisa de campo, ficou constituída uma amostra de estudantes universitários totalizando 1173 indivíduos, o que corresponde a um total de 1173 questionários considerados válidos para esta pesquisa.

O questionário foi respondido por 1173 estudantes das três universidades, sendo 319 (27%) da USP, 480 (41%) da UNIP e 374 (32%) da UNICSUL. As Tabelas 1, 2 e 3 apresentam, respectivamente, a composição da amostra em relação ao Curso, Ano acadêmico e Período para cada universidade. Dos estudantes entrevistados na USP, 60% são do curso de Direito, 22% do curso de Publicidade e 18% de Turismo; dos entrevistados na UNIP, 37% são do curso de Direito, 35% do curso de Publicidade e 28% de Turismo; e dos entrevistados na UNICSUL, 47% são do curso de Direito, 31% do curso de Publicidade e 22% de Turismo. Observando a Tabela 1, podemos ver que a maior parte dos estudantes frequenta o curso de Direito, uma vez que o curso de Direito apresenta o maior número de vagas e, portanto, as turmas com maior número de alunos, nas três universidades.

**Tabela I. 1** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade* e *Curso*.

Universidade	Curso			Total
	<i>Direito</i>	<i>Publicidade</i>	<i>Turismo</i>	
<i>USP</i>	60%	22%	18%	100% (319)
<i>UNIP</i>	37%	35%	28%	100% (480)
<i>UNICSUL</i>	47%	31%	22%	100% (374)
<i>Total</i>	46%	31%	23%	100% (1173)

Em relação ao Ano acadêmico, entre 55% e 65% dos estudantes das três universidades cursam os primeiros anos, excetuando-se os cursos de Publicidade da UNIP e o de Turismo da UNICSUL em que essas porcentagens são iguais a 50% e 48%, respectivamente.

**Tabela I. 2** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade, Curso e Ano acadêmico*.

Universidade	Curso	Ano acadêmico		Total	
		Primeiros anos	Últimos anos		
USP	<i>Direito</i>	61%	39%	100%	(191)
	<i>Publicidade</i>	61%	39%	100%	(72)
	<i>Turismo</i>	64%	36%	100%	(56)
UNIP	<i>Direito</i>	57%	43%	100%	(176)
	<i>Publicidade</i>	50%	50%	100%	(171)
	<i>Turismo</i>	64%	36%	100%	(133)
UNICSUL	<i>Direito</i>	55%	45%	100%	(174)
	<i>Publicidade</i>	65%	35%	100%	(119)
	<i>Turismo</i>	48%	52%	100%	(81)
Total		58%	42%	100%	(1173)

Em relação ao Período, 59% dos estudantes do curso de Direito da USP são do diurno e 41% do noturno; do curso de Publicidade, os entrevistados estão igualmente divididos entre os períodos diurno e noturno; do curso de Turismo, todos os entrevistados são do noturno<sup>85</sup>. Na UNIP, onde as turmas do noturno são maiores, 48% dos entrevistados do curso de Direito são do diurno e 52% do noturno; do curso de Publicidade, os entrevistados são 45% do diurno e 55% do noturno; do curso de Turismo, 34% são do diurno e 66% do noturno. Na UNICSUL, as turmas do noturno também são maiores, e os entrevistados do curso de Direito distribuem-se em 46% do diurno e 54% do noturno; no curso de Publicidade, 29% são do diurno e 71% do noturno; finalmente, do curso de Turismo, 41% são do diurno e 59% do noturno.

**Tabela I. 3** – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade, Curso e Período*.

Universidade	Curso	Período		Total	
		Diurno	Noturno		
USP	<i>Direito</i>	59%	41%	100%	(187)
	<i>Publicidade</i>	50%	50%	100%	(72)
	<i>Turismo</i>	0%	100%	100%	(56)
UNIP	<i>Direito</i>	48%	52%	100%	(176)
	<i>Publicidade</i>	45%	55%	100%	(171)
	<i>Turismo</i>	34%	66%	100%	(133)
UNICSUL	<i>Direito</i>	46%	54%	100%	(173)
	<i>Publicidade</i>	29%	71%	100%	(119)
	<i>Turismo</i>	41%	59%	100%	(81)
Total		43%	57%	100%	(1168)*

\* 5 indivíduos não têm resposta para a variável Período.

A Tabela 4 apresenta a distribuição da proporção de estudantes, segundo Universidade, Curso e Sexo. Conforme podemos observar na tabela a seguir, há uma presença maior de mulheres no meio universitário, especialmente nas duas universidades particulares e, marcadamente, nos cursos de Publicidade e Propaganda e Turismo.

**Tabela I. 4 - Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade, Curso e Sexo.***

Universidade	Curso	Sexo		Total	
		Masculino	Feminino		
USP	<i>Direito</i>	55%	45%	100%	(191)
	<i>Publicidade</i>	53%	47%	100%	(72)
	<i>Turismo</i>	30%	70%	100%	(56)
UNIP	<i>Direito</i>	35%	64%	100%	(174)
	<i>Publicidade</i>	44%	55%	100%	(169)
	<i>Turismo</i>	31%	69%	100%	(133)
UNICSUL	<i>Direito</i>	51%	49%	100%	(173)
	<i>Publicidade</i>	41%	59%	100%	(119)
	<i>Turismo</i>	25%	75%	100%	(81)
Total		42%	57%	100%	(1168)*

\* 5 indivíduos não têm resposta para a variável Sexo.

Finalmente, a Tabela 5 apresenta a distribuição da proporção de estudantes, segundo Universidade, Curso e Idade. Essa tabela nos mostra que, a grande maioria dos estudantes tem até 25 anos de idade, sendo que a USP apresenta as maiores porcentagens de alunos com até 19 anos. Na UNIP e na UNICSUL observamos uma proporção maior de estudantes com mais de 26 anos, especialmente no curso de Direito, que apresenta a maior porcentagem de estudantes com mais de 31 anos de idade.

**Tabela I. 5 – Distribuição dos estudantes, segundo *Universidade, Curso e Idade.***

Universidade	Curso	Idade (anos)					Total	
		Até 19	20 a 25	26 a 30	31 a 40	41 ou mais		
USP	<i>Direito</i>	19%	64%	8%	6%	2%	100%	(191)
	<i>Publicidade</i>	38%	58%	3%	1%	0%	100%	(72)
	<i>Turismo</i>	21%	70%	7%	2%	0%	100%	(56)
UNIP	<i>Direito</i>	9%	62%	13%	12%	5%	100%	(176)
	<i>Publicidade</i>	6%	75%	12%	4%	2%	100%	(171)
	<i>Turismo</i>	9%	77%	8%	3%	3%	100%	(133)
UNICSUL	<i>Direito</i>	6%	39%	19%	26%	10%	100%	(174)
	<i>Publicidade</i>	11%	66%	18%	3%	2%	100%	(119)
	<i>Turismo</i>	19%	59%	19%	2%	1%	100%	(81)
Total		13%	63%	12%	8%	4%	100%	(1173)

<sup>85</sup> Obs: O curso de Turismo na USP só é oferecido no período noturno.

**Apêndice IV**  
**Tabelas anexas**

**Tabela 1.1** – Possíveis combinações de respostas encontradas na amostra.

Combinação	Fez outro curso e concluiu	Trabalha e é independente	Estado Civil	Tem filhos	Com quem mora	Idade Jovem	Frequência de estudantes
1	1	1	1	1	1	1	2
2	1	1	1	2	1	1	116
3	1	1	1	2	2	1	20
4	1	1	1	2	3	1	1
5	1	1	2	2	1	1	4
6	1	1	3	1	3	1	1
7	1	1	3	1	3	2	1
8	1	1	4	1	1	1	1
9	1	2	1	1	1	1	2
10	1	2	1	1	1	2	2
11	1	2	1	2	1	1	109
12	1	2	1	2	1	2	5
13	1	2	1	2	2	1	10
14	1	2	2	1	1	1	2
15	1	2	2	2	1	1	1
16	1	2	2	2	2	1	1
17	1	2	3	1	3	1	4
18	1	2	3	1	3	2	10
19	1	2	3	2	3	1	1
20	1	2	3	2	3	2	1
21	1	2	4	1	1	2	1
22	1	2	4	1	3	2	1
23	1	3	1	2	1	1	2
24	1	3	3	1	3	2	1
25	1	4	1	1	1	1	1
26	1	4	1	2	1	1	247
27	1	4	1	2	1	2	8
28	1	4	1	2	2	1	37
29	1	4	2	2	1	1	6
30	1	4	2	2	2	1	5
31	1	4	3	1	1	1	1
32	1	4	3	1	3	2	4
33	1	4	3	2	3	1	3
34	1	4	3	2	3	2	2
35	1	4	4	1	1	2	2
36	1	4	4	1	3	2	2
37	1	5	1	1	1	1	2

**Tabela 1.1 – Continuação.**

<b>Combinação</b>	<b>Fez outro curso e concluiu</b>	<b>Trabalha e é independente</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Tem filhos</b>	<b>Com quem mora</b>	<b>Idade Jovem</b>	<b>Frequência de estudantes</b>
38	1	5	1	1	1	2	2
39	1	5	1	1	2	1	1
40	1	5	1	2	1	1	154
41	1	5	1	2	1	2	40
42	1	5	1	2	2	1	7
43	1	5	1	2	2	2	4
44	1	5	1	2	3	1	1
45	1	5	2	2	1	1	4
46	1	5	2	2	1	2	3
47	1	5	2	2	2	2	1
48	1	5	3	1	3	1	3
49	1	5	3	1	3	2	36
50	1	5	3	2	1	1	1
51	1	5	3	2	2	2	1
52	1	5	3	2	3	1	6
53	1	5	3	2	3	2	10
54	1	5	4	1	1	1	1
55	1	5	4	1	3	1	1
56	1	5	4	1	3	2	3
57	2	1	1	2	1	1	9
58	2	1	1	2	2	1	2
59	2	2	1	2	1	1	11
60	2	2	1	2	1	2	1
61	2	2	1	2	2	1	1
62	2	2	2	2	1	1	1
63	2	2	3	1	3	2	3
64	2	2	3	2	1	2	1
65	2	2	4	2	1	2	1
66	2	3	1	2	2	2	1
67	2	4	1	1	1	1	1
68	2	4	1	1	1	2	1
69	2	4	1	2	1	1	26
70	2	4	1	2	1	2	2
71	2	4	2	2	1	1	1
72	2	4	2	2	3	1	1
73	2	4	3	1	3	2	2
74	2	4	4	2	2	2	1

**Tabela 1.1 – Continuação.**

<b>Combinação</b>	<b>Fez outro curso e concluiu</b>	<b>Trabalha e é independente</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Tem filhos</b>	<b>Com quem mora</b>	<b>Idade Jovem</b>	<b>Frequência de estudantes</b>
75	2	5	1	2	1	1	21
76	2	5	1	2	1	2	14
77	2	5	1	2	2	1	2
78	2	5	1	2	2	2	3
79	2	5	2	2	1	2	1
80	2	5	3	1	3	1	2
81	2	5	3	1	3	2	11
82	2	5	3	2	3	1	1
83	2	5	3	2	3	2	2
84	2	5	4	1	1	1	1
85	2	5	4	1	1	2	1
86	2	5	4	1	3	2	2
87	3	2	1	2	1	1	2
88	3	2	1	2	1	2	2
89	3	2	1	2	2	2	1
90	3	2	3	2	3	2	1
91	3	3	1	2	1	2	1
92	3	4	1	1	1	2	1
93	3	4	1	2	1	1	4
94	3	4	1	2	1	2	1
95	3	4	3	1	1	2	1
96	3	4	3	1	3	2	1
97	3	4	3	2	3	1	1
98	3	4	3	2	3	2	3
99	3	4	4	1	2	1	1
100	3	4	4	1	3	2	1
101	3	4	4	2	2	2	1
102	3	5	1	2	1	1	6
103	3	5	1	2	1	2	18
104	3	5	1	2	2	2	2
105	3	5	3	1	3	1	1
106	3	5	3	1	3	2	20
107	3	5	3	2	1	1	1
108	3	5	3	2	3	2	6
109	3	5	4	1	1	2	1
110	3	5	4	2	2	2	1
<b>Total</b>							<b>1.103</b>

**Tabela II.1.** – Distribuição dos ocupados e assalariados, segundo rendimento em classes de salário mínimo, por áreas homogêneas, MSP 1998.

Classes de salário mínimo	Áreas homogêneas				
	C1	C2	C3	C4	C5
<i>Até 1 s.m.</i>	3,9	6,5	6,3	7,1	9,1
<i>De 1 a 2 s.m.</i>	3,6	10,6	9,9	12,3	15,2
<i>De 2 a 3 s.m.</i>	9,5	17,6	16	19,3	20,3
<i>De 3 a 5 s.m.</i>	17,7	22,5	23,5	26,2	26,9
<i>De 5 a 10 s.m.</i>	21,1	20,9	24,1	19,9	20,7
<i>De 10 a 20 s.m.</i>	20,3	12,5	12,9	9,6	6,3
<i>Mais de 20 s.m.</i>	23,8	9,4	7,3	5,6	(*)
Total	100	100	100	100	100

\* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego, Fundação SEADE.

Nota: Áreas Homogêneas

C1 – Aclimação, Bela Vista, Cerqueira César, Consolação, Ibirapuera, Indianópolis, Jardim América, Jardim Paulista, Liberdade, Perdizes, Pinheiros, Santa Cecília, Vila Madalena, Vila Mariana, Santa Ifigênia, e Sé.

C2 – Barra Funda, Bom Retiro, Brás, Butantã, Cambuci, Lapa, Santana, e Tucuruvi.

C3 – Alto da Mooca, Belenzinho, Cangaíba, Casa Verde, Jabaquara, Limão, Mooca, Nossa Senhora do Ó, Pari, Penha de França, Saúde, Tatuapé, Vila Formosa, Vila Guilherme, Vila Maria, Vila Matilde e Vila Nova Cachoeirinha.

C4 – Brasilândia, Ipiranga, Jaguará, Pirituba, Santo Amaro, Capela do Socorro e Vila Prudente.

C5 – Ermelino Matarazzo, Guaianazes, Itaim Paulista, Itaquera, Jaraguá, Parelheiros, Perus e São Miguel Paulista.

**Tabela IV.10.1.** – Frequências observadas de respostas para a alternativa b da questão 15, segundo Curso.

Curso	Alternativas variadas 15b				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Direito</i>	42	88	36	116	282
<i>Publicidade</i>	23	41	31	151	246
<i>Turismo</i>	41	56	23	74	194
Total	106	185	90	341	722
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Direito</i>	0,36	0,76	0,31		
<i>Publicidade</i>	0,15	0,27	0,20		
<i>Turismo</i>	0,55	0,76	0,31		

**Tabela IV.10.2.** – Freqüências observadas de respostas e não respostas para a alternativa c da questão 15, segundo Curso.

Curso	Perspectivas seguras 15c				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Direito</i>	24	57	55	146	282
<i>Publicidade</i>	6	23	19	198	246
<i>Turismo</i>	10	25	27	132	194
Total	40	105	101	476	722
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Direito</i>	0,16	0,39	0,38		
<i>Publicidade</i>	0,03	0,12	0,09		
<i>Turismo</i>	0,07	0,19	0,20		

**Tabela IV.10.3.** – Freqüências observadas de respostas e não respostas para a alternativa f da questão 15, segundo Curso.

Curso	Maior possibilidade de cursar 15f				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Direito</i>	37	15	15	215	282
<i>Publicidade</i>	48	30	12	156	246
<i>Turismo</i>	29	23	12	130	194
Total	114	68	39	501	722
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Direito</i>	0,17	0,07	0,07		
<i>Publicidade</i>	0,31	0,19	0,07		
<i>Turismo</i>	0,22	0,18	0,09		

**Tabela IV.10.4.** – Freqüências observadas de respostas e não respostas para a alternativa b da questão 15, segundo Sexo.

Sexo	Alternativas variadas 15b				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Masculino</i>	43	64	48	126	316
<i>Feminino</i>	63	121	42	215	493
Total	106	185	90	341	809
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
Masculino	0,34	0,51	0,38		
Feminino	0,29	0,56	0,19		

**Tabela IV.10.5.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa c da questão 15, segundo Sexo.

Sexo	Perspectivas seguras 15c				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Masculino</i>	17	50	46	168	281
<i>Feminino</i>	23	55	55	308	441
Total	40	105	101	476	722
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Masculino</i>	0,10	0,30	0,27		
<i>Feminino</i>	0,07	0,18	0,18		

**Tabela IV.10.6.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa d da questão 15, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Aumentar meus conhecimentos 15d			
	Respostas	Não escolhida	Total	ODDS ( $\theta$ )
<i>Inferior/Médio</i>	38	69	107	0,55
<i>Médio</i>	45	85	130	0,53
<i>Médio-Superior</i>	41	119	160	0,34
<i>Superior</i>	67	239	306	0,28
Total	191	512	703	

**Tabela IV.10.7.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa e da questão 15, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Querida me profissionalizar na área 15e				
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	Total
<i>Inferior</i>	0	3	5	13	21
<i>Inferior-Médio</i>	5	10	17	54	86
<i>Médio</i>	10	16	16	88	130
<i>Médio-Superior</i>	15	18	14	113	160
<i>Superior</i>	14	27	27	238	306
Total	44	74	79	506	703
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Inferior</i>	0,00	0,23	0,38		
<i>Inferior-Médio</i>	0,09	0,18	0,31		
<i>Médio</i>	0,11	0,18	0,18		
<i>Médio-Superior</i>	0,13	0,16	0,12		
<i>Superior</i>	0,06	0,11	0,11		

**Tabela IV.10.8.** – Freqüências observadas de respostas e não respostas para a alternativa d da questão 15, segundo Renda mensal familiar.

Renda mensal familiar	Aumentar meus conhecimentos 15d			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
<i>Baixa</i>	13	20	33	0,65
<i>Média</i>	83	189	272	0,44
<i>Média-Alta</i>	42	146	188	0,29
<i>Alta</i>	25	59	84	0,42
<i>Não sabe/Não responde</i>	30	118	148	0,25
<b>Total</b>	<b>193</b>	<b>532</b>	<b>725</b>	

**Tabela IV.11.1.** – Freqüências observadas de respostas e não respostas para a alternativa a da questão 18, segundo Curso.

Curso	Não sabia o que queria 18a				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Direito</i>	58	13	23	187	281
<i>Publicidade</i>	50	14	4	178	246
<i>Turismo</i>	43	14	11	123	191
<b>Total</b>	<b>151</b>	<b>41</b>	<b>38</b>	<b>488</b>	<b>718</b>
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Direito</i>	0,31	0,07	0,12		
<i>Publicidade</i>	0,28	0,08	0,02		
<i>Turismo</i>	0,35	0,11	0,09		

**Tabela IV.11.2.** – Freqüências observadas de respostas e não respostas para a alternativa b da questão 18, segundo Curso.

Curso	Não sabia se ia gostar do curso 18b				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Direito</i>	50	52	24	154	280
<i>Publicidade</i>	40	35	24	147	246
<i>Turismo</i>	19	22	24	125	190
<b>Total</b>	<b>109</b>	<b>109</b>	<b>72</b>	<b>426</b>	<b>716</b>
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Direito</i>	0,32	0,34	0,15		
<i>Publicidade</i>	0,27	0,24	0,16		
<i>Turismo</i>	0,15	0,18	0,19		

**Tabela IV.11.3.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa e da questão 18, segundo Curso.

Curso	Não sabia quais eram as perspectivas de emprego 18e				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Direito</i>	8	13	14	245	280
<i>Publicidade</i>	39	32	22	153	246
<i>Turismo</i>	19	23	17	131	190
Total	66	68	53	529	716
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Direito</i>	0,03	0,05	0,06		
<i>Publicidade</i>	0,25	0,21	0,14		
<i>Turismo</i>	0,14	0,17	0,13		

**Tabela IV.11.4.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa f da questão 18, segundo Curso.

Curso	Não sabia o quanto poderia ganhar depois de formado 18f				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Direito</i>	8	10	15	247	280
<i>Publicidade</i>	7	23	13	203	246
<i>Turismo</i>	15	16	14	145	190
Total	30	49	42	595	716
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Direito</i>	0,03	0,04	0,06		
<i>Publicidade</i>	0,03	0,11	0,06		
<i>Turismo</i>	0,10	0,11	0,10		

**Tabela IV.11.5.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa g da questão 18, segundo Curso.

Curso	Não sabia se iria me realizar profissionalmente 18g				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Direito</i>	51	67	33	129	280
<i>Publicidade</i>	30	30	31	155	246
<i>Turismo</i>	26	27	24	113	190
Total	107	124	88	397	716
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Direito</i>	0,39	0,52	0,25		
<i>Publicidade</i>	0,19	0,19	0,20		
<i>Turismo</i>	0,23	0,24	0,21		

**Tabela IV.11.6.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa k da questão 18, segundo Curso.

Curso	Outra 18k			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
<i>Direito</i>	13	267	280	0,05
<i>Publicidade</i>	24	222	246	0,11
<i>Turismo</i>	9	181	190	0,05
Total	46	670	716	

**Tabela IV.11.7.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa c da questão 18, segundo Sexo.

Sexo	Não conhecia as profissões 18c				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Masculino</i>	17	16	4	241	278
<i>Feminino</i>	13	13	16	396	438
Total	30	29	20	637	716
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Masculino</i>	0,07	0,07	0,02		
<i>Feminino</i>	0,03	0,03	0,04		

**Tabela IV.11.8.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa g da questão 18, segundo Sexo.

Sexo	Não sabia se iria me realizar profissionalmente 18g				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Masculino</i>	29	41	34	174	278
<i>Feminino</i>	78	83	54	223	438
Total	107	124	88	397	716
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Masculino</i>	0,17	0,23	0,19		
<i>Feminino</i>	0,35	0,37	0,24		

**Tabela IV.11.9.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa c da questão 18, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Não conhecia as profissões 18c			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
<i>Inferior/Médio</i>	9	94	103	0,10
<i>Médio</i>	18	114	132	0,16
<i>Médio-Superior</i>	7	146	153	0,05
<i>Superior</i>	37	268	305	0,14
Total	71	622	693	

**Tabela IV.11.10.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa f da questão 18, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Não sabia o quanto poderia ganhar depois de formado 18f			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
<i>Inferior/Médio</i>	24	79	103	0,30
<i>Médio</i>	32	100	132	0,32
<i>Médio-Superior</i>	18	139	157	0,13
<i>Superior</i>	44	261	305	0,17
Total	118	579	697	

**Tabela IV.11.11.** – Frequência observada de respostas e não respostas para a alternativa h da questão 18, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Não sabia se iria conseguir acompanhar o curso 18h			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
<i>Inferior/Médio</i>	16	87	103	0,18
<i>Médio</i>	15	117	132	0,13
<i>Médio-Superior</i>	14	143	157	0,10
<i>Superior</i>	25	280	305	0,09
Total	70	627	697	

**Tabela IV.12.1.** - Frequências observadas de respostas para a questão 20, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Alternativa decisiva q20			ODDS ( $\theta$ ) p/ conversar c/ os amigos
	Conversar com os pais	Conversar com os amigos	Total	
<i>Inferior/Médio</i>	14	38	110	0,34
<i>Médio</i>	14	43	127	0,33
<i>Médio-Superior</i>	29	41	141	0,29
<i>Superior</i>	68	57	260	0,22
Total	125	179	647	

**Tabela IV.13.1.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa d da questão 28, segundo Sexo.

Sexo	Enviou currículo 28d				ODDS ( $\theta$ ) p/ Usou e funcionou
	Usou	Funcionou	Não escolhida	Total	
<i>Masculino</i>	38	33	130	201	0,29
<i>Feminino</i>	61	104	154	319	0,40
Total	99	137	284	520	

**Tabela IV.13.2.** – Freqüências observadas de respostas e não respostas para a alternativa h da questão 28, segundo Renda mensal familiar.

Renda mensal familiar	Outros 28h			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
<i>Baixa</i>	4	23	27	0,17
<i>Média</i>	19	201	220	0,09
<i>Média-Alta</i>	7	129	136	0,05
<i>Alta</i>	10	38	48	0,26
<i>Não sabe/Não responde</i>	10	70	80	0,14
Total	50	461	511	

**Tabela IV.16.1.** – Freqüências observadas de respostas e não respostas para a alternativa b da questão 29, segundo Sexo.

Sexo	Concorrência muito grande 29b				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Masculino</i>	15	32	14	120	181
<i>Feminino</i>	46	35	26	180	287
Total	61	67	40	300	468
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Masculino</i>	0,12	0,27	0,12		
<i>Feminino</i>	0,25	0,19	0,14		

**Tabela IV.16.2.** – Freqüências observadas de respostas e não respostas para a alternativa c da questão 29, segundo Sexo.

Sexo	Não ter fluência em língua estrangeira 29c				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Masculino</i>	6	12	12	151	181
<i>Feminino</i>	28	34	17	208	287
Total	34	46	29	359	468
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Masculino</i>	0,04	0,08	0,08		
<i>Feminino</i>	0,13	0,16	0,08		

**Tabela IV.16.3.** – Freqüências observadas de respostas e não respostas para a alternativa h da questão 29, segundo Sexo.

Sexo	Necessidade de ter um bom currículo 29h			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
<i>Masculino</i>	11	170	181	0,06
<i>Feminino</i>	6	281	287	0,02
Total	17	451	468	

**Tabela IV.16.4.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa a da questão 29, segundo Capital escolar familiar

Capital escolar familiar	Falta de experiência 29a			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
<i>Inferior/ Inferior-Médio</i>	36	52	88	0,70
<i>Médio</i>	38	70	108	0,54
<i>Média-Superior</i>	32	74	106	0,43
<i>Superior</i>	78	91	169	0,85
Total	184	287	471	

**Tabela IV.16.5.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa b da questão 29, segundo Universidade.

Universidade	Concorrência muito grande 29b				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>USP</i>	9	12	10	97	128
<i>UNIP</i>	28	31	21	129	209
<i>UNICSUL</i>	24	24	9	74	131
	61	67	40	300	468
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>USP</i>	0,09	0,12	0,14		
<i>UNIP</i>	0,22	0,24	0,26		
<i>UNICSUL</i>	0,32	0,32	0,21		

**Tabela IV.16.6.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa g da questão 29, segundo Universidade.

Universidade	Falta de disponibilidade para trabalhar em período integral 29g				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>USP</i>	20	12	6	90	135
<i>UNIP</i>	18	12	8	171	238
<i>UNICSUL</i>	3	9	3	116	146
	41	33	17	428	519
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>USP</i>	0,22	0,13	0,06		
<i>UNIP</i>	0,10	0,07	0,05		
<i>UNICSUL</i>	0,02	0,08	0,02		

**Tabela IV.16.7.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa i da questão 29, segundo Universidade.

Universidade	Não encontrei um trabalho que se adequasse às minhas expectativas quanto ao nível salarial 29i			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
<i>USP</i>	12	116	128	0,10
<i>UNIP</i>	20	189	209	0,10
<i>UNICSUL</i>	25	106	131	0,23
Total	57	411	468	

**Tabela IV.19.1.** – Frequências observadas de respostas para as alternativas da questão 40, segundo Sexo.

Sexo	Significado do trabalho q40				Total
	Prazer	Muito importante	Obrigação séria	Obrigação sem importância, Castigo, Outras	
<i>Masculino</i>	66	121	80	32	299
<i>Feminino</i>	95	240	128	24	487
Total	161	361	208	56	786
	ODDS ( $\theta$ ) p/ Prazer	ODDS ( $\theta$ ) p/ Muito importante	ODDS ( $\theta$ ) p/ Obrigação séria	ODDS ( $\theta$ ) p/ Obrigação sem importância, Castigo, Outras	
<i>Masculino</i>	0,22	0,4	0,27	0,11	
<i>Feminino</i>	0,19	0,49	0,26	0,05	

**Tabela IV.19.2.** – Frequências observadas de respostas para as alternativas da questão 40, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Significado do trabalho q40				Total
	Prazer	Muito importante	Obrigação séria	Obrigação sem importância, Castigo, Outras	
<i>Inferior/Médio</i>	24	51	38	3	116
<i>Médio</i>	24	67	48	11	150
<i>Médio-Superior</i>	31	94	38	12	175
<i>Superior</i>	79	143	71	40	333
<b>Total</b>	<b>158</b>	<b>355</b>	<b>195</b>	<b>66</b>	<b>774</b>
	ODDS ( $\theta$ ) p/ Prazer	ODDS ( $\theta$ ) p/ Muito importante	ODDS ( $\theta$ ) p/ Obrigação séria	ODDS ( $\theta$ ) p/ Obrigação sem importância, Castigo, Outras	
<i>Inferior/Médio</i>	0,21	0,44	0,33	0,02	
<i>Médio</i>	0,16	0,45	0,32	0,07	
<i>Médio-Superior</i>	0,18	0,54	0,22	0,07	
<i>Superior</i>	0,24	0,43	0,21	0,12	

**Tabela IV.19.3.** – Frequências observadas de respostas para as alternativas da questão 40, segundo Renda mensal familiar.

Renda Mensal familiar	Significado do trabalho q40				Total
	Prazer	Muito importante	Obrigação séria	Obrigação sem importância, Castigo, Outras	
<i>Baixa</i>	4	17	12	3	36
<i>Média</i>	57	144	81	20	302
<i>Média-Alta</i>	38	80	62	21	201
<i>Alta</i>	27	40	15	4	86
<i>Não sabe/ Não responde</i>	34	75	34	26	169
<b>Total</b>	<b>160</b>	<b>356</b>	<b>204</b>	<b>74</b>	<b>794</b>
	ODDS ( $\theta$ ) p/ Prazer	ODDS ( $\theta$ ) p/ Muito importante	ODDS ( $\theta$ ) p/ Obrigação séria	ODDS ( $\theta$ ) p/ Obrigação sem importância, Castigo, Outras	
<i>Baixa</i>	0,11	0,47	0,33	0,08	
<i>Média</i>	0,19	0,48	0,27	0,07	
<i>Média-Alta</i>	0,19	0,39	0,31	0,10	
<i>Alta</i>	0,31	0,46	0,17	0,05	
<i>Ns/Nr</i>	0,20	0,44	0,20	0,15	

**Tabela IV.20.1.** – Frequências observadas de respostas para a alternativa a da questão 41, segundo Sexo.

Sexo	Ter um bom salário 44a				Total
	Essencial	Muito importante	Alguma importância	Sem importância	
<i>Masculino</i>	153	128	22	0	303
<i>Feminino</i>	187	258	35	0	480
Total	340	386	57	0	783
	ODDS ( $\theta$ ) p/ Essencial	ODDS ( $\theta$ ) p/ Muito importante	ODDS ( $\theta$ ) p/ Alguma importância	ODDS ( $\theta$ ) p/ Sem importância	
<i>Masculino</i>	0,50	0,42	0,07		
<i>Feminino</i>	0,39	0,54	0,07		

**Tabela IV.20.2.** – Frequências observadas de respostas para a alternativa c da questão 41, segundo Sexo.

Sexo	Possibilidade de fazer algo útil à sociedade 41c				Total
	Essencial	Muito importante	Alguma importância	Sem importância	
<i>Masculino</i>	88	139	55	14	296
<i>Feminino</i>	125	254	86	4	469
Total	213	393	141	18	765
	ODDS ( $\theta$ ) p/ Essencial	ODDS ( $\theta$ ) p/ Muito importante	ODDS ( $\theta$ ) p/ Alguma importância	ODDS ( $\theta$ ) p/ Sem importância	
<i>Masculino</i>	0,30	0,47	0,18	0,05	
<i>Feminino</i>	0,27	0,54	0,18	0,01	

**Tabela IV.20.3.** – Frequências observadas de respostas para a alternativa b da questão 41, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Segurança e estabilidade de emprego q41b			Total
	Essencial	Muito importante	Pouca/nenhuma importância	
<i>Inferior/Médio</i>	54	52	9	115
<i>Médio</i>	81	58	4	143
<i>Médio-Superior</i>	73	76	21	170
<i>Superior</i>	145	134	48	327
Total	353	320	82	755
	ODDS ( $\theta$ ) p/ Essencial	ODDS ( $\theta$ ) p/ Muito importante	ODDS ( $\theta$ ) p/ Pouca/Nenhuma importância	
<i>Inferior/Médio</i>	0,47	0,45	0,08	
<i>Médio</i>	0,57	0,40	0,03	
<i>Médio-Superior</i>	0,43	0,45	0,12	
<i>Superior</i>	0,44	0,41	0,15	

**Tabela IV.21.1.** – Frequências observadas para as alternativas da questão 55, segundo Sexo.

Sexo	Situação em que pensa se envolver					Total
	Casar	Viver junto antes de casar	Viver junto sem casar	Ficar sozinho(a)	Sem planos	
Masculino	154	45	24	11	82	316
Feminino	274	79	18	12	110	493
Total	428	124	42	23	192	809
	ODDS ( $\theta$ ) p/ Casar	ODDS ( $\theta$ ) p/ Viver junto antes de casar	ODDS ( $\theta$ ) p/ viver junto sem casar	ODDS ( $\theta$ ) p/ Ficar sozinho(a)	ODDS ( $\theta$ ) p/ Sem planos	
Masculino	0,49	0,14	0,07	0,03	0,26	
Feminino	0,55	0,16	0,03	0,02	0,22	

**Tabela IV.21.2.** – Frequências observadas para as alternativas da questão 55, segundo Capital escolar familiar.

Capital Escolar familiar	Situação em que pensa se envolver					Total
	Casar	Viver junto antes de casar	Viver junto sem casar	Ficar sozinho(a)	Sem planos	
Inferior	15	3	0	0	5	23
Inferior-Médio	61	8	4	4	20	97
Médio	84	16	1	6	45	152
Médio-Superior	94	27	15	1	38	175
Superior	161	67	21	12	77	338
Total	415	121	41	23	185	785
	ODDS ( $\theta$ ) p/ Casar	ODDS ( $\theta$ ) p/ Viver junto antes de casar	ODDS ( $\theta$ ) p/ viver junto sem casar	ODDS ( $\theta$ ) p/ Ficar sozinho(a)	ODDS ( $\theta$ ) p/ Sem planos	
Inferior	0,65	0,13	0,00	0,00	0,20	
Inferior-Médio	0,63	0,08	0,04	0,04	0,20	
Médio	0,55	0,10	0,01	0,04	0,30	
Médio-Superior	0,53	0,15	0,08	0,01	0,20	
Superior	0,47	0,20	0,06	0,03	0,22	

**Tabela IV.22.1.** – Frequências observadas respostas para a alternativa b da questão 58, segundo Sexo.

Sexo	Por ser uma cerimônia bonita q58b			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
Masculino	0	174	174	0,00
Feminino	12	289	301	0,04
Total	12	463	475	

**Tabela IV.22.2.** – Freqüências observadas respostas para a alternativa g da questão 58, segundo Sexo.

Sexo	Por paixão 58g				ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar
	1º lugar	2º lugar	Não escolhida	Total		
<i>Masculino</i>	23	30	121	174	0,19	0,25
<i>Feminino</i>	21	73	207	301	0,10	0,35
Total	44	103	328	475		

**Tabela IV.22.3.** – Freqüências observadas respostas para a alternativa i da questão 58, segundo Sexo.

Sexo	Outra 58i				ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar
	1º lugar	2º lugar	Não escolhida	Total		
<i>Masculino</i>	10	16	148	174	0,07	0,11
<i>Feminino</i>	5	10	286	301	0,02	0,03
Total	15	26	434	475		

**Tabela IV.23.1.** – Freqüências observadas para as alternativas da questão 59, segundo Sexo.

Sexo	Opinião sobre o casamento q59							Total
	É importante	Requer muita certeza	Formalidade desnecessária	Imposição social	Instituição falida	Outro	Não sabe	
<i>Masculino</i>	121	111	24	22	13	8	14	313
<i>Feminino</i>	165	217	43	42	11	14	1	493
Total	286	328	67	64	24	22	15	806
	ODDS ( $\theta$ ) p/ é importante	ODDS ( $\theta$ ) p/ Requer muita certeza	ODDS ( $\theta$ ) p/ formalidade desnecessária	ODDS ( $\theta$ ) p/ Imposição social	ODDS ( $\theta$ ) p/ Instituição falida	ODDS ( $\theta$ ) p/ Outro	ODDS ( $\theta$ ) p/ Não sabe	
<i>Masculino</i>	0,39	0,35	0,08	0,07	0,04	0,02	0,04	
<i>Feminino</i>	0,33	0,44	0,09	0,08	0,02	0,03	0,00	

**Tabela IV.24.1.** – Freqüências observadas para as alternativas da questão 60, segundo Sexo.

Sexo	Opinião sobre morar junto q60							Total
	É a melhor opção	Experiência Muito boa	Mesma coisa	Não tem problema	Não é legal	Outro	Não sabe	
<i>Masculino</i>	18	84	31	121	39	14	7	314
<i>Feminino</i>	12	86	83	204	72	22	13	492
<b>Total</b>	30	170	114	325	111	36	20	806
	ODDS ( $\theta$ ) p/ é a melhor opção	ODDS ( $\theta$ ) p/ Exp. Muito boa	ODDS ( $\theta$ ) p/ mesma coisa	ODDS ( $\theta$ ) p/ não tem problema	ODDS ( $\theta$ ) p/ não é legal	ODDS ( $\theta$ ) p/ Outro	ODDS ( $\theta$ ) p/ Não sabe	
<i>Masculino</i>	0,06	0,27	0,10	0,38	0,12	0,04	0,02	
<i>Feminino</i>	0,02	0,17	0,17	0,41	0,15	0,04	0,03	

**Tabela IV.24.2.** – Freqüências observadas para as alternativas da questão 60, segundo Capital escolar familiar.

Capital Escolar familiar	Opinião morar junto q60						Total
	É a melhor opção	Experiência Muito boa	Mesma coisa	Não tem problema	Não é legal	Outro/ Não sabe	
<i>Inferior/Médio</i>	1	16	16	61	21	5	120
<i>Médio</i>	8	24	18	61	32	9	152
<i>Médio-Superior</i>	4	35	17	77	29	12	174
<i>Superior</i>	16	90	58	118	26	28	336
<b>Total</b>	29	165	109	317	108	54	782
	ODDS ( $\theta$ ) p/ é a melhor opção	ODDS ( $\theta$ ) p/ Exp. Muito boa	ODDS ( $\theta$ ) p/ mesma coisa	ODDS ( $\theta$ ) p/ não tem problema	ODDS ( $\theta$ ) p/ não é legal	ODDS ( $\theta$ ) p/ Outro/ Não sabe	
<i>Inferior/Médio</i>	0,01	0,13	0,13	0,51	0,20	0,04	
<i>Médio</i>	0,05	0,16	0,12	0,40	0,21	0,06	
<i>Médio-Superior</i>	0,02	0,20	0,01	0,44	0,17	0,07	
<i>Superior</i>	0,05	0,27	0,17	0,35	0,08	0,08	

**Tabela IV.25.1.** – Freqüências observadas de respostas e não respostas para a alternativa I da questão 44, segundo Sexo.

Sexo	Seguir carreira acadêmica 44I			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
<i>Masculino</i>	35	246	281	0,14
<i>Feminino</i>	32	400	432	0,08
<b>Total</b>	67	646	713	

**Tabela IV.25.2.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa e da questão 44, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Encontrar um emprego 44e				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Inferior</i>	6			12	23
<i>Inferior-Médio</i>	18	5	7	49	97
<i>Médio</i>	28	9	8	91	152
<i>Médio-Superior</i>	43	16	13	85	175
<i>Superior</i>	103	32	18	152	338
Total	198	62	46	479	785
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Inferior</i>	0,50	0,00	0,00		
<i>Inferior-Médio</i>	0,37	0,10	0,14		
<i>Médio</i>	0,31	0,10	0,09		
<i>Médio-Superior</i>	0,51	0,19	0,15		
<i>Superior</i>	0,68	0,21	0,12		

**Tabela IV.25.3.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa f da questão 44, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Melhorar o nível salarial 44f				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Inferior</i>	4	2	1	16	23
<i>Inferior-Médio</i>	20	8	10	59	97
<i>Médio</i>	33	31	15	73	152
<i>Médio-Superior</i>	18	33	19	105	175
<i>Superior</i>	43	66	37	192	338
Total	118	140	82	445	785
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Inferior</i>	0,25	0,12	0,06		
<i>Inferior-Médio</i>	0,34	0,13	0,17		
<i>Médio</i>	0,45	0,42	0,20		
<i>Médio-Superior</i>	0,17	0,31	0,18		
<i>Superior</i>	0,22	0,34	0,19		

**Tabela IV.25.4.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa g da questão 44, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Fazer pós-graduação no Brasil 44g				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Inferior</i>	1	3	2	12	18
<i>Inferior-Médio</i>	17	18	7	37	79
<i>Médio</i>	23	20	18	35	96
<i>Médio-Superior</i>	22	24	14	97	157
<i>Superior</i>	29	60	21	195	305
Total	92	125	62	376	655
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Inferior</i>	0,08	0,25	0,17		
<i>Inferior-Médio</i>	0,46	0,49	0,19		
<i>Médio</i>	0,66	0,579	0,51		
<i>Médio-Superior</i>	0,23	0,25	0,14		
<i>Superior</i>	0,15	0,31	0,11		

**Tabela IV.25.5.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa h da questão 44, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Fazer pós-graduação fora do Brasil 44h				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Inferior</i>	0	3	0	20	23
<i>Inferior-Médio</i>	4	5	6	82	97
<i>Médio</i>	8	15	14	115	152
<i>Médio-Superior</i>	15	18	14	128	175
<i>Superior</i>	49	52	27	210	338
Total	76	93	61	555	785
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Inferior</i>	0,00	0,15	0,00		
<i>Inferior-Médio</i>	0,05	0,06	0,07		
<i>Médio</i>	0,07	0,13	0,12		
<i>Médio-Superior</i>	0,12	0,14	0,11		
<i>Superior</i>	0,23	0,25	0,13		

**Tabela IV.25.6.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa m da questão 44, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Dar aulas 44m			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
<i>Inferior/ Inferior-Médio</i>	7	90	97	0,08
<i>Médio</i>	9	127	136	0,07
<i>Média-Superior</i>	9	148	157	0,06
<i>Superior</i>	18	287	305	0,06
Total	43	652	695	

**Tabela IV.25.7.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa b da questão 44, segundo Renda mensal familiar.

Renda mensal familiar	Mudar apenas de instituição 44b			
	Respostas	Não escolhida	Total	ODDS ( $\theta$ )
<i>Baixa</i>	1	28	29	0,03
<i>Média</i>	28	249	277	0,11
<i>Média-Alta</i>	4	180	184	0,02
<i>Alta</i>	2	83	85	0,02
<i>Não sabe/Não responde</i>	4	136	140	0,03
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>676</b>	<b>715</b>	

**Tabela IV.25.8.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa g da questão 44, segundo Renda mensal familiar.

Renda mensal familiar	Fazer pós-graduação no Brasil 44g				
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	Total
<i>Baixa</i>	6	4	3	16	29
<i>Média</i>	42	50	29	146	267
<i>Média-Alta</i>	24	38	15	107	184
<i>Alta</i>	8	14	2	61	85
<i>Não sabe/Não responde</i>	14	24	14	89	141
<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>145</b>	<b>82</b>	<b>357</b>	<b>706</b>
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Baixa</i>	0,37	0,25	0,19		
<i>Média</i>	0,29	0,34	0,20		
<i>Média-Alta</i>	0,22	0,35	0,14		
<i>Alta</i>	0,13	0,23	0,03		
<i>Não sabe/Não responde</i>	0,16	0,27	0,16		

**Tabela IV.25.9.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa h da questão 44, segundo Renda mensal familiar.

Renda mensal familiar	Fazer pós-graduação fora do Brasil 44h				
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	Total
<i>Baixa</i>	2	1	5	28	36
<i>Média</i>	15	31	27	234	307
<i>Média-Alta</i>	18	33	14	139	204
<i>Alta</i>	22	11	4	52	89
<i>Não sabe/Não responde</i>	20	18	12	113	163
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>94</b>	<b>62</b>	<b>566</b>	<b>799</b>
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Baixa</i>	0,07	0,03	0,18		
<i>Média</i>	0,06	0,13	0,11		
<i>Média-Alta</i>	0,13	0,24	0,10		
<i>Alta</i>	0,42	0,21	0,08		
<i>Não sabe/Não responde</i>	0,18	0,16	0,11		

**Tabela IV.26.1.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa e da questão 63, segundo Sexo.

Sexo	Alcançar a realização profissional 63e				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Masculino</i>	72	61	47	107	287
<i>Feminino</i>	152	94	81	126	453
Total	224	155	128	233	740
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Masculino</i>	0,67	0,57	0,44		
<i>Feminino</i>	1,20	0,75	0,64		

**Tabela IV.26.2.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa f da questão 63, segundo Sexo.

Sexo	Encontrar o companheiro ideal 63f				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Masculino</i>	22	38	30	197	287
<i>Feminino</i>	15	55	65	318	453
Total	37	93	95	515	740
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Masculino</i>	0,11	0,19	0,15		
<i>Feminino</i>	0,05	0,17	0,20		

**Tabela IV.26.3.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa b da questão 63, segundo Capital escolar familiar.

Capital escolar familiar	Arranjar um emprego 63b				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Inferior</i>	2	1		16	19
<i>Inferior-Médio</i>	18	8	7	54	87
<i>Médio</i>	20	20	7	90	137
<i>Médio-Superior</i>	33	28	13	90	164
<i>Superior</i>	38	57	40	177	312
Total	111	114	67	427	719
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Inferior</i>	0,12	0,06	0,00		
<i>Inferior-Médio</i>	0,33	0,15	0,13		
<i>Médio</i>	0,22	0,22	0,08		
<i>Médio-Superior</i>	0,37	0,31	0,14		
<i>Superior</i>	0,21	0,32	0,22		

**Tabela IV.26.4.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa a da questão 63, segundo Renda mensal familiar.

Renda mensal familiar	Concluir a graduação universitária 63a				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Baixa</i>	11	4	8	11	34
<i>Média</i>	72	65	33	102	272
<i>Média-Alta</i>	55	30	23	83	191
<i>Alta</i>	23	17	6	39	85
<i>Não sabe/Não responde</i>	50	15	18	67	150
<b>Total</b>	<b>211</b>	<b>131</b>	<b>88</b>	<b>302</b>	<b>732</b>
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Baixa</i>	1,00*	0,36	0,73		
<i>Média</i>	0,70	0,64	0,32		
<i>Média-Alta</i>	0,66	0,36	0,28		
<i>Alta</i>	0,59	0,43	0,15		
<i>Não sabe/Não responde</i>	0,75	0,22	0,27		

\* Neste caso, a chance de um estudante escolher a alternativa em primeiro lugar é a mesma chance de não a escolher.

**Tabela IV.26.5.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa c da questão 63, segundo Renda mensal familiar.

Renda mensal familiar	A falta de dinheiro 63c				Total
	1º lugar	2º lugar	3º lugar	Não escolhida	
<i>Baixa</i>	5	5	11	13	34
<i>Média</i>	53	45	35	139	272
<i>Média-Alta</i>	24	26	24	117	191
<i>Alta</i>	8	8	11	58	85
<i>Não sabe/Não responde</i>	15	14	14	107	150
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>98</b>	<b>95</b>	<b>434</b>	<b>732</b>
	ODDS ( $\theta$ ) p/ 1º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 2º lugar	ODDS ( $\theta$ ) p/ 3º lugar		
<i>Baixa</i>	0,39	0,38	0,85		
<i>Média</i>	0,38	0,32	0,25		
<i>Média-Alta</i>	0,20	0,22	0,20		
<i>Alta</i>	0,14	0,14	0,19		
<i>Não sabe/Não responde</i>	0,14	0,13	0,13		

**Tabela IV.26.6.** – Frequências observadas de respostas e não respostas para a alternativa d da questão 63, segundo Renda mensal familiar.

Renda mensal familiar	Encontrar um lugar para morar 63d			ODDS ( $\theta$ )
	Respostas	Não escolhida	Total	
<i>Baixa</i>	6	28	34	0,21
<i>Média</i>	34	238	272	0,14
<i>Média-Alta</i>	12	179	191	0,07
<i>Alta</i>	5	80	85	0,06
<i>Não sabe/Não responde</i>	12	138	150	0,09
<b>Total</b>	<b>69</b>	<b>663</b>	<b>732</b>	